

PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Ana Trigo

“Mulher é muito difícil”

O (des)amparo público e religioso das dependentes químicas na cracolândia de São Paulo

Doutorado em Ciência da Religião

São Paulo

2022



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Ana Trigo

“Mulher é muito difícil”

O (des)amparo público e religioso das dependentes químicas na cracolândia de São Paulo

Doutorado em Ciência da Religião

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência da Religião, sob a orientação da profa. dra. Maria José Fontelas Rosado-Nunes.

São Paulo

2022

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – nº do processo: 88887.160616/2017-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – nº do processo: 88887.160616/2017-00

Dedico este trabalho:

À minha mãe, Cecília, e ao meu pai, José.

E a todas as pessoas que oferecem parte de seu tempo ou toda a sua vida para levar algum conforto ou esperança à população dependente química da cracolândia de São Paulo.

Agradecimentos

À minha orientadora profa. dra. Maria José Fontelas Rosado-Nunes, a Zeca, que nestes anos de PUC-SP foi mais que uma mestra: foi uma amiga que me apoiou em todos os momentos.

A todos os professores do Programa de Ciência da Religião pelo conhecimento dividido. Em especial ao prof. dr. Wagner Sanchez pela generosidade e paciência.

À Andreia Bisuli, secretária do Programa de Ciência da Religião, sempre pronta a nos ajudar.

Às professoras Margareth Rago e Aline Lemos da Cunha Della Libera por ampliarem meus horizontes bibliográficos.

Às amigas Bruna David e Du Meinberg Maranhão por terem me ensinado a como me referir à população LGBTQIA+ sem reforçar estigmas ou preconceitos.

E à minha queridíssima Tania Scaglioni, sempre muito generosa, que me ajudou na revisão deste trabalho.

Algumas reflexões...

Os anos de 2020 e 2021 foram de uma dureza ímpar. O mundo ficou doente. Nosso país ficou mais. Além da pandemia de covid-19, vimos aumentar a pandemia dos preconceitos, do negacionismo científico, da falta de acesso, da miséria, da fome, da banalização do mal. Famílias dizimadas pela pandemia deixaram uma legião de órfãos. Demonstrações de empatia com quem sofre são atacadas pelos lacradores das redes sociais. Quem leva alimento ou algum conforto para os dependentes químicos da cracolândia, por exemplo, é execrado. Um simples gesto de solidariedade é criminalizado. Quem necessita de ajuda é desumanizado, invisibilizado, como se não merecesse sequer atenção. São tempos sofridos. Espero que a roda do tempo nos leve para algo melhor.

Habitamos onde
só existe arbítrio.
Partir – é permanência.
Voltar não é regresso.
Um mundo absurdo
nos cerca,
fragmentado e triste.
Jogo sem acerto.
Onde somos medo,
morte, sono
e nosso selo
– o degredo.
Celas 11, de Lara de Lemos

Sumário

Resumo	p. 9
Abstract	p. 10
Introdução	p. 11
Capítulo 1 – Cracolândia: território de disputas e esquecimentos	p. 16
1.1 – Cerceamento e exclusões	p. 21
1.2 – Descontinuidade e desassistência	p. 28
1.3 – A cracolândia como plataforma política	p.32
1.4 – Degredo e pandemia	p. 38
Capítulo 2 – Religião ocupando o espaço político e público	p.44
2.1 – Pauta de costumes	p.48
2.2 – Ocupando as lacunas do Estado	p. 54
2. 3 – Terceirização	p. 58
2.4 – Predominância cristã	p. 64
2.5 – Deus como tratamento	p. 69
Capítulo 3 – Os muitos estigmas femininos	p. 74
3.1 – Exclusão e sexismo	p. 86
3.2 – Mulheres invisíveis	p. 95
3.3 – Estigmas reforçados pela imprensa	p. 99
Capítulo 4 – O tortuoso percurso da pesquisa	p.110
4.1 – O vai-e-vem do caso Atende/SIAT	p. 121
4.2 – No caminho da Cristolândia surgiu a pandemia	p.130
5 – Considerações finais	p.160
6 – Referências bibliográficas	p. 171
7 – Anexos	p. 179

Resumo:

A miséria e a exclusão fazem parte do cotidiano dos dependentes químicos da cracolândia de São Paulo. Para as mulheres, a situação é agravada pelos estigmas que marcam as usuárias de drogas. Ao longo dos anos, sucessivos governos fizeram da cracolândia um laboratório de programas de atendimento que se caracterizam pela falta de continuidade e por ações repressivas com mais alcance midiático do que efetivo. Em um lugar tão negligenciado pelos governos, a religião vai ocupando espaços por meio de atendimentos feitos a partir de convênios com organizações sociais e comunidades terapêuticas, religiosas em sua maioria. Esta tese tem o objetivo de averiguar o impacto dos serviços oferecidos para a população feminina que sofre com a dependência química. Por isso, a pesquisa de campo foi realizada junto a grupos públicos e religiosos que atendem as mulheres da cracolândia. A metodologia escolhida foi a qualitativa, com observação participante e entrevistas abertas feitas com mulheres acolhidas, voluntárias, missionárias e profissionais de atendimento. As hipóteses apresentadas neste trabalho são de que as mulheres dependentes químicas são mais estigmatizadas que os homens porque são julgadas pelo comportamento; os modelos de atendimentos disponíveis são voltados para o público masculino; e os grupos religiosos que atuam na cracolândia, ao mesmo tempo que acolhem as mulheres dependentes de crack e outras substâncias, potencializam os estigmas.

Palavras-chave: cracolândia, gênero, estigma, religião, políticas públicas.

Abstract:

Misery and exclusion are part drug addicts lives in cracolândia, heart of São Paulo downtown daily. For the researched women's group studied in this thesis, the situation is aggravated by the stigmas that mark female drug users. Over the years, successive governments have turned cracolândia into a laboratory of assistance programs that are characterized by a lack of continuity including repressive actions with more media coverage than effective results. In a place so neglected by governments, religion is taking over through agreements with social organizations and therapeutic communities, mostly of them religious. This thesis aims to investigate the impact of the services offered to the female population that suffers from drug addiction. Therefore, the field research was carried out with public and religious groups that serve women in cracolândia. The chosen methodology was qualitative, with participant observation and open interviews carried out with hosted women, volunteers, missionaries, and care professionals. The hypotheses presented in this work are that drug adict women are more stigmatized than men because they are judged by their behavior; the available service models are aimed at the male audience; and the religious groups that work in cracolândia, at the same time that they welcome women who are addicted to crack and other substances, they potentiate the stigmas.

Keywords: cracolândia, gender, stigma, religion, public policies.

Introdução

Esta tese é a continuação do trabalho de pesquisa iniciado por mim em 2013 por ocasião do meu ingresso no Mestrado em Ciência da Religião na PUC-SP[1]. A bem da verdade, minha inquietação com o tema cracolândia começou um ano antes, quando fui contratada como coordenadora de comunicação da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Por conta desse trabalho, tive contato com grupos diversos, muitos deles ligados a instituições religiosas, que dedicavam tempo integral para atender dependentes químicos no mais famoso território de uso do crack do País, localizado bem no coração da Capital paulista.

Já naquela época, um fato chamou muito a minha atenção: os locais de atendimento, fossem dos governos estadual ou municipal, ou ainda das instituições filantrópicas, ONGs e igrejas, eram repletos de homens. Poucas mulheres, quase sempre muito arredias, se apresentavam para os serviços oferecidos, mesmo que fossem somente para gerar algum conforto, como banho, troca de roupa ou alimentação. Apesar de as estatísticas disponíveis apontarem para o maior número de homens em relação ao de mulheres na cracolândia, tamanha discrepância nos locais de atendimento me pareceu perturbadora.

Por isso, o objeto deste trabalho será analisar as dificuldades vivenciadas pelo público feminino na busca de atendimento para a dependência química na região conhecida como cracolândia, usando as imbricações entre religião e política e religião e gênero como chaves epistemológicas. E mesmo concluída esta tese, ainda permanece a sensação de que as considerações aqui apresentadas não conseguirão esgotar o tema.

Existe a percepção de que as mulheres se preocupam mais com a saúde que os homens. O que faz, então, com que as dependentes químicas não frequentem os serviços de atenção disponíveis em busca de ajuda? A imposição de papéis sociais às mulheres, repletos de estereótipos, afeta diretamente aquelas que são dependentes químicas e se encontram em situação de rua.

No território da cracolândia, é comum ouvir que "é muito difícil lidar" com as mulheres dependentes químicas porque elas "são mais agressivas que os homens", "despudoradas", "vendem o corpo com grande facilidade" para comprar crack e,

[1]"Quando Deus entra, a droga sai" – Ação da Missão Belém e Cristolândia na recuperação da dependência química na cracolândia de São Paulo. TRIGO, Ana (2016).

principalmente, “são muito frias” porque largaram a família e os filhos para se drogar na rua, enfim, “mulher é muito difícil”. A estipulação de tantos adjetivos desqualificantes determina uma punição maior às mulheres que circulam pela região. Mas o estigma que aponta o dedo também contribui para a invisibilização.

Nesse sentido, o cenário apresentado rapidamente acima aponta para dois problemas desta tese:

a) As constantes mudanças – físicas e de abordagem – dos governos em relação à dependência química prevê as particularidades de atendimento dos públicos diversos, em especial as mulheres, objeto desta pesquisa?

b) Os atendimentos realizados pelos grupos religiosos contribuem para a recuperação das dependentes químicas, ou reforçam os estigmas enfrentados pelo público feminino que se encontra nesta situação?

Portanto, nesta pesquisa de Doutorado verifica-se as seguintes hipóteses:

a) as mulheres dependentes químicas são mais estigmatizadas que os homens, sendo inclusive pré-julgadas pelas diferentes equipes de atendimento disponíveis.
b) os modelos de atendimentos disponíveis são voltados para o público masculino e não preveem as diferenças fisiológicas entre os sexos, em detrimento das mulheres dependentes químicas.
c) os grupos religiosos que atuam na cracolândia, ao mesmo tempo que acolhem as mulheres dependentes de crack e outras substâncias, potencializam os dois problemas citados acima.

Partindo das hipóteses apresentadas, o conceito de estigma, trabalhado por Erving GOFFMAN, será o referencial teórico desta tese. O autor diz haver três tipos de estigmas: as deformidades do corpo, os de origens tribais e de raça e as culpas de caráter individual. Me aterei a este último item. (GOFFMAN, 2004, p. 7).

Outras autoras e autores que trabalharam o estigma também serão incluídos, tais como Marcela LAGARDE, Elisabeth BADINTER, Simone de BEAUVOIR, Judith BUTLER, Stephen GREENBLAT, Michel FOUCAULT e Howard BECKER. Além deles, Taniele RUI que mostrou como os estigmas atingem tanto os usuários de drogas

como o próprio território da cracolândia. Outras obras que reforçam o referencial teórico serão apresentadas ao longo deste trabalho.

Para fins de esclarecimento, nesta pesquisa não usarei termos como “noias”, “viciados” ou craqueiros” por entender que são muito estigmatizantes. Eles poderão aparecer eventualmente se estiverem presentes nas referências bibliográficas ou na fala de algum entrevistado.

Outro ponto importante é que usarei a categoria sexo feminino para identificar as mulheres pesquisadas. Ou seja, a mesma categoria usada pelas entidades religiosas que realizam atendimentos diversos na cracolândia. Os grupos religiosos, em geral, não reconhecem outras performances de gênero e aceitam apenas a binariedade, seguindo à risca o que está escrito em Gênesis 1:27 – "E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou".

Ter a cracolândia como campo de pesquisa esbarra em algumas dificuldades. A primeira é etnográfica: ainda hoje são poucos os trabalhos acadêmicos feitos sobre a região ou com o enfoque religião/dependência química nas mulheres. A segunda é a dificuldade do campo em si mesmo. Conseguir entrar na cracolândia e compreender sua dinâmica não é uma tarefa simples.

Minha graduação como jornalista, de certa forma, me ajudou durante a pesquisa. Perceber quem são as pessoas que podem abrir portas no território, no jargão jornalístico chamadas de fontes, é fundamental. Sem elas, a pesquisa em um campo tão peculiar fica praticamente impossível. E essas pessoas, via de regra, pertencem a grupos religiosos católicos ou evangélicos. São elas que conseguem, de fato, entrar na cracolândia.

Várias entidades que prestam algum tipo de ajuda às mulheres na cracolândia foram procuradas. Durante a minha busca, ouvi o mesmo comentário repetidas vezes: “mulher é muito difícil”. A justificativa é dada, inclusive, para a descontinuidade do trabalho junto ao público feminino.

Alguns dados estatísticos serão apresentados ao longo do texto, mas eles fazem parte das referências bibliográficas. Para a elaboração desta tese, o método de pesquisa qualitativo foi o escolhido, tendo como base o referencial teórico apresentado por Maria Cecília de Souza MINAYO (2014); Derna PESCUMA e Antonio Paulo Ferreira de CASTILHO (2013); e Raymond QUIVY e Luc Van CAMPENHOUDT (1992). O processo foi dividido em duas etapas: observação participante e entrevistas semiestruturadas.

Meu olhar jornalístico também se voltou para o noticiário. Por se tratar de um problema social escancarado aos olhos de todos, as notícias veiculadas pela imprensa são uma fonte bibliográfica importante. O desafio em usar o material jornalístico foi delimitar o universo de reportagens e colocar um ponto final na pesquisa. Raymond QUIVY e Luc Van CAMPENHOUDT (1992) alertam que a gula estatística ou livresca é contraproducente: "um espírito atulhado nunca é criativo (p.51).

Minha gula jornalística ficou evidente quando me deparei com o montante de reportagens colhidas ao longo dos anos de pesquisa: toda menção sobre cracolândia encontrada era arquivada. Diante do conselho metodológico dos autores citados acima, limitei o conteúdo aos textos com abordagens políticas e sobre as ações policiais de maior repercussão, tendo como ponto inicial as primeiras ações de João Doria (PSDB)[2] na cracolândia como prefeito de São Paulo. Dessa maneira, o acervo de material jornalístico alcançou o período de 2017 a 2021. A maior parte desse material é proveniente do jornal Folha de S.Paulo, mas outros veículos de imprensa também foram consultados.

Os fatos e impressões anotados no caderno de campo durante a observação participante, e as informações pinçadas na leitura diárias dos jornais, foram incluídos ao longo desta tese não necessariamente em uma ordem linear. As metodologias qualitativas foram utilizadas a fim de criar um contexto em que fosse possível encaixar todas as peças do intrincado quebra-cabeça que é a cracolândia.

Assim, o esforço metodológico foi direcionado para traçar um cenário o mais amplo possível até se chegar no grupo pesquisado de fato: a unidade de atendimento feminino da Cristolândia, localizada no bairro de Santana, Zona Norte da Capital Paulista. Os diversos atores sociais, religiosos e políticos serão apresentados ao longo dos capítulos. Veremos que a pauta de costumes, tão cara ao governo do presidente Jair Bolsonaro, assim como a enorme influência evangélica de seu governo, afetam diretamente o que deveria ser apresentado como política pública ampla e inclusiva.

Mesmo governos nem tão ligados ao conservadorismo religioso, como é o caso do Estado e Município de São Paulo, também se valem da ação e do trabalho de grupos religiosos, conservadores por consequência, para prestar atendimento a populações excluídas, como a que circula pela cracolândia, por exemplo. Para as populações periféricas e vulnerabilizadas, as igrejas não são apenas um refúgio para o espírito, mas

[2] João Doria foi prefeito de São Paulo no período de 1º de janeiro de 2017 a 6 de abril de 2018, quando deixou a Prefeitura para concorrer ao cargo de governador.

também possibilidade de atendimentos diversos que deveriam ser oferecidos pelo poder público.

A pandemia de covid-19 impactou diretamente o cotidiano da cracolândia, estigmatizando ainda mais o território e a população que circula ou vive por lá. A decisão por parte da Prefeitura de São Paulo em encerrar os serviços à população dependente química no território, transferindo o atendimento para bairros mais distantes, piorou o cenário de exclusão. O auxílio, quando vem, é dado pelos grupos de missionários ou voluntários religiosos. Assim, os governos preferem deixar o trabalho de atender à população da cracolândia “nas mãos de Deus”.

Capítulo 1 – Cracolândia: território de disputas e esquecimentos

Como dito na introdução desta tese, o drama dos usuários de drogas em situação de rua na região conhecida como cracolândia, em São Paulo, tornou-se caro para mim em 2012. Em março daquele ano, fui contratada para coordenar a comunicação da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo e entre minhas obrigações estavam a divulgação dos projetos sociais do Governo do Estado, em especial o que estava se desenhando para o enfrentamento do crack, que mais tarde ganharia o nome de Programa Recomeço[3].

De lá para cá, muitos programas foram apresentados pela Prefeitura de São Paulo, alguns alinhados e conveniados ao programa estadual, com a promessa de acabar com a cracolândia: Nova Luz, Braços Abertos, Redenção, Redenção Fase II e Redenção Fase III. A despeito do trabalho de funcionários públicos dedicados que conheci ao longo dos anos de pesquisa, percebi que as propostas apresentadas pelos governos, combinadas com momentos e interesses políticos diversos, produzem poucos resultados positivos para a complexidade do problema. A descontinuidade dos projetos resulta na falta de uma linha de atendimento e no desconhecimento sobre os usuários e sobre o território. E, mesmo com tantas promessas e alguns anúncios de que "a cracolândia acabou", ela avança e ocupa outros lugares da cidade e do entorno.

Ao pesquisar a cracolândia como campo empírico, percebi que apesar dos atendimentos disponíveis, realizados por entidades religiosas ou não, poucas mulheres buscavam ajuda (TRIGO, 2016). Esse fato me incomodou e decidi pesquisá-lo para o projeto de Doutorado.

O trabalho que desenvolvi no Governo do Estado me colocou em contato com entidades que atuavam junto à população dependente química em situação de rua na cracolândia. E coincidiu com a inquietação que eu sentia quanto aos rumos da minha profissão de jornalista e assessora de comunicação. Por conta disso, decidi me dedicar ao

[3] As ações de assistência social, como a atenção aos dependentes químicos, por exemplo, são de competência do município, conforme as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005. Os estados e o Governo Federal podem financiar os programas municipais. Mas, em 2012, o governo do Estado de São Paulo decidiu criar um programa próprio de atendimento, após a repercussão negativa da chamada "Operação Centro Legal", realizada em 3 de janeiro de 2012, deflagrada pela Prefeitura. Trato mais detalhadamente desse assunto em TRIGO (2016).

Mestrado para pesquisar duas instituições que atendem os usuários de drogas na cracolândia: Missão Belém, ligada à igreja católica, e Cristolândia, da igreja batista.

A palavra recuperação é usada tanto pela Missão Belém como pela Cristolândia para demonstrar que o dependente deixou de usar drogas e se reintegrou (ou está em vias de se reintegrar) à sociedade. Ao final da minha pesquisa pude verificar que a religião atuou positivamente na recuperação das pessoas pesquisadas[4]. Mas ela não foi o elemento único. Junto com a religião, o ambiente familiar e a vida em comunidade experimentados durante o processo de recuperação pareceram funcionar como suporte para superar o problema. Isso, claro, para as pessoas que estão abertas ao discurso religioso.

Em TRIGO (2016) percebi que tanto nas duas entidades já mencionadas como nos atendimentos públicos visitados eventualmente, como o Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD)[5] por exemplo, um fato chamou muito a minha atenção: ainda que houvesse atendimentos disponíveis, poucas mulheres buscavam ajuda.

Naquela época, a Cristolândia atendia uma média de 200 pessoas para receber alimento no café da manhã e almoço. Mulheres eram, no máximo, 10% dos presentes. Dos 420 acolhidos nos Centros de Formação Cristã (como a entidade nomeia suas comunidades terapêuticas), 70 eram mulheres. O mesmo fenômeno foi observado na Missão Belém que tinha 160 casas de acolhida. Apenas três eram dedicadas ao público feminino[6].

A pesquisadora ou pesquisador que olhar apenas para os locais de atendimento poderá ter a impressão de um número muito menor de mulheres consumidoras de drogas. No entanto, a frequência no fluxo, local de concentração para o consumo do crack, por vezes me pareceu ser semelhante no número de homens e mulheres. É importante ressaltar que essa percepção é meramente intuitiva da minha parte, captada durante as minhas idas ao território. E não condiz com o Levantamento de Cenas de Uso em Capitais (LECUCA), realizado na cracolândia pela Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo (MADRUGA, *coord.*, 2020).

De acordo com o estudo, o público da cracolândia é formado por 68,7% de homens, 23,7% de mulheres e 7,5% de transgêneros. As principais pesquisas anteriores feitas sobre o consumo de drogas no país pela Fiocruz (Fundação Osvaldo Cruz) e

[4] Uma mulher e sete homens foram entrevistados (TRIGO, 2016).
[5] Equipamento de tratamento de dependência química da Secretaria de Estado da Saúde, localizado na Rua Prates, 165, Bom Retiro, região central da capital paulista.
6 Dados coletados para a pesquisa em TRIGO (2016).

Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), ambas divulgadas em 2014, demonstravam que, em média no país, 60% dos usuários de crack são homens e 40% são mulheres. A discrepância entre os números pode ser explicada pelo estigma que marca as mulheres dependentes químicas. Monica ZILBERMAN (1998) aponta motivos para a sub-representação dos dados.

> As mulheres, grosso modo, são subdiagnosticadas em relação ao uso de drogas. Isto se deve, entre outros aspectos, ao sentimento de vergonha que elas manifestam devido ao estigma social a que são submetidas; em decorrência deste fato, elas procuram serviços não-especializados, apresentando queixas vagas de saúde (ZILBERMAN, 1998, p. 11).

Desde que comecei a pesquisa acadêmica na cracolândia percebi que os usuários de drogas são uma população refratária às abordagens sociais convencionais. O contato com as duas entidades pesquisadas em TRIGO (2016) pareceu ser mais simples porque a maioria das pessoas que trabalha na Missão Belém e Cristolândia é de ex-usuários de drogas recuperados pelo trabalho das instituições.

Mas quando se trata do público feminino, representantes dos dois grupos são unânimes: a aproximação é mais difícil se comparada aos homens. “Mulher é muito difícil” é a resposta mais ouvida. Tal afirmação me chamou a atenção e me levou a questionar os motivos que levariam as mulheres serem ainda mais resistentes aos atendimentos e abordagens.

Para realizar a pesquisa para esta tese de Doutorado me aproximei de alguns grupos religiosos que buscam prestar algum tipo de ajuda aos usuários da cracolândia até chegar aos dois finais cujos casos serão mais detalhados no capítulo 4 desta tese. E ouvi o mesmo comentário repetidas vezes: trabalhar com as mulheres dependentes químicas é mais complicado. A justificativa é dada, inclusive, para a descontinuidade do trabalho junto ao público feminino.

Erving GOFFMAN (2004) explica que a imagem pública de um indivíduo estigmatizado causa, geralmente, impacto negativo a quem o observa. O problema pode ser potencializado quando a pessoa estigmatizada é mulher.

> A figura que o indivíduo apresenta na vida diária perante aqueles com quem ele tem relações habituais será, provavelmente, reduzida e estragada por demandas virtuais (quer favoráveis ou desfavoráveis), criadas, por sua imagem pública. Isso parece ocorrer sobretudo quando não se está mais engajado em acontecimentos que mereçam atenção e deve encarar, em todos os lugares, o fato de ser recebido como alguém que não é mais o que era; parece ainda provável que ocorra isso quando a notoriedade é alcançada devido a um acontecimento acidental, rápido e não característico que expõe a pessoa à identificação pública sem lhe dar nenhum direito que compense os atributos desejados (GOFFMAN, 2004, p.63).

Mas antes de avaliar as hipóteses aventadas para esta tese, vejo ser necessário um panorama sobre a cracolândia e seu entorno, com o objetivo de mostrar que o estigma não atinge apenas os usuários de droga e voluntários que atuam por lá, mas também a região como um todo. E como a situação piorou com as mudanças políticas no Brasil, especialmente a chegada da gestão do PSDB à Prefeitura de São Paulo, em 2017, cujo impacto na cracolândia é mais visível.

A literatura aponta que o território é a mais antiga concentração de consumo de crack no país. Rubens ADORNO e Luciene RAUPP (2011) afirmam que o crack chegou ao Brasil em 1988 e a partir de 1991, já era consumido explicitamente na cracolândia. Taniele RUI (2014) confirma que a ocupação da cracolândia não é nova. "Desde os primeiros anos da década de 1990, há registros de que o centro de São Paulo, especialmente as ruas do bairro da Luz, atrai e concentra consumidores de crack" (p. 222).

O mapa abaixo é um retrato das peculiaridades da cracolândia, como a descontinuidade dos programas municipais. O fluxo (local onde os usuários se reúnem para o consumo da droga) muda constantemente de lugar, dependendo das operações policiais cada vez mais frequentes, obrigando os dependentes químicos a um êxodo perpétuo.

A figura, elaborada para uma reportagem publicada em 18 de maio de 2018, no jornal O Estado de S. Paulo, mostra os equipamentos da Prefeitura dentro do projeto Redenção chamados de Atende 1, Atende 2 e Atende 3. Nenhum deles está mais em funcionamento. Desde junho de 2019, as unidades 1 e 3 foram unificadas e transferidas para a rua Porto Seguro, 281, Armênia, a quase três quilômetros de distância da cracolândia.

A nova unidade de atendimento recebeu o nome de Serviço Integrado de Acolhimento Terapêutico (SIAT) e é gerenciada pela Associação Evangélica Beneficente (AEB), organização social que venceu o edital de licitação para este fim[7]. A proposta é oferecer atendimento social e de saúde aos usuários, além de albergue, em um mesmo espaço.

7 Anteriormente, a entidade gerenciava apenas o Atende 3, mas com a criação do SIAT passou a ser responsável única pelo espaço.

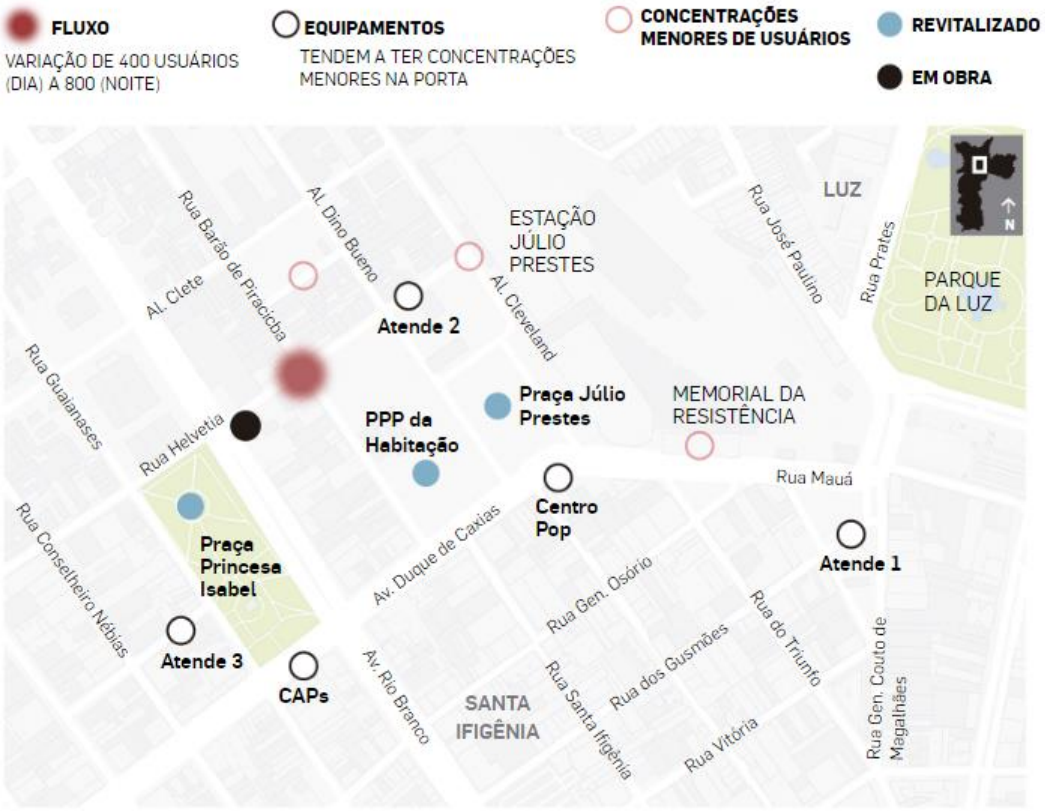


Figura 1[8]

Em abril de 2020, a Prefeitura fechou o Atende 2, último espaço de atendimento municipal na cracolândia. O serviço foi transferido para a Avenida Prefeito Passos, 25, região do Glicério, a cerca de dois quilômetros de distância do fluxo. Todas as ações, projetos e decisões amplamente tratadas pela imprensa renderam um acervo de centenas de reportagens nos jornais coletadas para esta pesquisa[9].

Delimitar esse universo não foi tarefa fácil. Mas por fim decidi colocar como ponto inicial a chegada de João Doria (2017-208, PSDB) à Prefeitura. Com ele veio o recrudescimento das operações policiais e os conflitos entre dependentes químicos e policiais militares e guardas civis metropolitanos passaram a ser mais constantes.

A primeira megaoperação policial de Doria na cracolândia aconteceu no dia 21 de maio de 2017[10]. Usando bombas, os agentes dispersaram os usuários de drogas e

[8] A figura retrata a região conhecida popularmente como cracolândia. Fonte estadao.com.br: https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,acao-reduz-cracolandia-que-resiste-fragmentada,70002313467 – Último acesso em 9 de setembro de 2019.

[9] Como mencionado na introdução desta tese, a maior parte do material coletado é majoritariamente do jornal Folha de S.Paulo do qual sou assinante.

[10] http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886022-policia-faz-megaoperacao-de-combate-ao-trafico-na-cracolandia.shtm Último acesso em 10.03.2020.

desmontaram a feira de drogas que abastecia o fluxo na Praça Júlio Prestes, esquina com a rua Helvétia. Com a evacuação momentânea, Doria chegou a decretar o "fim da cracolândia", assim como seus antecessores já haviam anunciado anteriormente. Mas os dependentes químicos apenas migraram na Praça Princesa Isabel, a poucos metros dali.

1.1 – Cerceamento e exclusões

Outra ação do então prefeito Doria, dois dias depois da megaoperação policial, foi a demolição de imóveis que serviam de comércio e moradias e que a Prefeitura considerava como invadidos. Um desses imóveis, uma pensão, foi demolida ainda com pessoas dentro. A ação resultou em três feridos[11].

A violência desproporcional das ações provocou reações do Ministério Público e levou a então secretária municipal de Direitos Humanos, vereadora Patrícia Bezerra (PSDB), a pedir demissão do cargo. Em carta enviada a João Doria, Patrícia criticou a forma como a ação foi feita e que considerava "estar havendo violações de direitos"[12].

Movimentos sociais acusaram que por trás das ações estava o interesse imobiliário na região. No terreno que abrigou a antiga rodoviária na Praça Júlio Prestes foram construídos, a toque de caixa, cinco prédios residenciais em regime de PPP – parceria público-privada. Além dos apartamentos estava prevista a abertura de novas lojas, creche e escola infantil. Como a proposta era revitalizar a região, o projeto não previa a construção de muros no entorno dos prédios. Mas o que se vê é muito diferente.

Com o retorno do fluxo principal para a região da praça Júlio Prestes, no entorno dos prédios foram colocados tapumes de metal que avançam sobre as calçadas na tentativa de evitar a permanência dos usuários[13]. A medida apenas empurrou os dependentes químicos para as ruas do entorno. A Rua Mauá, que dá acesso à Sala São Paulo[14], por exemplo, teve uma de suas faixas tomadas por dependentes químicos. Com medo de invasões, os moradores dos prédios querem que os tapumes sejam deixados de forma

[11] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886608-demolicao-de-parede-de-imovel-deixa-dois-feridos-na-cracolandia-em-sp.shtml Último acesso em 10.03.2020.
[12] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1887196-doria-descumpre-promessas-perde-secretaria-e-nova-cracolandia-surge.shtml?cmpid=compfb Último acesso em 10.03.2020.
[13] Chamo de fluxo principal aquele que se reúne na cracolândia porque as ações policiais só têm espalhado os usuários pela cidade, criando minicracolândias em áreas diversas.
[14] Sala de concertos localizada na Praça Júlio Prestes.

definitiva. O receio em relação à segurança também fez com que muitos dos apartamentos não fossem ocupados[15].

A instalação de tapumes de metal é usada em outros locais, como nas esquinas das ruas Helvétia e Barão de Piracicaba, para impedir o vai-e-vem e a aglomeração de usuários. A medida não surte muito efeito porque eles dão a volta no quarteirão para comprar drogas no fluxo localizado na esquina da Alameda Cleveland com Rua Helvétia, na chamada Praça do Cachimbo. Ou ficam aglomerados na Alameda Dino Bueno. "Nos sentimos 'enlatados'. No fim isso só serve para complicar o nosso trabalho de abordagem", como comentou uma assistente social da prefeitura[16]. Até mesmo a Praça Júlio Prestes foi cercada com um gradil, deixando de ser aberta ao público: guardas municipais são responsáveis pela permissão de entrada no local.

Erving GOFFMAN (2004), assim como Howard BECKER (2008) abordaram como a sociedade trata de maneira estigmatizante os grupos classificados como "desviantes sociais". Um exemplo são os dependentes químicos[17]. As ações cerceadoras do direito de ir e vir são constantes na cracolândia porque o poder público considera a população local "como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade", como explicou GOFFMAN (2004, p. 122).

Os conflitos na hora da limpeza das ruas realizada pela Prefeitura diariamente também são comuns. Assim como comuns e repetitivas são as notas da Secretaria de Segurança Pública para justificar a ação violenta dos policiais, que normalmente usam bombas para dispersar as pessoas e apresentam sempre o mesmo conteúdo: "os policiais militares faziam patrulhamento e se depararam com um princípio de tumulto, quando foram arremessadas pedras e outros objetos contra os agentes, o que motivou o uso das bombas para dispersar a confusão"[18].

---

[15] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/predio-popular-vira-uma-fortaleza-na-cracolandia-e-esquece-projeto-original.shtml Último acesso em 10.03.2020.

[16] Anotação do caderno de campo em 26.08.2018.

[17] Na lista dos autores no rol dos desviantes sociais ainda estão incluídos outros grupos estigmatizados como prostitutas, homossexuais, delinquentes, criminosos, pedintes, mas também músicos de jazz, boêmios, ciganos e artistas em geral, numa demonstração dos preconceitos que a sociedade ajuda a disseminar.

[18] https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pm-usa-bomba-em-acao-de-limpeza-de-rua-na-cracolandia,70001936338 Último acesso em 10.03.2020.

Mas agentes sociais e ativistas alegam que os dependentes químicos apenas revidam as agressões rotineiras. Segundo GOFFMAN

> Em vez de se retrair, o indivíduo estigmatizado pode tentar aproximar-se de contatos mistos com agressividade; mas isso pode provocar nos outros uma série de respostas desagradáveis. Pode-se acrescentar que a pessoa estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade, correndo de um para a outra, tornando manifesta, assim, uma modalidade fundamental na qual a interação *face-to-face* pode tornar-se muito violenta (2004, p. 18).

E ações semelhantes, de tão comuns, passaram a não chamarem tanto a atenção da imprensa – a não ser que haja feridos graves ou mortos. Em um desses dias "comuns" passei pela primeira revista policial da minha vida. Segue trecho do relato anotado no caderno de campo:

> Apesar de o território ser campo minado, confesso que hoje me espantei com o clima de animosidade logo cedo. Ao me encaminhar para a Praça Júlio Prestes para acompanhar o trabalho da ONG Ação Retorno, capitaneada pela pastora Nildes e pelo pastor Jair, resolvi entrar pela rua Helvétia e virar na Dino Bueno porque sei que ali sempre tem viaturas da PM ou da Guarda Civil e me sinto mais tranquila para passar. E, de fato, muitas viaturas estavam por ali, em maior número do que de costume. Pois bem, para minha surpresa e pela primeira vez na minha vida, fui abordada pela Guarda Civil. Expliquei que estava indo até a ONG, mesmo assim o guarda civil que se apresentou pelo nome e disse que era o coordenador da abordagem, pediu para eu ficar próxima ao muro e chamou uma guarda feminina para me revistar. Enquanto meu documento era checado na viatura e minha bolsa era revistada, ele explicou que eu vim pelo meio do fluxo e pessoas com o meu "perfil" faziam parte agora da abordagem e que ele estava fazendo o trabalho dele. Em nenhum momento foi agressivo, mas tive que responder várias vezes às mesmas perguntas: por que eu estava ali, em que eu trabalhava, qual igreja eu frequentava, onde eu morava, se eu era usuária ou ex-usuária etc. E depois que fui liberada, ele gritou: "ninguém mais passa por aqui". Pouco tempo depois correria e bombas. A porta da ONG ficou cheia de usuários amontoados para se proteger da ação. Viaturas da Guarda Civil e da PM, grupos de policiais e vários dependentes correndo de um lado para outro. O discurso: os usuários provocaram tumulto na hora da limpeza da rua. Mas o que se vê é pouco apoio às ações sociais - nem as ações dos assistentes sociais e de saúde que se desdobram em abordar os usuários são privilegiadas - e muita ação policial contra o uso. Infelizmente quase nada para combater o tráfico[19].

Questionei qual seria esse perfil a que o guarda se referia e ele respondeu: "pessoas bem-vestidas como a senhora". Eu estava de camiseta e calça de agasalho pretas, tênis e boné. Depois que eu repeti que me encaminhava à ONG porque prepararíamos um almoço para as mulheres que acontecia sempre às quintas-feiras, o guarda me deu parabéns pelo trabalho, devolveu meu documento e deu a ordem para ninguém mais passar.

[19] Anotação do caderno de campo em 19.07.2018.

Depois que a situação se acalmou encontrei uma das coordenadoras do trabalho de campo dos assistentes sociais da Prefeitura. Ela se queixou: "imagina meus orientadores e técnicos nesse fogo cruzado". Quando contei que eu tinha passado pela revista e que o guarda falou que eu tinha o "perfil" ela comentou que mesmo membros da equipe dela – que são uniformizados e usam crachás de identificação durante o trabalho também passavam por revistas eventuais da Guarda Civil Metropolitana[20].

Taniele RUI (2014) presenciou situação semelhante ao que me contou a assistente social. "De saída, é possível notar que o conhecimento de que os policiais têm desses usuários não se amplia para os serviços de atenção, que igualmente são parte constituinte do local. Por conta disso, serviços de saúde e assistência frequentemente têm que esclarecer aos policiais o que fazem ali" (p. 233).

João Doria deixou a Prefeitura após um ano e três meses de mandato para assumir a cadeira de governador do Estado em 2019. Em seu lugar foi empossado o vice Bruno Covas, também do PSDB[21]. Assim como Doria, o sucessor recebeu duras críticas de ativistas que atuam na cracolândia que reclamam das ações violentas por parte dos guardas civis contra os usuários de drogas. Reproduzo abaixo o relato enviado via mensagem de voz por WhatsApp por uma pastora cuja ONG atende dependentes químicos na praça Júlio Prestes. O áudio foi enviado dentro de um grupo de WhatsApp da qual faço parte com pessoas que trabalham e/ou atuam na cracolândia.

> Vocês sabem que eu sou uma pessoa que fica me limitando a falar, mas eu tenho que falar, né? Essas ações truculentas que têm acontecido aqui no território cada dia, mas tem piorado. Um monte de profissionais da GCM despreparados para lidar com essa realidade aqui. Eu vejo pessoas sendo pisoteadas, machucadas desnecessariamente. Muitos deles estão dormindo e é (sic) acordado com chutes e pontapés. Eles são provocados todo o tempo, sendo chamados de lixo... eu me recordo de uma manhã, chegando para trabalhar, e estava passando pelo processo da revista, os seguranças estavam todos revistando as pessoas que estavam passando, um rapaz passou, levantou a roupa, não tinha nada, veio um policial, um GCM, e veio e deu-lhe uma cacetada nele, do nada. E ele "senhor, o que que eu fiz?" Ele falou assim: "nada", "e por que o senhor está me batendo?" e ele: "e o que que tem você apanhar de vez em quando?". E eu esperei, peguei o nome e passei 'pro' inspetor. Então, são coisas desse tipo que a gente não pode mais tolerar. A gente não quer se comprometer, eu tenho medo mesmo, não vou mentir. Afinal de contas eu moro no território há muitos anos, tenho a minha família, eu não sei quem é quem. 'Tá' complicado, eu acho que muitas coisas ruins vão acontecer ali se a gente não tomar um posicionamento em prol dessas vidas,

[20] Anotação do caderno de campo em 19.07.2018.

[21] Bruno Covas assumiu a cadeira de prefeito em 6 de abril de 2018. Foi eleito prefeito em 2020 e ficou no cargo até 16 de maio de 2021.

> pessoas inocentes mesmo. Do lado 'tá' o tráfico, do lado 'tá' a polícia e a gente não sabe hoje mesmo em quem confiar[22].

Os comentários dos integrantes do mesmo grupo repetem o discurso de truculência por parte da Guarda Municipal. E coincidem com o apurado por Taniele RUI (2014) ao entrevistar pessoas que atuam com redução de danos na cracolândia. Um deles chegou a usar o termo "sadismo gratuito" para ilustrar a atuação policial. Segundo a autora, a postura policial deve-se à associação que se faz automaticamente entre uso de drogas e criminalidade, desumanizando os usuários (p. 234).

> Interessante, pois, diferentemente do que se passa na relação entre traficantes e usuários (pautada no comércio da substância) ou entre traficantes e policiais (baseada na compra de "mercadorias políticas"), a relação entre usuários e policiais implica a quase ausência de comércio, de troca ou de proteção. Parece-me aqui que a ideia de gratuidade amplia o próprio sadismo e contribui para um tipo de cena cuja finalidade última é a demonstração de poder, autoridade, capacidade de humilhar e, o que me parece mais relevante, ostentar a diferença, quase ontológica, entre ambos (RUI, 2014, p. 237).

A violência não se limita às ações policiais. A imprensa registrou por mais de uma vez os agentes de limpeza atingindo pessoas que dormiam na rua com os jatos de água usados para lavar as ruas e calçadas não apenas na cracolândia, mas também em outras áreas onde há concentração de moradores de rua. Em reportagem da Folha de S.Paulo[23], a Prefeitura afirmou que foi uma ação isolada do agente de limpeza.

No entanto, assistentes sociais e de saúde reportaram que agressões iguais àquela eram constantes. A mesma reportagem listava ações semelhantes em outros locais: jatos de água lançados nos moradores mesmo durante o inverno. Os dependentes químicos são tratados como seres abjetos, sem traços de humanidade (RUI, 2014), literalmente como o lixo que precisa ser retirado diariamente. Como observou GOFFMAN, "aqueles que têm relações com ele [o estigmatizado] não conseguem lhe dar o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os haviam levado a prever" (2004, p. 11).

> A figura que o indivíduo apresenta na vida diária perante aqueles com quem ele tem relações habituais será, provavelmente, reduzida e estragada por demandas virtuais (quer favoráveis ou desfavoráveis), criadas, por sua imagem pública. Isso parece ocorrer sobretudo quando não se está mais engajado em acontecimentos que mereçam atenção e deve encarar, em todos os lugares, o fato de ser recebido como alguém que não é mais o que era; parece ainda

[22] Enviado em 09.07. 2020. Transcrito por mim.
[23] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/morador-de-rua-e-alvo-de-jato-dagua-em-limpeza-da-prefeitura-na-cracolandia.shtml Último acesso em 10.03.2020.

> provável que ocorra isso quando a notoriedade é alcançada devido a um acontecimento acidental, rápido e não característico que expõe a pessoa à identificação pública sem lhe dar nenhum direito que compense os atributos desejados. (GOFFMAN, 2004, p.63,64)

De acordo com Marcos DRUMOND JÚNIOR (2002) na ausência de definições claras por parte do Estado, cabe à sociedade civil organizada as iniciativas para manter e implementar as políticas sociais necessárias (p.114). Porém, além das constantes ações policiais para "conter tumultos" e que afetam prioritariamente os usuários de drogas, a gestão municipal atuou para impedir ou dificultar o trabalho de entidades. Destaco alguns deles, como a distribuição de alimentos na cracolândia, o que gerou a revolta de diversas ONGs e voluntários de organizações religiosas que fazem esse trabalho[24].

As tentativas de restrição atingiram outras ações sociais como as desenvolvidas pela Rede Social do Centro e a ONG Moradores de Rua e Seus Cães. A Rede Social do Centro é um grupo formado por igrejas e sociedade civil que se uniu em 2010 para fazer mutirões de atendimento, chamados de Dia do Bem e Rua Cidadã, para a população da cracolândia principalmente. Hoje tem sua atuação espalhada pela cidade. A ação preparada para ser realizada no dia 28 de março de 2018, na Rua 25 de Março, teve o pedido inicial negado. "Foi a primeira vez que tivemos um problema como esse", contou o pastor Daniel Chechio, coordenador da entidade[25]. O Dia do Bem foi liberado depois da intervenção da Câmara Municipal.

Já a ONG Moradores de Rua e Seus Cães, que fornece atendimento veterinário gratuito aos animais dos moradores de rua além de kits de higiene e café da manhã aos sem-teto, precisou recorrer ao Ministério Público para conseguir fazer a ação do dia 27 de maio de 2018[26]. A justificativa era que as ações sociais só poderiam ser feitas em locais fechados, nos Centros de Acolhida municipais. Mas os ativistas disseram acreditar que o objetivo da prefeitura era se beneficiar com o marketing positivo gerado com as ações das entidades.

Não apenas usuários de drogas e as ONGs de assistência são afetados pelas ações, por vezes arbitrárias do poder público. Um caso exemplar foi a remoção de moradores de

[24] https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,gcms-tentam-barrar-distribuicao-de-sopa-na-cracolandia,70001898693 Último acesso em 10.03.2020.
[25] Anotações do caderno de campo em 13.03.2018.
[26] https://www.buzzfeed.com/br/felitti/prefeitura-de-sp-proibe-ongs-que-ajudam-caes-de-sem-teto-a#.cbYy9908x5 Último acesso em 11.03.2020.

prédios e pensões que foram derrubados para a construção de uma unidade do Hospital Pérola Byinton no quarteirão formado pela Avenida Rio Branco e alamedas Glete e Barão da Piracicaba. Notícia veiculada pelo jornal Folha de S. Paulo[27] informou que 225 famílias foram removidas dos imóveis, que foram demolidos em abril de 2018. Muitos se queixaram de não terem recebido qualquer aviso sobre a remoção.

Segundo o jornal, os despejados receberam R$ 1.200,00 de auxílio moradia por meio da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano). Não foi o que ouvi de um senhor que teve que sair do apartamento onde morava com a esposa[28]. Na ocasião, ele estava com 91 anos e a esposa com 88.

Moradores do bairro desde os anos 1950, foram testemunhas oculares da degradação da região, que já foi a mais rica da cidade[29]. Contou que tiveram que sair sem aviso e sem ajuda para a mudança, sem destino e sem indenização antes da demolição. Acabaram se instalando nos fundos da vendinha que mantinham na Alameda Glete, inaugurada em 1954, pouco tempo depois de imigrarem, vindos de Portugal. “Foram os trabalhadores da obra que acabaram nos ajudando a tirar os móveis de casa”.

Disse que os filhos contrataram um advogado para tentar receber o valor da indenização, mas sem prazo anunciado. “Quem havia invadido recebeu um valor de R$ 1.200,00 para sair. Como o apartamento era meu, não recebi nada”. Não consegui depois disso acompanhar o caso do casal de portugueses. As obras do hospital iniciaram em agosto de 2019, mas pouco avançaram nos dois anos seguintes.

Desapropriações sem aviso-prévio são comuns na região. Como a que despejou pelo menos 30 pessoas que ocupavam oito imóveis entre a Alameda Dino Bueno e rua Helvétia em plena pandemia. A ação da Secretaria das Subprefeituras lacrou os imóveis para evitar o retorno dos moradores, segundo reportagem do jornal Folha de S.Paulo[30], impedindo, inclusive, a retirada de documentos e pertences pessoais.

Um deles contou que estava na Avenida Paulista, onde trabalha como camelô, e soube da desapropriação pelo rádio. “Acham que só tem noia aqui na cracolândia, mas tem pessoas como eu que só consegue pagar um quarto de hotel para morar”, disse à reportagem.

---

[27] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/regiao-da-cracolandia-tem-remocao-de-familias-para-construcao-de-hospital.shtml Último acesso em 11.03.2020.
[28] Anotações do caderno de campo em 26.07.2018.
[29] Faço um relato mais completo da degradação do bairro da Luz em TRIGO (2016).
[30] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/acao-de-despejo-na-cracolandia-deixa-30-pessoas-desabrigadas.shtml Último acesso em 20.11.2021.

Casos como esses são uma amostra da estigmatização geográfica e populacional da região. O poder público não entende as diferenças entre usuários de drogas e moradores do bairro. Classificar toda a região como cracolândia é "um perigo, na medida que pode confundir todo o bairro, estigmatizá-lo e contribuir ainda mais para sua depreciação tanto material como simbólica", como alertou Taniele RUI (2014, p. 228).

> Somado a isso, há algo que é ainda mais abstruso e talvez revele o desastre do *"bullying territorial":* o termo "cracolândia", paulatinamente, vem transbordando dessas imediações da Luz e tem passado a nomear, até mesmo no diminutivo outros cenários de uso e outros agrupamentos em torno do consumo de crack em várias cidades brasileiras (RUI, 2014, p. 229).

1.2 – Descontinuidade e desassistência

Desde a chamada "Operação Centro Legal", ou "Operação Sufoco" (como ficou conhecida, realizada em janeiro de 2012, pela gestão do prefeito Gilberto Kassab – uma das mais dramáticas ações apenas baseada na força policial), a região da cracolândia vem sendo um laboratório de decisões tomadas sem planejamento, projetos que não têm continuidade ou que parecem ser meramente midiáticos.

Os programas municipais já foram anunciados como Nova Luz, Braços Abertos, Redenção, Redenção Fase II e Redenção Fase III. E há ainda o Programa Recomeço, do Governo do Estado. O que se vê, no entanto, são muitas ações policiais que pouco reprimem o tráfico, mas que atingem diretamente os dependentes químicos. "Falta planejamento, mas sobra bomba para lidar com questões como a da cracolândia", como argumentaram a socióloga Nathália Oliveira e a psicóloga Maria Angélica Comis em artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo[31].

Com a eleição de João Doria para governador em 2018, a promessa de acabar com a cracolândia foi mantida no papel por seu sucessor Bruno Covas (PSDB). Ao contrário do prometido, a cracolândia continuou existindo. Apesar de afirmar que a assistência social era "sua prioridade", Covas cortou verbas da secretaria municipal de Assistência e Desenvolvimento Social assim que assumiu a prefeitura. O forte contingenciamento acabou provocando um troca-troca de secretários: entre 2018 e 2019, a secretaria teve cinco titulares diferentes[32].

[31] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/falta-planejamento-mas-sobra-bomba-para-lidar-com-questoes-como-a-da-cracolandia.shtml Último acesso em 16.03.2020.
[32] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/em-2-anos-sp-troca-de-secretario-de-assistencia-social-pela-5a-vez.shtml Último acesso em 11.03.2020.

Mesmo as bandeiras iniciais da gestão Doria/Covas se perderam no caminho. Uma delas foi o programa Trabalho Novo para empregar moradores de rua com a ajuda da iniciativa privada. Anunciado como o substituto das frentes de trabalho do programa Braços Abertos da gestão petista, o Trabalho Novo perdeu força, conforme reportagem da Folha de S.Paulo[33]. Como não tinha vinculação direta com a Prefeitura – era gerido pela ONG Rede Cidadã que fazia a ponte com a iniciativa privada – o programa não conseguiu atender a demanda por emprego das pessoas que participaram dos cursos de requalificação da entidade. A falta de verba municipal colocou o programa em xeque.

Cabe aqui o mesmo questionamento feito por Taniele RUI: é claro que os governos estadual e municipal estão presentes na cracolândia. A presença de assistentes sociais e de saúde é visível. Assim como a de policiais militares e guardas civis metropolitanos que já fazem parte da paisagem local, vigiando os usuários de perto ou com o uso de drones, na tentativa de diferenciar usuários de traficantes. No entanto, o policiamento constante e ostensivo não inibe a venda de crack, nem aumenta a sensação de segurança de quem mora ou trabalha na região. Nesse sentido, RUI considera

> relevante saber "*como* ele está lá", o que, acredito, só um olhar mais aproximado é capaz de responder. Trata-se, logo, de saber *como*, no dia a dia (e não apenas esporadicamente), policiais, serviços de assistência e de saúde – todos com propostas bastante divergentes entre si -, mídias, usuários de crack e traficantes interagem nesse espaço (RUI, 2014 p. 230).

O "como" parece estar em tantos programas largados pelo caminho, demonstrando que a assistência social no Brasil está longe de ser uma política pública efetiva, um programa de governo. Está mais ligada ao assistencialismo de ocasião, como um pronto-socorro que "não tem a preocupação com 'a doença, sua cura ou prevenção', mas com a redução, ainda que precária e imediata, do 'grau de gravidade' da situação do doente", como escreveu Aldaíza SPOSATI (2012).

Em junho de 2019, foi aprovada a Política Nacional sobre Drogas[34], que prevê, entre outros pontos, a possibilidade de internação compulsória de dependentes químicos e o fortalecimento da participação das comunidades terapêuticas de cunho religioso como forma de tratamento, dois pontos bastante controversos para especialistas e estudiosos da área. Na ocasião, o prefeito Bruno Covas anunciou o alinhamento das ações municipais

[33] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/programa-para-empregar-morador-de-rua-em-sp-perde-ritmo-e-vive-impasse.shtml Último acesso em 11.03.2020.
[34] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm

à nova Política, com, inclusive, aumento do número de leitos psiquiátricos para receber os internados compulsoriamente[35]. A internação compulsória não foi para frente, mas o atendimento se aproximou de associações religiosas como veremos adiante.

A questão principal é que as constantes mudanças dos programas propostos pelos gestores municipais dificultam a mensuração de qualquer resultado. Segundo Aldaíza SPOSATI (2012), a assistência social no Brasil é secundarizada e marginalizada e pode ser facilmente descartada.

> A política de assistência social no Brasil se mantém opaca, sem visibilidade, sem identidade, sem direção clara, germinando e proliferando uma caótica rede de instituições públicas produtoras de assistência e serviço social que apresenta resultados marginais até mesmo para seus agentes técnicos (SPOSATI, 2012, pg. 159).

As alterações de rumo não são privilégio dos governos mais ligados à direita. O Braços Abertos da gestão petista (2013-2017), recebido inicialmente por especialistas como um programa mais humanizado, nasceu na secretaria municipal de Assistência Social, mas logo foi transferido para a secretaria de Segurança Pública, deixando clara a dificuldade que gestores têm, independente dos partidos aos quais pertençam, de entender que a cracolândia é um problema muito além da segurança pública. E na troca de prefeito, as propostas mudam para dar a cara do novo gestor, mostrando que, na prática, não existe uma política pública de atenção à dependência química.

O mesmo aconteceu com a gestão Covas: "fim da cracolândia" anunciado de início deu lugar a uma revisão da meta e o então prefeito passou a falar em diminuir em 80% o número de usuários de drogas. Mesmo esse objetivo foi considerado extremamente otimista por quem acompanha os diversos programas já aplicados sem sucesso na cracolândia. Uma das promessas era o cadastramento prévio dos usuários, para que recebessem encaminhamentos corretos, como tratamento médico. Não aconteceu.

A principal mudança apresentada foi a criação do SIAT (Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica) que abriga, no mesmo espaço, moradia provisória e atendimento médico, psicológico e social. A Prefeitura instalou os equipamentos a pelo menos dois quilômetros de distância da cracolândia: um próximo à estação Armênia do Metrô e outro no bairro do Glicério. E com o início das atividades do SIAT, a Prefeitura desmontou os

[35] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/com-mudanca-na-lei-prefeitura-de-sp-adotara-internacao-involuntaria-de-dependentes-de-drogas.shtml Último acesso em 11.03.2020.

atendimentos próximos à cena de uso, que eram chamados de Atende. A última unidade, o Atende 2, foi fechada em abril de 2020, após operação policial. Segundo a Prefeitura, o espaço estava sendo usado como ponto de tráfico de drogas[36].

Entidades que trabalham com redução de danos na região emitiram um comunicado com queixas ao fim dos atendimentos na região da Luz.

> "Um espaço da cidade que, historicamente apresenta uma rede de atenção e cuidado insuficiente, agrava-se com as recentes tomadas de decisões dos governos municipal e estadual. Desde 2017, a gestão municipal vem tentando deslocar a cracolândia para fora do centro de São Paulo"[37].

Alba ZALUAR (1997) diz que a "exclusão como manifestação de injustiça (distributiva) se revela quando pessoas são sistematicamente excluídas dos serviços, benesses e garantias oferecidos ou assegurados pelo Estado, pensados, em geral, como direitos de cidadania" (p. 4). Sem os atendimentos no território de uso – que ofereciam espaço de convivência, oficinas, alimentação, banho, e principalmente de redução de uso de drogas por parte dos usuários enquanto participavam das atividades – o que se viu foi o aumento de usuários pela cracolândia.

Promessas para reverter o histórico de décadas de degradação de uma região que já foi a mais rica da cidade são muitas[38]. Ativistas e profissionais que atuam na área relatam cansaço com os sucessivos programas sem sucesso e que ignoram, por exemplo, os moradores da região, além dos dependentes químicos. Projetos sem continuidade dão mais ar de abandono ao local, e reforçam o ambiente de exclusão e apartheid social e tratam aquela população "como não-cidadãos, sem o direito básico à vida", como definiu DRUMMOND JÚNIOR acrescentando:

> Essas condições de vida dos grupos sociais, determinados pelos processos globais e locais econômicos-sociais geradores de exclusão social e de profunda iniquidade, vão produzir e manter formas específicas de adoecimento e morte da população da cidade. Dito de outra forma, São Paulo produz suas formas específicas de adoecimento e morte (DRUMOND JÚNIOR, 2002, p. 35).

[36] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/operacao-desmonta-trafico-em-centro-de-apoio-da-prefeitura-na-cracolandia-em-sp.shtml Último acesso em 11.03.2020.
[37] https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/prefeitura-de-sp-vai-fechar-servico-para-usuarios-de-drogas-da-cracolandia.shtml Último acesso em 11.03.2020.
[38] Para saber mais, veja histórico pesquisado sobre as transformações da região da Luz publicado em TRIGO (2016).

1.3 – A cracolândia como plataforma política

De tempos em tempos, o trabalho voluntário na cracolândia, realizado por grupos vinculados a alguma igreja ou não, sofre com o cerceamento das ações por parte do poder público. Em fevereiro de 2020, a Prefeitura cancelou a autorização do Blocolândia, bloco formado por voluntários, dependentes químicos e trabalhadores da região central de São Paulo, que sai no Carnaval desde 2015. Segundo o jornal Folha de S. Paulo[39], a Prefeitura cancelou a saída do bloco a pedido da Polícia Militar. "A alegação é de que foi cancelado pela falta de segurança, mas o bloco acontece desde 2015 e nunca houve um episódio de violência", reclamou Leôncio Nascimento, um dos organizadores do bloco.

Mas é principalmente o trabalho de distribuição de comida ou de redução de danos que sofre não só com as proibições, mas também com a estigmatização. Não são raras, inclusive, as tentativas de criminalizar o trabalho voluntário, associando as ações ao tráfico de drogas. O pastor Rica, que tem um projeto social na cracolândia, reclama da pressão para encerrar as atividades. "Tentam nos associar ao tráfico, mas não sou do crime nem da polícia, eu estou lá para ajudar, seja quem for"[40].

O coletivo A Craco Resiste, que faz ações de redução de danos na cracolândia, também foi alvo de acusações de apologia ao uso de crack. O Ministério Público iniciou uma investigação contra o grupo, a pedido do vereador Rubinho Nunes (PSL), alegando que os ativistas incentivavam o consumo de droga. Um grupo de advogados ligados ao Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) pediu o trancamento do inquérito ao Tribunal de Justiça de São Paulo, alegando que "há evidente tentativa de criminalização de política pública" de redução de danos do coletivo[41].

É a justiça perseguindo o corpo além da imposição do sofrimento, como definiu Michel FOUCAULT:

> O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos "excessos" dos suplícios, se investe toda a economia do poder (FOUCAULT, 1991, p. 35).

[39] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/prefeitura-de-sp-cancela-autorizacao-de-bloco-na-regiao-da-cracolandia.shtml Último acesso em 22.02.2020.
[40] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/com-pandemia-cracolandia-em-sp-ve-menos-doacoes-e-mais-tensao-com-policia.shtml Último acesso em 27.09.2021.
[41] https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/09/advogados-pedem-fim-de-inquerito-contra-ativistas-acusados-de-distribuir-cachimbos-na-cracolandia.shtml Último acesso em 27.09.2021.

Mas talvez a figura que mais sofra com as perseguições seja o padre Julio Lancelotti. O religioso, que é responsável pela Pastoral do Povo de Rua, é vítima frequente de ataques de políticos. Uma dessas investidas aconteceu depois que o padre postou uma foto em uma rede social, alegando que a Polícia Militar estaria intimidando integrantes da Pastoral do Povo de Rua que distribuía alimentos aos dependentes químicos na cracolândia.



Figura 2[42]

Após a postagem, a deputada estadual Janaína Paschoal (PSL) criticou o padre, afirmando que a distribuição de comida na cracolândia incentiva a criminalidade. A mesma acusação foi feita pelo colega deputado Artur do Val (Patriotas) quando foi candidato a prefeito (veremos mais adiante). O estigma da criminalidade é facilmente aplicado aos dependentes químicos pela opinião pública. Dessa maneira, passam a tratar os usuários de drogas como se fossem uma "não-pessoa", alguém sequer merece atenção, como avaliou GOFFMAN. "É provável que, em situações sociais onde há um indivíduo

[42] Foto publicada em https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/08/janaina-paschoal-diz-que-doacao-de-comida-na-cracolandia-ajuda-crime-padre-julio-lancelotti-rebate.ghtml Último acesso em 29.09.2021.

cujo estigma conhecemos ou percebemos, empreguemos categorizações inadequadas e que tanto nós como ele nos sintamos pouco à vontade" (2004, p. 19).

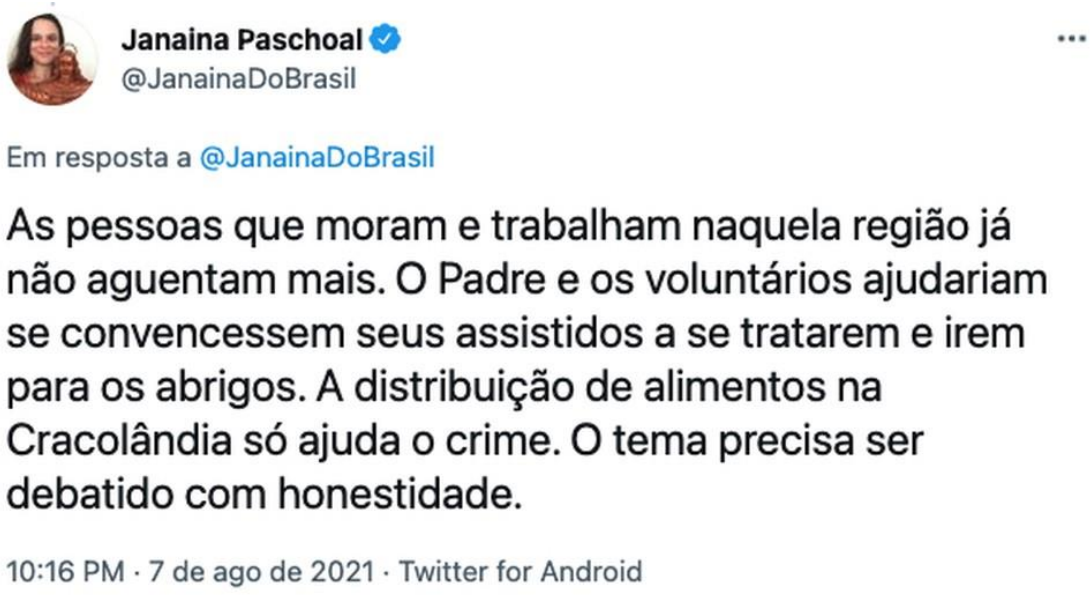


Figura 3[43]

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o padre convidou a deputada a conhecer o trabalho desenvolvido por ele e os voluntários da Pastoral do Povo de Rua. Janaina Paschoal disse conhecer o trabalho do padre e declinou o convite. Mas acrescentou: "Se ele é religioso, não deveria se portar como um intocável"[44].

A antropóloga Alba ZALUAR (1997) alerta para a armadilha que é vincular a criminalidade com a pobreza apenas de maneira retórica. Relacionar ações junto aos pobres com a criminalidade é desviar a atenção dos que deveriam ser controlados de fato, como traficantes de drogas. É desviar o debate para o lado apenas da criminalidade e não para as políticas públicas, políticas essas que ZALUAR classificou como "sociabilidade positiva e para os direitos positivos de participação" (1997).

O uso político da cracolândia garante espaço na mídia e nas redes sociais, mas não a ponto de discutir políticas públicas eficazes com o objetivo de diminuir os problemas tão complexos que existem em seu interior e no entorno do território. As ações propostas

[43] Foto publicada em https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/08/janaina-paschoal-diz-que-doacao-de-comida-na-cracolandia-ajuda-crime-padre-julio-lancelotti-rebate.ghtml Último acesso em 29.09.2021.
[44] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/se-e-religioso-nao-deveria-se-portar-como-intocavel-diz-janaina-paschoal-sobre-padre-julio.shtml Último acesso em 29.09.2021.

são quase sempre excludentes ou resumem-se a ataques aos usuários ou voluntários. Apenas reforçam a exclusão já institucionalizada que estigmatiza usuários e o território como um todo. Alba ZALUAR lembra que as políticas públicas devem ser implementadas não porque os atendidos representem um perigo à sociedade, mas porque um país democrático e justo não pode existir sem tais políticas (1997).

A cracolândia tem sido usada como alavanca midiática por personagens diversos, não apenas por políticos eleitos, mas por pessoas que têm pretensões de se eleger a algum cargo. É o caso do delegado da Polícia Civil de São Paulo, Carlos Alberto da Cunha. Nas redes sociais, o delegado Da Cunha, como é conhecido, alegou que deflagaria sozinho uma operação na região da cracolândia. "Operação São Paulo em andamento. De volta às ruas. Mas agora sozinho. O tio Da Cunha só sabe uma coisa: para cima deles!"[45], como noticiou o jornal Folha de S. Paulo.

Ao que parece tudo não passou de encenação. Da Cunha não esconde suas pretensões políticas e já disse que quer ser governador de São Paulo. O caso irritou a cúpula da Secretaria de Segurança Pública que afastou o delegado das funções. No entanto, ele continuou ativo das redes sociais e conta com uma legião de três milhões de seguidores.

Na campanha eleitoral para a Prefeitura de São Paulo em 2020, a cracolândia foi um dos assuntos mais debatidos e o trabalho dos grupos religiosos no território foi usado para o bem e para o mal. Mais uma vez, o padre Julio Lancelotti virou alvo, dessa vez do candidato Arthur do Val, deputado estadual (Patriotas) e que ficou conhecido pela alcunha de Mamãe Falei.

O deputado foi o responsável por colocar a cracolândia no centro do debate eleitoral daquele ano. Com apenas 16 segundos no horário eleitoral, Mamãe Falei usou seu canal no Youtube para fazer vídeos na região, acompanhado do ex-comandante da Guarda Civil Metropolitana, Carlos Alexandre Braga, então candidato a vereador pelo mesmo partido, o Patriotas. Nos vídeos, gravados em setembro de 2020, Mamãe Falei e o Comandante Braga mostram a região de forma aleatória, sem apresentar qualquer contexto, apenas com frases de efeito[46].

[45] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/policia-de-sp-investiga-delegado-youtuber-por-operacao-rambo-na-cracolandia.shtml Último acesso em 04.10.2021.
[46] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=yuKajEXfEK8 Último acesso em 04.10.2021.

Em um desses vídeos, que possivelmente foi feito nas primeiras horas da manhã, já que mostrava região praticamente vazia, apontam para um prédio onde, segundo ele, funciona uma ONG "que a Prefeitura paga e que deveria cuidar e melhorar a questão da cracolândia. Recebe dinheiro público pra projetos para cracolândia, mas está fechada". Nenhuma explicação sobre o que a ONG faria, nem que a pandemia de covid-19 obrigou a interrupção de vários tipos de atendimento. Também mostra um prédio que seria tombado pelo patrimônio público, "mas que está invadido". O prédio aparece com a entrada e janelas concretados. Ainda no mesmo vídeo, o deputado afirma que o fluxo fica na frente do metrô, mas na verdade mostra a entrada da estação Júlio Prestes, da CPTM.

Nos vídeos, Mamãe Falei chega a mostrar excrementos humanos para mostrar que "a região está abandonada pela Prefeitura" para em seguida criticar o único banheiro para uso dos dependentes químicos instalado na Praça Júlio Prestes pela Prefeitura. A falta de coerência entre uma fala e outra parece não incomodar o deputado. Segundo ele, a estrutura é paga com dinheiro público "pro cliente do traficante se manter aqui". E pergunta: "sabe quem gosta disso? É o traficante. Essa palhaçada de padre Julio Lancellotti... eles fomentam o tráfico"[47].

Esse não foi o único ataque do deputado contra o padre Julio a quem já chamou de "cafetão da miséria"[48]. Nem ele, nem o comandante Braga[49] foram eleitos aos cargos que pleiteavam. Mas as críticas ao trabalho social ou ao pouco que é feito pela Prefeitura para dar alguma dignidade aos dependentes químicos renderam enorme audiência nos canais do deputado nas redes sociais, comprovando que reforçar estigmas e exclusão também pode render prestígio para determinados grupos. Como argumentou Judith BUTLER:

> Essa matriz excludente de formação dos sujeitos exige, portanto, a produção simultânea de uma esfera de seres abjetos, daqueles que não são "sujeitos", mas que constituem o exterior constitutivo do campo dos sujeitos. O abjeto designa aqui precisamente aquelas áreas "inabitáveis" da vida social que, no entanto, são densamente povoadas por aqueles que não gozam da hierarquia dos sujeitos, mas cuja condição de viver sob o signo do "inabitável" é necessário para circunscrever a esfera dos sujeitos. (...) Nesse sentido, então, o sujeito se constitui pela força da exclusão e da abjeção, força que produz um

[47] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=joYFe0TjAGU Último acesso em 04.10.2021.
[48] https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/arthur-volta-a-ser-mamae-falei-e-quer-engajar-antipetista-de-classe-media-em-sao-paulo.shtml Último acesso em 04.10.2021.
[49] Carlos Alexandre Braga foi exonerado do comando da GCM em 08. 03. 2019 pelo então prefeito Bruno Covas depois de um ano no cargo. Segundo reportagem do jornal Folha de S.Paulo, ele foi acusado de desvio de mais de R$ 200 mil de verbas públicas federais e por falsificação e uso de documento público falso. https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/comandante-da-guarda-de-sp-deixa-cargo-um-ano-apos-revelacao-de-suspeita-de-desvios.shtml Último acesso em 04.10.2021.

> exterior constitutivo do sujeito, um exterior abjeto que, afinal, é "interior" ao sujeito como seu próprio repúdio fundamental (BUTLER, 2002, p. 19,20, tradução minha)[50].

A visão equivocada de que o trabalho voluntário ou de redução de danos dá condições para que pessoas em situação de vulnerabilidade permaneçam nas ruas não é privilégio de Mamãe Falei ou da deputada estadual Janaina Paschoal, como vimos acima. Reverbera pela sociedade e em outras esferas de governo, provando que o cenário social por vezes devastador não gera empatia. Ao contrário, os dependentes químicos que circulam pela cracolândia, assim como qualquer pessoa em situação de rua, são considerados "não-pessoas" que não merecem atenção (GOFFMAN, 2004).

A falta de empatia afeta até as pessoas que, por obrigação do cargo, deveriam ser preocupar com a população de rua. Como ponderou Judith BUTLER (2002): é a formação do discurso de poder que define o que se denomina "humano" (p. 26). Em entrevista a uma rede social, a primeira-dama do Estado e presidente do Conselho do Fundo Social de São Paulo, Bia Doria, disse considerar errado oferecer comida e roupas para moradores de rua. "Não é correto você chegar lá na rua e dar marmita, porque a pessoa tem que se conscientizar que ela tem que sair da rua. Porque a rua hoje é um atrativo, a pessoa gosta de ficar na rua"[51]. Diante da repercussão negativa, Bia Doria disse que a frase foi tirada do contexto.

Mas voltando ao uso da cracolândia como plataforma de campanha à Prefeitura: outra candidata, a deputada federal Joice Hasselmann (PSL), também causou polêmica. No dia 7 de setembro de 2020, Joice chegou à região acompanhada de uma equipe de filmagem e produção, com cabeleireiro e maquiador, pronta para gravar um programa. Nas redes sociais circulou a informação de que, ao perceber uma equipe de filmagem, os dependentes químicos se exaltaram e a candidata foi obrigada a sair da cracolândia. Em uma rede social, a deputada postou fotos em que aparece abraçando pessoas identificadas

[50] Esta matriz excluyente mediante la cual se forman los sujetos requiere pues la producción simultánea de una esfera de seres abyectos, de aquellos que no son "sujetos", pero que forman el exterior constitutivo del campo de los sujetos. Lo abyecto designa aquí precisamente aquellas zonas "invivibles", "inhabitables" de la vida social que, sin embargo, están densamente pobladas por quienes no gozan de la jerarquía de los sujetos, pero cuya condición de vivir bajo el signo de lo "invivible" es necesaria para circunscribir la esfera de los sujetos. (...) En este sentido, pues, el sujeto se constituye a través de la fuerza de la exclusión y la abyección, una fuerza que produce um exterior constitutivo del sujeto, un exterior abyecto que, después de todo, es "interior" al sujeto como su propio repudio fundacional.

[51] https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/03/bia-doria-diz-que-e-errado-dar-comida-a-moradores-de-rua-e-um-atrativo.htm Último acesso em 04.10.2021.

como moradores de rua na Praça da Sé. Foi duramente criticada e acusada de usar atores que se passaram por pessoas em situação vulnerável[52]. A deputada negou as acusações.

Mas, ao contrário do colega candidato Mamãe Falei, Joice adotou outra postura em relação ao trabalho religioso na cracolândia. Em entrevista ao Portal Último Segundo, anunciou que pretendia acabar com a cracolândia com "a ajuda das igrejas, das famílias dos usuários de drogas e utilizar o recurso da internação compulsória para alguns dependentes químicos". Não deixou muito claro como faria isso, mas disse: "sem a igreja e a família não sei se conseguimos combater"[53].

No debate entre os candidatos realizado pela TV Band[54] em 1° de outubro de 2020, Joice voltou a falar que levaria o trabalho das igrejas, tanto evangélicas quanto católicas na cracolândia, para dentro da Prefeitura e chegou a citar rapidamente o exemplo da Cristolândia. Outros candidatos a prefeito pegaram carona do conceito de parcerias com as igrejas, como Márcio França (PSB) e Filipe Sabará (que concorreu pelo Novo, mas acabou sendo expulso do partido).

Bruno Covas foi reeleito como prefeito em 2020, mas seu novo mandato durou pouco. Vítima de um câncer agressivo, faleceu em 16 de maio de 2021. Em seu lugar, assumiu o vice Ricardo Nunes (MDB) afirmando que não faria mudanças nos rumos previstos por Covas para a Prefeitura[55]. A única mudança anunciada na área de assistência social foi a troca de titular da pasta responsável: o vereador Carlos Bezerra Jr. (PSDB) assumiu a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social em 9 de outubro de 2021. Foi a sexta mudança de titular da pasta em pouco mais de três anos.

1.4 – Degredo e pandemia

Taniele RUI define a cracolândia como um "lugar degredado. Também de degredo" (p.223). Dessa maneira, a figura usada por RUI retrata bem o que se vê na região da cracolândia: a solidão imposta pelo desterro social, uma invisibilidade que, no entanto, fica bem à vista de quem passa pela região, reforçando estigmas. Uma imagem impactante de seres humanos desgrenhados, homens e mulheres de idades diversas, sujos, abaixados

[52] https://www.metropoles.com/brasil/joice-hasselmann-vai-a-cracolandia-com-maquiador-e-cabeleireiro-e-e-atacada Último acesso em 04.10.2021.
[53] https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-07-08/joice-hasselmann-pretende-acabar-com-a-cracolandia-com-ajuda-das-igrejas.html Último acesso em 04.10.2021.
[54] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4pWftXUlNgQ Último acesso em 04.10.2021.
[55] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/interino-e-pouco-conhecido-ricardo-nunes-assume-comando-efetivo-de-sp-sob-incertezas.shtml Último acesso em 04.10.2021.

à cata de restos não de comida, mas de crack ou bitucas de cigarro que podem ser ainda aproveitadas.

Vimos que a população dependente química da cracolândia – e por tabela os moradores do entorno que nada têm a ver com o problema – sofre com toda a sorte de estigmas e violações de seus direitos. Erving GOFFMAN (2004) nos dá um panorama cruelmente simples do que se vê:

> Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (p.6).

Também já foi comentado aqui que, por serem rotineiras, ações policiais que não distinguem dependentes químicos – e eventuais moradores do entorno – de traficantes, já nem são tão veiculadas pela imprensa. E como são "normais" – ou por quase nunca resultarem na apreensão de volume considerável de drogas ou na prisão de traficantes – deixam de ter interesse jornalístico.

O que acaba por chamar a atenção da imprensa são os assuntos que reforçam os estigmas impostos aos dependentes químicos da cracolândia, piorados com a pandemia de covid-19. Vejamos o caso a seguir, publicado no jornal O Estado de S. Paulo. Em 9 de maio de 2020, o Ministério Público de São Paulo, na pessoa do promotor Cassio Roberto Conserino, acionou a Justiça para a que a prefeitura esvaziasse a cracolândia em dez dias como medida sanitária de combate ao novo coronavírus.

O promotor, numa aparente crítica à quarentena e ao isolamento social impostos pela Prefeitura e Governo Estadual, já que lista uma série de "medidas pontuais e absolutamente cerceadoras", entre elas a "determinação de quarentenas com várias prorrogações" e o fechamento de parques, entre outras ações, apresentou medida cautelar para a "RETIRADA IMEDIATA DE DROGADITOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS" [56].

[56] Mantive a forma usada pelo promotor na redação da medida cautelar que grafou alguns trechos em letras maiúsculas, como é possível observar no fac-símile publicado no site do jornal O Estado de S. Paulo: https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2020/05/o-pedido-do-mp-sp_140520205918.pdf. Último acesso em 15.05.2020.

Conserino alegou que assim como a Prefeitura e o Governo Estadual têm tolerância zero apenas com uma "parcela dos cidadãos de bem" não pode "IGNORAR que as pessoas que ali frequentam [a cracolândia] em condições de irrestrito agrupamento também são vetores de contágio e profusão da doença". Sem apresentar uma solução efetiva, o promotor apenas reproduziu o conceito estigmatizante de que pessoas consideradas sem valor são descartáveis, como definiu GOFFMAN (2004) e também Raewyn CONNEL (2016). É a reprodução de "uma categoria de 'pessoas-lixo' (...) que podem ser vistas como desprezíveis e descartáveis" (CONNEL, p.59).

> A visibilidade é, obviamente, um fator crucial. (...) As consequências de uma apresentação compulsória em público serão pequenas em contatos particulares, mas em cada contato haverá algumas consequências que, tomadas em conjunto, podem ser imensas. (...) Já que é através de nossa visão que o estigma dos outros se torna evidente com maior frequência, talvez o termo visibilidade não crie muita distorção (GOFFMAN, 2004. p.44).

Em decisão do dia 14 de maio de 2020, a juíza Erika Soares de Azevedo Mascarenhas negou o pedido do promotor para o esvaziamento da cracolândia, argumentando que a população local já é atendida por programas públicos sociais. De fato, a "cracolândia não é um local de ausência de Estado", como bem pontuou Taniele RUI (2014). "Ao contrário, ele está ali. Por vezes em demasia. (...) Reprimindo e ajudando. Punindo e encaminhando. Deixando morrer e fazendo viver" (p. 230).

E a situação que já era ruim piorou muito com a pandemia do coronavírus, que acabou por escancarar ainda mais os problemas sociais da cracolândia. Por conta do isolamento social, grupos que costumavam a fazer a distribuição de alimentos, por exemplo, ficaram raros. Poucos atendimentos mantiveram os serviços e quem tentou manter o serviço perto do fluxo, reclamou que guardas civis metropolitanos tentavam impedir a distribuição de alimentos e outros trabalhos sociais. Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, alguns desses voluntários chegaram a ser levados para delegacias próximas sob a alegação de estarem trabalhando para o tráfico[57].

A Cristolândia foi um dos poucos atendimentos que não teve o trabalho cerceado durante a pandemia. Mas o modo do atendimento mudou e quem procurou pelos alimentos recebeu a comida embalada para ser consumida na rua. Antes os usuários podiam comer nas mesas montadas no salão. Durante o período de quarentena, foram distribuídos, em média, 110 cafés da manhã e 170 almoços por dia. O banho também foi

[57] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/com-pandemia-cracolandia-em-sp-ve-menos-doacoes-e-mais-tensao-com-policia.shtml Último acesso em 05.10.2021.

suspenso por não haver condições de manter o distanciamento de pessoas dentro da unidade[58].

O acesso à água é algo complicado para pessoas em situação de rua. A crise de abastecimento de 2015 em São Paulo atingiu essa população em cheio. Os comerciantes passaram a negar os copos de água por conta da escassez. Na ocasião, o desabastecimento também atingiu a tenda de a Braços Abertos (mesmo local que deu espaço ao Atende 2). Receber água só foi possível com as doações das entidades religiosas do entorno[59].

A dificuldade em conseguir água para beber não melhorou com o fim da crise e piorou muito com a pandemia e o fim dos atendimentos da Prefeitura no território. Na cracolândia, o Atende 2 era um espaço aberto para os dependentes químicos terem acesso a torneiras com água potável. Com o fechamento do espaço, a dificuldade de acesso à água aumentou exponencialmente[60].

Segundo o site da Prefeitura, por conta do coronavírus, pias foram instaladas em locais de grande concentração de pessoas em situação de rua: Praça da Sé, Praça Ouvidor Pacheco e Silva, Largo São Francisco, Largo Paissandu, Pateo do Colégio, Praça da República, Largo do Arouche, Parque Dom Pedro, Largo General Osório e Praça da Liberdade[61]. A cracolândia não foi contemplada. Mais tarde, a Prefeitura instalou apenas um banheiro público com chuveiro na Praça Júlio Prestes para uso dos dependentes químicos. É o mesmo equipamento que foi criticado pelo então candidato a prefeito Mamãe Falei, conforme relatado anteriormente.

Por algum motivo, algumas pessoas passaram a acreditar que a imunidade ao coronavírus é uma realidade na cracolândia. Talvez por conta da declaração do presidente Jair Bolsonaro que, no início da pandemia, disse não acreditar que o país atingiria picos alarmantes de contágio por uma suposta imunidade da população: “o brasileiro tem que ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto ali. Ele sai, mergulha e não acontece nada com ele"[62].

---

[58] Anotação do caderno de campo: dados apurados em 26.05.2020.
[59] https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1607716-desabastecimento-deixa-morador-de-rua-sem-copo-de-agua-e-banho-em-sp.shtml Último acesso em 05.10.2021.
[60] https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/longe-de-acoes-de-prevencao-cracolandia-esta-mais-vulneravel-ao-coronavirus.shtml Último acesso em 05.10.2021.
[61] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/em-2-anos-sp-troca-de-secretario-de-assistencia-social-pela-5a-vez.shtml Último acesso em 05.10.2021.
[62] https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/brasileiro-mergulha-no-esgoto-e-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-ao-minimizar-coronavirus.shtml Último acesso em 05.10.2021.

Ouvi comentários semelhantes em conversas aleatórias no transporte público e de um motorista de aplicativo. O assunto também circulou pelas redes sociais como se vê na figura abaixo:

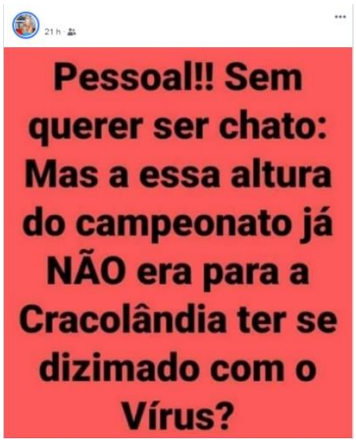


Figura 4[63]

E não foi privilégio de pessoas que, supostamente, não têm acesso a dados científicos: um colega, que é médico e que sabe da minha pesquisa acadêmica sobre cracolândia, também comentou sobre a "imunidade" dos dependentes químicos. Reproduzo aqui trecho de uma conversa pelo WhatsApp em que ele tocou no assunto comigo: "Agora gostaria de saber por que não estão explodindo os casos nas favelas, Cracolândia e moradores de rua? Não existe isolamento nessas condições. Isso não te chama atenção? Eles podem estar mais preparados para o vírus. Por seleção natural mesmo. Isso poderia ser uma explicação razoável"[64].

Tentei argumentar que não havia números sobre o assunto porque a Prefeitura havia desmontado o sistema de acompanhamento de saúde dos usuários de drogas na cracolândia que era realizado pelo programa Braços Abertos (o programa avaliava os usuários que trabalhavam na zeladoria municipal). Ao ler minha menção ao programa petista, encerrou o assunto: "Enquanto a maioria só enxerga o caos, eu estou vendo a solução do problema".

Taniele RUI (2014) já havia alertado para o grande número de usuários de crack portadores de doenças como AIDS, sífilis, hepatite e tuberculose (p.83). Um estudo realizado em 2017 pelo Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod), da Secretaria de Estado da Saúde para o Recomeço, programa estadual de

[63] Reprodução do Facebook de 12.06.2020.
[64] Trecho de conversa ocorrida via WhatsApp em 01.04.2020. Transcrito por mim.

combate ao crack, confirmava o surto das doenças entre a população da cracolândia[65]. O coronavírus é apenas mais uma entre muitas que afetam os dependentes químicos.

O Levantamento de Cenas de Uso em Capitais (LECUCA), da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, vinculado à Universidade Federal de São Paulo (MADRUGA, *coord.*, 2020), confirma a incidência de doenças sexualmente transmissíveis e tuberculose entre os usuários da cracolândia. Mas a avaliação de saúde "limitou-se à investigação de testagem e manutenção de tratamento de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e Tuberculose, além do histórico de avaliações médicas, investigada no domínio de utilização de serviços" (p.34).

Degredados e subnotificados, os dependentes químicos mal são contados como vivos. Serão identificados como mortos? Me valho aqui do questionamento feito por Judith BUTLER: "Que oposição o mundo dos excluídos e abjetos poderia oferecer à hegemonia simbólica que forçaria uma rearticulação radical do que determina o que importa os corpos, quais estilos de vida são considerados "vida", quais vidas merecem ser protegidas, quais vidas merecem ser salvas, quais vidas merecem estar de luto por sua perda? (2002, p. 39, tradução minha)[66]. A pergunta segue sem resposta.

[65] https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,populacao-da-cracolandia-sofre-com-sifilis-tuberculose-hepatite-e-aids,70001634122 Último acesso em 11.03.2020.

[66] ¿Qué oposición podría ofrecer el ámbito de los excluidos y abyectos a la hegemonía simbólica que obligara a rearticular radicalmente aquello que determina qué cuerpos importan, qué estilos de vida se consideran "vida", qué vidas vale la pena proteger, qué vidas vale la pena salvar, qué vidas merecen que se llore su pérdida?

Capítulo 2 – Religião ocupando o espaço político e público

O Estado brasileiro protege constitucionalmente a existência, a prática e os rituais de todas as religiões. Esse princípio constitucional é politicamente tratado como laicidade e está amparado nas garantias de liberdade religiosa citadas nos artigos 5° e 19º da Constituição Federal[67]. Mas a mesma Constituição, promulgada "sob a proteção de Deus", mostra que no Estado laico brasileiro a religião sempre teve grande relevância. Já ajudou a eleger políticos, mas também derrubou virtuais vencedores.

Vejamos alguns exemplos a partir do período da redemocratização brasileira. Em 1985, tornou-se famosa a história da derrota do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (na época senador pelo PMDB paulista) à prefeitura de São Paulo, quando, em um debate entre candidatos, titubeou ao responder à pergunta do jornalista Boris Casoy se acreditava em Deus[68]. Lição aprendida, em 1994, durante a campanha vitoriosa para presidência da República, Fernando Henrique, afirmou várias vezes que sempre acreditou em Deus, visitou lugares de peregrinação popular, realizou ato evangélico, leu salmos bíblicos e pediu proteção divina ao país[69].

Fernando Henrique não foi o único que percebeu a importância religiosa para a vitória política. Seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), trabalhou com afinco na campanha em 2002 para conseguir o voto dos evangélicos: o partido colocou a militância para distribuir nas portas das igrejas um panfleto intitulado "Carta aos Evangélicos" – em que defendia "princípios cristãos para o nosso povo" – , contou com um comitê "Evangélicos Pró-Lula"[70] e recebeu as bênçãos – e o apoio – de poderosos como Edir Macedo (Igreja Universal do Reino de Deus) e Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo)[71].

---

[67] Art. 5º, VI, é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Último acesso em 12.05.2021.

[68] https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/02/brasil/17.html Último acesso em 22.03.2021.

[69] https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/21/caderno_especial/10.html Último acesso em 22.03.2021.

[70] https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u38663.shtml Último acesso em 22.03.2021.

[71] Essa relação hoje está bastante desgastada, mas de olho na eleição de 2022, Lula busca reatar vínculos. Para saber mais, leia a análise "O Evangelho segundo o PT" publicada no jornal Folha de S. Paulo, em 21.03.2021. Versão digital aqui: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/03/de-volta-a-corrida-eleitoral-lula-tenta-reconstruir-lacos-com-evangelicos.shtml Último acesso em 22.03.2021.

Essa interferência da religião na política brasileira não é novidade. Mas entendo ser importante dedicar um espaço, mesmo que breve a esta questão, para a compreensão dos fatos que serão colocados mais adiante: de como a religião vem ocupando não apenas o terreno político, mas também lacunas deixadas pelo Estado brasileiro. Ou ainda, o quanto o Estado brasileiro se vale da atuação de grupos religiosos para aplicação de políticas públicas que deveriam programas permanente de governo, ser plurais e não excludentes.

Para isso, me apropriarei de algumas análises feitas pela antropóloga Paula MONTERO. Pesquisadora sobre religião e espaço público, seus ensaios são fundamentais. Como ela mesma explica: "a religião e a política, embora sejam domínios que deveriam manter-se separados, permanecem continuamente imbricados na vida social" (2018, p. 16).

> Tomando como ponto de partida que as noções de "religião" e "política" são contingentes e históricas, a aproximação analítica dessas diferentes abordagens nos permitirá enfrentar de um modo novo a questão das relações entre religião e política ao demonstrar que, por um lado, a noção de "religião" como categoria de entendimento tem sido implicitamente subsumida na literatura à ideia de "igreja" e, por outro, que as transformações recentes daquilo que se entende por religião transforma ao mesmo tempo a equação que tradicionalmente opõe "o religioso" ao "civil" (MONTERO, 2018, p. 16, 17).

Do lado das igrejas evangélicas, os líderes com maior expressão nacional também tiveram que modular seus discursos para apoiar governantes com posições políticas tão diferentes entre si. No entanto, essa imbricação tornou-se mais evidente no governo de Jair Bolsonaro. Para usar o bordão do ex-presidente Lula, "nunca antes na história deste país" viu-se uma participação tão ostensiva da religião quanto na política federal de Bolsonaro. Eleito pelo PSL[72] em 2018, pode-se dizer que o apoio da chamada Bancada da Bíblia foi fundamental para vencer o petista Fernando Haddad no segundo turno. Se olharmos as pesquisas de intenção de voto publicadas às vésperas da eleição de 2018, é possível afirmar que os evangélicos desempenharam papel importante na eleição de Bolsonaro.

Em artigo publicado na revista IHU[73], o sociólogo Alexandre Brasil Fonseca, analisou os levantamentos de Ibope e Datafolha, às vésperas do pleito. Segundo a

[72] O presidente se filiou ao partido em 2018 para concorrer à eleição, mas rompeu no ano seguinte após desentendimentos com o presidente da sigla, Luciano Bivar, ficando sem partido. Filiou-se ao PL em 30.11.2021.

[73] http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/584446-foram-os-evangelicos-que-elegeram-bolsonaro Acessado em 10.05.2021.

avaliação do sociólogo, Bolsonaro recebeu 20 milhões de votos dos 42 milhões de eleitores evangélicos. Contabilizando "brancos, nulos e abstenções teriam ficado em torno de 12 milhões, o que representaria cerca de 67% dos votos válidos de evangélicos para Bolsonaro, enquanto Haddad teria recebido 33%".

Assim que assumiu a Presidência da República adotou como lema a frase: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". Logo no primeiro pronunciamento como presidente eleito, Bolsonaro deixou claro que "Deus" veio para ficar. Em seu discurso de posse a palavra "Deus" foi citada por sete vezes. E ao terminar, o presidente pediu ao então senador Magno Malta (PR-ES) para fazer uma oração[74].

Paula MONTERO lembra que um dos presidentes mais populares dos Estados Unidos, John F. Kennedy (1961-1963) também fez referência a Deus no discurso de posse. Segundo a antropóloga, ao afirmar que "os direitos do homem vêm, não da generosidade do Estado, mas da mão de Deus", reconhece na dimensão religiosa, um objetivo transcendente para o processo político.

> Nesse sentido, o conceito de "religião civil" visa descrever um fenômeno que permaneceria aquém da institucionalização do processo político, até mesmo da expressão da vontade popular via eleições, mas que se expressaria no discurso dos governantes enquanto um reconhecimento implícito dos condicionantes que limitam o próprio poder formalmente alocado nas instituições estatais (MONTERO, 2018, p. 23-24).

Voltando ao Brasil, ao contrário do que se poderia sugerir inicialmente, "Deus acima de todos" não inspira as ações governamentais na direção da fraternidade e/ou solidariedade. O que se vê são atos baseados em uma pauta tradicionalista e de costumes. Vejamos: o presidente cercou-se de pastores no primeiro escalão e nunca tantas pessoas declaradamente evangélicas haviam ganhado tanto destaque no Governo Federal.

Nomeou uma pastora e dois pastores como ministros – Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), André Mendonça (Justiça[75]) e Milton Ribeiro (Educação). O fato em si não seria problema, afinal, existe o senso comum que pessoas religiosas podem ser mais íntegras e justas. Não fosse isso, mães e pais não colocariam suas filhas e filhos em escolas confessionais mesmo não sendo filiados a grupos religiosos. O fazem

[74] https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/catolico-bolsonaro-investe-em-pauta-evangelica-e-domina-segmento.shtml Acessado em 25.09.2020.

[75] Mendonça deixou o ministério em 29 de março de 2021, após Bolsonaro trocar a titularidade de seis pastas. Mendonça reassumiu a Advocacia Geral da União (AGU) e em seu lugar foi nomeado Anderson Gustavo Torres, secretário da Segurança do Distrito Federal e amigo pessoal dos filhos do presidente. Mendonça foi indicado por Jair Bolsnaro ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ocupar a vaga de Marco Aurélio Mello, que se aposentou.

apenas pela sensação de segurança e pela esperança de maior disciplina e ensinamentos éticos dentro do ambiente escolar.

O problema se encontra no fato de que as crenças dos pastores e pastora, ministros, ou os interesses do presidente, têm se misturado constantemente à política (quem não se lembra da frase repetida várias vezes "o Estado é laico, mas nós somos cristãos", ou do desejo expresso de Bolsonaro por um ministro "terrivelmente evangélico" no Supremo Tribunal Federal[76]?). Ou mais grave: têm afetado diretamente as políticas públicas.

O movimento entre religião e política é explicada por Paula MONTERO a partir da definição do termo "religião pública"[77]. De acordo com a autora, as religiões teriam se tornado públicas quando deixaram a esfera privada, ganhando publicidade. Assim, atraíram a atenção de outros grupos "e colocaram-se na arena pública enquanto forma de contestação moral e política" (2018, p. 27).

> No contexto contemporâneo de institucionalização do pluralismo religioso como marco jurídico-político dos Estados democráticos, como objeto das políticas públicas e como forma sociocultural, as diferenças ganham um caráter conflituoso e controverso. No campo religioso, elas se expressam seja na competição entre cultos que passam a disputar atenção e influência públicas, seja na forma de minorias que reivindicam reconhecimento e acesso a direitos, seja ainda na forma política da tolerância. No entanto, paradoxalmente, nesse contexto de declínio da hegemonia ou monopólio das instituições religiosas, cada vez menos reconhecidas como igrejas oficiais ou igrejas nacionais, as linguagens ou narrativas religiosamente demarcadas permanecem, pelo menos no caso brasileiro, como importantes dispositivos produtores de sentidos para a vida cotidiana e de visões de ordem para a vida coletiva (MONTERO, 2018, p. 30).

Essas "visões de ordem para a vida coletiva" podem ser observadas de maneira mais explícita no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Titular de uma pasta cujas ações afetam diretamente o público mais vulnerável, Damares Alves garante que seus atos como ministra não têm qualquer ingrediente religioso. Mas o que se vê é um pouco (talvez muito) diferente. No orçamento de 2021, os projetos denominados de "fortalecimento da família" e "proteção do direito à vida" receberam mais do que o dobro de dinheiro do que estava previsto na versão original, apresentada em agosto do ano anterior[78].

---

[76] https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/10/politica/1562786946_406680.html - Acessado em 20.08.2020. Bolsonaro realizou seu desejo ao indica o ex-ministro da Justiça e ex-advogado Geral da União, André Mendonça, à vaga no Supremo. Mendonça é pastor presbiteriano.

[77] Paula Montero atribui o conceito "religião pública" a José Casanova, autor de Public Religions in the Modern World (1994).

[78] https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/orcamento-de-2021-favorece-programas-ligados-ao-bolsonarismo.shtml. Último acesso em 12.05.2021.

Por ser bastante atuante no meio evangélico, Damares tem o direito de ter suas crenças. No entanto, dentro da esfera oficial do Estado, a ministra toma posições, invocando princípios do seu credo religioso para justificá-las ao tentar, por exemplo, evitar direitos garantidos legalmente como a interrupção de uma gravidez por estupro, por exemplo. O que vemos está mais em linha com o que Paula MONTERO apontou como "disputa pela definição das fronteiras modernas entre o público e o privado, entre legalidade e moralidade, entre família, sociedade e Estado, entre Estado-nação, civilização e sistema mundial" (2018, p. 27).

Em entrevista concedida à sucursal brasileira do portal Deustche Welle, em 26 de fevereiro de 2020, Damares deu a seguinte declaração: "A igreja pode colaborar com a transformação da nação"[79]. Veremos mais adiante que é inegável o papel social das igrejas e grupos religiosos no Brasil, principalmente a setores negligenciados pelos Estado. No entanto, por ser pastora, a ministra coloca as igrejas evangélicas no centro da atuação social e não reconhece o papel de outras denominações religiosas.

Tamanho protagonismo dado às igrejas, cristãs preferencialmente, por parte dos governos pode interferir no atendimento a temas considerados tabus religiosos, como o aborto, e ultrapassa as fronteiras nacionais. Em março de 2021, o Brasil se recusou a aderir à declaração que defende o direito de meninas e mulheres ao acesso a atendimentos no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos na Organização das Nações Unidas (ONU). Dessa maneira, o país assumiu, ainda que de maneira informal, a liderança dos países ultraconservadores, grupo conhecido como Consenso de Genebra, que tentam atrapalhar os trabalhos da ONU na ampliação dos direitos e proteções às mulheres. Liderança essa em que a ministra Damares tem papel fundamental[80].

2.1 – Pauta de costumes

A via religiosa que direciona os programas governamentais tende a concentrar, ainda, os atendimentos apenas a pessoas ou grupos abertos ao discurso da "importância

[79] A entrevista trata também de outros assuntos relativos a direitos humanos, ideologia de gênero, violência doméstica, entre outros temas não tratados nesta tese. Disponível em https://www.dw.com/pt-br/%C3%A9-o-momento-de-a-igreja-ocupar-a-na%C3%A7%C3%A3o-diz-damares-alves/a-52559550. Último acesso em 22.02.2021.

[80] O caso rendeu uma declaração de indignação oficial do governo francês na ONU. Veja em https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/03/14/brasil-choca-com-proposta-na-onu-sobre-direitos-da-mulher.htm Último acesso em 19.03.2021.

de Deus" em suas vidas. Como observou Erving GOFFMAN (2010), as instituições religiosas

> lidam apenas com aqueles que se julgam chamados e, entre tais voluntários, escolhem apenas os que parecem mais adequados e mais sérios em suas intenções. (...) Em tais casos, a conversão parece já ter ocorrido, e resta apenas mostrar ao recém chegado as maneiras pelas quais pode atingir maior auto-disciplina (GOFFMAN, 2010, p. 103).

Dessa maneira, lidando "apenas com aqueles que se julgam chamados" tais programas podem não atender quem não for "tocado" pelo discurso da "importância de Deus" em suas vidas. Veremos adiante que a maioria das pessoas ou grupos ligados a igrejas cristãs têm dificuldades em aceitar quem tem comportamentos desviantes, ou os *outsiders*, como definiu Howard BECKER (2008): "quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu, pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo" (p. 15). Ao deixar de fora pessoas que não se encaixam nas regras e padrões preestabelecidos por acreditarem que são incompatíveis com os ensinamentos bíblicos, os atendimentos com viés religioso podem contribuir para a criação de bolsões de exclusão dentro de grupos excluídos socialmente, como é o caso de dependentes químicos que frequentam a cracolândia, campo pesquisado nesta tese.

Um dos casos mais emblemáticos da interferência da pauta de costumes/religiosa do Governo Federal veio a público em agosto de 2020: uma menina de 10 anos, que foi estuprada pelo tio por anos, engravidou e quase não consegue realizar o aborto que lhe era garantido por determinação judicial. Rapidamente, a notícia do procedimento médico foi espalhada nas redes sociais por Sara Giromini, que se apresenta pelo pseudônimo de Sara Winter[81]. A ex-integrante do grupo feminista radical Femen passou a fazer parte de grupos de extrema direita e foi contratada em 2019 como coordenadora de políticas à maternidade no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos[82].

Giromini expôs não apenas o local onde seria realizado o aborto, mas também o nome do médico responsável e o da criança, num flagrante desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A divulgação provocou um êxodo de pessoas que se classificam como "pró-vida" ao Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros, em

[81] https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/16/sara-winter-divulga-endereco.htm - Acessado em 20.08.2020.
[82] Giromini ocupou o cargo de abril a outubro de 2019.

Recife, que é referência para realização de abortos previstos em lei e com autorização judicial. Entre os manifestantes católicos e evangélicos, estavam também os deputados estaduais de Pernambuco Joel da Harpa (PP) e Clarissa Tércio (PSC), que se apresentam como bolsonaristas. Todos hostilizaram a equipe médica e a menina de 10 anos, mas não deram nenhuma palavra de condenação ou crítica ao estuprador[83]. Aos gritos de "assassinos", o grupo tentou impedir o procedimento permitido em lei dentro dos critérios do aborto legal[84].

Para conseguir entrar no hospital, a menina precisou ser escondida no porta-malas do carro em que estava[85]. O aborto foi autorizado pela Justiça do Espírito Santo, estado natal da garota. Mas o procedimento só foi realizado em Pernambuco. A equipe médica do Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes, vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo, se recusou a realizar o procedimento alegando impedimento técnico porque a gestação já tinha mais de 22 semanas. A recusa ganhou repercussão na imprensa e nas redes sociais a ponto de levar a superintendente do Hospital Universitário, Rita Checon, a se pronunciar publicamente afirmando que a decisão foi técnica e "não teve viés religioso, ideológico e nenhuma interferência externa"[86].

A ministra Damares Alves manteve silêncio público sobre o episódio. Mas, em rede social, lamentou a autorização do aborto pela Justiça[87]. Depois disso, a imprensa noticiou que a ministra agiu para impedir o procedimento. Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, uma "operação coordenada pela ministra tinha como objetivo transferir a criança de São Mateus (ES), onde vivia, para um hospital em Jacareí (SP), para aguardar a evolução da gestação e ter o bebê, apesar do risco para a vida da menina"[88].

Ainda de acordo com a reportagem, Damares enviou "representantes do ministério e aliados políticos" para convencer conselho tutelar, que estava responsável pelo caso, a

[83] https://piaui.folha.uol.com.br/menina-o-poder-e-o-direito/?fbclid=IwAR2G9meyDL21_hrOVgjfu6OI3zivnI6WAhx-YPpTOAsACi0c5tbF6dqRjVs - Acessado em 20.08.2020.
[84] Fora dos critérios permitidos – quando a gravidez é resultado de estupro ou quando representa risco à vida da gestante, ou quando o feto for anencefálico – o aborto induzido ainda é considerado crime contra a vida humana, conforme o Código Penal Brasileiro.
[85] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/menina-de-dez-anos-entrou-em-hospital-na-mala-do-carro-enquanto-medico-distraia-religiosos.shtml - Acessado em 20.08.2020.
[86] https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/decisao-de-nao-fazer-o-aborto-em-crianca-foi-tecnica-afirma-hucam-0820 - Acessado em 20.08.2020.
[87] https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html - Acessado em 20.08.2020.
[88] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml - Acessado em 21.09.2020.

retardar a interrupção da gravidez de modo que o aborto se tornasse inviável. Em troca, o ministério conseguiria benfeitorias que incluiriam um automóvel da marca Jeep Renagade (R$ 70 mil em valores da época). Segundo fotos obtidas pelo jornal, a própria ministra participou de ao menos uma dessas discussões por videoconferência.

A proposta seria levar a criança para Jacareí, no interior de São Paulo, para ser atendida no Hospital São Francisco de Assis, que é referência em gravidez de risco. Mas os cuidados seriam restritos ao pré-natal e ao parto. O aborto estava fora de cogitação. Segundo a reportagem, um dos parceiros do hospital é a Igreja do Evangelho Quadrangular, denominação da qual Damares é pastora. As negociações com o hospital não foram adiante.

Em nota oficial, a ministra contestou a reportagem. Ela confirmou a participação em reunião por videoconferência, mas disse que foi uma "conversa motivacional com membros do conselho tutelar". Damares afirmou que em nenhum momento discutiu a "realização ou não de interrupção provocada da gravidez" da criança. Após tamanha repercussão, a menina foi colocada no Sistema Nacional de Proteção à Testemunha junto com a avó, com quem vivia no Espírito Santo. O autor do estupro foi condenado em 8 de fevereiro de 2021 a 44 anos de prisão[89].

A pauta de costumes é um dos temas mais caros ao governo de Jair Bolsonaro. Por mais de uma vez, o Planalto tentou emplacar a aprovação, no Congresso, da redução da maioridade penal, por exemplo. Ou mudanças no Estatuto da Família para que a definição de família ficasse restrita apenas à união entre homem e mulher, além da luta contra a chamada "ideologia de gênero".

Apoiadores do presidente ligados ao meio evangélico costumam louvar essas atitudes. Vejam o que disse o deputado Marco Feliciano (sem partido-SP), um dos principais líderes da bancada evangélica no Congresso, em entrevista à BBC News Brasil: "Ele crê (Bolsonaro), de fato, como eu creio, que a missão dele é uma missão divina, é uma missão para recuperar o nosso país, para recuperar o moral, pra recuperar os bons costumes, para recuperar a família"[90].

O mesmo discurso de "proteção da família tradicional" é muito usado pela ministra Damares Alves. Em abril de 2021, o Governo Federal enviou ao Congresso um

[89] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/03/homem-que-estuprou-e-engravidou-menina-de-10-anos-e-condenado-a-44-anos-de-prisao-no-es.shtml?origin=folha . Último acesso em 08.03.2021.
[90] https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50898836 Último acesso em 13.10.2021.

projeto de lei propondo estabelecer o dia 8 de outubro como o Dia Nacional do Nascituro[91], conforme publicou o jornal Folha de S. Paulo[92]. Damares alegou que a proposta era "um avanço na proteção da família e na proteção integral da criança". Na justificativa do projeto, a ministra disse que o objetivo de criar uma data nacional seria a conscientização "a respeito das graves consequências da prática do aborto induzido para a saúde física e mental feminina".

A mesma reportagem relembra que quando foi indicada como ministra, no final de 2018, Damares afirmou que o projeto mais importante do governo em tramitação no Congresso era o chamado Estatuto do Nascituro. Na primeira versão do Estatuto, a ministra chegou a propor o pagamento de pensão alimentícia para mulheres vítimas de estupro que decidissem manter a gravidez. Os custos seriam pagos pelo estuprador. Caso não fosse possível a identificação do autor, o custeio seria arcado pelo poder público. A ideia não foi levada adiante, mas logo recebeu o apelido de "bolsa estupro".

Mesmo com as possibilidades de aborto previstos na legislação, o governo Bolsonaro levou adiante uma série de medidas restritivas. A reportagem da Folha de S. Paulo citada acima informa que o Ministério da Saúde chegou a editar portarias com regras para o atendimento a mulheres que buscam aborto. Após repercussão negativa, alguns trechos polêmicos foram excluídos como a exigência de que médicos informassem às grávidas a possibilidade de ver o feto em ultrassonografia. No entanto, outros foram mantidos, como o que obriga os médicos a informar a polícia caso atendam mulheres que buscam fazer o aborto em casos de estupro.

Basear a política pública em conceitos de "família" e "maternidade" sob a ótica da religião tende a criar dificuldades e oferecer poucas alternativas para as mulheres, principalmente para aquelas que estão em situação de vulnerabilidade. A cientista política Flávia BIROLI (2018) chamou a atenção para a importância da busca de "possibilidades mais igualitárias" de atendimento. "Daí a importância de levar em consideração perspectivas que contrastam com as abordagens individualistas, buscando um equilíbrio entre garantias individuais, solidariedade social e responsabilidades coletivas e do Estado" (p. 56).

[91] A expressão "nascituro" é frequentemente utilizada por ativistas que querem restringir as possibilidades previstas em lei para a interrupção de gravidez.
[92] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/em-nova-investida-contra-aborto-bolsonaro-propoe-dia-nacional-do-nascituro.shtml Último acesso em 13.10.2021.

A mistura entre o que é público, como as políticas governamentais, com o que é privado, o ambiente das igrejas, por exemplo, colabora com formas cotidianas de opressão às mulheres. Conceitos como patriarcado e binário masculino-feminino interferem diretamente nas relações cotidianas de cuidado, de acordo com Flávia BIROLI, criando hierarquias de gênero que são pautadas pelo racismo e pelo capitalismo (2018, p. 57).

Sem levar em conta as variáveis como raça, classe e sexualidade nas alternativas apresentadas para as mulheres, as propostas não serão efetivas. O que se vê são formas de controle baseadas em noções de família e maternidade ancorados na pauta de costumes. Flávia BIROLI comenta que uma agenda feminina que considere a saúde integral da mulher "e não a reduza ao papel de mãe", tem sido uma bandeira dos movimentos feministas desde os anos 1970. Mas, avalia que os progressos foram poucos. "Há considerável distância entre a agenda levada pelas mulheres ao âmbito estatal, por meio dos dispositivos e espaços de participação institucional, e as leis e as políticas de fato implementadas" (2018, p. 197).

A cientista política apontou alguns avanços nas conquistas de direitos femininos, mas muitos deles foram deixados pelo caminho. Assim como vimos no capítulo anterior como os programas apresentados para a cracolândia foram mudando de acordo com os interesses políticos dos gestores municipais e estaduais. Mais uma vez, as ações vão ao encontro do que Aldaíza SPOSATI definiu como o percurso traçado para a assistência social pelos governos: um mecanismo social e político no interior das relações sociais, que constitui forma seletiva e discriminada de atenção a um segmento da população (2012, p. 26).

Flávia BIROLI alerta que nomeação de mulheres sem identificação com a pauta feminista e mais ligadas a movimentos conservadores para cargos governamentais põem em risco a construção de uma sociedade igualitária sob a perspectiva de gênero. Ela comenta que foi a chegada do governo de centro-esquerda ao Governo Federal, em 2003, que abriu as portas para o diálogo e demonstra que no Brasil a maior participação das mulheres na construção de uma agenda feminista está diretamente ligada a governos democráticos.

> O golpe parlamentar de 2016 pôs fim aos canais de diálogo entre governo e movimentos feministas que, com diferentes graus de institucionalização e efetividade, existiam desde a transição do regime ditatorial instaurado em 1964, nos anos 1980. (...) após a deposição de Dilma Rousseff são evidências do fechamento à participação e ao diálogo com os movimentos (BIROLI, 2018, p. 202).

Some-se a isso as propostas do governo Bolsonaro pautadas numa agenda de costumes, associada à redução de gastos em áreas fundamentais como saúde, assistência social e educação. O resultado é o apontado por Flávia BIROLI: "seu efeito é o aumento da precariedade, lançando sobre as mulheres, mais uma vez, o peso do descuido coletivo" (2018, p. 204).

2.2 – Ocupando as lacunas do Estado

Não é de hoje que a religião permeia a vida brasileira. Ela está presente desde a chegada das caravelas comandadas por Pedro Álvares Cabral ao Brasil. O primeiro evento público realizado em solo nacional, ainda chamado de Ilha de Vera Cruz, foi uma missa celebrada pelo bispo português Henrique de Coimbra em 26 de abril de 1500[93]. Os prédios públicos têm crucifixos pendurados nas paredes. Nas notas do nosso dinheiro está estampado "Deus seja louvado". A presença religiosa atravessou os séculos e é bastante visível ainda nos dias de hoje.

Inicialmente, a igreja católica ocupou o maior espaço. Segundo a antropóloga Paula MONTERO, a igreja católica ainda é a instituição religiosa mais influente do país e, por isso, é também uma força política.

> Do início da República até os anos 1970 lutou contra as forças positivistas e anticlericais pela definição dos atos civis e da liberdade religiosa; nas décadas de 1970 e 1980 colaborou na construção da ideia de direitos sociais; nas décadas seguintes alinhou-se às lutas pelos direitos étnicos. Em linhas gerais pode-se afirmar, portanto, que da República até o fim do período ditatorial a Igreja Católica foi parte integrante dos processos de legitimação das demandas de proteção aos direitos individuais, tendo atuado como força motriz importante na concepção e estabilização política dos direitos de liberdade de consciência. Como se sabe, a construção de um Estado republicano suscitou um complexo debate jurídico para a delimitação dos direitos de propriedade da Igreja Católica e de seu papel político e econômico (2012, p. 170-171).

A antropóloga defende que os movimentos liderados pela igreja católica como a "teologia da libertação" e as "comunidades eclesiais de base" inspirou não apenas os movimentos sociais, mas também a atuação mais recentemente de representantes de igrejas evangélicas.

> Além disso, grande parte das categorias utilizadas na mobilização política e seus estilos de organização também podem ser considerados tributários do modelo de organização da Igreja Católica que, a partir dos anos 1970, inspirou e apoiou vários movimentos que deram origem e visibilidade ao que a literatura

[93] A Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal D. Manuel traz um interessante relato sobre a primeira missa. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf. Acessado em 25.09.2020.

> alcunhou de “sociedade civil”. Basta observar como categorias do tipo “pobre”, “comunidade”, “caminhada”, “libertação”, “fraternidade” etc., circulam até hoje no campo dos movimentos sociais para nos darmos conta da força persuasiva desse modelo. (MONTERO, 2012, p.171).

De acordo com MONTERO, a Constituição de 1988 ampliou a base de representação de grupos sociais, religiosos inclusive, nos processos decisórios para conceder mais direitos às minorias sociais. Ao colaborar na estruturação de políticas públicas, os agentes religiosos reelaboram novos conceitos de “religião”, de ‘ética’ e de política”.

> A palavra-chave que melhor caracterizou esse processo foi a de “participação democrática”. Inspirados nos movimentos internacionais que reivindicavam maior responsabilidade decisória para os cidadãos comuns, padres, pastores e outros representantes de diferentes religiões conquistaram muitas posições nos novos fóruns criados para deliberar questões relativas à implementação de políticas públicas (MONTERO, 2012, P. 172).

Segundo o teólogo Rubem ALVES a religião torna o fiel mais forte “para suportar os sofrimentos da existência (2008, p.64)”. O fato é que para alguns grupos sociais, a religião é mais que amparo espiritual. É a chance de sair da invisibilidade. Ou de receber algum tipo de ajuda. A igreja ocupa a lacuna deixada pelo Estado que não foca sua atuação junto a pessoas marginalizadas ou que moram nas periferias dos grandes centros.

Essa privação de direitos, além da exclusão e a negação de reconhecimento jurídico, na visão de Bethânia ASSY (2012), reduzem a capacidade dos sujeitos de se constituírem como indivíduos não apenas merecedores de respeito social, mas de se sentirem dotados de respeito por si próprios. Portanto, pessoas esquecidas pelo Estado acabam encontrando nas igrejas o sentimento de pertencimento societário.

Nesse sentido é que Rubem ALVES diz que a religião continua a fascinar as pessoas porque fala sobre o “sentido da vida” (2008, p. 121). Mas, para alguns grupos ela acaba por “dar” sentido à vida. Sem espaços de cultura e socialização mais próximos de suas casas, enxergam nas igrejas locais de encontro, troca e inclusão, indicando “o domínio insidioso e total da religião sobre os homens”, como pontuou Lucien FEBVRE (1978, p. 51).

Carlos Rodrigues BRANDÃO também fala do “valor simbólico” da religião no destino de pessoas e grupos sociais.

> Esta é, na prática, a motivada oposição que coloca ao lado de um outro mapa dos crentes, as religiões ideologicamente voltadas aos direitos humanos, às lutas pela terra e pelo emprego em nome dos “excluídos e marginalizados pelo sistema capitalista”, à difícil conquista da cidadania em um país não muito distanciado de anos de ditadura. (BRANDÃO,2004, p. 247).

É na igreja que podem confraternizar com amigos, desenvolver habilidades como a música, por exemplo, receber cestas básicas, participar de cursos de capacitação para o trabalho ou empreendedorismo, ou até mesmo se alfabetizarem cursos regulares do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Enfim serem reconhecidos como iguais.

Tal impacto que as igrejas podem exercer na vida de grupos sociais negligenciados pelo Estado foi observado pelo antropólogo Juliano SPYER (2020) durante sua pesquisa de doutorado sobre o uso das mídias sociais na periferia de Salvador (BA). Como a maioria das famílias pesquisadas era evangélica, o antropólogo pôde observar a influência da igreja no cotidiano daquelas pessoas.

As percepções colhidas dessa aproximação resultaram no livro "O Povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam". Apesar de se concentrar no caso baiano, pode-se dizer que os exemplos vistos por SPYER são comuns a outras áreas do país, principalmente aquelas mais desassistidas pelo Estado, como é o caso da cracolândia de São Paulo. O antropólogo destaca que o crescimento das igrejas evangélicas no Brasil vai além do que é verificado pelo Censo Demográfico: o aumento da população evangélica passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010 no País. Já os católicos passaram de 73,6% para 64,6% no mesmo período[94].

> Não é apenas a magnitude desse trânsito religioso que importa, mas seu simbolismo: pretos e pardos pobres convertidos ao protestantismo ascendem socialmente e ocupam o espaço de brancos na herança católica, inclusive se fazendo presentes dentro do Estado. (...) O cristianismo evangélico está deixando de ser apenas uma categoria religiosa. Ele se tornou um meio para construir uma nova classe média brasileira – no sentido sociológico do termo, que resulta de investimento na educação, e não apenas em termos de aumento de renda (SPYER, 2020, p.21.22).

Ao ocupar os espaços onde o Estado não manifesta interesse, as igrejas formam redes que vão além da solidariedade e da vida espiritual como já assinalaram BRANDÃO (2004) e FEBVRE (1978). Com dificuldades de acessar os serviços públicos, os fiéis recebem apoio das igrejas que frequentam, que "funcionam como Estado de bem-estar social informal ocupando espaços abandonados pelo Poder Público", nas palavras de SPYER (2020, p. 23). Mais uma vez, as observações de Paula MONTERO podem ser

[94] Veja em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espiritas-e-sem-religiao. Último acesso em 22.02.2021.

usadas para explicar o protagonismo que as igrejas assumem na vida das pessoas desassistidas.

> Todas essas formas de visibilidade e agenciamento público das religiões também se manifestam no campo da linguagem política, ora ressignificando suas principais categorias, tais como igualdade e direito, ora introduzindo no debate valores religiosos como fundamento para a produção de consenso em torno de certas opiniões, ora mobilizando grupos sociais em torno de determinadas causas. Alguns exemplos mais conhecidos desse fenômeno relatados pelos estudiosos dizem respeito, no caso católico, ao modo como o discurso teológico da libertação imantou de paixão religiosa as categorias de "participação" e de "comunidade" e, no caso protestante, como a "teologia da prosperidade" produziu uma ideia de "direito" dissociada do conceito de cidadania, que nas teorias da democracia é concebida como diretamente ligada aos direitos de propriedade e de acesso aos bens e aos direitos de participação política (MONTERO, 2009, p. 9).

Dessa maneira, a ausência de políticas públicas por parte do Estado acaba por formar um terreno fértil para a atuação das igrejas que assumem o papel de provedoras de assistência não apenas aos invisíveis sociais. A atuação junto a grupos excluídos, como os encarcerados, por exemplo, é muito comum. Missionários religiosos, católicos e evangélicos em sua maioria, levam não apenas apoio espiritual às pessoas que estão presas, mas também apoio material às famílias[95].

Paula MONTERO (2012) lembra que no Brasil muitos "dos valores herdados do Cristianismo ainda estão bastante enraizados no imaginário da vida cotidiana" (p. 176). Termos como "bem comum", "proteção aos pobres e desamparados", que fazem parte do vocabulário das religiões são facilmente assimilados pelos programas de atenção social do Poder Público.

MONTERO acrescenta que, no processo histórico de construção da sociedade civil brasileira, o Estado se apoiou em acordos com a igreja católica, inicialmente, para implementar uma política social e assistencial. No rastro dessa "devolução" das funções seculares do Estado para a Igreja, organizou-se no espaço público todo um conjunto de práticas de assistência no campo da saúde que se apropriou do código cristão da "caridade"[96] (2006, p. 59).

Percebendo a disponibilidade desses grupos em atuar, muitas vezes de forma voluntária, ou por meio de instituições sem fins lucrativos, os governos facilmente

[95] Exemplos do trabalho com encarcerados podem ser conhecidos no capítulo 6 do livro de SPYER (2020) e na publicação de LOBO, Edileuza Santana em trabalho realizado em prisões do Rio de Janeiro e publicado na Revista Comunicações do ISER, nº 61, entre outros.

[96] Em nota de rodapé, a autora explica caridade como "Virtude teologal que conduz ao amor a Deus e ao nosso semelhante, especialmente os pobres e desprotegidos".

incorporam os serviços prestados transformando-os em "políticas públicas", mostrando que no Estado brasileiro, laico por definição, sempre cabe mais uma igreja, de preferência cristã.

Um bom exemplo foi o convênio feito pelo Governo Estadual com a Associação Missão Belém para o atendimento da população dependente química na cracolândia, em 2012. Toda a linha de atuação estava calçada, basicamente, no que a entidade religiosa entendia que deveria ser feito como atendimento da população dependente química (TRIGO, 2016). O convênio foi cancelado um ano depois, mas o trabalho foi a origem do Programa Recomeço e muitas das suas diretrizes ainda se baseiam no convênio original com a Missão Belém, que é o acolhimento em comunidades terapêuticas vinculadas a grupos religiosos, em sua maioria.

Então, mesmo em esferas governamentais em que a presença religiosa não é tão ostensiva em cargos executivos, como no Estado ou no Município de São Paulo, muitas das ações diretas junto à população podem ser promovidas via uma igreja sem intermediários. Outro exemplo: imigrantes e refugiados que chegam à cidade de São Paulo e que buscam os equipamentos públicos de atenção como os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) na capital paulista são, muitas vezes, direcionados para serem atendidos na Missão Paz, instituição filantrópica pertencente a missionários Scalabrinianos[97], que atua na região central da cidade[98].

2. 3 – Terceirização

Mesmo que o serviço não seja realizado diretamente em uma igreja, como no caso acima, pode acontecer por meio de uma Organização Social (OS) vinculada a uma agremiação religiosa. Paula MONTERO verificou que foi a participação democrática de grupos católicos e evangélicos que levou essas agremiações a buscarem a "profissionalização" para o atendimento social.

> Em termos gerais é possível afirmar que saúde, educação e assistência pública tornaram-se novas jurisdições religiosas. No processo de ampliação das competências do religioso as próprias organizações se modificaram de tal

[97] A Missão Paz foi criada em 1940 para acolher inicialmente imigrantes italianos, mas atualmente atende imigrantes e refugiados de mais de 70 nacionalidades. Mais informações em www.missaonspaz.org

[98] O caso foi relatado na comunicação "População imigrante no acesso à rede pública de ensino em São Paulo: experiência do Setor Capacitação e Cidadania da Missão Paz", em mesa de comunicações coordenada por mim, durante o IV Simpósio Internacional sobre Religião e Migração, em 5 de junho de 2018.

> modo que, em alguns casos, torna-se difícil distinguir se estamos diante de um arranjo religioso, ou de um arranjo empresarial, acadêmico ou propriamente político (MONTERO, 2012, p. 172).

A antropóloga usa o caso da Rede Evangélica Nacional de Ação Social[99] (RENAS) como modelo de "profissionalização". A RENAS qualificou missionárias e missionários para planejar e executar projetos nas áreas da saúde, assistência pública, entre outros.

> Como consequência, muitos cristãos bem treinados como missionários e com boa formação acadêmica passam a ter um importante papel no desenho da agenda dos movimentos da sociedade civil em vários campos. Além disso, sua experiência profissional os torna, frequentemente, aptos a incorporar os conselhos governamentais no nível local e estatal. Desse modo, é possível afirmar que alguns segmentos profissionais do campo protestante (ao lado dos católicos) ampliaram sua participação no debate público ajustando sua visão ética a uma linguagem mais secularizada e, assim, passaram a ter um novo e significativo papel na formação da cidadania brasileira, na condução da atividade parlamentar e na produção de novas leis (MONTERO, 2012, p. 172-173).

É o que vemos na cidade de São Paulo: boa parte do atendimento direto à população em hospitais públicos e unidades de saúde, por exemplo, é feito por meio de OS ligadas a grupos religiosos[100]. A Lei federal nº 9.637/98[101] instituiu o Plano Nacional de Publicização que redefiniu a atuação direta do Estado junto à população. Ao extinguir órgãos e entidades, as atividades foram absorvidas por Organizações Sociais, que podem atuar na gestão de serviços públicos na área da saúde, cultura, pesquisa científica e preservação do meio ambiente, sob a supervisão estatal.

Há quem considere a absorção do serviço público pelas OS uma espécie de "terceirização" dos serviços, violando o artigo 196 da Constituição que determina a saúde como um dever do Estado. Os críticos – principalmente os conselhos profissionais da área da saúde – defendem que o Estado deveria ser o responsável direto pelo atendimento, cabendo às OS atuarem apenas de maneira complementar[102]. Os esquemas de desvios de

---

[99] A partir do trabalho de Eva SCHELIGA.

[100] Uma rápida passada no site da prefeitura de São Paulo, podemos identificar nomes ligados a grupos religiosos. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/coordenacao_de_parcerias_com_o_terceiro_setor__copats/cents/index.php?p=13877 Acesso em 25.09.2020.

[101] Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm

[102] Em artigo publicado no site Conjur, a procuradora aposentada do município de São Paulo Liliana de Almeida Marçal e o advogado Thiago Marçal, tratam da polêmica acerca da gestão da saúde por meio das Organizações Sociais. Saiba mais em https://www.conjur.com.br/2020-abr-02/organizacoes-sociais-polemicas-area-saude

verbas públicas, fraudes em licitação e contratos superfaturados, envolvendo OS e membros do Executivo não são incomuns[103]. O poder público responderá que o atendimento segue critérios legais: as organizações são legalmente constituídas, selecionadas via edital e que fiscaliza a atuação das entidades, como previsto na Lei Federal nº 9.637/98. E como são organizações sem fins lucrativos é natural que muitas delas sejam oriundas de agremiações religiosas.

O atendimento à população dependente química não foge à regra e segue o mesmo padrão, fato bastante criticado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) e, principalmente, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). As duas entidades acusam as instituições religiosas de não oferecer tratamento adequado.

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo[104], o então presidente do Cremesp, o psiquiatra Mauro Aranha, demonstrou preocupação com a aposta do governo estadual em focar o atendimento à população dependente química da cracolândia majoritariamente nas comunidades terapêuticas (CTs), religiosas em sua maioria. Por sua característica, as CTs não podem fazer atendimento médico. "Elas não são um equipamento de saúde, são um equipamento social", explicou. Aranha ponderou ainda que a síndrome de abstinência pode levar o dependente a um quadro clinicamente instável, podendo levar à morte. "É um quadro que não pode ser conduzido numa comunidade terapêutica. Isso vale para abstinência do álcool, de cocaína e crack".

No **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas[105]**, o CFP alertou também para o caráter proselitistas das CTs:

> A base religiosa fere o caráter laico dos tratamentos em saúde, de forma a colocar em questão a possibilidade de instituições com tal perfil serem consideradas, por setores do poder público, como locais passíveis de serem incorporados às redes de cuidado e atenção para usuários de álcool e outras drogas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p.81).

As críticas são válidas: de fato, a "base religiosa" pode ferir o "caráter laico do atendimento". O problema é que sem a participação de instituições religiosas não há

---

[103] Um desses casos resultou na Operação Raio-X, deflagrada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e pela Polícia Civil do Estado. Saiba mais em https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/09/29/policia-de-sp-cumpre-mandados-contra-supostos-desvios-na-saude.htm Acessado em 29.09.2020.

[104] Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1892808-comunidade-terapeutica-e-risco-para-o-usuario-instavel-diz-lider-do-cremesp.shtml . Último acesso em 31.03.2021.

[105] O relatório apresenta o resultado da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, realizada em outubro de 2017, na qual foram visitadas 28 instituições nas cinco regiões do país, em 12 unidades da federação (11 estados e o Distrito Federal).

atendimento público à população dependente química e carente em São Paulo. A saber: o programa Redenção do município de São Paulo conta com duas unidades do Serviço Integrado de Atendimento Terapêutico (SIAT). O espaço localizado no bairro Armênia é gerenciado pela Associação Evangélica Beneficente (AEB). O SIAT Glicério é gerenciado pelo Instituto de Atenção Básica à Saúde (IABAS) cujo nome foi envolvido na suspeita de propina na construção de hospitais de campanha para atendimento de vítimas do coronavírus no Rio de Janeiro e que culminou com o afastamento do governador Wilson Witzel (PSC)[106].

O programa Recomeço, do governo estadual de São Paulo, tem uma base de atendimento médico e social na região da cracolândia, além de convênios com comunidades terapêuticas (CT) para acolhimento de dependentes químicos. Dados coletados em novembro de 2015 demonstravam que o Recomeço atendia 983 pessoas[107] em 41 comunidades terapêuticas. Treze delas declararam que não eram vinculadas a nenhum grupo religioso. As demais estavam divididas em: oito católicas, nove evangélicas, uma espírita e dez ecumênicas E mesmo as CTs que se declaram ecumênicas informam que seguem ou aplicam conceitos de espiritualidade como um apoio ao tratamento (TRIGO, 2016).

Procurei várias vezes a coordenação do Recomeço – por telefone e por e-mail – para atualizar as informações. A resposta veio apenas após o uso da Lei de Acesso à Informação, dizendo que os dados estavam disponíveis no site da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. A informação buscada não foi encontrada no site. Mas é possível ter uma ideia do perfil das CTs que prestam serviço dentro do programa estadual. O convênio foi firmado com a Federação Brasileira das Comunidades Terapêuticas (FEBRACT), entidade fundada pelo padre Haroldo Rahm, pioneiro das CTs no Brasil, falecido em 30 de novembro de 2019.

A listagem disponível no site da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social com os nomes das CTs conveniadas também dá uma pista de quantas podem ser agremiações religiosas. Segue abaixo:

[106] Veja em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/assembleia-do-rio-autoriza-processo-e-deixa-witzel-mais-proximo-do-impeachment.shtml

[107] O dado recebido falava em número de atendidos, sem distinção por sexo.

Entidade	Município	Vagas Conveniadas	Modalidade	Gênero	DRADS
Associação Aux de Dependentes Químicos **AMOSTRA**	Ribeirão Preto	15	CT	Masculino	DRADS RIBEIRÃO PRETO
Assistência Social o **Bom Samaritano**	Americana	15	CT	Masculino	DRADS CAMPINAS
Associação Amigos da Vida- **AAVIDA**	Araraquara	15	CT	Masculino	DRADS ARARAQUARA
Associação Beneficente **Viver**	Ribeirão Preto	30	CT	Masculino	DRADS RIBEIRÃO PRETO
Associação de Acolhimento de Dep. Químicos -**Caminho da Paz**	Jardinópolis	20	CT	Masculino	DRADS RIBEIRÃO PRETO
Associação **Jesus Fonte Agua Viva-(Feminina)**	Taquaritinga	15	CT	Feminino	DRADS ARARAQUARA
Associação Maria de Nazaré - **MANA**	Birigui	20	CT	Masculino	DRADS ARAÇATUBA
Associação Pão Nosso - Obras Sociais Padre Osvaldo	Catanduva	32	CT	Masculino	DRADS S.J. RIO PRETO
Associação Projeto **Respeitar/CT São Francisco**	Pedro de Toledo	15	CT	Masculino	DRADS REGISTRO
Associação Promocional **Vida Nova - Monte Alto**	Monte Alto	20	CT	Masculino	DRADS RIBEIRAO PRETO
Associação Prudentina para prev. dos vícios e recuperação de vidas **ESQUADRÃO DA VIDA**	Presidente Prudente	16	CT	Masculino	DRADS ALTA SOROCABANA
Associação **Renovar** - Centro de Apoio e Recuperação	Mairiporã	30	CT	Masculino	DRADS GRANDE SÃO PAULO NORTE
Associação **Resgate a Vida de Mogi Mirim**	Mogi Mirim	15	CT	Masculino	DRADS S.J. DA BOA VISTA
Associação. Pde Leonardo Nunes **Recanto Vida**	Peruíbe	24	CT	Feminino	DRADS SANTOS
Associação. Pde Leonardo Nunes **Recanto Vida**	Peruíbe	25	CT	Masculino	DRADS SANTOS
Associação Promocional Sol Nascente	Peruíbe	16	CT	Masculino	DRADS SANTOS
Caritas Diocesana de **Campo Limpo**	Juquitiba	20	CT	Masculino	DRADS OSASCO
Caritas Diocesana de Catanduva – **República**	Catanduva	10	República	Masculino	DRADS S.J. RIO PRETO
Caritas Diocesana de Catanduva- **CT Caritas**	Catanduva	30	CT	Masculino	DRADS S.J. RIO PRETO
Caritas Diocesana de Catanduva- **CT Caritas**	Ibirá	14	CT	Feminino	DRADS S.J. RIO PRETO
Casa Assist. Nosso Lar Amigos do Bem - **CT Terra Santa**	Colina	20	CT	Masculino	DRADS BARRETOS
Casa Renascer - **Pirassununga**	Pirassununga	20	CT	Masculino	DRADS PIRACICABA
Casa São José	Juquitiba	15	CT	Masculino	DRADS OSASCO
Centro de Estudos e Recuperação para a Vida - **TUPÃ – CERVIDA**	Tupã	15	CT	Masculino	DRADS MARÍLIA

Esquadrão Vida para Adolescentes	Caçapava	15	CT	Masculino	DRADS S.J. DOS CAMPOS
Graaus- Grupo de Recuperação de Alcoólicos Augusto Silva	Sertãozinho	10	CT	Masculino	DRADS RIBEIRÃO PRETO
Grupo de Assistência a Dependência Química Nova Aurora Feminino e Masculino-CT **Nova Esperança (Feminina e Masculina)**	São José dos Campos	20	CT	Feminino	DRADS S.J. DOS CAMPOS
Grupo de Assistência a Dependência Química Nova Aurora Feminino e Masculino-CT **Nova Esperança (Feminina e Masculina)**	Jambeiro	25	CT	Masculino	DRADS S.J. DOS CAMPOS
Grupo de Assistência a Dependência Química Nova Aurora Feminino e Masculino-CT **Nova Esperança (Feminina e Masculina)**	São José dos Campos	60	CT	Masculino	DRADS S.J. DOS CAMPOS
HORTO DE DEUS - Assoc Promocional Leonildo Delfino de Oliveira	Taquaritinga	16	CT	Masculino	DRADS ARARAQUARA
Instituição Padre Haroldo Rahm	Campinas	15	República	Masculino	DRADS CAMPINAS
Associação Teshuva	Novo Horizonte	15	CT	Masculina	DRADS S.J. RIO PRETO
Instituição Padre Haroldo Rahm	Campinas	21	CT	Feminino	DRADS CAMPINAS
Instituto Impactar de Assist. Scl, Educ, Saúde e Meio Ambiente	São José dos Campos	25	CT	Masculino	DRADS S.J. DOS CAMPOS
Madre Teresa de Calcutá	São José do Rio Preto	10	República	Masculino	DRADS S.J. RIO PRETO
Madre Teresa de Calcutá	São José do Rio Preto	15	CT	Masculino	DRADS S.J. RIO PRETO
Pousada Bom Samaritano	Dracena	20	CT	Masculino	DRADS DRACENA
Recanto do Senhor- Araraquara	Araraquara	15	CT	Masculino	DRADS ARARAQUARA
Reencontro - Centro de Tratamento para Dependentes de Álcool e Outras Drogas	Vinhedo	14	CT	Masculino	DRADS CAMPINAS
República da Vida - Prevenção e Auxílio Comunitário ao Toxicômano	Guarujá	14	CT	Masculino	DRADS SANTOS
Instituto Bauman	Arujá	25	CT	Masculina	DRADS MOJI MIRIM
	TOTAL	**1335**	**100%**		

Figura 5[108]

Interessante notar que, apesar de o convênio[109] firmado entre Governo do Estado e FEBRACT, prever o atendimento do público LGBTQIA+, não há dados disponíveis sobre transexuais ou transgêneros atendidos: as comunidades terapêuticas são divididas por "gênero masculino e feminino".

[108] Rede de acolhimento social do Programa Recomeço. Disponível em https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/transparencia/coed/# . Último acesso em 25.09.2020.
[109] Também disponível em https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/transparencia/coed/# . Último acesso em 25.09.2020.

A falta de atendimento adequado à população LGBTQIA+ não será tratada nesta tese. Foi mencionada aqui em caráter meramente ilustrativo para mostrar que a ausência de informação sobre população trans atendida pelas comunidades terapêuticas conveniadas reforça o que foi dito por BECKER (2008) e GOFFMAN (2004) e deixa de fora as pessoas que são rotuladas por ter comportamentos desviantes e por fugirem da binariedade defendida como verdade pelas agremiações religiosas.

Como disse BECKER (2008), o desvio é "uma consequência das reações dos outros ao ato de uma pessoa (p. 22)", um julgamento por assim dizer. BECKER alertou, no entanto, que tal rótulo estigmatizante acaba sendo aceito não apenas pelas instituições religiosas, mas também por pesquisadores científicos. "Em geral os cientistas não questionam o rótulo 'desviante' quando é aplicado a atos ou pessoas particulares, dando-o por certo. Quando o fazem, aceitam os valores do grupo que está formulando o julgamento (p. 17)".

2.4 – Predominância cristã

Voltando ao tema da vinculação religiosa das comunidades terapêuticas: ao analisar o quadro das instituições conveniadas ao Programa Recomeço, pode-se dizer que se trata de um recorte do perfil das demais CTs brasileiras. A pedido da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou uma pesquisa com 500 entidades espalhadas pelo país entre 2014 e 2016. O trabalho resultou no **Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras**, publicado em 2017.

A nota técnica da pesquisa explica que a amostra foi retirada de um cadastro com quase duas mil entidades elaborado em 2009, pelo Centro de Pesquisas em Álcool e outras Drogas do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, em conjunto com o Laboratório de Geoprocessamento do Centro de Ecologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). "Embora não se pudesse assegurar que este cadastro continha a totalidade das CTs operantes no Brasil, nos anos em que a investigação se realizou (2014, 2015 e 2016), considerou-se, para efeito deste estudo, que este era, então, representativo do universo destas entidades no país" (IPEA, 2017, p.7).

O que chama a atenção no estudo é que 82% das CTs pesquisadas são vinculadas a igrejas ou organizações religiosas, cristãs em sua maioria. Os pesquisadores separaram

as entidades por orientação religiosa, conforme se vê na tabela abaixo. Interessante notar a predominância pentecostal no percentual de vagas oferecidas.

MACRORREGIÃO	% VAGAS						
	PENTECOSTAL	MISSÃO	OUTRAS CRISTÃS	CATÓLICA	SEM ORIENTAÇÃO	OUTRA	TOTAL
VAGAS BRASIL	34.277	4.386	2.130	21.461	15.918	5.327	83.530
NO	3,5	0,1	0,1	1,6	0,0	1,0	6,4
NE	9,8	2,7	0,2	6,4	1,1	0,1	20,2
CO	4,0	0,3	0,0	1,4	1,9	0,3	7,8
SE	15,3	1,4	1,6	9,8	12,4	2,7	43,2
SU	8,4	0,8	0,6	6,5	3,7	2,3	22,4
% VAGAS	41,0	5,3	2,5	25,7	19,1	6,4	100
% CTs	39,7	6,9	2,6	27,1	17,8	5,8	100
MÉDIA VAGAS/ RELIGIÃO	44,2	32,7	41,8	40,6	45,7	47,1	42,8

Figura 6[110]

Outro dado surpreendeu os pesquisadores: mesmo as entidades que alegaram não ter vinculação religiosa declararam que estimulam a fé em um "ser superior". Situação semelhante à relatada em TRIGO (2016) e mencionada acima sobre as CTs credenciadas ao Programa Recomeço que se declararam ecumênicas. Tanto que "o cultivo da espiritualidade" divide com a laborterapia o posto de atividades mais oferecidas às pessoas acolhidas em mais de 90% nas instituições.

> Assim, a questão espiritual no modelo das CTs, cuja plataforma mínima comum a todas parece ser o estímulo à fé em um ser superior (divino), ultrapassaria as confissões e instituições religiosas particulares, se inserindo, antes, como recurso para a transformação dos sujeitos, na medida em que contribuiria para levá-los a reconhecer e atribuir sentido à necessidade de se submeterem a leis e ordens estabelecidas fora e antes deles (IPEA, 2017, p.20).

Essa relação estreita com a religiosidade (ou com o que é apontado como espiritualidade pelos entrevistados), mesmo nas entidades que se declararam não religiosas, tem relação à gênese das CTs. A pesquisa de Ângela IAHNIG (2013) aponta que o aparecimento das primeiras instituições remonta a períodos anteriores à Era Cristã. "É possível reconhecer comunidades criadas com o propósito de isolamento religioso, busca de um modo de vida alternativo, um espaço com o fim de recuperação ou cura, entre outros" (p.17).

[110] Comunidades terapêuticas e vagas, segundo macrorregião geográfica e orientação religiosa (IPEA, 2017, p.20).

O modelo atual de CT se dissemina a partir do século XX, como demonstra a pesquisa de Maria Paula Gomes dos SANTOS (2018), além da já mencionada de autoria de Ângela IAHNIG. As instituições se formaram a partir iniciativas da sociedade civil, muitas vezes articuladas a organizações religiosas

> Sendo assim, essas instituições guardam certa semelhança com outras organizações que, ao longo da história, têm prestado serviços assistenciais a pessoas em situação de vulnerabilidade social – abrigos, hospitais filantrópicos, entre outros – com base nos preceitos cristãos da caridade e da solidariedade (SANTOS, 2018, p.11).

Muitas das CTs basearam (e ainda baseiam) seu método de tratamento e/ou recuperação no programa dos 12 passos, criado em 1935 nos Estados Unidos por William Griffith Wilson e Robert Holbrook Smith, inicialmente para o tratamento de alcoolismo. Hoje o programa é o cerne de grupos de recuperação como Alcóolicos Anônimos e Narcóticos Anônimos, por exemplo, mas são usados por outros grupos que tratam de dependências diversas. A necessidade de apego a Deus ou a um Poder Superior parece ser o sucesso do método:

> 1) admitimos que éramos impotentes perante o álcool - que tínhamos perdido o domínio sobre nossas vidas; 2) viemos a acreditar que um Poder superior a nós mesmos poderia devolver-nos à sanidade; 3) decidimos entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de Deus, na forma em que O concebíamos; 4) fizemos minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos; 5) admitimos perante Deus, perante nós mesmos e perante outro ser humano, a natureza exata de nossas falhas; 6) prontificamo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter; 7) humildemente rogamos a Ele que nos livrasse de nossas imperfeições; 8) fizemos uma relação de todas as pessoas a quem tínhamos prejudicado e dispusemo-nos a reparar os danos a elas causados; 9) fizemos reparações diretas dos danos causados a tais pessoas, sempre que possível, salvo quando fazê-las significasse prejudicá-las ou a outrem; 10) continuamos fazendo o inventário pessoal e quando estávamos errados, nós o admitíamos prontamente; 11) procuramos, através da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com Deus, na forma em que O concebíamos, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade em relação a nós, e forças para realizar essa vontade; e 12) tendo experimentado um despertar espiritual, graças a estes Passos, procuramos transmitir esta mensagem aos alcoólicos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades[111].

[111] Veja em: https://www.aa.org.br/informacao-publica/principios-de-a-a/os-passos . Para autores como Laura FRACASSO, George DE LEON e Maria Elena GOTI, o Grupo Oxford, organização religiosa inglesa fundada em 1860, cujo objetivo era o "renascimento espiritual da humanidade", buscando formas de amenizar o sofrimento humano valendo-se de um estilo de vida mais fiel aos ideais cristãos, influenciou diretamente os autores dos 12 passos. Possivelmente daí advém a influência religiosa que permeia o programa. Artigo de Pablo KURLANDER trata mais sobre o assunto. Disponível em https://febract.org.br/portal/wp-content/uploads/2018/05/Na-trilha-dos-12-passos.pdf . Último acesso em 29.03.2021.

Dessa forma, as CTs hoje se constituem como residências coletivas temporárias em que pessoas com dependência química ingressam de forma voluntária para viverem distantes das cenas de uso de substâncias psicoativas. Mesmo que a permanência nas CTs seja voluntária, o modelo de funcionamento remete à definição que Erving GOFFMAN (2010) dá às instituições totais: "seu 'fechamento' ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída" das pessoas atendidas (p.16).

O isolamento tem um propósito: a renúncia ao uso das drogas e a adoção de um novo estilo de vida. Segundo Ângela IAHNIG, como as CTs apresentam atividades que fortalecem a autoestima, abordam questões de comportamento social e até a reinserção social, a "expectativa é que essas ações desenvolvidas nesse tipo de instituição produzam mudanças permanentes na vida do paciente" (2013, p. 17).

A localização das CTs, geralmente distantes dos centros urbanos, é escolhida para garantir o isolamento das pessoas internadas. Essa prática é o oposto do preconizado pelo Conselho Federal de Psicologia. Segundo o Conselho, além de promover uma "ruptura do convívio social" é mais uma violação de direitos e garantias constitucionais comuns no atendimento das comunidades terapêuticas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p.60).

No Brasil, o modelo de atenção às pessoas que apresentam transtornos mentais – e também aquelas que têm problemas decorrentes do abuso de álcool e drogas – sofreu uma mudança significativa a partir do movimento antimanicomial que ganhou força na década de 1980. O ponto de virada foi a Lei nº 10.216/2001 – a Lei da Reforma Psiquiátrica. A legislação definiu as normas para assegurar os direitos das pessoas com transtornos mentais, incluindo os resultantes do uso indiscriminado de substâncias psicoativas.

A partir da promulgação da lei, o Estado redirecionou a política de "promoção de saúde mental, adotando como eixo central a devida participação das famílias e da sociedade, oferecendo, preferencialmente, serviços comunitários de saúde mental, opções de tratamento e recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade". Como resultado, deixava-se de lado antigas práticas de segregação dos doentes, que passariam a ter "tratamento, proteção sem qualquer forma de discriminação quanto à origem étnica, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade,

família, recursos econômicos, gravidade ou tempo de evolução do transtorno" (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

É na esteira da reforma preconizada na Lei da Reforma Psiquiátrica que se percebe o crescimento das comunidades terapêuticas no Brasil. No entanto, segundo a pesquisa do IPEA (2017), o modelo de CT mais presentes no país é o religioso e o tratamento proposto se ancora em três pilares: trabalho, disciplina e espiritualidade. No ambiente da CT, trabalho é chamado de laborterapia, ou seja, é entendido como terapêutico. Como resultado dessas tarefas, que podem ser tanto para manutenção do espaço como de geração de renda, espera-se que as pessoas acolhidas desenvolvam disciplina e autocontrole necessários para o retorno da vida em sociedade.

> As práticas espirituais, por sua vez – levadas a efeito com ou sem o apoio de igrejas e organizações religiosas –, buscam promover a fé dos internos em um ser ou instância superior, vista como recurso indispensável, seja para o apaziguamento das dores e sofrimentos dos indivíduos, seja para o seu enquadramento moral (IPEA, 2017, p.8).

O tratamento ancorado em valores religiosos das CTs tem como objetivo promover uma "reforma moral" das pessoas com dependência química. O isolamento físico e social, a abstinência, mais a disciplina, o trabalho e as práticas religiosas pretendem transformar os internos em "novos sujeitos" (IPEA, 2017, p. 9). Essa "reforma moral" preconizada pelas CTs se relaciona à compreensão de que pessoas adictas são doentes e moralmente fracas. E, portanto, mais suscetíveis ao pecado que se chama droga.

> As formas de convencimento adotadas nas CTs, por sua vez, dão-se pelo proselitismo antidrogas, pela emulação de condutas valorizadas pela instituição e pela tentativa de introjeção, no sujeito, de novos atos e rotinas. Essa pedagogia parece visar, principalmente, inculcar nos sujeitos um novo *habitus* (Bourdieu, 2000) e um código moral, ambos ancorados nos valores do trabalho, da disciplina, da família e da religião (SANTOS, 2018, p.28).

A visão estigmatizada das pessoas adictas serem fracas e imorais nas CTs vinculadas a grupos religiosos pode advir do sentimento de superioridade que dirigentes têm em relação aos internos. Howard BECKER (2008) alertou sobre ser senso comum de que o ato desviante ocorra por uma predisposição, uma característica pessoal. Ou seja, por ser inevitável ao *outsider* cometer o desvio, necessitaria de regras para conseguir conduzir sua vida.

Essas regras, segundo BECKER, são produto de iniciativa de pessoas que ele classificou como "empreendedores morais" ou "reformadores cruzados": acreditam que sua missão é sagrada. O "cruzado não está interessado apenas em levar outras pessoas a

fazerem o que julga certo. Ele acredita que se fizerem o que é certo será bom para elas" (2008, p. 153).

Ao analisar as instituições totais, Erving GOFFMAN (2010) percebeu que os estigmas são reforçados: dirigentes se sentem mais "superiores e corretos" e veem internos como "não merecedores de confiança". Já os internos "tendem a sentir-se pelo menos sob alguns aspectos, inferiores, fracos, censuráveis e culpados" (p.19).

A mesma percepção teve Taniele RUI (2014) ao pesquisar comunidades terapêuticas:

> independentemente das trajetórias sociais e individuais de engajamento com as substâncias, ali seria apenas *adictos* em recuperação que, em algum momento, falharam nas suas escolhas. O termo *adicto* passa a ser, assim, um atributo que confere ao *residente* durante o período de tratamento uma condição especial. Torna-se, pois, um estigma no seu sentido goffiniano de "linguagem de relações" a partir do qual se estrutura o programa de tratamento e se pretende interferir na autonomia individual (RUI, 2014, p. 98).

O relatório da pesquisa IPEA aponta que as CTs pesquisadas defendem que somente os valores religiosos podem dar um tipo de "sustentação ética" para a recuperação da dependência química e o posterior retorno à vida em sociedade (2017, p. 20).

> Assim, a questão espiritual no modelo das CTs, cuja plataforma mínima comum a todas parece ser o estímulo à fé em um ser superior (divino), ultrapassaria as confissões e instituições religiosas particulares, se inserindo, antes, como recurso para a transformação dos sujeitos, na medida em que contribuiria para levá-los a reconhecer e atribuir sentido à necessidade de se submeterem a leis e ordens estabelecidas fora e antes deles (IPEA, 2017, p.20).

2.5 – Deus como tratamento

As observações dos pesquisadores do IPEA relatadas acima vão ao encontro do que Paula MONTERO (2009) percebeu sobre como a atividade religiosa se espalhou nos atendimentos públicos, o que deixa praticamente impossível de distinguir o que é de fato ação social ou religiosidade como política de atendimento. "Ora, sabemos bem que no Brasil a gramática da 'caridade' se mantém viva como princípio de legitimação das ações públicas" (2009, p. 14-15).

Ao aplicar uma metodologia com ênfase na oração, no trabalho e em reuniões de grupos, as comunidades terapêuticas (CTs) tendem a relacionar o consumo de drogas com a criminalidade, o descontrole e a autodestruição, como notou também Taniele RUI

(2014). Dessa maneira, coloca todos os dependentes numa mesma cesta, ou seja, não permite notar a particularidade de cada história, a trajetória de vida que levou as pessoas que estão sendo atendidas nas CTs até a dependência química.

Simplificar a situação imaginando que todos aqueles que se envolvem com drogas são iguais e que apenas "Deus é o tratamento eficaz", facilita a rotina de trabalho nas CTs, como verificou Taniele RUI: "no contexto do tratamento, essa evocação é bastante funcional, porque visa ressaltar o reconhecimento que o indivíduo perdeu o controle sobre si mesmo e, acima de tudo, de que precisa recorrer a uma instância superior ou a algo mais poderoso que ele próprio para conseguir reconstruir sua vida" (2014, p. 99).

No entanto, o "padrão geral de atendimento" vai na direção oposta do que está previsto em lei, que define a necessidade de um "projeto terapêutico singular" para cada pessoa atendida, conforme destacou o Conselho Federal de Psicologia (CFP):

> O projeto terapêutico singular é "eixo central" da diretriz estabelecida pelo art. 2º, inciso XII da Portaria nº 3.088/2011, do Ministério da Saúde, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (Raps) e inclui as comunidades terapêuticas entre os serviços de atenção em regime residencial. A Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), define, em capítulo sobre as atividades de atenção e de reinserção social de usuários ou dependentes de drogas, o alinhamento aos órgãos de controle social; a atenção às orientações e normas do Conad; a adoção de estratégias diferenciadas que considerem peculiaridades socioculturais; a atenção multidisciplinar; e postula, como diretriz, a "definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde." (Lei nº 11.343/2006, art. 22, inciso III). (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p. 74)

Como já foi visto anteriormente, o CFP critica abertamente o modelo das CTs por oferecerem um "modelo religioso" para promoverem a abstinência e a recuperação das pessoas atendidas. Segundo o Conselho, não há "base técnica, teórica ou científica" e não podem ser considerados como tratamento, sob o ponto de vista da saúde (2018, p. 74).

Mas, além de questionar a capacidade das CTs em prestar o serviço da maneira que seria adequada do ponto de vista da saúde, o CFP faz críticas ao financiamento público das instituições. Uma vez que a destinação de recursos públicos aconteça, o Estado deve fiscalizar e acompanhar o trabalho das instituições. No entanto, segundo os pesquisadores do Conselho, as CTs pesquisadas para o **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas** não receberam qualquer visita por parte das autoridades competentes. "Os dados coletados pela inspeção nacional em comunidades terapêuticas apontam, portanto, que o financiamento indiscriminado de instituições dessa natureza

acaba por resultar na destinação de recursos públicos a locais onde há violações de direitos" (2018, p. 18).

O governo federal vem financiando comunidades terapêuticas há tempos. Taniele RUI notou que mesmo a gestão federal petista que teve o programa "Crack é possível Vencer" fundamentalmente baseado na redução de danos, também destinou verbas às CTs (2014, p. 120). Boa parte disso deve-se ao *lobby* da Bancada Evangélica que criou a Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas. De acordo com Marcello DOUDEMENT e Vínnie Nasser Mesquita da CONCEIÇÃO desde 2011 a agenda de interesses das CTs também ganharam força no Congresso Federal, facilitando ainda mais a aquisição de recursos por parte do governo federal.

> A presença de frentes parlamentares em defesa das comunidades terapêuticas (FPCTs) nas últimas duas legislaturas (54a e 55a) chama a atenção para o fato de as comunidades também estarem preocupadas em defender seus interesses não só por meio do Executivo mas também pelo trabalho de parlamentares na Câmara e no Senado federais (DOUDEMENT e CONCEIÇÃO, 2018, p. 167).

Desde 2012, as CTs são regulamentadas Ministério da Saúde, mas são credenciadas e financiadas pelo Ministério da Cidadania. Como vimos anteriormente, algumas delas também recebem aporte dos governos locais, como é o caso das CTs conveniadas ao Programa Recomeço. As diferentes fontes de financiamento, assim como a vinculação a dois ministérios federais, tornam ainda mais complexos a fiscalização e o controle das atividades. Como pontua o Relatório do Conselho Federal de Psicologia: "qualquer destinação de recursos públicos precisaria estar acompanhada da fiscalização e monitoramento das práticas desenvolvidas" (2018, p. 150).

No governo de Jair Bolsonaro, as comunidades terapêuticas receberam o dobro de aporte financeiro em relação aos CAPs (Centro de Atenção Psicossocial) que oferece atendimento ambulatorial e de redução de danos. De acordo com reportagem do jornal Folha de S. Paulo[112], o repasse a instituições privadas que "realizam internação de dependentes químicos passou de R$ 153,7 milhões em 2019 para R$ 300 milhões" em 2020. A rubrica do orçamento para os CAPs em 2020 ficou em R$ 158 milhões.

As informações foram passadas pelo Ministério da Cidadania que não deu justificativas para o aumento. Segundo a Folha de S. Paulo, das 487 entidades que

[112] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/investimento-federal-em-comunidades-terapeuticas-sobe-95.shtml#:~:text=Aporte%20%C3%A9%20estimado%20em%20R,entidades%20s%C3%A3o%20cat%C3%B3licas%20ou%20evang%C3%A9licas&text=O%20repasse%20de%20verbas%20a,segundo%20o%20Minist%C3%A9rio%20da%20Cidadania . Último acesso em 05.04.2021.

recebem os repasses: 37% são católicas, 29% são evangélicas e 8% se dizem apenas cristãs. Repasses como esses deveriam ser discutidos com a participação popular por meio do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad). No entanto, desde o primeiro ano do governo Bolsonaro, os conselhos têm perdido a participação popular e as decisões são tomadas exclusivamente por representantes governamentais.

Sem retaguarda própria, governos justificam convênios com comunidades terapêuticas incorporando os serviços prestados pelas instituições à política pública de atendimento. Marco Antônio Carvalho NATALINO lembrou que o conceito das CTs como espaços eficazes de ressocialização de dependentes químicos já faz parte do discurso público. E que por prestarem "um bem público e, assim, deveria ser não apenas aceita, mas, inclusive, apoiada pelas agências governamentais responsáveis".

> De fato, é assim que, para todos os efeitos, as CTs são, *de jure*, compreendidas hoje no Brasil: organizações sociais, de missão caritativa ou filantrópica, que cumprem, com base em fontes de financiamento públicas e privadas, um papel social, de oferta de um serviço de interesse público e das pessoas que dele necessitam (NATALINO, 2018, 43).

No entanto, como vimos, a concentração de recursos em um único modelo de atendimento, vai contra à legislação que regulamenta a atenção aos usuários e dependentes de drogas. Como descreve o relatório do CFP:

> A Lei nº 11.343/2006 traz um capítulo sobre atividades de atenção e de reinserção social de usuários ou dependentes de drogas, mediante ações que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso. De acordo com o art. 22 da citada lei, o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) está alicerçado nos seguintes princípios: I - respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social; II - a adoção de estratégias diferenciadas de atenção e reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares que considerem as suas peculiaridades socioculturais; III - definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde; IV - atenção ao usuário ou dependente de drogas e aos respectivos familiares, sempre que possível, de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais; V - observância das orientações e normas emanadas do Conad; VI - o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas. O respeito às diretrizes do Ministério da Saúde, além da obrigatória previsão orçamentária adequada, são determinações dessa norma. Nela também se prescreve a existência de projeto terapêutico individualizado e orientado à inclusão social (Lei nº 11.343/2006, art. 22, inciso III). Essa lei estabeleceu a possibilidade de que instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas de saúde e assistência social e que atendam usuários ou dependentes de drogas, recebam recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Lei nº 11.343/2006, art. 25) (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p. 28, 29).

Mesmo que a destinação de recursos para as CTs possa ter previsões legais, o questionamento por parte do CFP continua válido: as instituições teriam capacidade de prestar serviços que podem ser referendados pelo Estado a ponto de receber o título de política pública? A reposta parece ser clara, mas governos das diferentes esferas preferem destinar boa parte do orçamento para CTs, deixando de fomentar outras iniciativas e deixando de oferecer um atendimento multidisciplinar de fato. Deixando o trabalho “para Deus”.

Capítulo 3 – Os muitos estigmas femininos

O estigma que marca a vida feminina vem de tempos remotos. A pauta de costumes defendida pelo governo do presidente Jair Bolsonaro e reverberada na sociedade reforça esse estigma. E quando fazemos a convergência com o Cristianismo (já que os grupos estudados para este trabalho são cristãos), veremos que a situação não se torna mais confortável.

Considerada culpada pela queda da humanidade, a mulher "mesmo casta e trabalhadeira", é sempre taxada de "impura" (BEAUVOIR, 1970). E quando se sai do conceito de "normalidade" – mulher heterossexual e mãe – os julgamentos se dão na contramão do respeito e/ou acolhimento.

> O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? Que caminhos lhe são abertos? (BEAUVOIR, 1970, p. 23).

As comparações com Eva são inevitáveis. E a figura de Maria é sempre invocada como modelo de comportamento, principalmente nos grupos católicos.

> A Igreja exprime e serve uma civilização patriarcal na qual é conveniente que a mulher permaneça anexada ao homem. É fazendo-se escrava dócil que ela se torna também uma santa abençoada. Assim, no coração da Idade Média, ergue-se a imagem mais acabada da mulher propícia aos homens: a figura da Virgem Maria cerca-se de glória. É a imagem invertida de Eva, e pecadora; esmaga a serpente sob o pé; é a mediadora da salvação como Eva o foi da danação (BEAUVOIR, 1970, p. 214).

Desde seus primórdios, a igreja usa a comparação com a imagem de Eva para culpabilizar a mulher. Nesse sentido, Robin SCHOTT (1996) destaca o papel de Tertuliano, considerado um dos pais fundadores da igreja: "*Tu* és o portal do Diabo. *Tu* és o primeiro desertor da Lei Divina. *Tu* és aquela que persuadiu a quem o Diabo não foi bastante corajoso para atacar. (...) Por causa da *tua* falta, que é morte, o próprio Filho de Deus teve que morrer (...)" (p. 76).

Elisabeth BADINTER (1985), Stephen GREENBLATT (2018) e Maria José ROSADO-NUNES (2001 e 2008), entre outros, já comentaram que as interpretações sexistas dos textos bíblicos, feitos por teólogos – todos homens – reforçaram os discursos da submissão feminina à autoridade masculina, da maternidade como destino de toda mulher, da culpa e do julgamento constante.

De acordo com Stephen GREENBLATT (2018) os teólogos afirmam que a mulher sempre foi dominada pelo homem, mesmo antes da queda, "pois essa era a ordem natural das coisas". "Porém antes de comer da Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal, a mulher não compreendia que estava sendo dominada; depois de sua transgressão, compreendeu e ressentiu-se com amargura" (p. 265).

Mesmo tento cometido o mesmo "pecado" que Eva, Adão nunca assumiu sua parcela de culpa pela transgressão. Quase culpa o próprio Deus pelo deslize: "a mulher *que me deste por companheira*[113], ela me deu da árvore, e eu comi" (Gênesis, 3:12). Vimos acima que, o papel do primeiro homem na transgressão é atenuado por Tertuliano, que joga toda a responsabilidade para Eva: "*Tu* és aquela que persuadiu a quem o Diabo não foi bastante corajoso para atacar" (SCHOTT, 1996, p.76). O evangelista Timóteo também ameniza a participação de Adão. "Adão não foi enganado; mas a mulher sendo enganada, caiu em transgressão" (1 Timóteo, 2:14).

Assim, mesmo perto da morte, Adão continuou a culpar apenas a mulher:

> "O que fizeste? Causaste-nos uma grande tribulação, trouxeste o erro e o pecado para todas gerações". Adão sabia que o destino que estava agora sofrendo caberia também a seus descendentes, e desejava que a fonte do tormento que lhes advirá ficasse clara para toda a sua linhagem. Por isso, ordenou à sua mulher que contasse aos filhos o que fizera (GREENBLATT, 2018, p.73).

Stephen GREENBLATT destaca que, mesmo que outras tradições religiosas e que Santo Agostinho não se concentrassem em culpar Eva exclusivamente pela queda, outros o fizeram abrindo as "as comportas para uma corrente de misoginia que turbilhonou durante séculos em torno da figura da primeira mulher".

> Não importava que a tradição rabínica tivesse pouquíssimo interesse em dirigir a culpa para Eva ou que o Alcorão mostrasse Adão e Eva como igualmente culpados. Não importava que o cristianismo, em seus anos de formação, houvesse acolhido bem as mulheres, juntamente com os escravos, criminosos e outras categorias oprimidas pela ordem social romana, e lhes oferecesse lugar à mesa dos abençoados. Não importava que Agostinho considerasse Adão o principal culpado pela catástrofe que recaiu sobre a humanidade. Muitas autoridades, dentro e fora da igreja, de bom grado atribuíram a responsabilidade quase inteiramente a Eva (GREENBLATT, 2018, p.115).

Elisabeth BADINTER (1985) também comenta como "certos doutores da Igreja" agravam a imagem de Eva, associando-a "à própria Serpente, isto é, ao Demônio tentador". "Mais acessível às tentações da carne e da vaidade, ela tornou-se culpada, por

[113] Grifo meu.

suas fraquezas, da infelicidade do homem. Ela aparecerá, na melhor das hipóteses, como uma criatura fraca e frívola" (p. 34). O texto bíblico do Gênesis colabora para a imagem de Eva ao destacar a punição maior dada a ela por Deus em comparação a Adão: "E à mulher disse: multiplicarei grandemente a tua dor e a tua concepção; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para teu marido, e ele te dominará" (Gênesis, 3:16).

BADINTER destaca que, confirmado pelo próprio Deus como "senhor" da mulher, Adão foi condenado apenas a trabalhar arduamente e a morrer. Assim, definiu-se a condição futura feminina de passividade, submissão e alienação. E de julgamento: "Eva transformou-se no símbolo do Mal" (p. 34).

Stephen GREENBLATT concorda com o pensamento de BADINTER. E vai um pouco além:

> Apesar de sua evidente inferioridade, usando de violência e ludíbrio, os homens conseguiram subjugar as mulheres e encobriam suas maldades culpando Eva por tudo. A primeira mulher é injustamente tida como responsável por todos os males que recaíram sobre a humanidade. E calúnias maldosas contra ela vêm sendo usadas há séculos para justificar e reforçar a quase escravização de todas as mulheres (GREENBLATT, 2018, p. 127).

O autor destaca que as consequências do pecado de Eva atingem até "as mais devotas de suas descendentes". "(...) a mulher, longe de ser a parceira do homem, tornou-se sua inimiga mortal. Ainda que também ela, no fim das contas, seja uma vítima de Satã, é também a aliada do Maligno e a principal agente da queda da humanidade" (p. 123). E mais uma vez, a Bíblia colabora com essa visão, como destaca Simone de BEAUVOIR: "Encontra uma terrível verdade nas palavras do Eclesiastes: 'Um homem que vos quer mal vale mais do que uma mulher que nos quer bem'"[114].

O mito bíblico da queda foi usado ao longo dos séculos para reforçar a misoginia e o pensamento de que a mulher sempre esteve, está e estará mais sujeita à transgressão. No livro História das Mulheres no Brasil, organizado pela historiadora Mary Del PRIORE, a desobediência de Eva é citada várias vezes pelos autores como forma de "explicar" as sanções e censuras ao comportamento feminino desde o Brasil Colônia. Veja aqui o exemplo apontado por Emanuel ARAÚJO:

> Não era de admirar, por exemplo, que o primeiro contato de Eva com as forças do mal, personificadas na serpente, inoculasse na própria natureza do feminino algo como um estigma atávico que predispunha fatalmente à transgressão, e esta, em sua medida extrema, revelava-se na prática das feiticeiras, detentoras de saberes e poderes ensinados e conferidos por Satanás. (...) Houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer,

[114] Eclesiástico, 42:14. O livro está presente apenas na bíblia católica.

> contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona e mente (2004, p 38).

Ou ainda este, de Magali ENGEL:

> Vista como uma soma desarrazoada de atributos positivos e negativos, cujo resultado nem mesmo os recursos científicos cada vez mais sofisticados poderiam prever, a mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe; o que garantiria a vitória do bem sobre o mal, de Maria sobre Eva. Se a mulher estava naturalmente predestinada ao exercício desses papéis, a sua incapacidade e/ou recusa em cumpri-los eram vistas como resultantes da especificidade da sua natureza e, concomitantemente, qualificadas como antinaturais. Sob a égide das *incoerências do instinto*, os comportamentos femininos considerados desviantes – principalmente aqueles inscritos na esfera da sexualidade e da afetividade – eram vistos ao mesmo tempo e contraditoriamente como pertinentes e estranhos à sua própria natureza. Nesse sentido, a mulher era concebida como um ser cuja natureza específica avizinhava-se do antinatural (2004, p.278).

Para Stephen GREENBLATT, os violentos ataques à figura de Eva estavam constantemente ligados à devoção mariana: Maria era a única mulher capaz de absolvê-la dos seus pecados.

> Desde cedo, a antítese era exposta em detalhes. Eva foi tirada da carne do velho Adão; o Novo Adão nasceu da carne de Maria. Ao encontrar a Eva virgem, a palavra da serpente meteu-se em seus ouvidos; encontrando a Virgem Maria, a Palavra de Deus entrou em seus ouvidos. Através de Eva, a palavra da serpente construiu o edifício de morte; por meio de Maria, a Palavra de Deus produziu o tecido da vida. O nó da desobediência, que Eva fizera com sua descrença, Maria desfez com sua fé e sua obediência. Eva fizera nascer o pecado; Maria fizera nascer a graça. *Eva* tornou-se *Ave* (2018, p 121).

O autor adverte, no entanto, que representar Maria e Eva lado a lado servia muitas vezes para enfatizar os "defeitos" da primeira mulher, como a impulsividade, a vaidade e o orgulho, herdados por todas as suas descendentes.

> Os teólogos pareciam competir entre si para censurar as mulheres por sua herdada fraqueza. Até mesmo um filósofo de suprema inteligência como Tomás de Aquino concluiu que o homem foi mais feito à imagem de Deus do que a mulher. A mulher, segundo ele, é um *vir occasionatus*, um homem defeituoso ou mutilado. Isso era uma antiga ideia pagã; Tomás de Aquino a tirou de Aristóteles. Mas encontrou terreno receptivo no pensamento medieval, onde parecia explicar a tardança da criação da mulher, sua origem no que parecia ser uma costela torta e sua fragilidade diante das bajulações da serpente (GREENBLATH, 2018, p.122).

A mulher parece estar sujeita à comparação com Maria e sua antagonista em outras culturas. Marcela LAGARDE (2005) conta que o "arquétipo da mulher mexicana" está sempre no embate entre a Virgem de Guadalupe, uma das muitas representações de Maria no mundo católico e padroeira do país, e Malinche, mulher da etnia nahuatl que foi dada

como escrava a Hernán Cortez durante a conquista do México e depois se tornou amante e companheira do conquistador. Para muitos mexicanos, Malinche foi uma traidora porque se aliou aos espanhóis. “Interessa a abordagem porque no mito, mas principalmente na realidade concreta, as mulheres são todas apreciadas pelas qualidades míticas das duas Marias: a protetora e a estuprada”[115] (p.258, tradução minha).

A redenção da mulher se dará quando ela se tornar mãe, como bem pontuou Magali ENGEL: a maternidade “suaviza a mulher selvagem”.

> Somente através da maternidade a mulher poderia curar-se e redimir-se dos desvios que, concebidos ao mesmo tempo como causa e efeito da doença, lançavam-na, muitas vezes, nos *lodos do pecado.* Mas, para a mulher que não quisesse ou não pudesse realizá-la – aos olhos do médico, um ser físico, moral ou psiquicamente incapaz – não haveria salvação e ela acabaria, cedo ou tarde, afogada nas águas turvas da insanidade (2004, p. 281).

A maternidade passa a ser sinônimo da essência feminina: a mulher só será “querida e respeitada” quando aceitar o papel de mãe que lhe foi imposto. E a figura de Maria passa a ser o modelo a ser alcançado: o de mulher-mãe guardiã natural da moral e da religião.

> A maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnado de ideal. O modo como se fala dessa "nobre função", com um vocabulário tomado à religião (evoca-se frequentemente a "vocação" ou o "sacrifício" materno) indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma "santa mulher". A padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira testemunha seu devotamento ao filho (BADINTER, 1985, p. 223).

Mas o caminho para o reconhecimento será sempre o da submissão, como exemplifica Simone de BEAUVOIR:

> "Eu sou a serva do Senhor". Pela primeira vez na história da humanidade, a mãe ajoelha-se diante do filho; reconhece livremente a própria inferioridade. É a suprema vitória masculina que se consuma no culto de Maria: é a reabilitação da mulher pela realização de sua derrota. (...) Das duas faces da maternidade, o homem não quer mais conhecer senão a sorridente (1970, p. 214/215).

A essa obrigação exclusiva imposta pela sociedade à mulher de ser esposa, de ser mãe devotada, e ser provedora do lar, que LAGARDE classifica como “cativeiro[116]”. Segundo a autora, a mulher está atada a seu papel de renúncia e entrega ao homem e à

[115] Interesa el planteamiento porque en el mito, pero sobre todo en la realidad concreta, las mujeres todas son apreciadas desde las cualidades míticas de las dos Marías: la protectora y la violada.
[116] Cautivero, em espanhol.

família, um eterno viver para o outro. Este seria o verdadeiro e único significado de amor para as mulheres.

> A vida da mulher é organizada em torno da experiência de uma sexualidade destinada para. Como cidadã ou fiel, como filha ou esposa, como mãe ou como prostituta, o poder passa pelo corpo da mulher. Na linguagem secular e estatal, sua fertilidade é controlada, sua fertilidade é uma questão de política demográfica; na linguagem doméstica do amor e do poder, é feita referência à fidelidade, castidade, virgindade ou disposição permanente à maternidade ou ao prazer do outro[117] (LAGARDE, 2005, p. 161-162, tradução minha).

Para Marcela LAGARDE, como a sociedade e o Estado entendem as mulheres como mães, "cativas" que devem estar convencidas e seu papel e satisfeitas com ele mesmo com as enormes dificuldades de cumprir com os deveres maternos, sociais e profissionais. Mas não é boa mãe quem quer. Ao papel de mãe "naturalmente devotada" acrescenta-se a função de educadora. Dela passa a ser a responsabilidade pelo destino dos filhos e da sociedade.

A felicidade feminina passa pela santidade da maternidade, pela dor do parto, pela dedicação exclusiva à família, por uma lista infindável de deveres executados com paciência e amor sem limites. Toda boa mãe é "santa".

> A vigilância materna estende-se de maneira ilimitada. Não há hora do dia ou da noite em que a mãe não cuide carinhosamente de seu filho. Quer esteja em boa saúde ou doente, ela deve permanecer vigilante. Se adormece estando o filho enfermo, eis que se sente culpada do maior dos crimes maternos: a negligência (BADINTER, 1985, p. 210/211).

A influência cristã, mais denotadamente a católica, na formação da imagem da mãe ideal é apontada por Elisabeth BADINTER e Marcela LAGARDE como crucial. Para ser uma boa mãe é necessária uma preparação espiritual para aceitar o sacrifício de colocar o outro como prioridade, de pôr os interesses dos outros acima do seu, de abraçar o sacerdócio materno e sacrificar suas vontades em nome do bem-estar da família. Toda boa mãe aceita o sofrimento como sagrado.

> Esse devotamento sem limites é "a dor expiadora" por excelência, aquela que permite a Eva transfigurar-se em Maria. Jamais o parto na dor foi considerado um dogma tão absoluto. Como agora o "parto" abrange todo o período de formação da criança, do feto à idade adulta, a dor materna prolongou-se na mesma medida. A maldição divina sobre Eva nunca teve um alcance tão grande. (...) A mãe cristã, como a Virgem, nova Eva evangélica, "deve carregar em sua alma, numa profundidade inesgotável, um abismo de paciência, e, em

[117] La vida de la mujer está organizada en torno a la vivencia de una sexualidad destinada para. Como ciudadana o como fiel, como hija o como esposa, como madre o como prostituta, el poder atravesa el cuerpo de la mujer. En el lenguaje laico y estatal se controia su fecundidad, su fertilidad es un asunto de política demográfica; en el lenguaje doméstico del amor y del poder se hace referencia a la fidelidad, a la castidad, la virgindad, o la permanente disposición a la maternidad o al placer del otro.

> sua vida, um peso sublime de tristeza que faz da mãe do homem o doloroso e incomparável esplendor da humanidade" (BADINTER, 1970, p. 271).

No entanto, Elisabeth BADINTER alerta que a insistência que a sociedade tem em falar sobre os deveres da mulher mãe aponta para uma regulação moral da conduta feminina. A cada fala sobre devotamento e sacrifício maternos são acrescentadas outras sobre obrigações às quais a mulher não pode se furtar. “Prova, sem dúvida, de que a natureza precisava ser solidamente respaldada pela moral!”. O sofrimento da maternidade é o preço que a mulher deve pagar para alcançar o céu. “A dolorosa virtude materna é paga a longo, longuíssimo prazo” (p. 269).

Não seguir as regras de conduta moral e social faz com que, rapidamente, a mãe Maria se transforme na mulher Eva. A responsabilidade pela queda volta à tona.

> A culpa da consciência católica as leva a acusar a si mesmas, a se voltar contra elas mesmas, a parecerem sempre culpadas por não acertarem, por estarem erradas: "eu não fiz o que deveria", "eu sou o culpada", "eu vou pagar a todos eles", são expressões que capturam a culpa como uma explicação intelectual e emocional da realidade (LAGARDE, 2005, p.298, tradução minha)[118].

A mãe que foge do padrão tradicional de provedora e cuidadora, que não se dedica devotamente à família, e principalmente aos filhos, é considerada “a pior de todas”. Não importa os motivos: a mulher que renega seu papel é excluída de humanidade. “Não amar os filhos tornou-se um crime sem perdão. A boa mãe é terna, ou não é uma boa mãe” (BANDINTER, p. 211). Taxada de monstro e até mesmo de criminosa, ela é considerada pela sociedade um “erro da natureza” (BANDINTER, p. 274, 275).

Pouco importa se o pai é presente ou não. Até a irresponsabilidade do pai ou o insucesso dos filhos é resultado dos atos da mulher. Se as coisas não correram bem “é porque a mãe é má”. Com uma mãe ciente de seu papel, que carrega nos ombros o fardo da educação, do cuidado, “a família será unida e a sociedade virtuosa” (BADINTER, p. 199).

A felicidade da família só será possível se a mulher encontrar a plenitude como mãe e esposa, aponta Marcela LAGARDE. Se a mulher buscar a felicidade fora do lar, colocará tudo em risco. “A infelicidade feminina é considerada um produto da deficiência

[118] La conciencia católica culpabilizadora las lleva a acusarse, a volverse contra ellas mismas, a buscar siempre culpables por no acertar, por haberse equivocado: "no hice lo que debía", "yo tengo la culpa", "las voy a pagar todititas", son expresiones que recogen la culpa como explicación intelectual y emocional de la realidad.

pessoal de uma mulher e, consequentemente, ela é culpada por ser infeliz" (p. 439, tradução minha)[119].

Uma mulher que não cumpre esse papel seja porque se dedica à carreira ou algum outro interesse, seja porque se entregou ao delito ou às deficiências[120], será julgada sozinha pelo abandono: ela será sempre uma mãe negligente.

> Essa é a síndrome do abandono, baseada na concepção da maternidade como fator definidor de ser mulher, consequência de um papel de período integral e que deve ser realizada a todo o momento. Daí a incompatibilidade com qualquer atividade ou interesse das mulheres. Embora existam graus, a essência é que trabalho e maternidade são considerados antagônicos. O maior abandono é aquele em que a mulher realiza qualquer atividade gratificante, divertida, divertida ou simplesmente a que está ociosa (LAGARDE, 2005, p. 735, tradução minha)[121].

Marcela LAGARDE acrescenta que os "julgamentos morais sobre o abandono de crianças são idealistas e estereotipados". Por isso, ela questiona por que apenas a mulher que, como mãe, é a única responsável pelos filhos e pela família, sendo que, em última análise, a responsabilidade deveria ser compartilhada.

> Mas a pergunta se encaixa, e o pai da criatura? Como ele não parou a mãe, como ele não pôde impedi-la? Ele provavelmente não percebeu, ele estava fora. Mas, quando ele voltou, por que ele não a procurou? (...) Mas também, seria possível para milhares de pais silenciar a perda de seus filhos? Não, o que acontece é que as mães que abandonam os filhos são, por sua vez, mulheres abandonadas, mães solteiras (LAGARDE, 2005, p. 739, tradução minha)[122].

É sempre a mãe que abandona o filho, nunca o pai ou a sociedade, continua a autora mexicana. Mesmo deixando a criança aos cuidados de parentes ou mesmo do pai, não importa. E abandonar um filho é mutilar a maternidade, é quase a realização de um aborto imaginário. Para a mãe, abandonar seu filho é a morte real e simbólica da maternidade: o sinônimo que a sociedade escolheu para mulher (LAGARDE, 2005, p. 739,740).

---

[119] La infelicidad femenina es considerada producto de la incapacidad personal de la mujer y, consecuentemte, ella es culpabilizada por ser infeliz.

120 Deficiência aqui é usada dentro do modelo definido por Raewyn CONNEL, em Gênero em Termos Reais: "fatos físicos sobre corpos, com pouca atenção aos processos sociais que as produzem" (p. 46).

[121] Éste es el síndrome del abandono a partir de la concepción de la matemidad como definitoria del ser mujer, y de considerar, en consecuencia que es de tiempo completo, y que debe realizarse a cada instante. De ahí la incompatibilidad con cualquier actividad o interés de la mujer. Aunque hay grados, la escencia es que trabajo y maternidad se plantean como antagónicos. El mayor abandono consiste en que la mujer realice cualquier actividad gratificante, lúdica, de diversión, o simplemente el que esté ociosa.

[122] Pero cabe la pregunta ¿y el padre de la criatura? ¿cómo es que no detuvo a la madre, cómo es que no se lo impidió? Probablemente no se dio cuenta, estaba fuera. Pero, al volver ¿porqué no la buscó? (...) Pero además, ¿sería posible que miles de padres callaran la pérdida de sus hijos? No, lo que sucede es que las madres que abandonan hijos son a su vez mujeres abandonadas, madres solas.

A responsabilidade imposta às mulheres pela felicidade dos filhos é uma “missão terrível”, segundo BADINTER. A promoção da imagem da boa mãe faz com que a mulher caia numa armadilha: uma vez aceito o papel da maternidade não poderá mais ser rejeitado sob pena de condenação moral. Não ter filhos ou abandoná-los, mesmo que seja por estar trabalhando, é motivo de desprezo e pena.

A autora ressalta que ao mesmo tempo em que a sociedade exalta a grandeza e a nobreza da função feminina dentro da maternidade, condena a mulher que não consegue realizar suas tarefas com perfeição, como veremos mais adiante em relação às mulheres que ficam grávidas na cracolândia.

> As mulheres mais realizadas em sua condição de mãe aceitaram com alegria carregar esse terrível fardo. Mas as outras, mais numerosas do que se podia supor, não puderam, sem angústia e culpa, distanciar-se do novo papel que lhes queriam impor. A razão é simples: tomara-se o cuidado de definir a "natureza feminina" de tal modo que ela implicasse todas as características da boa mãe. (...) Fechadas nesse esquema por vozes tão autorizadas, como podiam as mulheres escapar ao que se convencionara chamar de sua "natureza"? Ou tentavam imitar o melhor possível o modelo imposto, reforçando com isso sua autoridade, ou tentavam distanciar-se dele, e tinham de pagar caro por isso. Acusada de egoísmo, de maldade, e até de desequilíbrio, àquela que desafiava a ideologia dominante só restava assumir, mais ou menos bem, sua "anormalidade". Ora, a anormalidade, como toda diferença, é difícil de se viver. As mulheres submeteram-se, portanto silenciosamente, algumas tranquilas, outras frustradas e infelizes (BADINTER, 1970, p. 238).

Escolher a si mesma em vez dos filhos trata-se do grau máximo da transgressão da mulher como ser criado para os outros. É o que Maria José ROSADO-NUNES definiu como ruptura do modelo cristão. “Quando essas mulheres reconhecem seu direito a uma realização pessoal que não passa pela “doação aos outros”, mas pela busca de uma felicidade referida a si mesmas, elas se contrapõem ao modelo cristão que define o bem e o mal” (2008, p. 75).

Elisabeth BADINTER taxa a sociedade de hipócrita ao exigir que a mulher cumpra o papel de mãe em tempo integral. Segundo ela, as mães que puseram sua vida e seus interesses à frente da vida e dos interesses dos filhos, mostram que “o devotamento materno nem sempre é adquirido”. A partir de conclusão semelhante, Marcela LAGARDE propõe um novo debate:

> Nesse ponto, é necessário interromper, apesar da cultura maternalista, a ideologia do instinto ou do amor materno como quadro de referência e como força estruturante da própria mulher: e o pai? e a família? e toda a sociedade? Como as alternativas positivas para a paternidade não funcionam, a mãe é

> responsável, em uma sentença que evidencia a sanção social de que apenas a mãe é responsável pelos filhos (LAGARDE, 2005, p 740, tradução minha)[123].

As mulheres que não encontram a felicidade no papel de mãe e esposa, que não se comportam como a sociedade, o Estado ou a igreja preveem, logo são apontadas como transgressoras. Marcela LAGARDE explica que, ao negar sua função mais primária, as mulheres negam também sua feminilidade e praticam o pecado mais grave: a negação provoca não apenas a morte simbólica de si mesmas como também a do mundo real e transcendente.

É por este motivo, segundo a autora, que a sociedade e as instituições mais conservadoras, como a igreja e a família, por exemplo, não toleram que as mulheres mudem seus comportamentos ou costumes. Se isso acontece, a segurança individual e das instituições será colocada em risco, já que estão intrinsecamente ligadas ao que as mulheres "devem fazer e se comportar".

> Assim, as mulheres são prisioneiras de sua especialização e da consequente exclusão de tudo o que lhes é proibido, estão presas na submissão a poderes que organizam compulsivamente suas vidas para os outros, sob seu poder e na inferiorização. As mulheres estão presas ao conteúdo essencial de suas vidas como *madresposas*, como putas, como freiras, sempre vitalmente dependentes *dos outros* e seu lugar em sistemas e esferas de vida específicos. As mulheres estão presas em sua servidão voluntária que a simbiotiza com os outros e com os poderes que as sujeitam (LAGARDE, 2005, p. 643, tradução minha)[124].

Rewyn CONNEL vai na mesma linha e defende que a falta de tolerância com o comportamento "fora dos padrões femininos", deve-se à construção patriarcal da sociedade que dá privilégios aos homens em detrimento das mulheres.

> Conforme as ordens de gênero locais foram subsumidas numa economia global, um patriarcado modernizado foi se tornando internacionalmente hegemônico. Falando sem rodeios, ordens sociais patriarcais tendem a definir as mulheres em termos de sua capacidade de procriar. Elas são valorizadas como mães, ou mães em potencial, especialmente mães de filhos homens. Isso pode restringir rigidamente a sexualidade e a mobilidade das mulheres (CONNEL, 2016, p. 60).

---

[123] En este punto es necesario detenerse, a pesar de la cultura maternalista, de la ideología sobre el instinto o el amor maternal como marco de referencia, y como fuerza estructuradora de la mujer misma: ¿y el padre? ¿y la familia? ¿y la sociedad entera? Como no funcionan alternatívas positivas para la crianza la madre es la culpable, en una sentencia que hace evidente la sanción social de que sólo la madre es responsable de los hijos.

[124] Así, las mujeres están presas de su especialización y da la consecuente exclusión de todo lo que les es vedado, están presas en el sometimiento a poderes que compulsivamente organizan sus vidas para otros, bajo su poder y en la inferiorización. Las mujeres están presas del contenido esencial de sus vidas como madresposas, como putas, como monjas, siempre dependientes vitales de los otros y de su lugar en sistemas y esferas de vida específicos. Las mujeres están presas en su servidumbre voluntaria que la simbiotiza con los otros y con los poderes que las sujetan.

A mesma sociedade irá definir que a mulher, segundo Elisabeth BADINTER e Marcela LAGARDE, somente cumprirá sua vocação ao ser mãe integralmente. O papel de esposa não será o suficiente para a plena realização de sua feminilidade. Ela terá de ser mãe 24 horas por dia. Nesta ingrata tarefa, ainda terá que se comportar da maneira que a sociedade define como normal, atendendo aos padrões de relacionamento, comportamento, linguagens e atitudes. Qualquer deslize, excesso ou omissão fará com que elas sejam consideradas loucas.

> No primeiro sentido, as mulheres são loucas por faltarem com a feminilidade nas formas exigidas e, em segundo caso, por serem mulheres, são implicitamente loucas. É possível pensar que se trata de duas loucuras: uma permitida e exigida, inerente ao fato de ser mulher (...); e outra que coloca aquelas que têm uma dimensão diferente, fora do sistema, de seus códigos, de sua tolerância: na marginalidade do mundo e do cosmos (LAGARDE, 2005, p. 704, tradução minha)[125].

Se o julgamento cruel pode ser feito em um ambiente controlado como o do lar e o da família, quando a mulher é dependente química a recriminação pode ser ainda maior. Para Marcela LAGARDE, uma das formas que o senso comum entende como manifestação da loucura na mulher é a dependência química. As mesmo tempo, usar drogas também tem efeito terapêutico: a mulher dependente química busca na droga algo que preencha seu vazio, um hipnotizador que para sua sensação de servidão permanente, de ser criado para *os outros*. Se a mulher é dependente química e está em situação de rua a condenação aumenta exponencialmente.

As drogas, lícitas ou não, foram no passado um atributo genérico da masculinidade e da virilidade, comenta Marcela LAGARDE. Aos poucos a proibição de acesso a essas drogas foram se abrindo para as mulheres em ambientes sociais, e o álcool e o tabaco foram se apresentando como porta de entrada para outras drogas.

> Grande parte da vida social nesses ambientes é ritualizada com bebidas, e o acesso das mulheres [a esses ambientes] geralmente assume a forma de uma passagem pelo álcool. Um viés de progressismo, liberalidade e autonomia é atribuído ao fato de as mulheres beberem, na medida em que hoje em muitos grupos é um dever das mulheres; caso contrário, passam por puritanas, conservadoras, subjugadas (LAGARDE, 2005, p.723, tradução minha)[126].

---

125 En el primer sentido, las mujeres son locas al faltar a la feminidad en las formas requeridas y, en el segundo caso, porque al ser mujeres, están implícitamente locas. Es posible pensar que se trata de dos locuras: una permitida y exigida,la inherente al ser mujer (...); y la otra que coloca a quienes la tienen en una dimensión diferente, fuera del sistema, de sus códigos, de su tolerancia: en la marginalidad del mundo y del cosmos.

126 Gran parte de la vida social en esos ambientes está ritualizada con el alcohol, y el acceso de las mujeres muchas veces adquiere la forma de pasaje por el alcohol. Un sesgo de progresismo, liberalidad y autonomía se atribuye al hecho de que las mujeres beban, al grado que en la actualidad en muchos grupos es un deber de 1as mujeres; de no hacerlo pasan por puritanas, conservadoras, sometidas.

Apesar de estar falando do ambiente social mexicano, o trabalho de LAGARDE pode ser facilmente transportado para o universo brasileiro. O acesso a uma droga lícita como o álcool é fácil. É um anestésico barato para a carência e a solidão. Por outro lado, o marketing dá a impressão que as mulheres que aderem ao seu consumo são descoladas e erotizadas.

Em comunicação apresentada no 5º Congresso Nacional Anptecre[127], no ano de 2015, fiz uma análise sobre a exposição da figura da mulher na imprensa e na publicidade no Brasil. A pesquisa *Como a mulher é retratada na mídia?*[128], realizada em janeiro de 2014 pelo Movimento Mulher 360, mostrou que os 230 participantes, entre homens e mulheres, reclamaram dos clichês femininos nas peças publicitárias, especialmente nas de cerveja.

> Para a maioria, 62,25%, as propagandas retratam apenas um tipo físico de mulher – e de maneira apelativa –, e pouco mais da metade, quase 52%, disseram que as propagandas normalmente apresentam padrões de beleza inatingíveis. Em crônica na revista Veja SP (17 de junho de 2015) intitulada *A mulher consumida*, o jornalista e escritor Ivan Angelo perguntou: como a televisão olha o corpo de escolhidas mulheres tipo "Vai Verão?"[129]. Para ele, a televisão olha para o corpo da mulher como objeto de consumo: "o olho da câmera é masculino", diz, acrescentando que "as profissões de *cameraman* e editor de imagens ainda são predominantemente masculinas" (TRIGO, 2015).

Marcela LAGARDE analisa que tanto os fabricantes como as agências publicitárias usam os meios de comunicação para mostrar o álcool como um antídoto mágico para as carências afetivas. E acrescentam uma mensagem subliminar: o álcool resolve os problemas, confere atributos de êxito, poder e erotismo (2005, p. 723).

No entanto, apesar da generalização de que o uso de drogas lícitas pode simbolizar um empoderamento feminino, para usar um termo mais atual, não há nada pior socialmente que uma mulher bêbada, comenta LAGARDE. Uma mulher que não sabe consumir com moderação é inadequada e fracassada. É taxada de louca, de má, e logo desprezada por sua falta de limites (2005, p. 725).

Não se perdoa uma mulher viciada. O motivo, segundo LAGARDE, é que sobre os ombros da mulher "íntegra" que se constrói a segurança do ambiente doméstico e de

[127] Realizado pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia em Ciências da Religião, em Curitiba (PR).
[128] Pesquisa realizada por meio de questionários online pelo Movimento Empresarial pelo Desenvolvimento Econômico da Mulher – Mulher 360.
[129] Vera, ou Verão, é a personagem central da campanha publicitária "Verão é nosso" da cerveja Itaipava e assinada pela agência Y&R.

toda a sociedade, por consequência. “Porque na concepção do mundo, as mulheres são o lugar simbólico da permanência do universo. A fraqueza que desestrutura as mulheres e as transborda, as envia ao mundo da loucura, de outra linguagem, de outra racionalidade” (2005, p. 726, tradução minha)[130].

3.1 – Exclusão e sexismo

Quando iniciei esta pesquisa, já tinha em mente que teria percalços no caminho. A começar pelo panorama estigmatizante relatado acima, com a visão hierarquizada entre homens e mulheres reforçadas por pensamentos religiosos e estereótipos sociais. A segunda dificuldade foi o levantamento bibliográfico prévio para o estado da questão que apresentou um resultado minguado.

Poucos são os trabalhos acadêmicos que pesquisam a influência da religião na recuperação da dependência química. Se o recorte for de gênero, menos ainda. Mas a baixa incidência de estudos específicos sobre a dependência química em mulheres dá pistas de que o estigma social mais pesado sobre o comportamento feminino seja o motivo para elas não buscarem atendimento, como ponderou Monica ZILBERMAN (1998, p. 11).

Para se ter uma ideia, Ângela IAHNIG (2013) fez um importante levantamento dos trabalhos acadêmicos publicados entre 1981 e 2012. Pesquisou 87 teses e 219 dissertações que efetivamente abordassem a temática da drogadição como problema social levando em conta as palavras-chave “comunidades terapêuticas”, “redução de danos” e “políticas públicas”. Analisando o trabalho, quase nada foi encontrado sobre dependência química e mulheres: duas teses e cinco dissertações.

Ampliando a busca pouco foi encontrado que tratasse do viés religioso como “tratamento” a mulheres dependentes químicas, a despeito do grande número de comunidades terapêuticas no Brasil serem vinculadas a grupos religiosos. O que demonstra que a pesquisa pode avançar bastante nesse tema. Os trabalhos acadêmicos encontrados sobre dependência química em mulheres concentraram-se nas áreas de saúde, psicologia e assistência social.

[130] Porque en la concepción del mundo, la mujer es asiento simbólico de la permanencia del universo. La debilidad que desestructura a las mujeres y las desborda, las manda al mundo de la locura, del otro lenguaje, de outra racionalidad.

Em comum, relatam o estigma que pesa mais sobre as mulheres e atendimentos com viés androcêntrico, sem atenção às particularidades femininas, como observaram Scarleth NARDES e Carmem Regina GIONGO (2021): "Esse aspecto apresenta diversas questões reveladoras sobre a estruturação, a dinâmica do atendimento, as atitudes dos profissionais de saúde e, de certo modo, a reprodução da exclusão social na atenção à saúde dessa população" (p. 6).

Entre os artigos acadêmicos, teses e dissertações encontrados, outro dado comum: as mulheres podem sofrer mais os efeitos da dependência química que os homens. Autoras feministas, como Maria José ROSADO-NUNES (2008) criticam que as diferenças biológicas sejam constantemente colocadas em discussão para reafirmar "um papel social, político e simbólico diferenciado e hierarquizado para mulheres e homens" (p. 74).

A preocupação é muito pertinente: já vimos aqui que a pauta de costumes caminha nessa direção. Isso também será verificado no capítulo 4, quando apresentarei o caso da Cristolândia. No entanto, não me parece o contexto dos trabalhos apresentados a seguir. Vejamos: de acordo com Divane VARGAS *et. al* (2015) o uso de álcool e substâncias psicoativas pode levar a problemas físicos e sociais mais rapidamente em mulheres do que em homens. De acordo com as autoras, as características fisiológicas da mulher, "que possui maior proporção de tecido adiposo no corpo", retém as substâncias "por maior tempo no organismo" (p. 783).

Michele Mandagará de OLIVEIRA *et. al* também abordam as diferenças do consumo entre mulheres e homens, agravando problemas de saúde e, em consequência, estigmas sociais.

> A prática de atividades nas quais se envolvem alguns usuários de crack, que geram tais perdas e danos à vida do indivíduo, agrava-se com a inclusão das mulheres no cenário de uso e comercialização do crack, pois a mulher, em alguns momentos, pode utilizar seu corpo como bem material para negociação e aquisição de drogas, ficando em situação de vulnerabilidade à prostituição com riscos de adquirir doenças sexualmente transmissíveis como HIV/AIDS, além do risco de violência sexual (OLIVEIRA *et.al*, 2014 p. 121).

Em 2014, foram publicadas duas pesquisas sobre consumo de droga em território nacional realizadas pela Unifesp (II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas) e Fiocruz (Pesquisa Nacional sobre o uso de crack – Quem são os usuários de crack e/ou similares no Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?) apontam dados semelhantes

sobre mulheres usuárias. No estudo da Unifesp, Ronaldo LARANJEIRA *et.al* (2014) verificaram que apesar de os homens serem líderes na taxa de uso de crack e cocaína, entre as mulheres usuárias o índice de dependência foi de 54%. Já no sexo masculino, os pesquisadores detectaram que 46% são dependentes. Os especialistas afirmam que o organismo das mulheres é mais vulnerável à ação dos entorpecentes. Isso explica por que elas são mais numerosas nos índices de dependência. A mesma razão também está por trás de outras estatísticas encontradas no estudo da Unifesp: 40% das usuárias relataram usar mais de duas vezes por semana contra 24% dos homens.

Números semelhantes foram percebidos na pesquisa da Fiocruz. No trabalho que teve a organização de Francisco Inácio BASTOS e Neilane BERTONI (2014)[131], os homens usam crack por um período maior. Mas com relação ao número de pedras usadas em um mesmo dia, as mulheres relataram consumir 21 pedras contra 13 dos homens. Trabalhos pesquisados para este projeto apontam que a progressão da dependência pode ser mais rápida entre as mulheres por conta dos hormônios femininos. O estrogênio pode potencializar os efeitos da droga e torná-la mais prazerosa, o que aumentaria a dependência.

Essas peculiaridades da dependência química nas mulheres parecem não ser levadas em conta pelos grupos envolvidos na abordagem, cuidado e tratamento. A responsável pelo grupo de abordagem social na região da cracolândia, da Secretaria Municipal de Assistência Social, confirmou o fato: "não existe diferença na abordagem para homens e mulheres. Seria importante uma preparação para lidar com a mulher em situação de rua, elas estão sempre mais à flor da pele. Seria bom, mas hoje isso não existe"[132].

Isso também foi observado no relatório de pesquisa **Primeira Infância e Maternidade nas Ruas da Cidade de São Paulo**, realizado pela Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama (da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) e coordenado por Janaína Dantas Germano GOMES. "Dentre os questionamentos trazidos por funcionárias da rede de proteção em São Paulo, vale destacar a ausência de tratamento

[131] Entre 2014 e 2017, a Fiocruz desenvolveu o 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira. O estudo foi embargado pelo Governo Federal por três anos. Segundo o site The Intercept Brasil a pesquisa teve dados censurados. Outros veículos de imprensa sustentaram a hipótese da censura. Apesar de acreditar na idoneidade do trabalho da Fiocruz, achei por bem não usar os dados nesta tese diante da dúvida apontada pela imprensa. Veja em: https://theintercept.com/2019/03/31/estudo-drogas-censura/ Último acesso em 25.11.2020.

[132] Anotação do caderno de campo de 28 de junho de 2018.

para a drogadição que leve em conta as peculiaridades das mulheres – mães e gestantes – e sua relação com as drogas quando em situação de rua" (2017, p. 53).

Leonardo de Araújo MOTA (2008) comenta como dependentes químicos são estigmatizados pelo senso comum. Ele lista os adjetivos pejorativos usados para definí-los: "bando de sem-vergonhas", "bêbado safado", "cachaceiro", "maconheiro", "viciado", "drogado". "Um conhecido jargão sintetiza tudo: 'Uma vez drogado, sempre drogado!'" (p. 13).

Para Mônica ZILBERMAN, se a pessoa é uma mulher, os adjetivos tendem a ser mais cruéis. Aliados ao treinamento inadequado das equipes, contribuem para a baixa procura de atendimento especializado por parte do público feminino. De acordo com ela, o "fato de a mulher ser considerada mais imoral, mais agressiva, e de comportamento sexual inadequado, quando usuária de drogas; em função da vergonha que sente, procura tratamento com menos frequência do que os homens" (1998).

> Uma das questões que a sociedade aborda, em relação ao uso de drogas entre mulheres, refere-se ao cuidado e à educação dos filhos. Mães que usam "crack", por exemplo, são frequentemente descritas como egoístas e negligentes. O cuidado com os filhos, porém, está associado mais às condições socioeconômicas dessas mulheres do que com o uso de drogas por si só, sendo que estas mulheres valorizam a maternidade, têm padrões firmes de educação das crianças e estão preocupadas com os riscos que o seu uso possam acarretar às crianças (ZILBERMAN, 1998, p. 31).

O estigma trabalhado por GOFFMAN (2004) volta a aparecer como algo que atinge diretamente a mulher consumidora de drogas. O artigo de Michele OLIVEIRA *et.al* aborda o peso do que é considerado como papel feminino.

> Cuidar e educar os filhos, culturalmente, faz parte do papel feminino. Uma mãe usuária de drogas que negligencia o cuidado a seu filho é vista pela sociedade como irresponsável e egoísta, sendo diariamente submetida a olhares preconceituosos, assim, as mulheres que consomem crack são duplamente estigmatizadas e acabam se sentindo culpadas pelo seu vício, ocasionando baixa autoestima e sintomas de ansiedade que contribuem para o aparecimento de paranoias referentes à perda de seus filhos (OLIVEIRA et.al, p.122, 2014).

A estigmatização da mulher dependente química não acontece apenas em solo brasileiro. De acordo com o **Relatório Anual sobre a Evolução do Fenómeno da Droga na União Europeia**[133], publicado pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), sediado em Lisboa, Portugal, as mulheres consumidoras de

[133] Disponível em https://www.emcdda.europa.eu/system/files/attachments/1498/PT_pr06_ar00_women_pt.pdf Último acesso em 24.11.2020.

drogas carregam um maior estigma do que os homens. Segundo o relatório, ainda persiste o senso comum na sociedade europeia em geral de que "a utilização de drogas é vista como incompatível com o papel da mulher. A maternidade é um elemento fundamental". Por isso, também lá as mulheres receiam buscar ajuda porque serão consideradas "inaptas" como mães e temem perder os seus filhos caso decidam submeter-se a tratamento. Como resultado, a proporção "entre o número de mulheres e o de homens consumidores de droga em tratamento tende a ser inferior a 1 para 3".

A pesquisa realizada por Margareth KEARNEY *et. al* (1994) com 68 mães usuárias de crack, na região da baía de São Francisco (Califórnia, EUA) também traz o pesado fardo do estigma da dependência química para as mulheres. "As mães que usam crack são comumente consideradas egoístas, indiferentes e negligentes com os filhos" (p. 351, tradução minha)[134].

> As mulheres começaram suas trajetórias maternas com sentimentos de culpa e fracasso. Seus filhos seriam um estabilizador de força em suas vidas, mas a busca por dinheiro e drogas em um contexto socioeconômico caótico e empobrecido algumas vezes levaram à ausência e à negligência das mães sobre as necessidades das crianças[135] (KEARNEY *et. al*, 1994, p. 352, tradução minha).

Voltando ao Brasil, em artigo, Vania Dias CRUZ *et.al* tratam ainda das questões relacionadas ao preconceito e à violência sofridas por mulheres que consomem crack. E comentam que esses fatores acabam associados ao "comportamento inadequado" das usuárias pelas equipes de atendimento.

> Mulheres que consomem substâncias psicoativas, dentre elas o crack, possuem necessidades específicas e singulares que precisam ser identificadas e reconhecidas por enfermeiros e demais profissionais de saúde, sob a perspectiva de gênero, na sua prática (...). Essas situações e necessidades, de um modo geral, estão associadas com: o padrão de consumo de crack; gravidez; responsabilidades nos cuidados com crianças; trabalho com sexo; traumas decorrentes de abuso físico e sexual; níveis elevados de problemas de saúde mental; baixa autoestima e estigma devido ao papel social de "ser mulher" (CRUZ *et.al*, 2014, p. 634).

134 Mothers who use crack cocaine are commonly believed to be selfish, uncaring, and neglectful of their children.

135 Women began their mothering careers with feelings of guilt and failure. Their children were a stabilizing force in their lives, but pursuit of money and drugs in a chaotic and impoverished socioeconomic context sometimes led to mothers' absence and neglect of children's needs.

O estigma como impeditivo para que as mulheres não busquem ajuda também apareceram nos trabalhos acadêmicos de Debora de Souza SILVA (2006), Rogério Lessa HORTA (2007) e Dione Viegas Almeida RIBEIRO (2009).

> O subdiagnóstico se dá por fatores mais relacionados à esfera moral e social do que propriamente médica, o que pode influenciar negativamente no que tange a procurarem ajuda. O estigma social que as cerca se coloca como forte barreira e influencia na criação de avaliações estereotipadas. O medo da desaprovação social, em muitos casos, as impede de procurar ajuda (SILVA, 2006, p 57).

Debora de Souza SILVA (2006), Michele OLIVEIRA *et.al* (2014) e Divane VARGAS *et.al* (2015) apontam ainda que as investigações sobre dependência química e as abordagens de tratamento são focados, em sua maioria, na população masculina.

> Os programas de reabilitação que incluem mulheres dependentes são poucos. Em geral são desenvolvidos por homens e destinam-se a atender usuários de drogas masculinos. Talvez por ser o uso de drogas uma atividade ligada ao homem, mais que a mulher, quase tudo que foi proposto na descrição fenomenológica, psicopatológica e etiológica, desde qualquer aspecto referencial teórico, está orientado para o sexo masculino (SILVA, 2006, p.57).

Com isso, segundo VARGAS *et.al.*, a escassez de dados ocorre "pelo fato de as mulheres terem permanecido durante décadas, pouco representadas nas pesquisas, em especial por não procurarem tratamento" (2015, p. 783).

> Além disso, alguns estudos voltados para a questão do crack enfatizam a existência de um viés no que diz respeito ao tratamento de saúde das mulheres que consomem essa droga, pois, habitualmente, os profissionais de saúde tendem a estabelecer um padrão masculino para essas pessoas, quando as razões para o consumo, o padrão desse e sua manutenção são diferentes em ambos os sexos, dificultando o tratamento contínuo e a redução do uso de drogas entre as mulheres. Dessa forma, o tratamento dirigido às mulheres deve ser diferencial, trabalhando aspectos ligados à beleza, cuidado com o corpo e com as dimensões sexuais como o uso de contraceptivos e prostituição, além de discussões acerca da feminilidade, sentimentos e objetivos de vida dentro da perspectiva de gênero (OLIVEIRA *et.al*, 2014, p. 121).

Ao basear o atendimento entendendo que homens e mulheres são iguais e não possuem particularidades pode não produzir o resultado desejado. De acordo com Clara Cristina GARCIA (2015) "enfocar um estudo, uma análise ou pesquisa a partir unicamente da perspectiva masculina, e utilizar os resultados como válidos para todo o resto do mundo, faz com que todo o conhecimento produzido não seja confiável ou, no mínimo, tenha enormes lacunas e confusões" (p. 16).

A autora dá como exemplo o que se considera como universal os sintomas do infarto, que são dor e pressão no peito e dor intensa no braço esquerdo. "Mas poucas

pessoas sabem que esses sintomas são masculinos. Nas mulheres os sintomas são dor abdominal, náuseas e pressão no pescoço" (GARCIA, 2015, p.16).

As mulheres também se ressentem dos comentários quando o atendimento é feito em grupos mistos, como apontou Katia Varela GOMES (2010). Segundo a autora, a singularidade feminina não é reconhecida nos grupos que usam abordagens hegemônicas.

> Foram observadas dificuldades de permanência das mulheres nesses grupos mistos, considerando-se que essas se encontravam em minoria e eram constantemente "atacadas" pelo público masculino, com o seguinte discurso: "homens podem beber e mulheres não", "para os homens já é feio beber, imagina para as mulheres", "as mulheres que bebem são fáceis", "as mulheres que estão na bocada são vagabundas ou prostitutas", "as mulheres usuárias fazem qualquer coisa para usar, não é verdade?". Considera-se que a dinâmica observada nesses grupos apontava preconceitos sociais e estereótipos ligados a valores relacionados ao ato de "beber" e consumir outras drogas (GOMES, 2010, p. 14).

Assim como Katia Varela GOMES (2010), Debora de Souza SILVA (2006) aponta que o despreparo das equipes reforça os estigmas e preconceitos, o que levaria à desistência das mulheres em continuar no tratamento.

> Os profissionais não estão fora dessa realidade social, e suas ideias sobre as mulheres usuárias, estão para além do caráter técnico, estando muitas vezes carregadas de representações sobre as mesmas. Fenômeno que não necessariamente perpassa a consciência. As mulheres são apontadas como carentes, sensíveis, sedutoras, frágeis afetiva e sexualmente, o que as torna suscetíveis facilmente aos envolvimentos emocionais e sexuais (SILVA, 2006, p. 67).

Os fatos apresentados pelos trabalhos descritos acima, em especial os estigmas que dificultam o acesso das mulheres aos atendimentos, são de conhecimento dos governos. Tanto que o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (2016), elaborou uma série de diretrizes para facilitar o acesso.

> As mulheres e adolescentes em situação de rua, via de regra, encontram inúmeras barreiras para acessar ações e serviços públicos. Isso decorre de várias ausências, tais como de informação, de documentação, de endereço convencional etc. No âmbito do SUS, gestores e profissionais de saúde precisam estar atentos a essas especificidades, atuando na eliminação dessas barreiras e garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde (MDS/MSAÚDE, 2016, p. 5).

O texto do MDS/MSaúde deixa claro quais são essas "barreiras" que precisam ser eliminadas: "promover e proteger os direitos humanos das mulheres, por meio da plena implementação de todos os instrumentos de direitos humanos", além da "garantia de

privacidade, sigilo, e um atendimento de qualidade, sem discriminação", e com espaços de atendimento que "não devem ser cerceadores de direitos ou punitivos".

> No acompanhamento das mulheres e das adolescentes em situação de rua e/ou com uso abusivo de uso de álcool e/ou crack/outras drogas, é essencial garantir seus direitos sexuais e reprodutivos, dentre os quais se destacam seu direito de decidir, de forma livre e responsável, se quer ou não ter filhos, quantos filhos deseja ter e em que momento de sua vida; direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças (MDS/MSAÚDE, 2016, p. 5).

No entanto, veremos ao longo desta tese, que as diretrizes acima, que ainda aparecem como norteadoras dos serviços de atendimento à mulher dependente química e em situação de rua nos sites do Governo Federal, não estão sendo aplicadas como deveriam. O que se vê, está mais em linha com o que o relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2009) classifica como "iniquidades de gênero".

> Para as mulheres, o impacto adverso do baixo status socioeconômico na saúde é agravado pelas iniquidades de gênero. Em muitos países e sociedades, mulheres e meninas são tratadas como socialmente inferiores. Normas, códigos de conduta e leis perpetuam a subjugação do sexo feminino e "fecham os olhos" diante da violência perpetrada contra as mulheres. Relações de poder desiguais, normas e valores de gênero se traduzem em acesso e controle diferenciado sobre os recursos de saúde, dentro e fora das famílias. A iniquidades de gênero na distribuição de recursos, como renda, educação, atenção em saúde, nutrição e voz política, são fortemente associados com saúde precária e diminuição do bem-estar (OMS, 2009, p. 9).

De acordo com o relatório da OMS, mulheres mais pobres, como as que estão em situação de rua agravada, pela dependência química, são as que menos usam os serviços de atenção à saúde. "Normas socioculturais frequentemente limitam a mobilidade das mulheres e a interação com provedores de saúde masculinos" (2009, p. 11).

O relatório da OMS indica que o sistema de saúde reflete a sociedade que o criou. Quanto menos interessada for a sociedade em atender às necessidades e expectativas das mulheres, mais constante será a perpetuação das iniquidades de gênero na saúde.

> Embora as mulheres sejam as principais usuárias de cuidados, uma atenção insuficiente está sendo dada às suas necessidades e perspectivas ao longo da vida e às restrições que elas enfrentam para proteção da própria saúde, no acesso ou no máximo aproveitamento dos serviços disponíveis. As questões-chave para as mulheres buscarem atenção em saúde incluem respeito, confiança, privacidade e confidencialidade, valores muitas vezes prejudicados por privilégios existentes, particularmente entre determinados grupos etários e sociais. Os responsáveis pela atenção em saúde são também responsáveis pela proteção da autonomia da mulher no que diz respeito à sua saúde. Isto significa eliminar preconceitos e discriminações de gênero nos serviços de saúde, bem

> como assegurar que as mulheres não sejam excluídas dos serviços (OMS, 2009, p. 75).

O relatório defende que um sistema de saúde que elimine as desigualdades baseadas no gênero tem impacto positivo na atuação de outros setores, como a assistência social, por exemplo. A OMS também defende a atuação intersetorial para direcionar uma política pública que atenda as mulheres de maneira adequada e abrangente.

> Tendo em vista as questões de direitos humanos e compromissos internacionais, uma ação deliberada e firme é necessária para tratar das desigualdades. As mulheres serão capazes de alcançar seu potencial pleno de saúde somente se a política pública for transformada no sentido de empoderá-las. "Saúde em todas as políticas" é a chamada do movimento renovado para a atenção primária em saúde, reconhecendo que a saúde da população pode ser melhorada mediante políticas que são controladas principalmente por outros setores além da saúde (OMS, 2009, p. 78).

O "empoderamento" desejado pela OMS, no entanto, parece ainda muito longe de ser alcançado. Para Raewyn CONNEL (2016) como a sociedade é patriarcal, acaba construindo privilégios para os homens em detrimento das mulheres. Isso é sentido, inclusive, nas pesquisas sociais.

> Este argumento centra-se no principal mecanismo de baliza das sociedades modernas, o Estado. Um volume considerável de pesquisas feministas mostrou de que forma as agências estatais e as políticas públicas regulam a vida das mulheres, tanto na família quanto na esfera pública (CONNEL, 2016, p 67,68).

Por isso Janaina GOMES (*coord.*, 2017, p.52) comenta sobre a necessidade de compreender o universo das mulheres em situação de rua, mesmo que de maneira superficial. Dessa forma, seria possível identificar os fatores que levaram essas mulheres "a esta condição, e como estas particularidades fragilizam vulnerabilizam e as desumanizam enquanto mulheres e mães". Enquanto isso, na contramão, as políticas públicas acabam deixando as mulheres de lado com o atendimento focado no androcentrismo. Como bem definiu Heleieth SAFFIOTI:

> Até o presente, as mulheres têm sido mantidas afastadas das políticas de direitos humanos. Mais do que isto, o Estado tem ratificado um ordenamento social de gênero através de um conjunto de leis que se pretendem objetivas e neutras, porque partem da errônea premissa de que a desigualdade *de facto* entre homens e mulheres não existe na sociedade (SAFFIOTI, 1994, p. 155).

Com políticas públicas pensadas para a realidade masculina, as desigualdades de gênero ficam mais evidentes para grupos excluídos. “Isso implica não apenas reconhecimento social desigual, mas também acesso desigual a diretos e recursos materiais”, pondera Flavia BIROLI (2018, p. 92). A cientista política acrescenta que o cotidiano das mulheres em condições de vulnerabilidade é repleto de “alto custo e sofrimento”. “O ‘matriarcado da miséria’ é feito de exclusão, racismo e sexismo” (p. 110).

3.2 – Mulheres invisíveis

As mulheres dependentes químicas e em situação de rua parecem presas em um círculo vicioso. A subnotificação leva à exclusão das políticas públicas e, consequentemente, à invisibilidade. O Censo da População de Rua, realizado pela Prefeitura de São Paulo é um exemplo. Divulgado em janeiro de 2020, apontou que a cidade tinha, à época, 24.344 pessoas em situação de rua. Dessas, 85% foram identificadas como do sexo masculino[136]. O número apurado em 2020 representou um aumento de 53% da população de rua em relação ao Censo anterior, de 2015.

Apesar de elevado, o número divulgado pela Prefeitura está muito abaixo do informado pelo Cadastro Único, do Ministério da Cidadania, que atestava haver em dezembro de 2019, 33.292 famílias em situação de rua na capital paulista, segundo a Folha de S.Paulo[137], Ativistas ouvidos pelo jornal questionaram a metodologia da contagem do Censo municipal. A principal reclamação foi que pessoas que estavam em barracas, mesmo muito improvisadas, não foram contadas pois não foram consideradas população de rua[138], apenas as que estavam ao relento. E muitas mulheres que estão nas ruas, vivem nesses acampamentos improvisados.

Outro problema apontado é que os números subnotificados servem para nortear a política de vagas de albergues. E mesmo assim, o déficit é visível. Segundo a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) “possui 136 serviços para população em situação de rua e mais de 20 mil vagas de atendimento, sendo

---

[136] https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf A pesquisa identificou 386 que se autodeclararam trans. Último acesso em 29.11.2020.
[137] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/recenseadores-contestam-numeros-do-censo-de-moradores-de-rua-divulgado-pela-gestao-covas.shtml Último acesso em 29.11.2020.
[138] Segundo o decreto federal 7.053, de 2009, está em situação de rua aqueles que possuem "em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória".

17,2 mil de acolhimento e 3,3 mil de serviços de convivência"[139], muito aquém da necessidade apurada pelo Censo da População de Rua.

A subnotificação é crítica também em outras pesquisas, como no Levantamento de Cenas de Uso em Capitais (LECUCA), realizado na cracolândia pela Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo (Clarice Sandi MADRUGA, *coord.*, 2020). De acordo com o estudo, a média da população é de 1,7 mil pessoas.

> O perfil sociodemográfico dos frequentadores da cracolândia mostra que a população é, em sua maioria composta por homens (68.7%), solteiros (77.6%), com idade média de 35.2 anos; as mulheres participantes da pesquisa representaram 23.7% da amostra, com idade média de 34.6 anos. Observa-se que 7.5% dos frequentadores são transgêneros (idade média de 30 anos). As proporções de mulheres e transgêneros parece flutuar no decorrer dos anos, apresentando um aumento das mulheres e diminuição da população transgênero entre 2017 e 2019 (MADRUGA, coord., 2020, p. 21).

A pesquisa também determinou que a cada ano, a cracolândia recebe um terço de novos frequentadores. Apenas um terço da população é fixa e vive na região há cinco anos ou mais. No entanto, o relatório de pesquisa alerta:

> É muito provável que o número médio de frequentadores estimado esteja subestimado devido à ausência de turnos noturnos de contagem. Embora não haja dados precisos, especula-se que a população possa dobrar durante a noite, evento que pode ter se refletido nas maiores médias de frequentadores detectada pela manhã por esse estudo. Infelizmente, por questões de segurança, não foi possível incluir este turno de contagem nesta pesquisa (MADRUGA, *coord.*, 2020, p. 57).

Um dado curioso da pesquisa é que existe ordem no aparente caos da cracolândia. Algo que Taniele RUI (2014) também percebeu: "os usuários frequentes no local e que, portanto, desenvolveram um saber sobre ele, são insistentes em dizer que se engana quem imagina que a "cracolândia" seja um lugar de caos" (p. 265).

> Ao abordamos as questões de rede de suporte social e de mobilidade do usuário no território, percebemos que existe uma identidade social dos usuários das cenas de uso, onde a vida comunitária, a sobrevivência e a necessidade do consumo da droga, permitem que estas pessoas criem neste contexto, uma cadeia de suporte social e comunitário. Sendo assim, esta cena de uso não é um espaço limitado para ou de uso exclusivo para o consumo abusivo do crack, lá também se criaram laços de cooperação entre os pares, espaço de troca de produtos (lícitos ou ilícitos), mobilidade urbana em todo seu entorno e rearranjos familiares com laços afetivos entre os pares (MADRUGA, *coord.*, 2020, p. 60).

[139] https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-divulga-censo-da-populacao-em-situacao-de-rua-2019 Último acesso em 29.11.2020.

Raewyn CONNEL (2016) diz que "estruturas sociais estão sempre em processo de construção, contradição e transformação" (p. 49). As práticas sociais, segundo ela, não acontecem sem "corpos".

> Práticas sociais envolvem mãos que fazem, olhos que observam, peles que sentem, cérebros que raciocinam e sofrem. (...) Mas corpos humanos não existem fora da sociedade. Talvez nunca tenham existido, já que toda a história evolutiva dos hominídeos parece envolver grupos sociais. É certamente verdadeiro hoje em dia que nossos corpos são produzidos, crescem, desenvolvem-se ou são danificados, e eventualmente morrem, em ambientes sociais fortemente estruturados (CONNEL, 2016, p. 17).

Assim acontece na cracolândia, principalmente na comercialização e controle do espaço, que tem regras e papéis bem definidos. Os traficantes estão no topo da cadeia de comando. Os locatários alugam as barracas para a comercialização da droga e os tesoureiros cuidam do dinheiro. Há o preposto, que tem o direito de vender o crack quando o traficante chefe não está no fluxo. O "travessia" é o responsável pela montagem e desmontagem das barracas, principalmente no momento das operações policiais ou durante a limpeza diária realizada pela Prefeitura. Os seguranças dos traficantes são chamados de "disciplina" – eles também são responsáveis por manter a ordem dentro do fluxo e punir atos de indisciplina, como furtos, por exemplo. E, no fim da cadeia há os "dobra": são eles que "desaparecem" com os corpos dos dependentes químicos condenados pelo tribunal dos "disciplina"[140].

Segundo Raymond QUIVY e Luc Van CAMPENHOUDT (1992) a delinquência é, ao mesmo tempo, efeito e resposta da exclusão social. É por meio da delinquência, do desvio (GOFFMAN, 2004, e BECKER, 2008), que o delinquente buscará seu papel como ator social.

> Através deste processo, o delinquente tenta, como outros marginais, reconstruir um universo social no qual seja admitido, reconhecido, aceite, e dentro do qual possa ter uma imagem gratificante de si mesmo, porque desempenha um papel. No universo do bando, os atos de desvio que assume e o papel que desempenha conferem-lhe de facto uma identidade, reconstituem-se e faz-se ouvir (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992, p. 116).

Essa ordem tem, inclusive, cooptado cada vez mais mulheres para participar do organograma da cracolândia em postos de traficantes. Mas a ascensão na cadeia de

[140] Mais informações sobre o organograma da cracolândia podem ser vistas na reportagem da TV Record, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iglqj5cOpOM Último acesso: 29.10.2021.

comando não tem promovido melhorias na vida das dependentes químicas. A vulnerabilidade social é mais crítica para as mulheres na cena de uso, de acordo com o relatório do LECUCA. Os índices de prostituição e troca de sexo por drogas é alta e foi relatado por mais da metade dos transgêneros e mulheres (76,5% e 70,6% respectivamente). Além disso, os relatos de agressões físicas na cracolândia foi maior entre as mulheres: 63,6% delas disseram ter sido vítimas de agressão (MADRUGA, *coord.*, 2020, p. 38).

Apesar de disponível na rede pública de saúde, quase um terço das mulheres declarou não utilizar nenhum método contraceptivo. O dado representa uma redução de quase 50% no índice de mulheres utilizando implante anticonceptivo entre 2017 e 2019. Quase um terço da amostra disse não usar qualquer método contraceptivo. A maioria das entrevistadas (87,6%) declararam que não sabiam se estavam grávidas ou não. E 9,7% responderam que estavam grávidas (MADRUGA, *coord.*, 2020, p. 36).

A dependência química, a pobreza e a situação de rua, faz com que mulheres usuárias de drogas se tornem pessoas que a sociedade não quer enxergar. Elas só deixam de ser invisíveis quando ficam grávidas. E, com isso, o estigma piora. O senso comum entende que a usuária de droga e em situação de rua não é capaz de ser mãe, "principalmente aos julgamentos de uma sociedade que está mais propensa a condenar moralmente do que oferecer acolhimento e cuidado" (Ariane Goim RIOS, 2017, p. 55).

Assim, a mulher passa a ser responsabilizada individualmente pela gravidez enquanto dependente química e em situação de rua. Ao dar à luz, enfrenta ainda a falta de políticas públicas para atendê-la nas maternidades e o resultado é a separação da mãe e do bebê, como apontou o relatório **Primeira Infância e Maternidade nas Ruas de São Paulo** (Janaína GOMES, *coord.*, 2017).

> Em primeiro lugar estamos diante de mulheres que, muitas vezes, são usuárias de drogas e, por isso, são automaticamente consideradas inaptas para o exercício da maternidade. Além disso, o risco que a situação de miséria extrema coloca nas ruas de São Paulo oferece para bebês recém-nascidas justifica que as maternidades acionem as Varas da Infância e Juventude, buscando acolhimento destas em serviços completos de atendimento, e assegurando em primeiro lugar, a segurança física e alimentar das crianças. (GOMES, *coord.*, 2017, p. 47).

Como não há nas maternidades públicas equipes que possam buscar a família da parturiente ou trabalhos de fortalecimento dessa mulher, as varas da infância são

acionadas e o destino dos recém-nascidos é o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças (Saica) com o objetivo de garantir a segurança física e alimentar da criança.

> "Após a separação, muitas mulheres voltam às ruas em piores condições, em estado puerperal e traumatizadas com a perda das crianças. Estratégias como a fuga para outras regiões da cidade e parto nas ruas são demonstrativos do medo de perda vivenciado por essas mulheres e mães" (GOMES, *coord.*, 2017, p. 47).

O relatório defende que a mulher dependente química não necessariamente representa um risco para seus bebês. No entanto, "no melhor" interesse da criança, maternidades públicas e judiciário optam pelo caminho mais rápido, sem levar em conta a manutenção do convívio familiar, protegido pelo artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente[141]. Um dos fatores que contribuem para isso é a situação de rua os poucos equipamentos públicos voltados para gestantes ou mães com crianças capazes de atender as demandas apontadas pelo relatório acima e pelo Censo da População de Rua. "O preconceito em torno das mulheres gestantes em situação de rua as exclui, antes de tudo, dos amparos necessários para a manutenção das famílias unidas e da garantia de seus direitos" (GOMES, *coord.*, 2017, p. 68).

> Nota-se, no cenário descrito, que o poder público atua na responsabilização das mulheres pelas condições de vulnerabilidade nas quais estão inseridas, porém não há responsabilidade do Estado por não assegurar a todas as mulheres o acesso às garantias previstas no ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente], uma vez que as interlocutoras da pesquisa apontam para o déficit na política de atendimento (GOMES, *coord.*, 2017, p. 84).

Como observaram Scarleth NARDES e Carmem Regina GIONGO (2021), o preconceito que mulheres sofrem por estarem em situação de rua é apenas um dos muitos desafios enfrentados. "Por vezes, as situações de vulnerabilidade fazem com que as mulheres se questionem quanto ao seu próprio valor. Há muito sofrimento manifestado em suas falas e interrogações sobre os motivos que as levaram para a rua e as oportunidades que lhes são ou não ofertadas" (p. 5).

3.3 – Estigmas reforçados pela imprensa

Já vimos aqui que a despeito de os representantes do poder público garantirem que a cracolândia é um assunto de saúde e/ou assistência social, o que se vê de maneira mais

[141] Disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf

contundente, são as ações policiais na região. As operações, quase sempre lideradas pela Polícia Civil, com apoio da Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana, teriam como objetivo coibir o comércio de drogas e prender traficantes. Mas, não raro, as forças policiais são chamadas, inclusive, para remover moradores dos imóveis que ainda resistem no local.

Muito disso é resultado do estigma que o nome cracolândia carrega, contribuindo para o poder público colocar na mesma cesta traficantes, dependentes químicos e moradores do bairro (Taniele RUI, 2014), sem diferenciar as individualidades de cada grupo que circula pelo local. Como alerta a antropóloga Alba ZALUAR (1997): é preciso entender as "zonas sombreadas" entre as comunidades para a completa compreensão dos processos de integração dos grupos sociais.

> Nesse sentido, a "cracolândia" é um cenário fértil para observar toda a complexidade exposta, na medida em que põe a nu, de maneira um tanto quanto conflituosa, desastrada e violenta, as contradições internas e as divisões de tarefas próprias às corporações. As rondas contínuas e o cerceamento expressam o papel da vigilância e a tentativa de regulação das relações e conflitos sociais, bem como a dificuldade de tornar explícita o uso dessas técnicas – que revela um jogo ambíguo com a opinião pública (RUI, 2014, p. 238).

Mas há outro fator que contribui para as ações serem majoritariamente policiais: a legislação antidroga vigente no País. Em 2006, o Governo Federal promulgou a lei número 11.343[142], também conhecida como Lei das Drogas, que instituiu um sistema de próprio de políticas públicas sobre controle de drogas em território nacional. O texto legal foi publicado com o intuito de modernizar a lei anterior porque não iguala a penalidade do traficante e do usuário. Legalmente, o consumo de drogas não configura crime, mas o porte sim, porém as penas são diferenciadas: o usuário pagará com penas alternativas, como trabalho comunitário, por exemplo, e o traficante responderá com pena de cinco a quinze anos de reclusão[143].

O problema começa na redação do texto. O segundo parágrafo do capítulo III da lei explica que: "para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em

[142] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm

[143] Um vídeo feito pelo personagem youtuber Dead Consense explica de maneira muito didática a falácia da guerra das drogas e da "limpeza" da cracolândia sempre presente nas promessas políticas: https://www.youtube.com/watch?v=8KQYMneEn0w&feature=youtu.be Publicado em 18.09.2020. Último acesso em 20.10.2021.

que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente".

No entanto, sem uma definição clara sobre o que é porte ou o que é tráfico, em geral é o agente policial quem dá o destino a quem foi flagrado portando alguma quantidade de droga. O resultado foi o aumento de 339% de prisões por tráfico de drogas de 2006 a 2013, segundo levantamento do Ministério da Justiça publicados no site de notícias G1[144]. Com foco mais na repressão do que na assistência social ou na saúde pública levou o Brasil a ser considerado o país que tem a pior política de combate às drogas no mundo. De acordo com ranking do Global Drug Policy Index, divulgado pelo jornal Folha de S. Paulo[145], entre as 30 nações analisadas, o Brasil ficou na última colocação.

O ranking pontua os países a partir de critérios como existência ou não de pena de morte, descriminalização e financiamento de políticas de redução de danos. Os países que focaram na punição ou repressão receberam uma pontuação mais baixa. Foi o caso do Brasil, que recebeu nota 26, ficando atrás de países como a Uganda, que tem um dos menores IDH146 do mundo. Em primeiro lugar ficou a Noruega, com 74 pontos.

Como os critérios da lei 11.343 são subjetivos, o que se vê são cadeias lotadas de pessoas negras. Pesquisa da Agência Pública[147] analisou mais de 4 mil sentenças por tráfico de drogas dadas em 2017 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Os processos foram classificados por raça e cor nas categorias: absolvição, condenação, condenação em parte e desclassificação – quando o réu é acusado de tráfico, mas é condenado apenas por "posse de drogas para consumo pessoal". Na maioria dos casos, as apreensões de drogas foram inferiores a 100 gramas e 84% dos processos tiveram testemunho exclusivo da polícia.

Os dados revelam que as condenações foram dadas em maior número para negros do que para brancos: 71% das pessoas negras julgadas foram condenadas por todas as acusações feitas pelo Ministério Público no processo, num total de 2.043 réus. Entre

---

[144] http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/com-lei-de-drogas-presos-por-trafico-passam-de-31-mil-para-138-mil-no-pais.html Último acesso em 20.10.2021.

[145] https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/11/brasil-tem-a-pior-politica-de-drogas-do-mundo-aponta-ranking-inedito.shtml Último acesso em 08.11.2021.

[146] Índice de Desenvolvimento Humano – indicador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que determina o desenvolvimento de uma sociedade a partir dos quesitos de educação, saúde e renda.

[147] https://apublica.org/2019/05/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/ Último acesso em 20.10.2021.

pessoas brancas, a condenação foi menor: 67%, ou 1.097 condenados. Segundo a pesquisa da Agência Pública, pessoas pobres e negras são classificadas como traficantes enquanto pessoas brancas são classificadas como usuários. Embora teoricamente o racismo seja rejeitado no Brasil, na prática as condenações, assim como a aplicação de políticas públicas, apresentam sinais de discriminação entre negros e brancos, como pontuou Alba ZALUAR (1997).

Vejamos a seguir os exemplos noticiados pelo jornal Folha de S. Paulo. Filho de uma desembargadora do Mato Grosso do Sul, o empresário Breno Fernando Solon Borges, então com 37 anos, foi preso na cidade de Águas Claras em 2017 com 130 quilos de maconha e 270 munições para armas de grosso calibre. Depois de passar três meses preso, ele foi transferido para uma clínica médica, graças a uma decisão do desembargador Ruy Celso Florence, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, colega da mãe de Borges. No despacho, Florence alegou que "o empresário precisava se submeter a um tratamento para amenizar sua instabilidade emocional e impulsividade, reações comuns a quem tem transtorno de personalidade borderline"[148]. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) chegou a abrir uma investigação para apurar a conduta de Florence no processo.

Em outro caso, que inclusive chamou a atenção da Corregedoria Geral do Ministério Público de São Paulo, o promotor Ricardo Navarro Soares Cabral determinou uma pena de prestação de serviços a três homens flagrados com 2,4 toneladas de maconha em uma chácara em Cotia (SP)[149]. Dois deles já respondiam por tráfico de drogas em outro processo, mas o promotor acatou a versão da defesa de que "estariam no local errado e na hora errada". O mesmo promotor entrou com recurso para elevar a pena de sete anos de um rapaz flagrado com 5,2 gramas de crack. A reportagem não comenta se os envolvidos eram negros ou não. Mas chama a atenção postura tão discrepante diante dos volumes de drogas envolvidos nos exemplos aqui apresentados. Nos dois casos, os juízes acataram as determinações do promotor.

Já Lucas Morais de Trindade não teve a mesma sorte. Preso em 2018 pelo porte de 10 gramas de maconha, Trindade, que era negro, morreu no dia 4 de julho de 2020, com 28 anos, vítima da covid-19, no presídio de Manhumirim, em Minas Gerais. Por

[148] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/policia-de-ms-encontra-mais-droga-em-carro-de-filho-de-desembargadora.shtml Último acesso em 20.10.2021.
[149] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/corregedoria-investiga-promotor-de-caso-que-livrou-de-prisao-trio-flagrado-com-2t-de-maconha.shtml Último acesso em 29.10.2021.

decisão judicial, Trindade ficou em prisão preventiva aguardando o julgamento por quase um ano. No período em que ficou detido, a defesa tentou dois habeas corpus para tentar soltá-lo. Nem o diagnóstico da doença foi levado em consideração[150].

Outro caso emblemático é o que deu origem ao Recurso Extraordinário 635659 no Supremo Tribunal Federal[151] para definir a "tipicidade do porte de droga para consumo pessoal" e publicado, entre outros veículos, no jornal O Globo[152]. Trata-se da condenação de Francisco Benedito de Souza, que em julho de 2009, foi flagrado portando três gramas de maconha em uma cela de um Centro de Detenção Provisória de Diadema, onde cumpria pena por assalto à mão armada, receptação e contrabando. Souza foi condenado em primeira instância pelo porte da droga. O caso chegou ao Supremo em 22 de fevereiro de 2011. Dez anos depois ainda não havia sido julgado.

A Lei das Drogas também impulsionou o número de prisões de mulheres, lotando os presídios. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional, a população carcerária feminina, majoritariamente negra, sextuplicou no período de 2002 a 2020[153]. No caso delas, o julgamento vai além da posse de drogas: a condenação é dada também sobre o comportamento considerado inadequado para uma mulher.

Vejamos o exemplo retratado pela Revista Exame[154]. Em dezembro de 2017, Eliane (nome fictício) foi condenada por tráfico ao ser flagrada com 1,4 grama de maconha – o equivalente a um sachê de sal – em revista íntima na Fundação Casa (São Paulo). Ela visitava o filho que cumpria pena na instituição. Segundo ela, a droga havia sido pedida pelo menor, que estaria sendo ameaçado por outros internos. Diante do juiz, ela confessou o delito e disse estar arrependida e a Defensoria Pública argumentou que a quantidade de maconha era muito pequena para justificar uma condenação ao regime fechado.

No entanto, o juiz determinou o contrário: para ele, o regime fechado era "compatível com a gravidade da conduta" e necessário para a ré "refletir sobre o erro e

---

[150] https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/10/jovem-negro-de-28-anos-preso-com-10g-de-maconha-morre-de-covid-19-em-mg.htm Último acesso em 20.10.2021.
[151] O caso pode ser acompanhado no link http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4034145
[152] https://oglobo.globo.com/brasil/assumi-para-evitar-confusao-diz-reu-no-caso-do-stf-que-pode-descriminalizar-porte-de-drogas-1-17192416 Último acesso em 20.10.2021.
[153] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/por-amor-dinheiro-e-poder-mulheres-recorrem-ao-trafico-e-lotam-cadeias.shtml Último acesso em 29.10.2021.
[154] https://exame.com/brasil/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/ Último acesso em 29.10.2021.

mudar seus valores". Na época, Eliane, que é negra, estava grávida e o fato foi usado pelo magistrado na sentença, dizendo que ela "deveria ter pensado melhor antes de praticar o crime". Mesmo sem antecedentes criminais, foi condenada a um ano, onze meses e dez dias. Pelo menos conseguiu recorrer em liberdade.

A imprensa, que tem papel importante na denúncia de casos extremos e violações de direitos, também dá espaço para reforçar os estigmas da população dependente química. E o que poderia ser um espaço adequado para uma abordagem ampla dos problemas inerentes ao território da cracolândia, se prende ao factual, ao divulgado apenas pelo lado de quem promove operações policiais sem buscar uma análise mais profunda dos acontecimentos e repete estereótipos de toda a sorte, principalmente no que se refere às mulheres.

No segundo semestre de 2021, as ações da Polícia Civil de São Paulo passaram a mirar as mulheres que atuariam como traficantes na cracolândia. Batizada de Operação Caronte, teve grande repercussão na mídia, que usou todo o tipo de adjetivos estigmatizantes para falar sobre as presas. Nas manchetes, os destaques sempre se voltavam para a aparência, cor do cabelo ou para o comportamento "inaceitável" para uma mulher, coisas que não aparecem no noticiário sobre prisão de traficantes homens.

Segundo a psicóloga Flávia CARVALHAES, autora de uma tese de doutorado sobre como mulheres criminosas são retratadas pela mídia, a imprensa, assim como a sociedade ainda associa o feminino à docilidade, fragilidade e passividade.

> A dificuldade em apreender uma suposta dimensão violenta das mulheres implica tentativas de explicar o envolvimento delas na criminalidade, como expressões de coações, paixão, desespero, loucura, entre outros argumentos, que operam no sentido de desclassificar a potência dos seus atos. É como se o envolvimento delas no mundo do crime estivesse articulado a corpos descritos como anormais, ilegais e/ou imorais (CARVALHAES, 2015, p. 17-18).

Em grande parte das reportagens veiculadas pela mídia no caso das prisões das acusadas de tráfico na cracolândia o foco das notícias girou em torno dos aspectos físicos ou do modo de vida das envolvidas. Flávia CARVALHAES comenta que nas entrelinhas das descrições colocadas como informações nas reportagens, permanece a construção social de associar a mulher a aspectos de frivolidade, deixando de problematizar as circunstâncias dos atos criminosos em si.

> Um dos efeitos dessas articulações é o de inscrever e constituir os crimes como resultados de traços pessoais, das maneiras de elas serem e se conduzirem. Desse modo, os atos são apreciados desde um ponto de vista "psicológico-moral", como resultado de mulheres "falhas" e que apresentam defeitos

> morais, o que contribui para afirmar que elas já se pareciam com seus crimes antes mesmo de tê-los cometidos. (CARVALHAES, 2015, p. 133).

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, as prisões da Operação Caronte foram resultado de "meses de investigação com policiais civis que frequentaram o fluxo da cracolândia de maneira disfarçada". Os mandados de prisão foram expedidos com base nessa investigação. O caso de maior destaque foi a prisão de Lorraine Bauer Romeiro, então com 19 anos, conhecida como "gatinha da cracolândia". Ela foi apontada pela Polícia Civil como "uma das lideranças do tráfico" e comercializaria crack em uma das tendas montadas dentro do fluxo. Ela já havia sido presa pelo mesmo motivo meses antes, mas como tinha acabado de dar à luz, teve o direito à prisão domiciliar. A moça morava em um condomínio fechado em Barueri (na Grande São Paulo) tinha mais de 30 mil seguidores em uma rede social onde se apresentava como modelo.

Na rede social Twitter do programa Cidade Alerta, da TV Record, via-se a chamada: "Gatinha da Cracolândia: delegado do caso diz que a traficante não demonstrou preocupação com o filho"[155]. O "filho" era, na verdade, uma menina que tinha 9 meses à época da prisão de Lorraine.

Abaixo transcrevo a entrevista feita com um dos delegados da operação:

> Repórter: O Bacci [apresentador do programa] faz um apontamento em relação ao comportamento da Lorraine em relação ao filho, à chegada da polícia e à família. Ela chorou, demonstrou medo naquele momento, cuidado com essa criança? Por que chama muito a atenção? Porque ela é uma moça jovem de 19 anos e com um filho.
> Delegado Severino Vasconcelos: Ela não demonstrou nenhum comprometimento com a criança, nada que a gente pudesse dizer... uma mãe desesperada, que vai perder a liberdade. Não, em hipótese alguma.
> Repórter: Ou seja, não demonstrou afeto por essa criança que não tem um ano de vida ainda, doutor?
> Delegado: É... Durante o trânsito nesta delegacia ela não mencionou nenhum familiar ou, é... falar alguma coisa com relação ao filho.
> Repórter: Preocupação com quem ficaria a criança, sair e deixar o bebê para trás?
> Delegado: Não. Nenhuma... nenhuma revelação acerca desse assunto ela falou aqui. Parece uma moça solteira, desimpedida, sem nenhum compromisso.

Os estereótipos para tratar Lorraine foram seguidos por outros veículos, mesmo aqueles que não são associados ao jornalismo sensacionalista. "Modelo, universitária e

[155] https://twitter.com/cidadealerta/status/1418330182793011201?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Etweet Último acesso em 31.10.2021.

mãe: a vida paralela da "Gatinha da Cracolândia"[156] foi o título escolhido pelo site Metrópoles. No Jornal da BandNews FM, o repórter também explorou o fato de a detida ser mãe: "porque tem uma criança de apenas oito meses de vida. Só que aí ao invés dela obedecer a lei e ficar em casa e cuidar da criança, ela optou em voltar pro tráfico de drogas e foi flagrada mais uma vez pela polícia na região central de São Paulo"[157].

A maternidade como um "dever" da mulher é reproduzida em discursos governamentais, jurídicos e religiosos e facilmente assimilado pelo noticiário, como explica Flávia CARVALHAES: "mídias impressas e digitais se atualizam como práticas discursivas que produzem efeitos sobre os corpos e sobre os modos como a vida em sociedade se articula" (2015, p. 18).

> Nessa conjuntura, as representações de mulheres criminosas estavam geralmente em oposição à imagem da mulher honesta, sendo comumente enunciada nos discursos criminológicos e midiáticos como masculinizada, selvagem, inábil como mãe e, principalmente, desequilibrada. Reconhecida como um risco à sociedade em sua moralidade e costumes, a criminosa é apresentada como expressão de desvio de uma suposta natureza feminina prescrita como "normal", o que implicava sanções jurídicas e morais (CARVALHAES 2015, p. 108).

A prisão de Selma Regina Lourenço, então com 51 anos, também ganhou destaque na imprensa. Conhecida como "Abelha Rainha", foi detida em uma das fases da Operação Caronte no dia 24 de setembro de 2021. Nas imagens exibidas pela TV e redes sociais dos veículos de imprensa, policiais militares mostram o que foi apreendido com Selma: uma necessaire e um "colar" feito com pedras de crack[158]. O volume de drogas aprendidas nunca é informado com exatidão. E mais uma vez, estereótipos estigmatizantes para se referir à aparência da presa: "toda mandona" e "parece que acordou mal-humorada" foram alguns deles[159].

Nesse sentido, Flávia CARVALHAES pontua que muitas das notícias focam nas escolhas e nos estilos de vida as mulheres a partir de comentários pejorativos e estigmatizantes. "Nota-se, nessas associações, a atualização de linhas que circunscrevem a criminalidade entre as mulheres desde perspectivas morais e/ou jurídicas, como

---

[156] https://www.metropoles.com/brasil/modelo-universitaria-e-mae-a-vida-paralela-da-gatinha-da-cracolandia Último acesso em 31.10.2021.
[157] A fala do repórter foi transcrita por mim e pode ser conferida a partir da marcação 1:00:07 no canal da Rádio Band News FM no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=wsF6ERy9KKY&list=PL5DFl3pSRD_98NNsxHUE4FdsZIVCDu8wj&index=75 Último acesso em 31.10.2021.
[158] https://www.youtube.com/watch?v=tCYUijFn1c0 Último acesso em 31.10.2021.
[159] https://www.youtube.com/watch?v=8xt-kjQlV_g Último acesso em 31.10.2021.

expressões de incivilidade, impudor, indecência, desonestidade e/ou inadequação às normas sociais" (2015, p. 150).

Em ações como a Operação Caronte, é comum a imprensa repetir as mensagens dos organizadores sem questionamentos. Segundo a Polícia Civil, Selma agia na cracolândia há 21 anos. Não foram dadas explicações sobre como Selma conseguiu traficar por tanto tempo sem ser detida. Dos 23 mandados de prisão expedidos para a ação, somente três foram cumpridos. Os outros 20 traficantes conseguiram escapar. Mesmo assim, a ação foi considerada um sucesso.

> Os valores jornalísticos, pautados pela neutralidade e objetividade, reproduzem discursos altamente valorados, que se materializam em códigos e enunciados e que posicionam as performatividades de homens e mulheres em consonância com o sistema de sexo-gênero. Deste modo, o jornalismo faz parte de uma complexa rede de interpretação, representação e disseminação de opiniões e contribui para a tecedura e perpetuação de noções conservadoras e resistentes de gênero (PEREIRA, 2009). Logo, ao operar modos específicos de significação da realidade, notícias sobre crimes julgados ou supostamente cometidos por mulheres se configuram como importantes operadores de vigilância e normalização social, ao mesmo tempo em que desestabilizam a aparente estabilidade dessa produção. (CARVALHAES 2015, p. 33-34).

Em 14 de outubro de 2021, outra mulher foi presa: Jorgia Dias, apelidada de "Nega da cracolândia". Assim como as outras duas já mencionadas acima, ela também foi apontada pela Polícia Civil como "uma das lideranças do tráfico local". Mesmo com a prisão das "lideranças" a comercialização de drogas continuou. Até a operação policial de outubro de 2021, 27 traficantes haviam sido presos, 11 eram mulheres. Em entrevista à TV Record, o delegado responsável pela Operação Caronte, Roberto Monteiro, comenta sobre a atuação feminina na venda de drogas na cracolândia:

> Repórter: um detalhe que chama a atenção é a quantidade de mulheres que cada dia que passa, aumenta no mundo do crime.
> Delegado: é comum no mundo do crime traficantes usarem a mulher como um disfarce. A mulher chama menos a atenção na ação criminosa. Por isso, cada vez mais a mulher é utilizada para esse fim. E nesse nosso trabalho de inteligência e investigação, nós infiltramos policiais civis no coração da cracolândia, no meio do fluxo, nós percebemos várias mulheres trabalhando ali, por exemplo a "Gatinha da cracolândia", a "Abelha Rainha", essa própria "Nega da cracolândia", trabalhando e vendendo muita droga aí. Inclusive nós temos uma projeção de que por ano ali o tráfico de drogas rende R$ 200 milhões de lucro, que exploram pessoas que estão totalmente vulneráveis fisicamente e psicologicamente[160].

[160] https://www.youtube.com/watch?v=JWAWPv0FFZo. Transcrito por mim. Último acesso em 31.10.2021.

Flávia CARVALHAES (2015) diz que é ingênuo achar que as mulheres se envolvem com o tráfico "por estarem sendo usadas", como afirmou o delegado acima. A advogada criminalista Maíra Fernandes disse, em entrevista à Folha de S.Paulo[161], que muitas das mulheres escolhem o tráfico pelo "retorno financeiro rápido sem precisar usar a violência". "Vender drogas no varejo é uma opção de menos risco do que roubar, por exemplo, até para quem está grávida ou tem filhos pequenos".

Mas o que se vê nas reportagens sobre a prisão das mulheres acusadas de serem traficantes na cracolândia, que foram usadas aqui como exemplo, é a mera reprodução de conceitos estigmatizantes sem contextualização. Seguem formulações baseadas em performatividades de gênero consideradas normais (Judith BUTLER, 2003). Uma mulher no crime, deixa a filha pequena em casa para traficar, causa estranhamento e desestabiliza os modelos sociais e só podem levar à caracterização dessa mulher como desviante (Erving GOFFMAN, 2004; Howard BECKER, 2008 e Flávia CARVAHAES, 2015), reforçando os estigmas.

As notícias veiculadas contribuem para a manutenção de uma "ordem de gênero" contribuindo para a afirmação de que existe uma maneira "normal" de ser mulher, ou seja: naturalmente dócil e passiva (Judith BUTLER, 2003).

> A mídia capta e permite a visibilidade de parte dessa tensão, possibilitando a homens e a mulheres a experimentação de modos de vida que se produzem, por vezes, em contornos dissonantes às noções binárias de gênero. Em consonância com essa afirmativa, analisa-se a emergência de duas figuras que, nos últimos anos, têm aparecido de maneira tímida na mídia e que têm causado certa ruptura para com os estereótipos de mulheres criminosas (CARVALHAES, 2015, p. 148-149).

Flávia CARVALHAES argumenta que matérias jornalísticas são construções discursivas que dão ao evento narrado aparência de verdade e autenticidade. Em todas as entrevistas apuradas para esta pesquisa, o delegado Roberto Monteiro parece bem treinado para reforçar as mensagens-chave governamentais:

> É um trabalho conjunto das forças policiais aqui do Centro de São Paulo e com o apoio do Estado de São Paulo e Prefeitura da Capital na assistência às pessoas que mais precisam, que são justamente aqueles dependentes químicos e

[161] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/por-amor-dinheiro-e-poder-mulheres-recorrem-ao-trafico-e-lotam-cadeias.shtml Último acesso em 31.10.2021.

> aquelas pessoas que são viciadas e que precisam de ajuda no âmbito social e também no âmbito da saúde pública[162].

Apesar da fala do delegado, não foram divulgadas informações sobre quantos dependentes químicos foram encaminhados para os serviços de atendimento de saúde ou assistência social. E, aparentemente, ninguém da imprensa perguntou. Apenas reproduziu o que foi dito pelo policial, tomando-o como verdade.

[162] https://www.youtube.com/watch?v=JWAWPv0FFZo. Transcrito por mim. Último acesso em 31.10.2021.

Capítulo 4 – O tortuoso percurso da pesquisa

Com o panorama desenhado no capítulo anterior, o próximo passo foi estabelecer o público pesquisado, já que o campo estava previamente definido: a cracolândia de São Paulo. Desde o princípio do trabalho, tinha em mente acompanhar o trabalho da Cristolândia junto às mulheres dependentes químicas, mas achava necessário ampliar o grupo a ser pesquisado. A opção pelo método de pesquisa qualitativo foi natural e se baseou nos trabalhos de Maria Cecília de Souza MINAYO (2014); Derna PESCUMA e Antonio Paulo Ferreira de CASTILHO (2013); e Raymond QUIVY e Luc Van CAMPENHOUDT (1992).

De acordo com Maria Cecília MINAYO o "método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam" (2014, p. 57).

Para me aproximar das mulheres que seriam entrevistadas, a observação participante me pareceu o melhor caminho. Para QUIVY e CAMPENHOUDT (1992) a observação participante permite que o investigador combine a confirmação ou a desconstrução das hipóteses com as vantagens de uma abordagem não estruturada. "Levantando interrogações que vão sendo discutidas durante o processo de trabalho de campo, o investigador elimina questões irrelevantes, dá ênfase a determinados aspectos que surgem empiricamente e reformula suas hipóteses ou pressupostos iniciais e provisórios" (p.181).

> A observação participante de tipo etnológico é, logicamente, a que melhor responde, de modo global, às preocupações habituais dos investigadores em ciências sociais. Consiste em estudar uma comunidade durante um longo período, participando na vida coletiva. O investigador estuda então os seus modos de vida, de dentro e, pormenorizadamente, esforçando-se por perturbar o menos possível. A validade do seu trabalho assenta, nomeadamente na precisão e no rigor das observações, bem como no contínuo confronto entre as observações e as hipóteses interpretativas. O investigador estará particularmente atento à reprodução ou não dos fenômenos observados, bem como à convergência entre as diferentes informações obtidas, que devem ser sistematicamente delimitadas. É a partir de procedimentos deste tipo que as lógicas sociais e culturais dos grupos estudados poderão ser revelados o mais claramente possível e que as hipóteses poderão ser testadas e afinadas. (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992, p. 197).

Com as diretrizes dos autores em mente, a partir de junho de 2017, os primeiros grupos procurados foram a Rede Social do Centro e a Pastoral do Povo de Rua. O

momento era crítico pois as megaoperações deflagradas pelo então prefeito João Doria eram recentes[163] e os dois grupos estavam preocupados com os efeitos das ações municipais.

Há décadas, Padre Julio Lancellotti é a referência na ajuda e proteção das pessoas em situação de rua e por isso o procurei na Pastoral do Povo de Rua. Passei a participar dos encontros, sempre na segunda quinta-feira do mês[164], na Casa de Oração do Povo de Rua, no bairro da Luz.

Mas as situações atendidas pela Pastoral aumentam na mesma proporção que o exponencial crescimento das mazelas sociais na cidade. Nas reuniões da Pastoral do Povo de Rua sempre há relatos de violações de direitos humanos das mais variadas categorias. Diante de problemas tão abrangentes e superlativos, decidi não acompanhar mais os encontros.

A Rede Social do Centro foi o segundo grupo procurado. Criada em 2010 a partir da articulação de igrejas, majoritariamente evangélicas, sociedade civil, representantes do poder público e ONGs que atuam na região central da cidade. As reuniões presenciais aconteciam às terças-feiras, normalmente na sede da Primeira Igreja Batista, na Praça Princesa Isabel, mas passaram a ser online com as restrições de circulação por conta da pandemia de covid-19. Assim como a Pastoral do Povo de Rua, funciona como um pronto-socorro do atendimento da população carente, em especial a que circula pela cracolândia.

Os principais eventos desenvolvidos pela Rede Social do Centro são o Dia do Bem e o Rua Cidadã. Apesar dos nomes distintos, têm características semelhantes: tendas são montadas com o objetivo de atender à população mais vulnerável com ações que vão de vacinação, emissão de documentos, atendimento jurídico e previdenciário, artesanato, atividades esportivas, corte de cabelo, atendimento ambulatorial, testagem de doenças como hepatite C, recolhimento de currículos, entre outros.

Participei de sete eventos: Dia do Bem Júlio Prestes, em 08.07.2017; Rua Cidadã Barão de Itapetininga, em 26.08.2017; Dia do Bem #TamoJunto, em 26.05.2018. organizado na Escola Estadual João Kopke (na Alameda Cleveland, a 100 metros do fluxo principal da cracolândia); Rua Cidadã Barão de Itapetininga, em 25.08.2018; Dia do Bem Júlio Prestes, em 27.11.2018; Dia do Bem Kids (Praça Júlio Prestes), em 25.05.2019; e

[163] Conforme relatado no capítulo 2 desta tese.
[164] Fui a encontros, não todos, no período de junho de 2017 a dezembro de 2018.

Dia do Bem Abrace a Vida (ação feita na Avenida Paulista em conjunto com o Centro de Valorização da Vida por conta do Setembro Amarelo[165]), em 29.09.2019. O Rua Cidadã 25 de Março, programado para 2020, foi cancelado por conta da pandemia do coronavírus.

Em todos os episódios, a parte que reúne mais pessoas é a musical. A organização sempre monta palcos com atrações de música gospel. Os eventos ocorridos próximos ao fluxo da cracolândia chamam a atenção dos dependentes químicos na hora das apresentações musicais. Não é raro que algum se apresente como músico. No último Dia do Bem Júlio Prestes que participei, duas situações foram marcantes.

Durante a apresentação da Orquestra Filarmônica Jovem Boa Vontade, da Legião da Boa Vontade, um rapaz se aproximou do palco e pediu para falar com o maestro. No intervalo entre uma música e outra, o maestro atendeu ao rapaz, que disse estar "morando no fluxo, mas que apesar de usuário, também era violinista". O maestro então emprestou um violino da orquestra e o rapaz acompanhou a apresentação do trecho Ode a Alegria, da Nona Sinfonia de Beethoven. Foi aplaudido de pé pelos integrantes da orquestra. Depois que desceu do palco, caminhou em direção à Alameda Dino Bueno e não o vi mais.

Em seguida, outro usuário se aproximou e pediu para se apresentar "já que o irmão tinha tido a oportunidade". Pediu a um dos rapazes que estava na mesa de som buscar na internet o playback de No Woman No Cry, música de Bob Marley. As apresentações fizeram enorme sucesso. Ao ouvirem que "os irmãos de cracolândia" iriam se apresentar, várias pessoas saíram do fluxo e se posicionaram na frente do palco. Contei pelo menos 50 pessoas: sendo a maioria homens, dez mulheres, sendo uma trans. E durante a interpretação da música de Bob Marley a frente do palco virou uma pista de dança. Naquela circunstância, ao se sentirem representados, a música funcionou como um instrumento de redução de danos, já que os usuários pararam de consumir para prestigiar as apresentações dos conhecidos[166].

Nos eventos da Rede Social do Centro não há atendimento especializado para o público feminino. Os relatórios de atendimento são informados em número de pessoas atendidas. Não há contagem por gênero. Nem mesmo na única ocasião em que presenciei

[165] Mês de campanha de prevenção ao suicídio.
[166] Anotações do caderno de campo de 27.11.2018.

a montagem de uma tenda exclusiva para as mulheres durante o Rua Cidadã Barão de Itapetininga, em agosto de 2018, consegui saber o número de atendidas.

Um grupo de revendedoras de uma marca de cosméticos ocupou uma tenda e maquiava as interessadas. Nem todas as atendidas estavam em situação de vulnerabilidade. Mas uma mulher (que aparece com uma faixa branca enrolada no cabelo na foto abaixo) disse estar em situação de rua e que ficava "ali perto, na praça Dom José Gaspar". Depois de se ver maquiada, no espelho, começou a chorar. "Nunca tinha me achado bonita antes". Agradeceu, pegou a sacola plástica que havia deixado no chão, ao lado da cadeira e foi embora pela rua Dom José Gaspar[167].



Fig. 7[168]

Apesar de não conseguir montar um grupo de acompanhamento de pesquisa diretamente na Pastoral do Povo de Rua e Rede Social do Centro, a aproximação com as duas instituições me permitiu outros contatos, como os que relatarei a seguir. Também pude observar que, com seus erros e acertos, os grupos religiosos que circulam pelo território da cracolândia são os que de fato dedicam tempo e esforços para o atendimento da população dependente química e do entorno, confirmando as percepções do antropólogo Juliano SPYER (2020): são esses grupos que se ocupam de atender à população negligenciada pelo Estado.

[167] Anotações do caderno de campo em 25.08.2018.
[168] Foto tirada por mim no evento Rua Cidadã Barão de Itapetininga em 25.08.2018.

Durante a busca, me vi obrigada a mudar de rota várias vezes. As dificuldades inerentes ao campo e ao objeto de pesquisa se apresentaram logo de início: por mais de um ano acompanhei grupos de apoio às mulheres usuárias de drogas na cracolândia que abriram para fechar logo em seguida. E entendi o que Maria Cecília MINAYO (2014) quis dizer ao falar sobre os "imponderáveis da vida social"[169].

> A investigação qualitativa requer, como atitudes fundamentais, a abertura, a flexibilidades, a capacidade de observação e interpretação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos. Seus instrumentos costumam ser facilmente corrigidos e readaptados durante o processo de trabalho de campo, visando às finalidades da investigação (MINAYO, 2014, p. 195).

Na faculdade de jornalismo, os diversos professores e professoras sempre nos chamavam a atenção para trabalhar com isenção na busca pela verdade. Creio que a diretriz está em linha com o que aprendi na vida acadêmica para atentar para o distanciamento do objeto. No entanto, aprendi na vida profissional, por mais isenta que sempre tentei ser, o que escrevi foi resultado de uma percepção baseada em minha formação, crenças e experiências pessoais.

O mesmo acontece na vida acadêmica. Sempre tentando manter o olhar crítico, parece impossível para mim não admirar a dedicação de personagens como o padre Julio Lancellotti, pastora Nildes Nery, pastor Daniel Chechio, representantes da Cristolândia, entre outros religiosos e voluntários, que estão na cracolândia para atender e dar algum conforto a uma população que ninguém quer por perto. A insegurança sempre aparece diante da proximidade que tenho, mesmo que apenas acadêmica, dessas pessoas. No entanto, Maria Cecília MINAYO (2014) afirma que "no trabalho qualitativo, a proximidade com os interlocutores, longe de ser um inconveniente, é uma virtude" (p. 275).

> No caso da pesquisa qualitativa, ao contrário, o envolvimento do entrevistado com o entrevistador, em lugar de ser considerado falha ou risco comprometedor de objetividade, é necessário como condição de aprofundamento de uma relação intersubjetiva. A inter-relação no ato da entrevista, que contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia-a-dia, as experiências e a linguagem do senso comum é condição *sine qua non* do êxito da pesquisa qualitativa (MINAYO, 2014, p. 266, 267).

Derna PESCUMA e Antonio Paulo Ferreira de CASTILHO (2013) afirmam que o papel do pesquisador é ser um "intérprete da realidade pesquisada", sempre se

[169] Termo cunhado por Bronislav MALINOWSKI em Uma teoria científica da cultura, Rio de Janeiro, ed. Zahar, 1975.

preocupando em demonstrar segundo critérios públicos e convincentes, que conhecimento que produz é fidedigno. Maria Cecília MINAYO (2014) acrescenta que "as narrativas nunca serão uma verdade sobre os fatos vividos e, sim, uma versão possível que lhes atribuem os fatos, a partir dos dados de sua biografia, de sua experiência, de seu conhecimento e de sua visão de futuro" (p. 154).

O que jamais pode ser feito é deixar de atentar para o que Raymond QUIVY e Luc Van CAMPENHOUDT (1992) apontou: "quanto mais o investigador se distancia dos preconceitos do conhecimento corrente e se preocupa com a problemática, mais probabilidades tem a sua contribuição de novos conhecimentos relativos ao objeto" (p. 239). Com esses conselhos em mente, saí novamente a campo sem me preocupar inicialmente em levar um questionário fechado para meus possíveis contatos.

Como jornalista percebi que os entrevistados se abrem mais quando não há uma lista de perguntas prévias ou gravadores ligados. A pesquisa acadêmica, mais metodológica, me trouxe uma certa preocupação se poderia ter a mesma conduta. Encontrei a resposta em MINAYO (2014) e QUIVY e CAMPENHOUDT (1992).

Maria Cecília MINAYO explica que as entrevistas abertas e não direcionadas podem ser a melhor forma de interação na pesquisa qualitativa.

> À medida que a relação se estabelece entre entrevistador e seu interlocutor, o mais importante é criar um ambiente reflexivo que combine atitude diretiva para informações gerais, escuta atenta mas não passiva para aprofundamento de temas relevantes e exploração das lógicas contraditórias por meio de perguntas que possam enriquecer as narrativas (MINAYO, 2014, p. 159).

QUIVY e CAMPENHOUDT (1992) acrescentam que, ao usar as entrevistas abertas, consegue-se

> levar a pessoa interrogada a exprimir-se de forma muito livre acerca dos temas sugeridos por um número restrito de perguntas relativamente amplas, para deixar o campo aberto a respostas diferentes das que o investigador teria podido explicitamente prever no seu trabalho de construção. Aqui, as perguntas ficam, portanto, abertas e não induzem as respostas nem as relações que podem existir entre elas (p.185).

Com o caderno de campo à mão, anotava detalhes, sensações, falas, procurando ser a intérprete do que via, como disseram PESCUMA e CASTILHO (2013), MINAYO (2014), e QUIVY e CAMPENHOUDT (1992). Pelo que pude observar, a maioria dos grupos que se interessa em trabalhar com os dependentes químicos na cracolândia são formados por pessoas ligadas a igrejas evangélicas. Há grupos católicos, mas em menor número, geralmente integrantes da Missão Belém ou da Fraternidade O Caminho. Já ouvi

que pessoas ligadas ao Daime também circulam pela região, mas nunca encontrei tal grupo.

De tempos em tempos, mulheres que fazem parte dessas agremiações evangélicas tentam abrir rodas de conversa ou atividades para as usuárias de drogas, movidas pelo ímpeto da solidariedade como fundamento cristão. Entre essas pessoas, é comum a citação bíblica em que Jesus fala do socorro aos necessitados: "em verdade vos afirmo que, sempre que o fizeste a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes" (Mateus, 25:40).

Para o filósofo e historiador das religiões, Aldo TERRIN (1994), o impulso de ajuda faz parte dos movimentos religiosos, que sempre buscam alternativas de cura para os problemas. "Numa sociedade doente, que teme a doença como a maior desgraça possível, tudo aquilo que pode servir de cura é bem-visto, alimenta esperanças, cria possibilidades de confiança renovada, de continuar a viver" (p. 268).

Mas, apesar de bem-intencionados, os grupos que acompanhei não se sustentaram. Um pouco pela baixa adesão feminina. Muito pela falta de experiência das organizadoras que resultou em estranhamento e dificuldade para lidar com um público que foge dos padrões de conduta esperados para uma mulher cristã: docilidade e subserviência. E a máxima "mulher é muito difícil" sempre aparecia.

Foi o caso do grupo de mulheres que decidiram oferecer almoços para as dependentes químicas na sede da sede da Ação Retorno, ONG localizada na Praça Júlio Prestes e que é dirigida ao casal de pastores Nildes e Jair. O espaço da entidade foi cedido para a organização dos almoços, sem participação ativa do casal de pastores, que atuava apenas como apoio. Acompanhei os encontros, sempre às quintas-feiras, de julho a outubro de 2018, ajudando na cozinha ou nas atividades manuais oferecidas, como parte da observação participante.

As organizadoras pareciam não se incomodar com as mulheres trans que eventualmente apareciam para almoçar. "Estamos aqui como cristãs, para atender quem vem, sem julgamentos", me disse Marlene, que funcionava como a líder do grupo[170]. Quando perguntei a qual igreja elas pertenciam, Marlene preferiu não dizer. Reforçou que elas eram "cristãs, apenas". Os almoços eram custeados com dinheiro e doações que as organizadoras conseguiam com "pessoas conhecidas".

[170] Nome fictício. Anotações do caderno de campo de 19.07.2018.

Os encontros se limitavam aos almoços e uma ou outra atividade manual, porém sem formar um grupo coeso de frequentadoras. Das vezes em estive presente, nunca juntou mais de dez participantes. Convidávamos as mulheres que passavam pela frente da entidade a entrar e almoçar. Muitas entravam apenas para usar o banheiro e iam embora mesmo com a informação que o almoço seria servido em breve. Outras, procuravam o casal de pastores para perguntar se havia roupa ou alguma outra doação e ao saber que não estava presente, optavam por não participar. A rotatividades das participantes era grande. Não identifiquei uma mesma mulher almoçando mais de uma vez no local.

Não presenciei leituras de trechos bíblicos ou alguma atividade proselitista nos encontros. Mas quando o pastor Jair aparecia eventualmente, as mulheres que esperavam pelo almoço pediam que ele colocasse músicas evangélicas no telão. Essa aproximação dos dependentes químicos com o repertório gospel é muito presente na cracolândia. Como dito aqui anteriormente, nos eventos realizados pela Rede Social do Centro na época pré-pandemia, as apresentações musicais atraíam muitos usuários, e todos pareciam conhecer os artistas e as canções apresentadas.

A interação vai além das músicas. Em todas as vezes que estive na cracolândia, sempre encontrei missionários, voluntários, religiosos católicos ou evangélicos nas redondezas ou mesmo no fluxo, conversando com os dependentes químicos, oferecendo algum tipo de ajuda. É uma presença frequente, visível. O que mostra que são os grupos religiosos que conseguem entrar naquele ambiente e interagir com seu público, realizando um trabalho que mistura assistência social e evangelização.

A presença religiosa na cracolândia também chama a atenção da imprensa. O jornal Folha de S.Paulo reportou o fato algumas vezes.[171]. O Estado, quando aparece, é mais na forma ostensiva, repressora (Taniele RUI, 2014). E, como já foi pontuado em outras ocasiões nesta tese, a lacuna deixada pelo poder público vai sendo ocupada pelos grupos religiosos que acabam por ser responsáveis em levar algum tipo de ajuda e bem-estar a um lugar tão negligenciado (Juliano SPYER, 2020).

O comportamento, por vezes hostil, das mulheres dependentes químicas causa surpresa. Em um espaço majoritariamente masculino como é a cracolândia, as mulheres estão mais sujeitas a violências. Por essa razão, as dependentes químicas se destacam pela agressividade (Taniele RUI, 2014), principalmente com pessoas que não conhecem. No

[171] Veja em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1890248-igrejas-atuam-onde-estado-nao-pisa-para-atender-usuarios-na-cracolandia.shtml Último acesso em 06.11.2021.

último almoço que participei, Eliana, uma usuária de crack próxima a Marlene, estava nos ajudando na cozinha[172]. De repente, e sem que eu percebesse o motivo, começou a discutir com uma outra mulher que estava ali pelo almoço e começou a bater a faca que usava para cortar tomate na mesa, em tom de ameaça.

A filha de uma das organizadoras, muito jovem, tentou intervir, mas a mulher que se sentiu ameaçada por Eliana passou a xingar a moça. Aos prantos, depois de ser agredida verbalmente pela usuária, me disse que "esperava mais gratidão". "Estamos aqui para fazer algo bom por e é assim que elas retribuem?", questionou. Ao ver a amiga chorando, Eliana se enfureceu. Mas, numa distração dela, escondi a faca que usava. Mais bate-boca se seguiu, que só terminou com a interferência do pastor Jair. Foi impossível não notar o olhar de tristeza e frustração das organizadoras depois do ocorrido. A preparação dos almoços semanais foi interrompida depois de seis meses de atuação, logo depois do incidente acima relatado.

A baixa adesão das mulheres também é sentida nos grupos de atendimento que eventualmente se formam nos equipamentos públicos. Participei de dois encontros promovidos na sede do programa Recomeço, na Rua Helvétia, chamado de Momento Diva. Tratava-se de uma iniciativa para reunir mulheres com atividades lúdicas de pintura em papel, confecção de bijuterias e escuta. Para contornar a pouca procura feminina, a organização decidiu abrir para a participação de pessoas trans.

No dia da minha última visita, havia 11 participantes: nove mulheres, sendo quatro trans, e dois homens que se identificaram como gays. A presença dos homens gerou algumas reclamações das mulheres. O desconforto foi logo gerenciado pelo grupo de assistentes do Recomeço que estava presente, afirmando que todos tinham o direito de se sentirem "divas"[173]. Não tive notícia de que os encontros tiveram continuidade.

Fato semelhante ocorreu no equipamento municipal Atende 3. A roda de conversa que ocorria toda quarta-feira, havia sido montada para escuta das mulheres. Apesar de ser gerenciada pela Associação Evangélica Beneficente, a roda tratava de assuntos abertamente, sem viés religioso, como sexo, vontade de voltar a se drogar, vícios, preconceito, entre outros. Segundo a psicóloga responsável, foi necessário incluir homens na conversa porque poucas mulheres se interessavam (a participação não era obrigatória

[172] Nome fictício. Anotações do caderno de campo em 04.10.2018
[173] Anotações do caderno de campo em 08.11.2018.

e sempre era possível observar mulheres no pátio do Atende enquanto a reunião acontecia na sala montada em um contêiner).

Em minha primeira participação nas rodas de conversa havia dez homens, cinco mulheres, sendo uma trans[174]. A média de participação feminina se manteve parecida em outros dias. Com o fechamento do espaço e a unificação do atendimento para Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica (SIAT), os encontros foram provisoriamente suspensos.

Outro grupo que acompanhei por um tempo[175] foi a Comunidade Esperança Nova Aurora, mais conhecida como Missão Cena. A instituição tem um espaço no bairro Santa Ifigênia desde 1987. Lá, oferecem acolhimento, almoço, banho e roupas para quem procura atendimento. Passei a frequentar os almoços, às terças-feiras. Como parte da observação participante, ajudava na distribuição das refeições à mesa. Cada almoço era organizado por uma instituição ou igreja parceiras.

Como em outros espaços religiosos que recebem os dependentes químicos, assim que as portas são abertas, muitos procuram os banheiros, o que deixa evidente a falta de equipamentos públicos que oferecem algum conforto à população que circula pela cracolândia. É comum também, enquanto esperam, desabarem no sono: além proteção do sol, frio ou chuva, há a sensação de segurança que sentem ao estarem próximos aos grupos religiosos que conhecem. Trazem sacos, papelão, cobertores, coisas que aos olhos de quem está de fora parecem apenas cacarecos, mas que são seus pertences. A entrada com esses objetos é livre e podem ser deixados em uma área destinada pela Missão[176].

Há uma certa infantilização de quem busca ajuda: missionários e missionárias, voluntários em geral, são chamados de tio ou tia, não importa a idade. Muitos dos voluntários são muito jovens. Alguns até chamam as mulheres presentes de mãe. "É um jeito de chamar a atenção, quase uma manipulação, sabe?", disse-me uma das voluntárias da Missão Cena[177].

Assim como outras instituições religiosas que conheci ao longo da pesquisa na cracolândia, a Missão Cena trabalha de portas abertas para qualquer um que busca algum tipo de amparo: dependentes químicos, pessoas em situação de rua, estrangeiros em

[174] Anotações do caderno de campo de 16 de janeiro de 2019.
[175] Entre outubro e novembro de 2018.
[176] Anotação do caderno de campo em 02.10.2018.
[177] Anotação do caderno de campo em 23.10.2018.

situação irregular, moradores das redondezas, pessoas diversas que se enfileiram para pegar uma senha de atendimento.

Mas a mão que acolhe também discrimina e não compreende os chamados comportamento desviantes definidos por Howard BECKER (2008) e Erving GOFFMAN (2004). Em uma das minhas visitas, acompanhei o cadastro, na verdade era mais um controle de presença, para o almoço. Em uma planilha no computador, a voluntária ia preenchendo o primeiro nome dos presentes (não era necessária a apresentação de documento de identidade, apesar de muitos apresentarem o RG). Alguns pareciam ser frequentadores assíduos porque a voluntária os cumprimentava pelo nome, homens em sua maioria.

Notei que ela fez uma marcação ao lado do nome social apresentado pelas quatro travestis que compareceram naquele dia. Ao final almoço, a voluntária passou o número de presentes: 111 homens e 15 mulheres, total: 126 pessoas. Perguntei sobre as travestis e ela me respondeu que haviam sido contadas como homens. “Aqui entendemos que só existe homem e mulher”. Fui informada ainda que, se pedirem por roupas, receberão peças masculinas[178]. Não há espaço para algo além da binariedade, questionada por Judith BUTLER (2004). O guia é a “verdade bíblica”: "E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou" (Gênesis 1:27).

Antes do almoço, há uma exortação de um pastor ou missionário – das vezes que acompanhei apenas homens falaram aos presentes. As palavras são sempre de fé na cura. A saída das drogas é apresentada como a salvação que passa pela aceitação de Jesus Cristo, reforçando que as instituições religiosas entendem que devem lidar com aqueles que “aceitam” o chamado (Erving GOFFMAN, 2010, p. 103).

Quem se interessar pode ser encaminhado para a Fazenda Nova Aurora, que fica em Juquitiba (interior do estado de São Paulo) onde homens são acolhidos por nove meses. Durante o tempo de acolhimento, estudam, participam de atividades terapêuticas e recebem orientação religiosa para se manter longe das drogas quando saírem da instituição[179]. Não há acolhimento semelhante para mulheres.

Ainda que atuem em profissões questionadas pela sociedade, as mulheres que trabalham como prostitutas podem receber mais atenção das instituições religiosas que atuam na região da cracolândia por conseguirem manter seus filhos perto de si. A Missão

[178] Nome fictício. Anotações do caderno de campo em 29.10.2018.
[179] Conforme informações do site: http://missaocena.com.br/

Cena tem um trabalho chamado Projeto Garotas em Cena, de capacitação na área de costura para prostitutas que atuam na região, mas que não abarca a população feminina em situação de rua, dependente química ou não. O atendimento para esse público é feito durante os almoços, banho e troca de roupas oferecidos pela entidade durante a semana[180].

Rute, uma das voluntárias, me contou que a Missão Cena chegou a ter uma casa de acolhimento feminino, mas o trabalho foi descontinuado. "Dava muita briga, muito problema". Mais uma vez, a máxima "mulher é muito difícil" sempre aparece nas falas. "É mais fácil trabalhar com homens apenas", completou Rute[181]. Depois de dois meses, decidi deixar de acompanhar o trabalho exercido pela Missão Cena por não haver programas de atendimento ou acolhida para o público pesquisado.

Percebe-se aqui que o julgamento é sempre mais cruel para as mulheres que estão no desvio (GOFFMAN, 2004; BECKER, 2008). Se a mulher é dependente química e está em situação de rua a estigmatização aumenta exponencialmente. Segundo a antropóloga mexicana Marcela LAGARDE, uma das formas que o senso comum entende como manifestação da loucura na mulher é a dependência química. Ao mesmo tempo, usar drogas também tem efeito terapêutico: a mulher dependente química busca na droga algo que preencha seu vazio, um hipnotizador que para sua sensação de servidão permanente, de ser criado para *os outros*.

> No primeiro sentido, as mulheres são loucas por faltarem com a feminilidade nas formas exigidas e, em segundo caso, por serem mulheres, são implicitamente loucas. É possível pensar que se trata de duas loucuras: uma permitida e exigida, inerente ao fato de ser mulher (...); e outra que coloca aquelas que têm uma dimensão diferente, fora do sistema, de seus códigos, de sua tolerância: na marginalidade do mundo e do cosmos (LAGARDE, 2005, p. 704, tradução minha)[182].

4.1 – O vai-e-vem do caso Atende/SIAT

A descontinuidade dos atendimentos para a população dependente química é uma constante na cracolândia e impactou diretamente minha pesquisa de campo. Quando comecei a trabalhar nesta tese, em 2017, os programas Recomeço (do Governo do Estado) e Redenção (municipal) tinham bases na cracolândia. A sede do Recomeço permanece na

[180] O atendimento também foi prejudicado com as restrições impostas pela pandemia de covid-19.

[181] Anotações do caderno de campo em 02.10.2018.

182 En el primer sentido, las mujeres son locas al faltar a la feminidad en las formas requeridas y, en el segundo caso, porque al ser mujeres, están implícitamente locas. Es posible pensar que se trata de dos locuras: una permitida y exigida, la inherente al ser mujer (...); y la otra que coloca a quienes la tienen en una dimensión diferente, fuera del sistema, de sus códigos, de su tolerancia: en la marginalidad del mundo y del cosmos.

rua Helvétia, próxima ao fluxo principal. Já as três unidades de atendimento do Redenção na região, que recebiam o nome de Atende, foram desativadas.

Meu objetivo era acompanhar o trabalho da Associação Evangélica Beneficente (AEB) na gestão do Atende 3. Em 2018, o equipamento mudou duas vezes de endereço, saindo das imediações da praça Princesa Isabel (onde também há concentração de usuários), para a Rua Guaianases (bem próximo ao fluxo principal). A cada mudança, a interrupção do atendimento provocou ruptura dos vínculos com os atendidos. Como o caso de Gisele[183], dependente química cujo caso acompanhei por um breve período . Entre uma mudança e outra ela teve duas recaídas – voltou a consumir crack e álcool – e ainda esteve internada duas vezes por conta de hepatite alcóolica.

Por fim, a Prefeitura decidiu encerrar os atendimentos no território. Os antigos Atende foram fechados, unificados e receberam outro nome: Serviço Integrado de Atendimento Terapêutico (SIAT), como explicado em capítulos anteriores. Os novos espaços oferecem atendimento multidisciplinar, ampliando o que já era oferecido pelos Atende: assistência social e psicológica, alimentação e alojamento. No SIAT os acolhidos também têm atendimento médico, além de cursos profissionalizantes e de empreendedorismo[184]. No entanto, como já mencionado, as duas unidades novas foram montadas, distantes do fluxo principal da cidade: uma no Glicério e outra na Armênia.

O relatório final do Levantamento de Cenas de Uso em Capitais (MADRUGA, *coord.*, 2020) apontou que "políticas que visam o desmantelamento" da cracolândia precisam ser revistas, com propostas que aliem melhora na condição de vida dos usuários ao tratamento da dependência química. E alertou sobre a importância de manter serviços de atendimentos nos locais onde usuários se concentram.

> Combinado a isso, temos o resultado da mobilidade, mostrando que metade dos usuários fica restrito à cena de uso, não visitando nenhuma outra região da cidade, e entre os que circulam, suas rotas são motivadas por maiores possibilidades de obter recursos para suprir o alto consumo da droga, e não a busca por serviços. Levando estes resultados em consideração, conclui-se que a implantação de serviços socioassistenciais direcionados a esta população, que sejam distantes da cena de uso dificilmente atingirá esta população. O deslocamento desta população para outros territórios por conta da implantação do serviço é pouco provável, levando em consideração o perfil descrito neste estudo. Sendo assim, entendemos ser essencial a presença de serviços de

[183] Nome fictício.

[184] De acordo com a portaria publicada pela Prefeitura de São Paulo, três secretarias municipais estão envolvidas no atendimento: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/redencao/PORTARIA_04_SGM_SMADS_SMS_SMDET_SIAT_V_PUBLICADA.pdf - publicada em 25.05.2019.

> suporte e retaguarda para esta população no próprio território da cena de uso (MADRUGA, *coord.*, 2020, p. 61).

O alertado pelo relatório de MADRUGA (*coord.*, 2020) me foi referendado por uma assistente social que trabalha na cracolândia. Ela explicou que as equipes de atendimento da rua não têm veículos de transporte que ficam o tempo todo disponíveis. Somente podem ser solicitados quando há demanda. "A gente sabe que assim não funciona. Para convencer ele (sic) [o usuário de droga] tem que ser na hora. Se a perua demorar para chegar e levar até o SIAT, ele desiste"[185].

Na contramão do que é defendido por especialistas e referendado por pesquisa, a Prefeitura optou por transferir os atendimentos para bairros distantes pelo menos dois quilômetros da cracolândia. Assim como as unidades do Atende, o SIAT Armênia e Glicério são montadas com contêineres – não há uma obra de edificação permanente. Essa característica, aliada às alterações constantes no atendimento, deixam clara a provisoriedade das ações de assistência social (Aldaíza SPOSATI, 2012). Em especial àquelas feitas para o atendimento da população dependente química da cracolândia.

Mudanças constantes no atendimento provocam não apenas a descontinuidade do trabalho, mas também a dificuldade de mensurar os resultados. O fechamento dos Atende na região da cracolândia e a transferência do atendimento para o SIAT são bons exemplos. Com capacidade para receber 300 usuários, o SIAT Armênia parecia subutilizado na minha última visita: ao local havia pouco mais de 20 dependentes químicos, a maioria homens: apenas cinco eram mulheres[186]. Nesse sentido SPOSATI aponta que os governos se limitam a apresentar propostas que constituem

> um conjunto de programas, de atividades desconexas em que ações ganham valor em si mesmas, e não pelas alterações que ocasionam nas condições de reprodução social. [...] À medida que as diferentes políticas sociais ganham perfil setorial próprio, distanciam-se do âmbito da assistência social, e neste movimento este campo de ação governamental vai se caracterizando como destinado ao [...] mais espoliado. Permanece a assistência sem a sinalização de uma política social e, mais do que isso, como espaço comum ou "vala comum" dos destituídos (SPOSATI, 2012, p. 26).

A aproximação com a pastora Márcia[187], gestora do Atende 3, aconteceu por indicação do padre Julio Lancellotti que me contou em uma das reuniões da Pastoral do Povo de Rua que a Associação Evangélica Beneficente havia sido escolhida, via edital,

[185] Anotações do caderno de campo em 07.01.2020.
[186] Anotações do caderno de campo em 14.08. 2019.
[187] Nome fictício.

para gerenciar a unidade. Segundo o padre, a pastora Márcia "fazia um trabalho importante com mulheres em situação de vulnerabilidade"[188]. O primeiro encontro entre nós aconteceu no primeiro endereço do Atende, na Rua General Rondon, perto da Praça Princesa Isabel.

Contei sobre minha pesquisa e fui bem recebida. A pastora Márcia indicou a psicóloga da unidade, Joana[189], para ser meu contato. Combinamos que eu acompanharia as rodas de conversa que aconteciam as quartas-feiras. Com a autorização por escrito dada pela pastora, me dirigi à unidade o dia 21 de novembro de 2018. Ao chegar no local, fui surpreendida pelo desmonte da unidade. Ao que parece, todos foram pegos de surpresa. A pastora disse que havia sido informada no dia anterior que precisava desocupar o terreno e arrumar as coisas para a mudança.

O trabalho foi transferido para a Rua dos Gusmões, mas só pude iniciar minha observação participante em 16 de janeiro de 2019 depois que a mudança física e as adaptações do novo espaço foram concluídas. Assim como no endereço anterior, toda a estrutura de atendimento era montada em contêineres. Impossível não pensar no caráter provisório que a Prefeitura imprime ao atendimento.

Joana me contou que havia montado uma roda de conversa apenas com mulheres, mas como poucas participavam, os encontros passaram a ser mistos[190]. Todos os participantes estavam albergados no Atende. É preciso ressaltar que mesmo sendo gerenciado pela Associação Evangélica Beneficente (AEB), as rodas de conversas não eram direcionadas a um tema religioso. Ao contrário, Joana sempre relacionava a dependência química à doença e não ao pecado.

Os temas das conversas giravam em torno dos desafios da dependência química e da abstinência. Sempre Joana usava o próprio exemplo de que havia conseguido parar de usar cocaína. "Não é fácil, mas é possível. Por isso, essa partilha, vocês contarem uns com os outros, se apoiarem é importante. Eu só consegui porque tive apoio"[191].

Ao tocarem no assunto do consumo de álcool e drogas, invariavelmente os homens presentes faziam comentários machistas sobre o uso entre mulheres, como verificou Katia Varela GOMES (2010). "Mulher bebendo tá querendo dá (sic)", disse

[188] Anotações do caderno de campo em 11.10.2018.
[189] Nome fictício.
[190] Anotação do caderno de campo em 16.01.2019.
[191] Anotação do caderno de campo em 12.03.2019.

um[192]. Nesse dia, a roda de conversa contava com dez homens e quatro mulheres. Joana tentou alertá-lo para o caráter machista do comentário, mas o homem parecia não se importar. “É isso mesmo. Se eu vejo uma mulher bebendo, já sei que ela é vagabunda”.

O desconforto gerado na fala estereotipada pareceu não atingir Gisele[193]. “Beber é coisa de mulher sim, deixa de ser besta!”, respondeu. Gisele sempre se destacava nas rodas, sempre se posicionando enquanto as demais mulheres presentes preferiam ficar caladas, principalmente quando os homens faziam comentários desabonadores como o relatado acima.

Depois da reunião, abordei Gisele e contei sobre meu doutorado. “Nossa! Eu quero falar com você sim!”. Combinamos de conversar pessoalmente depois da reunião seguinte. O que acabou não acontecendo. Segundo Joana, Gisele teve uma recaída e acabou internada por conta de hepatite alcóolica.

Nossa primeira conversa aconteceria apenas dois meses depois. Nos encontramos no pátio da unidade. Optei por não levar um questionário pronto, deixando que ela mesma fosse tecendo sua história a partir da pergunta inicial de como ela teve contato com as drogas. “Ah... foi com a turma. Eu tinha 13 anos e tava de olho num gatinho. Ele me deu cerveja e eu aceitei. Começou assim. Meu maior problema sempre foi com álcool, crack eu não ‘pego’ tanto”[194].

Gisele é baiana e seu contato inicial com o álcool foi na terra natal. Disse ter 33 anos na ocasião do nosso primeiro encontro particular. Confesso que achei que seria mais: a aparência maltratada pelo vício e pelo tempo nas ruas era visível. A pele negra apresentava algumas feridas avermelhadas no rosto e nos cotovelos. Os dentes que ainda restavam eram escurecidos. Nas coxas havia marcas de queimadura: “foi bobeira minha. Acendi uma vela, mas tava bêbada e pegou fogo em mim”

A narrativa não era linear. Às vezes voltava à internação recente: “a hepatite foi por conta do... ó (fez um sinal, levando a mão à boca). Mas estou confiante! Eu enfrentei a morte de frente, mas eu enganei ela”, disse rindo. Contou que chegou a São Paulo “de caminhão”. “Eu paquerei o motorista e ele me trouxe, mas assim que cheguei aqui, dispensei ele. Os homens gostam muito de mim porque eu sou gostosa. As ‘minas’ também”, disse acrescentando ser bissexual. Perguntei se antes de estar no Atende ela já

[192] Anotação do caderno de campo em 28.01.2019.
[193] Nome fictício.
[194] Anotação do caderno de campo em 12.03.2019.

tinha passado por outra instituição. Segundo ela, esteve acolhida na Cristolândia. “Deu a maior treta porque eu dei uns pegas numa mina lá e fui expulsa”.

“Eu sei que vou vencer o vício. Eu já consegui antes com a ajuda do Cratod[195]. Até arrumei um bom emprego, tava ganhando bem, morando numa pensão aqui perto. Mas aí já viu, né? Achei que dominava tudo, tomei o ‘chá de taboa’ e deu o que deu”. A expressão “chá de taboa” é muito usada entre as usuárias para expressar uma confiança exagerada na recuperação, geralmente seguida de uma recaída.

O relato seguiu animado até que ela tocou no nome do filho. Disse que ficou grávida aos 15 anos e que o filho “tinha acabado de fazer 18 anos”. “Ele ficou lá na Bahia, mora com o pai. Eu deixei ele lá”. Os olhos se encheram de lágrimas. “Eu tenho vergonha dele me ver assim. O pai também não gosta eu veja ele”.

A culpa é algo constante nas mulheres dependentes químicas que não têm contato com seus filhos, mesmo que elas tentem e sejam impedidas de alguma maneira de se aproximar. A mãe dependente química é considerada negligente por antecipação. E a sociedade não perdoa uma mãe negligente, como ponderou Elisabeth BADINTER (1985) e Marcela LAGARDE (2005).

Como Gisele ficou muito emocionada, achei por bem encerrar a conversa. Acreditei que teríamos outras oportunidades de diálogos particulares, o que acabou não acontecendo. Por complicações da hepatite, Gisele foi internada novamente para tratamento médico. Voltei a vê-la algum tempo depois, novamente em uma das rodas de conversa. “A gente precisa conversar de novo. Não vai esquecer de mim, hein?”[196], falou para mim.

No encontro, Gisele falou que queria voltar a trabalhar. “Quero comprar umas roupas novas, ficar bonita”. É permitido que as pessoas acolhidas saiam, seja para trabalhar – normalmente no comércio informal ou na coleta seletiva de recicláveis, segundo Joana –, ou para consultas no CAPs (Centro de Atenção Psicossocial) ou Cratod (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas). No entanto, só podem voltar a entrar na unidade após às 17h.

Questionei o motivo e Joana explicou que o regramento era necessário para controle da entrada e saída dos atendidos. Na roda de conversa desse dia, um dos participantes se queixou da regra do horário. Dizia ajudar o cunhado em uma barraca “de

[195] Centro de Referência de Álcool Tabaco e Outras Drogas
[196] Anotação do caderno de campo em 29.05.2019.

bugigangas", segundo ele mesmo, na Rua 25 de Março, que recebia por dia trabalhado, mas que o "expediente" terminava às 15h. "Com dinheiro no bolso é difícil conseguir resistir à tentação de beber ou ir pra 'biqueira[197]'. Se eu pudesse entrar de volta (sic), era tranquilo"[198].

Acabou por confessar que, dias antes, sabendo que não conseguiria entrar antes das 17h no Atende 3, passou no "boteco e tomou umas pinga". Tamanho rigor com o horário que se pretende de pessoas fragilizadas pela dependência química, mostrou-se ineficiente diante do relato acima. Michel FOUCAULT (1991) dizia que o horário "é uma velha herança" (p. 136) das ordens religiosas para o controle das atividades: "o horário devia conjurar o perigo de desperdiçar tempo – erro moral e desonestidade econômica". No entanto, sua "utilização exaustiva" mostrava-se essencialmente negativa (p. 140), como no caso relatado.

O mesmo homem depois acrescentou que "agora estava feliz" porque estava "limpo há três dias". Relatos como esse sempre são seguidos de expressões como "aleluia", "amém" ou "glória a Deus": o vocabulário cristão está sempre presente nas falas dos dependentes químicos por conta da proximidade com os diversos grupos religiosos que atuam na cracolândia.

Em todas as vezes que participei das rodas de conversa não verifiquei qualquer trabalho proselitista dos profissionais presentes. No entanto, no contraturno dos atendimentos, à noite ou nos finais de semana, aconteciam encontros com pastores ou grupos musicais ligados à AEB. Fotografei alguns cartazes que eram colocados no mural com anúncios sobre esses encontros. Mas, meu celular foi furtado em fevereiro de 2019 e perdi esses e outros registros, o que prova que pesquisadores jamais devem contar com a sorte e sempre devem documentar imediatamente tudo o que é captado em campo.

A observação participante que fazia no Atende 3 teve que ser interrompida no em junho de 2019. As atividades da unidade do Atende 3 na Rua dos Gusmões, no Centro de São Paulo, foi encerrada para dar lugar ao novo modelo de atendimento do Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica (SIAT), localizado no bairro Armênia. Apesar de continuar a ser administrado pela Associação Evangélica Beneficente (AEB), com a mudança de endereço comecei a ter problemas para acompanhar os trabalhos como vinha acontecendo na versão Atende 3.

197 Biqueira ou fluxo é o lugar onde dependentes químicos se reúnem para fumar o crack.
198 Anotação do caderno de campo em 29.05.2019.

A pastora Márcia pediu "um tempo" porque a AEB estava "precisando se adaptar às mudanças com a ampliação do atendimento". Joana me confidenciou que estavam enfrentando algumas dificuldades por conta de conflitos entre a entidade e as secretarias municipais de Saúde e Assistência e Desenvolvimento Social que "não se entendiam em relação à linha de atuação e quem se reportaria a quem"[199].

Finalmente consegui visitar a nova unidade dois meses após a inauguração que aconteceu em junho de 2019[200]. Apesar de ser um espaço de atendimento multidisciplinar, o SIAT manteve o modo de operação dos Atende e não trabalha com portas abertas. Para ser acolhida, a pessoa interessada deve ser encaminhada pelas equipes do "Consultório na Rua e/ou Redenção na Rua, da Secretaria Municipal da Saúde, e do Serviço Especializado de Abordagem Social - SEAS, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social"[201].

No dia da minha visita, enquanto esperava na rua para ser atendida por Joana, que estava em uma reunião, uma mulher se aproximou de mim e perguntou se podia entrar. Disse que estava com fome e cansada e que tinha vindo a pé desde a Rua dos Gusmões. Sugeri que ela esperasse para conversar com Joana, que poderia dar uma informação mais precisa. Quando finalmente apareceu, explicou à mulher que ela só poderia entrar se fosse encaminhada pelas equipes da rua. Mesmo diante dos apelos e da informação de que não tinha dinheiro para comer ou voltar de onde veio, a mulher não foi autorizada a entrar.

Minha previsão era reencontrar Gisele para dar continuidade às nossas conversas no SIAT. Mas Joana me disse que ela havia sido flagrada consumindo álcool dentro da unidade, o que era proibido. Como consequência, foi obrigada a sair, "pagar uma quarentena para poder voltar", segundo Joana. Não consegui uma resposta que me fizesse entender se, mesmo que temporário, o banimento de Gisele como castigo por ter sido flagrada bebendo na unidade seria eficiente para a recuperação dela.

Tive notícias de que, depois do ocorrido, Gisele se abrigara no "barraco de amigos" em uma favelinha que existe vizinha ao SIAT. Mesmo entendendo que "as regram precisam ser seguidas para que problemas como esse não aconteçam", como ponderou Joana, questionei se não seria o momento em oferecer maior apoio a uma pessoa

---

[199] Anotações no caderno de campo em 10.07.2019, após troca de mensagens via WhatsApp.
200 Anotação no caderno de campo em 12.08.2019.
201 Conforme portaria publicada em 25 de maio de 2019. Veja em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/redencao/PORTARIA_04_SGM_SMADS_SMS_SMDET_SIAT_V_PUBLICADA.pdf

com recaídas constantes no histórico. Como Gisele também participava de um grupo de apoio no Cratod, de alguma forma esperava-se que ela continuasse a participar dos encontros e, com isso, poder voltar a ser acolhida no SIAT.

O banimento do atendimento é o "castigo" mais constantemente aplicado nas instituições. O questionamento de Michel FOUCAULT (1991) parece-me apropriado ao caso: "Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce?" (p. 20).

Segundo FOUCAULT, o "desaparecimento do corpo como alvo principal da repressão" e as "punições menos diretamente físicas" passaram a ser usadas como formas "mais humanas" de castigo. "O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justiçáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais 'elevado'" (p. 16).

A expectativa de "tomada de consciência perante o erro" de Gisele pode não surtir o efeito desejado diante dos "direitos suspensos", apesar de dar uma certa sensação de conforto a quem aplica a pena.

> Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva (FOUCAULT, 1991, p. 16).

Não mais atingindo o corpo, mas sim a alma, espera-se que o castigo "atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições" (p.21). Essa nova alma, modelada pela "microfísica do poder punitivo" ganha poder sobre o corpo.

> Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos — de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação (FOUCAULT, 1991, p. 310).

Mas o autor alerta para a necessidade de moderação sobre os castigos, mesmo que as punições sejam "humanas": "a lei agora deve tratar 'humanamente' aquele que está

‘fora da natureza’”, calculando “os efeitos de retorno do castigo sobre a instância que pune e o poder que ela pretende exercer” (p.84).

> Que a punição olhe para o futuro, e que uma de suas funções mais importantes seja prevenir, era, há séculos, uma das justificações correntes do direito de punir. Mas a diferença é que a prevenção que se esperava como um efeito do castigo e de seu brilho — portanto de seu descomedimento — tende a tornar-se agora o princípio de sua economia, e a medida de suas justas proporções. É preciso punir exatamente o suficiente para impedir (FOUCAULT, 1991, p.85).

Não sei se a punição com o banimento temporário deu certo para Gisele. Minha primeira e única visita ao SIAT foi a última vez que tive notícias dela. Tampouco consegui voltar a acompanhar os trabalhos na instituição. Joana me confidenciou que estava “difícil trabalhar” no novo modelo de atendimento, que “as rodas de conversa haviam sido suspensas” e que “era melhor voltar a conversar com a pastora”[202].

Tentei contato várias vezes com a pastora Márcia por telefone ou WhatsApp. Nas primeiras vezes ela me pediu mais tempo para “se organizar melhor”. Mas depois passou a não responder mais minhas solicitações mandadas por mensagens no aplicativo. Por conta disso, me vi obrigada a desistir de acompanhar o trabalho da AEB no SIAT e concentrar os esforços na Cristolândia.

4.2 – No caminho da Cristolândia surgiu a pandemia

Minha pesquisa junto a Cristolândia foi um pouco mais tranquila, mas também enfrentei alguns obstáculos que relatarei adiante. A entidade foi criada em 2009 e é mantida exclusivamente pelas Juntas de Missões Nacionais, uma espécie de ONG da Convenção Batista Brasileira que sustenta o trabalho missionário da igreja. No site da instituição conta que a ideia surgiu em 2008 quando o “diretor da Junta de Missões Nacionais, Pr. Fernando Brandão, perdeu-se no centro de São Paulo e acabou conhecendo a realidade da cracolândia”[203]. A entidade não faz parte de convênios com os governos estadual e municipal. Mas, por ser muito conhecida, acaba recebendo pessoas que vieram direcionadas pelos equipamentos públicos de assistência social.

As atividades da Cristolândia começaram em julho de 2009. O objetivo inicial era evangelizar. Soraia Machado, recém-chegada da Bahia, assumiu o desafio proposto pelo pastor Brandão. E juntamente com 13 voluntários, passou a andar pelas ruas da

[202] Anotações do caderno de campo em 25.09.2019, após troca de mensagens via WhatsApp.
[203] Veja em https://www.cristolandia.org/quemsomos Último acesso em 25.11.2021.

cracolândia para o que ela chamou de "diagnóstico". Mais tarde, teve a ideia de montar tendas dentro do fluxo.

> A estratégia foi as tendas dentro do fluxo, pra cortar cabelo, e depois a gente começou a cortar cabelo, a dar água, dar algum tipo de alimentação mais à frente, bem mais à frente. E a gente ia cortando cabelo e ia tendo contato com essas pessoas e falando, conversando, estabelecendo uma conversação, uma relação de amizade. Tempos depois eu entendi que eu precisava fazer um momento aonde tivesse um café com eles, porque eu percebi que eles passavam a noite na drogadição e pela manhã eles saiam a campo em busca de alimento. E eu criei o que eu chamei, naquela época, que era um "café com Jesus". E era na Primeira Igreja e era o primeiro momento tê-los ao nosso lado. Agora eu não estava mais dentro da cracolândia, eu agora estava retirando-os da cracolândia e trazendo-os pra um lugar específico (TRIGO, 216, p. 84).

Em dezembro de 2009, o pastor Humberto Machado, marido de Soraia, se juntou à empreitada. O trabalho feito dentro do fluxo foi transferido para outro ponto, um salão na rua Barão de Piracicaba, alugado em março de 2010 e onde ainda funciona, atendendo dependentes químicos oferecendo alimentação, banho, troca de roupas e acolhimento nas comunidades terapêuticas da instituição[204]. O trabalho feito pelo casal virou modelo e hoje a Junta de Missões Nacionais custeia o trabalho de outras Cristolândias espalhadas por São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Brasília, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Paraná.

Soraia, durante muitos anos, foi a figura central da Cristolândia de São Paulo lidando com a operação e coordenação do trabalho dos missionários e missionárias, atendendo dependentes químicos, orientando familiares e acompanhando os encaminhamentos para o acolhimento nas comunidades terapêuticas. Seu nome nunca constou do organograma da Cristolândia. O nome do marido, pastor Humberto, aparecia na coordenação no projeto. "Eu sou apenas uma humilde cooperadora. Quem manda aqui é ele [o marido]. É. Parece que não, mas é [rindo]. Porque eu sou muito tudo… [Risos]". Mas sua influência era tanta que todos a chamavam de mãe ou "mainha" (TRIGO, 2016, p 93). Apesar de terem participado ativamente da criação da Cristolândia, o nome do casal não aparece no histórico do site. Em 2016, o casal retornou a Bahia[205].

A Cristolândia da rua Barão de Piracicaba é a porta de entrada do acolhimento. As pessoas interessadas passam por uma triagem e só depois são encaminhadas. A triagem feminina acontecia às quartas-feiras. A ideia era acompanhar o processo desde o

[204] O trabalho sofreu alteração no período da pandemia de covid-19.
[205] Mais informações sobre a história do casal podem ser conferidas em TRIGO (2016).

início: a demonstração de interesse em seguir para o acolhimento, a triagem na entidade, a admissão para a fase 1 realizada na Cristolândia Santana (Zona Norte da Capital) até o encaminhamento para a Cristolândia Indaiatuba (interior de São Paulo), onde acontece a fase 2, última etapa do "tratamento".

Depois de receber autorização para acompanhar o trabalho, me dirigi à Cristolândia o dia 26 de setembro de 2018, às 9h. A contar com o primeiro dia, foram quatro quartas-feiras seguidas sem que nenhuma mulher tenha demonstrado interesse em seguir para o acolhimento. Diante da ausência de procura, conversei com as missionárias e achamos por bem eu pular a etapa da triagem e direcionar meu trabalho para a unidade localizada em Santana. Mas, para isso, eu deveria realizar algum tipo de trabalho voluntário. Aceitei prontamente já que isso me permitiria contato direto com as acolhidas. Ficou decidido então que eu daria aulas semanais de reforço de Português.

O modelo de atendimento da Cristolândia é o que comumente se chama de comunidade terapêutica (CT). O objetivo principal de um espaço como esse é ajudar dependentes químicos a suspender o uso de drogas a partir do isolamento social e abstinência, como pontua Taniele RUI: "Em suma, no interior da CT, droga é concebida como mais um problema da 'mente' do que do 'corpo'. Por isso, recorrem, sobretudo, às mudanças nos comportamentos e nas atitudes como terapêuticas mais eficazes para a abstinência das substâncias" (2014, p.97).

Essas casas ficam longe das cenas de uso e muitas delas são localizadas em áreas rurais. A unidade de Santana fica a cerca de cinco quilômetros da cracolândia. Na Cristolândia, as mulheres acolhidas são chamadas de alunas. O trabalho se assemelha a outras comunidades terapêuticas que

> se configuram como residências coletivas temporárias, nas quais os indivíduos devem ingressar voluntariamente e ali permanecer por períodos extensos (em geral, de nove a doze meses), entre um conjunto de pares (pessoas que igualmente têm problemas com drogas) e sob a vigilância de monitores – em geral, pessoas que já passaram pelo mesmo tratamento (SANTOS, 2018, p. 11).

O verificado acima pela pesquisadora é basicamente idêntico ao modelo aplicado pela Cristolândia. O que varia é o tempo de permanência nas casas. No caso da unidade Santana, as alunas podem ficar de seis a nove meses no local até serem consideradas aptas

para ingressarem na segunda etapa do processo de recuperação na Cristolândia Itatiba. O processo todo pode levar até dois anos, dependendo do caso[206].

A unidade é gerenciada por uma missionária sênior, dedicada a esse trabalho em tempo integral. Durante a minha pesquisa a responsabilidade estava a cargo de Mariana, cujo perfil será apresentado mais adiante. Outras missionárias participam do trabalho, mas nem todas moram na casa com as alunas. Assim sendo, a Cristolândia entra na definição de Erving GOFFMAN sobre as instituições totais: trata-se de um "híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal" (2010, p. 22).

Na Cristolândia Santana, o tempo das alunas é preenchido pelo estudo bíblico, laborterapia e aulas de assuntos diversos ministradas por voluntárias, eu incluída. A pesquisa IPEA (2017) mostrou que "cultivo da espiritualidade e a laborterapia são comuns a mais de 90% das entidades" (p. 22). Vale apontar que eu era a única voluntária que não "congregava" em nenhuma igreja. As demais frequentavam a igreja batista.

Como não tenho formação adequada para lecionar, optei por escolher um material com informações básicas sobre pontuação, ortografia, acentuação, classes de palavras e informações sobre o Novo Acordo Ortográfico[207], seguidos de exercícios sobre os temas apresentados. Eu me inspirei em alguns professores de cursinho, famosos nas redes sociais, para que as aulas fossem leves e descontraídas. Ao todo foram 34 aulas[208].

Nas primeiras aulas, as alunas permaneceram muito comportadas. Me chamavam de professora e senhora. Desde o início, expliquei que não era professora e que meu motivo de estar ali era a minha pesquisa de doutorado. Elas pareciam não se importar com a explicação e continuaram me tratando como professora. Aos poucos, as alunas foram relaxando com a minha presença e passaram a me tratar por você.

Um pouco mais enturmada com as alunas, elas passaram a demonstrar curiosidade pelo meu trabalho, me perguntavam se eu acreditava na cura do vício "se elas aceitassem Jesus Cristo"[209]. Também queriam saber qual igreja eu frequentava, se eu era casada, se tinha filhos. Respondi a todas as preguntas, sem, no entanto, me aprofundar, de modo a não influenciá-las com o que eu considerava certo ou errado.

[206] O modelo aplicado nas unidades femininas da Cristolândia é semelhante ao das unidades masculinas.
[207] Organização do modo de escrever entre Portugal, Brasil e demais países de língua portuguesa. As negociações tiveram início em 1990 e passou a ser obrigatório em 2016.
[208] A primeira aula foi dada no dia 12.11.2018. Por motivos pessoais, as aulas não foram dadas em semanas consecutivas.
[209] Anotações do caderno de campo em 31.01.2019.

O assunto dos filhos sempre aparecia nos meus encontros com elas. Geralmente, os filhos estavam com a família ou o pai, mas havia casos de crianças que estavam abrigadas em instituições públicas por conta da perda de guarda. Os relatos eram sempre carregados de emoção e culpa. Frases como: "estou aqui para poder voltar para meus filhos", "perdi meu filho por causa do meu pecado", "Jesus vai me ajudar a ser uma mãe digna dos meus filhos", eram frequentes[210].

A culpa presente nos relatos é resultado do estigma de incompetência que se atribui às mulheres transgressoras, segundo Marcela LAGARDE (2005). A associação da perda dos filhos com o pecado é imediata por conta do papel de mãe previsto pela sociedade, o Estado e a igreja, na avaliação da autora mexicana. Ao perder a função primária da maternidade, a mulher morre de maneira simbólica.

O trabalho de pesquisar uma instituição religiosa como a Cristolândia depende de acatar suas regras e crenças, mesmo que elas causem algum desconforto. Do contrário, a pesquisa se tornaria quase inviável, como ponderou Taniele RUI (2014).

> E, uma vez nessas instituições, é necessário seguir seus modos de organização – o que implica em acompanhar as atividades da equipe, ficar restrita aos seus horários, aprender seu léxico político, estar com eles em todo o trabalho de campo e, sobretudo, tomar cuidado para, em nenhum momento, complicar a ação do grupo: nesse caso vale dizer que algumas perguntas jamais puderam ser feitas (2014, p. 47).

Uma dessas situações é a que trata da diversidade sexual. A dificuldade em lidar com o tema não é privilégio da Cristolândia. Como observado por Nayara Lemos VILLAR e Maria Paula Gomes dos SANTOS

> É fato que nossas pesquisas qualitativas não nos autorizam a fazer afirmações gerais sobre a moralidade vigente em todas as CTs brasileiras. Contudo, o conjunto de dados analisados até aqui sugere que, no que tange à sexualidade e às performances de gênero (Butler, 1988), persiste, em diversas dessas instituições, uma ordem moral que resiste ao reconhecimento dos direitos sexuais àquelas pessoas que não se enquadram no modelo heterossexual binário (2018, p. 116).

A Cristolândia se declara aberta a receber homossexuais nas suas comunidades terapêuticas. De fato, presenciei travestis que procuravam o café da manhã e banho oferecido pela entidade no Centro de São Paulo. Elas eram recepcionadas como as demais

[210] Anotações do caderno de campo em datas diversas.

pessoas que buscavam ajuda ali. No entanto, eram as últimas a tomar banho e só podiam usar o banheiro masculino, numa clara dificuldade que a entidade tem em aceitar a identidade de gênero daquelas pessoas (TRIGO, 2016).

A fala da missionária Mariana é esclarecedora sobre o modo de lidar com a sexualidade das alunas:

> Ao longo dos dias abordamos vários temas, e dentro da conduta cristã, falamos sobre sexualidade. Nossa visão bíblica é que o sexo fora do casamento é pecado, bem como todo desvio comportamental daquilo que Deus criou no início de tudo – homem e mulher. Aceitamos pessoas homossexuais, porém ela será instruída dentro dos nossos parâmetros. Não forçaremos a pessoa a mudar, porém não aceitaremos nenhum comportamento que ofenda nossa visão cristã, por exemplo, o relacionamento entre duas alunas. Já houve desligamento porque houve um relacionamento dentro da casa, e isso é proibido[211].

No discurso da missionária, fica evidente o que BUTLER aponta como a coerção que leva ao discurso cultural hegemônico, "baseado em estruturas binárias que se apresentam como linguagem à racionalidade universal".

> A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a "especificidade" do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a "identidade" como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2003, p. 21).

Entre as "perguntas que jamais puderam ser feitas" (RUI, 2014, p.47) sobre determinadas situações, destaco o caso de Olívia[212]. O que será relatado a seguir é minha percepção pessoal, resultante de uma inquietação ao ler Judith BUTLER: "Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de 'homens' aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo 'mulheres' interprete somente corpos femininos" (2003, p. 24).

Não sei se Olívia se identificava socialmente como mulher, já que não tive oportunidade de conversar com ela em particular durante os encontros na Cristolândia. Negra, apresentava pelos no rosto e os cabelos estavam num corte quase raspado. Tinha

[211] Segundo informações passadas via WhatsApp em 26.05.2020.
[212] Nome fictício.

um porte atlético que, dentro dos padrões de feminilidade e masculinidade me levou a pensar que era uma pessoa em processo de transexualidade para a transmasculinidade.

No primeiro encontro que tive com ela, me pareceu muito animada. Disse que havia gostado muito da aula e que não via a hora de contar para a irmã que tinha voltado a estudar. "Minha irmã é professora que nem a senhora"[213]. Expliquei que não era professora e que as aulas se tratavam apenas de reforço, mas ela pareceu não se importar com a minha falta de qualificação. Participou ativamente das aulas seguintes: fazia os exercícios, queria esclarecer dúvidas, me mostrou algumas coisas que estava escrevendo e disse estar pensando até em prestar o ENEM: "a senhora vai me ajudar, né?", pediu[214].

Tudo pareceu mudar um mês depois. Ao chegar na casa para minha aula semanal, as alunas estavam bastante excitadas porque haviam participado de uma "sessão de beleza". Estavam maquiadas, com os cabelos arrumados, usando bijuterias e com as unhas pintadas. Todas muito falantes e pareciam contentes, menos Olívia. Perguntei no geral se elas tinham gostado da atividade. As respostas vieram quase em coro: "claro!", mas Olívia murmurou algo que não entendi. Perguntei o que ela havia dito e recebi a resposta: "é que não estou muito acostumada com isso"[215].

Disse que todas estavam lindas, mas que precisavam se acalmar para que eu pudesse dar a aula que havia preparado. Como o cabelo muito curto não permitia grandes variações no penteado, Olívia usava uma presilha em formato de laço vermelho na cabeça. Os pelos que ela apresentava no rosto haviam sido raspados. Além da maquiagem, estava usando brincos e as unhas foram pintadas em rosa claro. Não posso garantir, mas me pareceu constrangida com a situação e ficou quieta a maior parte do tempo.

O comportamento se repetiu nas aulas seguintes: de aluna participativa passou a ficar calada. Até que o comportamento ficou mais exaltado. Em uma das aulas, eu estava com dificuldade para atrair a atenção de duas alunas que não paravam de conversar entre si. Elas falavam muito alto e nem ouviam meus apelos para que se concentrassem no que estava sendo apresentado[216].

As outras alunas começaram a reclamar, mas Olívia se inflamou mais. Falando num tom muito alto disse para as duas que elas "não tinham respeito e consideração pelos outros" e chegou a socar a mesa. Apesar de estar aparentemente me defendendo, achei a

[213] Anotações do caderno de campo em 04.04.2019.
[214] Anotações do caderno de campo em 25.04.2019.
[215] Anotações do caderno de campo em 02.05.2019.
[216] Anotações do caderno de campo em 23.05.2019.

reação um tanto desproporcional e parecia que falava não por mim, mas por algo que estava sentindo. Por pouco a discussão não acabou em briga de fato. A situação só se acalmou quando a missionária Mariana apareceu.

Ela pediu que eu a acompanhasse ao escritório. Queria saber quem havia começado a discussão e o porquê da gritaria. Respondi para a missionária que entendia a necessidade que ela tinha de controlar a situação, mas procurei minimizar o ocorrido, dizendo que tudo não passou de algo corriqueiro em sala de aula. Mariana não concordou comigo. "Mas este tipo de coisa não pode acontecer aqui. Elas sabem que têm que ter disciplina e devem se comportar de acordo". Não pareceu ficar satisfeita diante das minhas considerações de que eu não via problema com o que aconteceu e disse que "iria conversar com elas depois" para decidir o que fazer.

Não há como não relacionar o aviso da missionária com as várias menções ao controle e disciplina postulados por FOUCAULT (1991) e GOFFMAN (2010). Também BECKER (2008), que diz: "Os controles sociais afetam o comportamento individual, em primeiro lugar, pelo uso do poder, e aplicação de sanções. O comportamento valorizado é recompensado, e o comportamento negativamente valorizado é punido (p. 69).

Na aula seguinte, Olívia parecia aborrecida. Perguntei se estava acontecendo alguma coisa, mas respondeu encolhendo os ombros[217]. Foi a última vez que a vi. Na semana posterior perguntei por ela. A informação que recebi das alunas é que ela tinha ido embora porque não se acostumou às regras da casa. Apesar de o desligamento de Olívia ter sido tratado como os outros, não consigo deixar de pensar que as percepções que tive acerca da sexualidade foram preponderantes para ter motivado sua saída do programa.

Judith BUTLER refuta a tese de que biologia é destino e defende que gênero é algo culturalmente construído.

> Além disso, mesmo que os sexos não pareçam problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença de numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual gênero reflete o sexo ou por ele é restrito (2004, p. 24).

No entanto, a binariedade questionada por BUTLER é considerada verdade absoluta pela Cristolândia. Vejamos: Mariana diz que a que a entidade "aceita

[217] Anotações do caderno de campo em 30.05.2019.

homossexuais". Mas ao acrescentar que não serão aceitos "comportamento que ofenda" a visão cristã ou que é pecado "todo desvio comportamental daquilo que Deus criou no início de tudo – homem e mulher", dá pistas para a dificuldade tanto por parte das acolhidas em se sentir incluídas, como por parte das missionárias em promover uma inclusão de fato.

Eis aqui mais uma das muitas críticas do Conselho Federal de Psicologia em relação às comunidades terapêuticas religiosas:

> A Lei nº 10.216/2001 assegura, em seu primeiro artigo, que pessoas com transtornos mentais não devem ser discriminadas quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, entre outros. De acordo com as informações colhidas com usuários, equipes e diretores, em ao menos 14 das 28 instituições visitadas não há respeito à diversidade de orientação sexual e identidade de gênero. Os dados coletados indicam haver desrespeito, mesmo quando, por vezes, as entrevistas com profissionais e responsáveis pelas instituições afirmam o contrário. Nessas, as expectativas, questionamentos e preocupações com a presença de homossexuais foram variadas, conforme os relatos a seguir, que indicam tendência a reprimir a expressão das sexualidades e seu tratamento como problemático. Por vezes, em geral em instituições de orientação religiosa, a identidade sexual foi associada ao "pecado" (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p. 125).

Desistências como a de Olívia são comuns na Cristolândia. No geral, a rotatividade é relativamente grande. Por exemplo, no dia 5 de setembro de 2019, havia nove alunas na casa. No mês seguinte, dia 24 de outubro, havia apenas três. Na última aula de reforço que dei para as acolhidas, em 12 de dezembro, cinco mulheres estavam na casa. As baixas afetam alunas e missionárias.

A primeira desistência que presenciei não foi a de Olívia e deixou as alunas bastante tristes[218]. Depois de três meses no programa, Elisa[219] decidiu "voltar para o marido e o filho" na casa da família em Franco da Rocha. Disse acreditar estar "mais forte". "Tenho onde me apoiar. Deus irá me ajudar". Verônica, uma missionária venezuelana que atuava na Cristolândia na época, estava visivelmente abatida. "Oramos juntas, pedimos, tentamos convencê-la a seguir com a restauração, mas não adiantou. Ela acredita que pode seguir sozinha. Tomou o 'chá de taboa'". Como já mencionado, a gíria é usada se referir às mulheres que acreditam estar "curadas" antes do tempo.

"A gente vem pra cá e fica protegida. É diferente da rua. Aqui a gente não tem contato com bebida, com droga. Então é fácil achar que está forte. Mas eu tenho medo de

[218] Anotações do caderno de campo em 24.01.2019.
[219] Nome fictício.

voltar pra casa, pra rua sozinha", disse Maria[220], uma das alunas. O murmurinho tomou conta do grupo, que criticava a agora ex-companheira por ter tomado o tal "chá de taboa".

A desistência de uma aluna nunca é tratada com empatia. Reproduzo aqui uma conversa que ocorreu no grupo de WhatsApp da Cristolândia Santana após uma acolhida ter se desligado do programa. Nem todas as mulheres que participaram da troca de mensagens são missionárias treinadas para o atendimento, mas sim voluntárias. Os números de telefone foram omitidos e os nomes trocados. A conversa será reproduzida da maneira que foi escrita, mesmo com erros de Português e de digitação.

> [1:59 PM, 01/07/2019]: Visita na Diana triste nos cuidamos outros joga fora oren p um lugar pra ela pede ajuda
> [2:05 PM, 01/07/2019]: Deus tenha misericórdia! 🙇🙏
> [5:01 PM, 01/07/2019]: Que triste!! 😔😔😔😔😔 Chega Jesus, com misericórdia!! 😭
> [5:05 PM, 01/07/2019]: Sandra ta falando da Diana que nós fomos levar a pouco em Itaquacetuba? O que aconteceu mesmo?
> [5:11 PM, 01/07/2019]: Irmã Cláudia é ela mesma, infelizmente ela chegou a ir para a segunda fase e chegando lá teve relacionamento com a outra aluna chamada Camila as duas saíram do projeto. Encontrei a mãe da Camila que me contou que a Camila ainda foi pra lá que estava usando drogas novamente e que estava com a Diana. Chegaram a entrar em contato com irmãs para pedir dinheiro.
> [5:12 PM, 01/07/2019]: Que bom que as irmãs foram lá visitar a Diana apois ela postar que perdeu tudo porque a Camila não firmou o compromisso com a mesma. Isso é muito triste, mais infelizmente pregamos Jesus mais não temos como obriga-las a se decidir por Cristo
> [5:13 PM, 01/07/2019]: Que triste 🤦♀😭💔
> [5:13 PM, 01/07/2019]: Que tristeza minha irmã ! 😢😢😢😢
> [5:15 PM, 01/07/2019]: Verdade. Que o espirito santo de Deus que convence o homem do pecado e da justiça possa tocar o coraçao das duas. 🙏🙏🙏
> [5:20 PM, 01/07/2019]: Minhas queridas irmãs tem assunto que podemos tratar no individual, caso queira esclarecimento do caso de alguma aluna, procurem as gestoras das Unidades. Não precisamos expor a vida das alunas nos grupos. Isso não edifica. Orem para que Deus atue em seus corações para uma transformação e vida.
> [5:21 PM, 01/07/2019]: Eu como coordenadora estou a disposição para qualquer dúvida. Ore por Essas alunas elas precisam muito de cada uma de vocês.
> [5:23 PM, 01/07/2019]: Oremos pra que cada.aluna e aluno consiga entender o plano de Deus wm suas vidas , somente assim serão livres.
> [5:36 PM, 01/07/2019]: BOA Tarde minhas queridas irmãs. O amor deve falar mais alto que nossas próprias atitudes. O nosso perfil devem ser amor ao próximo. Porque Jesus transformam aquele que o aceita de coração
> [5:38 PM, 01/07/2019]: Verdade
> [5:39 PM, 01/07/2019]: Sim vamos continuar orando por ela. 🙏
> [5:39 PM, 01/07/2019]: Por elas e por eles 🙏🙏🙏
> [5:50 PM, 01/07/2019]: Não se preocupe não irmã, eu sei que a senhora não falou comigo viu. Eu respondi a irmã Cláudia porque ela não sabia o que havia

[220] Nome fictício.

> acontecido. Mais como a irmã Amanda bem nos orientou o caso é que expomos falando em grupo. Claro q não foi a intensão então vamos a obedecer né. Conselhos sábios devem ser seguidos. Meninas beijos viu... seguindo com a turma aqui e orando. Amo vcs e o coração voluntário 😘😘😘😘😘😘😘

Os comentários acima reproduzidos, em certa medida, corroboram as preocupações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) quanto à falta de formação profissional adequada das equipes de trabalho das comunidades terapêuticas. "Dado que tratamento para transtornos mentais decorrentes do uso de álcool e outras drogas é um processo de cuidado em saúde, as bases que o regem não devem ser religiosas, mas laicas. Devem nortear a atenção à saúde o conjunto de práticas e de princípios profissionais que orientam o atendimento na área" (COSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p. 79).

No caso ilustrado, as envolvidas demonstraram dificuldade em trabalhar com as acolhidas sem partir para julgamentos quanto à sexualidade e a aceitação de Jesus na vida delas. A ponto de a coordenadora interferir na discussão, chamando a atenção para que as acolhidas não fossem expostas e que o grupo demonstrasse um sentimento "mais cristão". Acabei reencontrando Diana na casa em dezembro de 2019, quando decidiu tentar novamente sua recuperação na Cristolândia[221].

O comportamento das envolvidas na conversa do WhatsApp também confirma o que Howard BECKER (2008) e Erving GOFFMAN (2010) disseram sobre o sentimento de superioridade moral das pessoas que atuam nas instituições totais. Da mesma forma que veem os internos como pessoas fracas que precisam ser tuteladas.

A troca de mensagens também aponta para a contrariedade do grupo em relação ao comportamento das duas ex-acolhidas, uma vez que o ideal de "recato" e "feminilidade" não foi seguido. Como diz GOFFMAN (2004), é a própria instituição que irá "ensinar" o acolhido sobre seu estigma.

> Nos muitos casos em que a estigmatização do indivíduo está associada com sua admissão a uma instituição de custódia, como uma prisão, um sanatório ou um orfanato, a maior parte do que ele aprende sobre o seu estigma ser-lhe-á transmitida durante o prolongado contato íntimo com aqueles que irão transformar-se em seus companheiros de infortúnio (p. 34).

[221] As reincidentes podem retornar ao tratamento depois de seis meses, em média. Segundo Mariana, o prazo é necessário "para que as mulheres que estiveram com ela na casa já estejam na segunda fase e assim evitemos situações de conflito. Mas se ela fez algo muito grave, como uma agressão física, o caso será estudado". Em todos os casos, a retornada terá que passar por todo o processo novamente, iniciar do zero. Segundo informações via WhatsApp em 11.05.2020.

A observação participante que fazia na Cristolândia Santana foi interrompida em dezembro de 2019 por conta do recesso de final de ano. Meu último encontro com as alunas foi no dia 13 de dezembro, por ocasião da confraternização de Natal na casa. Infelizmente, os encontros não puderam ser retomados em 2020. Uma forte chuva no início do ano provocou muitos danos ao telhado da casa, que é bem antiga. As alunas e missionárias foram transferidas para o sítio em Indaiatuba (interior de São Paulo) onde é feita a segunda etapa do tratamento realizado pela Cristolândia.

A previsão era que voltassem para a casa em Santana em fevereiro de 2020. No entanto, isso não foi possível. Como contavam com a ajuda voluntária de membros da igreja para montar um grupo de trabalho o conserto do telhado demorou muito para começar. Estávamos tentando organizar uma ida minha ao sítio para que eu passasse pelo menos dois dias com as alunas. Mas, no meio do caminho, surgiu a pandemia de covid-19, o que impediu qualquer contato presencial da minha parte.

Dessa forma, fui obrigada a direcionar a entrevista apenas para a missionária Mariana, gestora da casa. A nova mudança de rota me deixou insegura quanto à cientificidade do trabalho. Mais uma vez encontrei a resposta em Maria Cecília MINAYO.

> O investigador que trabalha com abordagem qualitativa nunca pode esquecer-se de que não estuda um somatório de depoimentos. Isso significa que a práxis compreensiva pode até utilizar critérios numéricos (número de entrevistas), mas não necessariamente será o definidor de relevâncias, muitas vezes esclarecidas pela fala de apenas um ou de poucos interlocutores. Nesses casos, a unidade de significação não é composta pela soma das respostas de cada indivíduo para formar uma relevância estatística. E, sim, ela se constrói por significados que confirmam uma lógica própria do grupo ou, mesmo, suas múltiplas lógicas.[222] (MINAYO, 2014, p. 192)

Tentamos conversar por chamada de vídeo e depois por áudio. A comunicação ficou bastante difícil: sem telefone fixo e com sinal de internet precário, os contatos se resumiram a poucas trocas de mensagem por WhatsApp. O aplicativo de mensagem foi eleito como a ferramenta de comunicação possível. Combinamos que eu mandaria algumas perguntas por escrito e que os questionamentos futuros seriam respondidos usando a mesma forma de comunicação.

[222] Grifo da autora.

Em algumas ocasiões, Mariana enviou as repostas por áudio gravado, cujo conteúdo foi transcrito por mim. Entre o primeiro questionário enviado e a última troca de mensagens para este fim, foram quase três meses. O trabalho da missionária com as alunas, o acúmulo de funções com a permanência no sítio e o sinal intermitente de internet contribuíram para a demora.

Apesar de ter perdido a oportunidade de contato direto com as alunas e não ter tido a chance de conversar com elas individualmente, como era a ideia inicial, as repostas de Mariana foram bastante ilustrativas em relação ao que pude captar pela observação participante realizada durante as aulas de reforço de Português que dava para as alunas da Cristolândia.

Formada em Letras e Teologia[223], Mariana é solteira e nasceu em Sorocaba. É uma mulher bonita e seus olhos verdes, muito claros, chamam a atenção. Assumiu a gestão da Cristolândia Santana em 9 de março de 2019, com então 35 anos. Sua atuação como missionária em tempo integral começou em janeiro de 2013, na "Plantação da igreja em Ballenita – Equador". No mesmo ano, participou da "abertura de centro de atendimento a pessoas em situação de rua e drogadição em Medellín – Colômbia". Entre 2015 e 2016, integrou a "equipe de evangelismo e trabalho social" e foi "auxiliar de RH no envio e recebimentos de missionários na Suécia"224.

Contou que a motivação para trabalhar com as mulheres atendidas na Cristolândia surgiu quando realizou o trabalho em Medellín. Com isso, pôde "ver que com Deus no comando podíamos ajudar pessoas a saírem da situação deplorável em que se encontravam. Comecei a ver esse público com outros olhos, sem os preconceitos que costumava ter, e senti compaixão por aqueles que queriam mudar e precisavam de uma ajuda[225]". O convite para assumir a gestão da Cristolândia Santana partiu de seus antigos coordenadores de trabalho na Colômbia, que assumiram a gestão Cristolândia São Paulo.

Mariana acredita que o trabalho no centro de acolhimento a dependentes químicos em Medellín e a formação em Teologia a ajudam na coordenação da casa. "Porém, sendo um trabalho missionário, nem sempre podemos contar com as qualificações das pessoas. Contamos mais com a disposição e a necessidade de fazer um trabalho[226]". Essa realidade

[223] Em resposta via Whatsapp em 07.05.2020, Mariana explicou que o curso de Teologia "Foi um curso livre, no modelo de bacharelado. Primeiro ano cursado no Palavra da Vida – Atibaia, e os demais no Seminário Batista Esperança – São Paulo, que encerrou atividades".
[224] Segundo informações passadas via WhatsApp em 30.04.2020.
[225] Segundo informações passadas via WhatsApp em 30.04.2020.
[226] Segundo informações passadas via WhatsApp em 05.05.2020.

não é exclusiva da Cristolândia e se faz presente na maioria das comunidades terapêuticas que atendem dependentes químicos, como foi exposto pelo IPEA. Essa "fragilidade nas equipes de trabalho" é uma das muitas críticas do Conselho Federal de Psicologia ao modelo de atendimento.

> Além da substituição do trabalho formal e remunerado pelo que se denomina "laborterapia", as vistorias mostraram a presença constante de um chamado trabalho "voluntário" que, sem configurar de fato essa modalidade, encobre violações aos direitos trabalhistas. A prática ocorre de duas formas principais: pelo recrutamento de profissionais sem remuneração; e pela permanência de ex-internos, que assumem tarefas como monitores ou obreiros, sem formalização dessas atividades (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p. 16).

O trabalho missionário de Mariana na gestão da casa é remunerado pela Junta de Missões Nacionais[227]. Mas algumas das tarefas são realizadas por voluntárias sem remuneração. Nas unidades masculinas é comum que o atendimento seja feito por ex-usuários que foram declarados recuperados pela passagem nas comunidades terapêuticas da Cristolândia[228]. Nas unidades femininas, o atendimento é feito normalmente por missionárias.

De acordo com Mariana, essa diferença acontece "justamente porque o público feminino que procura internação é menor". Conta que, pessoalmente, só conhece quatro mulheres que passaram pela Cristolândia como acolhidas que trabalham como missionárias. "Penso, também, que as mulheres que se tratam e retomam a consciência de seu papel como mãe voltam para suas famílias"[229].

O "papel" da mulher como mãe é uma constante no vocabulário de todas as missionárias, não apenas Mariana – seja para "alertar" as alunas, seja para com elas mesmas. Gina Valbão Strozzi NICOLAU (2003), que pesquisou o corpo feminino e a religião, fez esta observação ao entrevistar mulheres batistas:

> À mulher foi reservada a função materna, a função de reproduzir, de ter filhos, de povoar a terra. A função de ser mãe, e o "ser mãe", incute em si muitas prerrogativas que não necessariamente se encerram sobre a "beleza e o prazer de ser mãe". A capacidade de uma mulher de ser mãe, não necessariamente, contém a sua sujeição à reprodução (NICOLAU, 2003, p. 160).

[227] O valor da remuneração não foi informado. Sociedade civil de caráter religioso sem fins lucrativos, criada em junho de 1907 e ligada à Convenção Batista Brasileira. É mantida com doações dos fiéis. Informações do site https://missoesnacionais.org.br/quem-somos/

[228] Mais sobre o assunto pode ser visto em TRIGO (2016).

[229] Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020

O controle do corpo está bem presente na Cristolândia. As alunas sempre estão vestidas de maneira modesta e recatada: camiseta e calças compridas – nunca shorts ou bermudas nem blusas decotadas ou de alcinhas. O padrão foi observado nas comunidades terapêuticas pesquisadas pelo IPEA (2017): "É proibido o uso de blusas e vestidos decotados e sem manga, ou saias, vestidos e shorts acima do joelho. Se houver roupas assim, os familiares retornam com elas" (p. 24).

As pesquisadoras Nayara Lemos VILLAR e Maria Paula Gomes dos SANTOS, que participaram da pesquisa do IPEA, escreveram suas impressões em artigo publicado em 2018:

> As especificidades do tratamento para as mulheres também merecem destaque, na medida em que implicam, em primeiro lugar, regras severas acerca do vestuário, destinadas a reiterar os imperativos do pudor e do recato – atributos historicamente impostos aos indivíduos do sexo feminino nas sociedades cristãs (mas não só nelas). Ademais, porque a oferta de atividades terapêuticas específicas para cada sexo faz do próprio tratamento um meio de fixação dos papéis de gênero convencionais (masculino e feminino), compatíveis com relações sociais de gênero estruturadas sob a égide da dominação masculina (VILLAR e SANTOS, 208, p. 117).

A fase em que as alunas passam na Cristolândia Santana é bastante limitada no que se refere às liberdades individuais e a correlação com os trabalhos Erving GOFFMAN (2010) e Michel FOUCAULT (1991) é imediata. Para as possíveis saídas, as alunas usam uma espécie de uniforme, com camiseta identificando que participam de projeto na Cristolândia.

A mesma indumentária é obrigatória para as missionárias, que usam uma camiseta da Junta de Missões Nacionais. Mariana explica o código de vestimenta das alunas: "quanto ao estilo das roupas, queremos incentivá-las a seguir o modelo bíblico, que é de modéstia, glorificando ao Senhor através do seu vestir, e não chamando atenção para o seu corpo. (...) O importante é que elas aprendam que o corpo não é vitrine, mas é o templo do Espírito Santo"[230]. Mais uma vez vemos aqui a relação de poder sobre o corpo da mulher percebida por NICOLAU em sua pesquisa com mulheres batistas.

> Se atentarmos para a problemática do corpo da mulher, e, aqui, especialmente da mulher batista, no que tange a sua sexualidade e religião, deparar-nos-emos com um elemento indissociável do corpo: o controle, o domínio físico e psíquico, a capacidade de fiscalização exercida sobre as atividades pessoais, individuais e coletivas (NICOLAU, 2003, p. 150, 151).

[230] Segundo informações passadas via WhatsApp em 07.05.2020.

O controle do corpo da mulher é uma necessidade porque "comporta as necessidades e as satisfações humanas". A ideia de que o corpo da mulher precisa ser contido, domesticado é uma constante na pesquisa de NICOLAU. "O direito sobre seu próprio corpo, muitas vezes, não foi reservado à mulher" (2003, p. 151). E esse mesmo conceito reverbera entre as missionárias que trabalham com as alunas na Cristolândia.

> Assim, sabemos que durante séculos o corpo feminino foi utilizado em função do outro. (...) O corpo feminino é visto a partir da ótica cristã e batista, especificamente, como o elemento responsável por ter transportado a mulher muitas vezes para um espaço de reclusão doméstica, impondo sobre ela a instrumentalização do seu corpo a outrem. A ordem familiar e o bom relacionamento conjugal dependiam do "bem portar" do seu corpo (NICOLAU, 2003, p. 151).

O código de vestimenta das instituições totais foi avaliado por GOFFMAN (2010) como um item adicional de controle. Na Cristolândia Santana, as alunas usam itens doados. Por também levarem uma vida igualmente modesta, é comum as missionárias também vestirem roupas que foram doadas. As peças passam por uma vistoria e itens que fujam ao modelo de recato pré-definido não são aceitos.

Então o que está em julgamento não é a qualidade da peça usada, mas sim o modo que cada roupa é usada, algo que é constantemente julgado, assim como as maneiras e o comportamento. "O internado não pode fugir facilmente da pressão de julgamentos oficiais e da rede que envolve a coerção. Uma instituição total assemelha-se a uma escola de boas maneiras, mas pouco refinada" (GOFFMAN, 2010, p. 44).

Como missionária efetiva, Mariana é responsável pela gestão da Cristolândia Santana e supervisiona a evolução das alunas e o trabalho das outras missionárias, divididas em duas categorias: missionárias em formação – "alguém que está cursando nível superior enquanto serve na Cristolândia por tempo indeterminado e pode exercer atividades comuns ou ser gestora" – e missionária Radical – "alguém que dedica um ano da sua vida para servir na Cristolândia e tem responsabilidades um pouco menores. Geralmente são responsáveis por estudos bíblicos, supervisão de atividades das alunas, auxiliam nas funções administrativas etc."[231].

Com a mudança das alunas da Cristolândia Santana (fase 1) para Indaiatuba (fase 2), algumas adaptações foram necessárias. Em uma situação considerada normal, as alunas da fase 1 não convivem diariamente com as da fase 2. Com os problemas

[231] Segundo informações passadas via WhatsApp em 10.06.2020.

estruturais da casa onde estavam acolhidas e a posterior quarentena imposta pela pandemia do coronavírus, o trabalho das missionárias também precisou passar por mudanças, com algumas Radicais, acumulando funções que seriam da alçada das missionárias em formação a fim de evitar conflitos entre as acolhidas.

A vida das alunas da fase 1 é mais regrada e disciplinada pela equipe dirigente: não podem sair desacompanhadas. Não existe a possibilidade de um passeio solitário pelo bairro, por exemplo. As tentações da rua são sempre apresentadas de forma um tanto quanto ameaçadora na destruição do projeto pessoal de cada uma delas, criando uma tensão entre o mundo de dentro e de fora da casa como forma de controle (GOFFMAN, 2010, p.24). Já as alunas da fase 2 desfrutam de certas liberdades, ainda que sempre vigiadas: elas podem retomar os estudos, por exemplo. Mesmo assim, os casos são analisados individualmente

Uma mudança como essa também exige da equipe dirigente mais comprometimento, disciplina e capacidade de lidar com situações que não estavam previstas nos manuais, conforme relato de Mariana[232]. Como GOFFMAN (2010) apontou, a responsabilidade da equipe dirigente das instituições totais é bem diferente de um cargo corporativo, por trabalharem diretamente com pessoas e não com produtos (p. 70). A aproximação entre equipe dirigente e alunas deve acontecer para "ter uma imagem um pouco mais favorável do outro, e a identificar-se com a situação do outro" (p. 85), mas sempre levando em conta as regras da instituição.

> As exigências especiais do trabalho com pessoas estabelecem a rotina diária para a equipe dirigente; o trabalho é realizado num clima moral específico. O pessoal da equipe dirigente precisa enfrentar a hostilidade e as exigências dos internados, e geralmente precisa apresentar aos internados a perspectiva racional defendida pela instituição (GOFFMAN, 2010, p. 77).

No caso da Cristolândia Santana essa "aproximação" era mais perceptível porque missionárias e alunas viviam na mesma casa. Já em Indaiatuba, moram todas no mesmo sítio, porém em casas separadas. As refeições são sempre feitas em conjunto com as alunas, mas os espaços são sempre bem delimitados[233]. Mesmo em Santana, vivendo debaixo do mesmo teto, as alunas não tinham trânsito livre por todos os espaços.

A divisão espacial na Cristolândia é derivada do disciplinamento imposto às alunas: há locais em que elas podem entrar desde que sejam convocadas, como no

[232] Segundo informações passadas via WhatsApp em 10.06.2020.
[233] Segundo informações passadas via WhatsApp em 30.05.2020.

escritório, e locais em que elas não podem entrar, a não ser em casos excepcionais, como nos quartos e banheiro das missionárias. FOUCAULT comenta que essa disciplina imposta também aos recintos, cria espaços físicos hierárquicos, marcam lugares e indicam valores, garantindo a obediência dos indivíduos (1991, p. 135). Essas regras não se aplicavam a mim: eu podia entrar no escritório para pegar material para as aulas e usar o banheiro das missionárias.

O controle de espaços e condutas são premissas da disciplina abordadas por GOFFMAN (2010) e FOUCAULT (1991). Manter regras claras de proibições e uma rotina diária austera fazem parte das exigências quanto à conduta do internado (GOFFMAN, 2010, p. 50). Já a delimitação do território, em que cada uma tenha livre trânsito, tem funções hierárquicas, como pontuou FOUCAULT. Segundo ele, um dos objetivos iniciais da disciplina é transformar as "multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas".

> As disciplinas, organizando as "celas", os "lugares" e as "fileiras" criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias. (...) Tratar de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma "ordem" (FOUCAULT, 1991, p. 135).

A disciplina é defendida por Mariana. "Procuramos criar uma rotina, porque para quem vem da rua, o simples fato de preparar uma refeição pode ser bem complexo"[234]. A rotina das alunas da fase 1 inclui acordar às 7h, tomar banho e café da manhã. Mariana explicou que durante a quarentena, por não terem a presença de voluntárias externas, foi permitido que as alunas acordassem às 8h. No meio da manhã participam de uma atividade chamada de Momento com Deus, quando estudam trechos da Bíblia e compartilham o que aprenderam. As tarefas de limpeza, organização da casa e das refeições são divididas entre as alunas.

À tarde, depois do almoço, o período é destinado para atividades que podem ser aulas de artesanato, ginástica ou mesmo um filme, sempre seguidos de um lanche e banho. Depois do jantar, as alunas participam de um culto. Às 22h, todas devem estar na cama e com as luzes apagadas. Cumprir os horários e participar das atividades não é opcional.

[234] Segundo informações passadas via WhatsApp em 06.05.2020.

Ao entrar na Cristolândia, as alunas assinam um termo de compromisso "dizendo que devem participar de todas as atividades, mostrar respeito etc. Estão cientes que há consequências se descumprirem o termo"[235].

A rotina das alunas da fase 2 pode ser um pouco diferente porque recebem permissão para estudar e trabalhar, sempre apresentando relatórios diários para as missionárias. "Enquanto moram aqui e trabalham, elas precisam prestar contas dos seus gastos, apresentando os cupons fiscais para que sejam instruídas e aconselhadas. Obviamente não podem fumar nem consumir bebidas alcoólicas em suas saídas, nem sair para algum lugar sem nos comunicar"[236]. A liberdade termina por aí: as alunas não podem frequentar a casa de amigos e recebem visitas apenas de familiares. "Não recebemos pessoas que não sejam familiares durante as visitas", diz Mariana. As voluntárias são as únicas pessoas que recebem permissão para entrar na casa além das missionárias ou familiares. Algumas exceções eram abertas para visitas de pastores para orações e exortações.

Na fase 1 as alunas podem participar de cursos externos, desde que em grupo e acompanhadas das missionárias[237]. Espera-se que a disciplina resulte em mudanças do comportamento adquirido nas ruas. O aprendizado deverá induzir a novos "modos de comportamento e a aquisição de aptidões", "fabricando "indivíduos submissos". "Duplo efeito dessa técnica disciplinar que é exercida sobre os corpos: uma 'alma' a conhecer e uma sujeição a manter" (FOUCAULT, 1991, p. 258).

A supervisão constante das alunas, independente da fase em que se encontram, não é apenas subjetiva. Na casa em Santana havia câmeras instaladas em pontos estratégicos do imóvel para controlar, a partir do escritório das missionárias, o que se passava nos espaços de uso das alunas[238]. É clara a referência ao panóptico de FOUCALT (1991), que definiu o mecanismo de observação como um "laboratório de poder". De acordo com FOUCAULT, o panóptico

> deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens. (...) É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas

[235] Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020.
[236] Segundo informações passadas via WhatsApp em 26.05.2020.
[237] Em maio de 2019, as alunas da fase 1 participaram de um curso de empreendedorismo oferecido pelo Sebrae.
[238] Controle semelhante acontece também em Indaiatuba, mas como não visitei o espaço não tenho elementos para apresentar uma descrição.

> também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição de centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa de comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado (FOUCAULT, 1991, p. 181).

A justificativa para tanto controle sobre as alunas é clara: o trabalho deve seguir códigos específicos de conduta moral e religiosa. Apesar disso, Mariana defende que tanto ela quanto as outras missionárias estão sempre próximas das alunas e dispostas mais a ajudá-las do que discipliná-las. Essa "proximidade" entre missionárias e alunas é classificada por GOFFMAN como "maneiras incidentais de cruzar a fronteira". Ou seja, "internados e a equipe dirigente chegam a ficar suficientemente perto para ter uma imagem um pouco mais favorável do outro, e a identificar-se com a situação do outro" (2010, p. 85).

A disciplina na Cristolândia não é prerrogativa apenas das alunas: também é estendida para as missionárias que cumprem uma jornada de oito horas diárias de trabalho. As equipes se dividem em dois turnos: das 7h às 15h e das 14h às 22h. Em caso de problemas, conflitos ou emergências, "a missionária mais descansada resolverá a situação". As folgas podem ser semanais ou de dois dias quinzenalmente, dependendo do acordo que fizerem entre si, assim como as férias de 30 dias. As missionárias também podem estudar "dentro da possibilidade de horários"[239].

Como ilustrado por FOUCAULT, aqui vemos como a disciplina é usada não apenas para vigiar, mas também para definir o papel que cada uma – seja aluna ou missionária – ocupa na casa, criando, dessa forma, um "espaço útil de trabalho".

> Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é portanto nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na *fila*: o lugar que alguém ocupa na classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações (FOUCAULT, 1991, p. 133).

[239] Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020.

Mariana acrescenta que as missionárias procuram oferecer atividades recreativas "como gincanas, fogueiras com alguma comida diferente e músicas". Há um parque relativamente próximo da casa onde estão em Indaiatuba em que as alunas podem visitar sob supervisão, em horários pré-determinados, e nos períodos em que não há restrição de uso por conta das restrições de circulação impostas pela pandemia. A atividade fixa nos finais de semana é frequentar os cultos da igreja mais próxima[240].

Percebe-se aqui o que FOUCAULT (1991) quis demonstrar quando afirmou que a disciplina funciona sobre o corpo, constituindo-o como uma "peça de uma máquina multissegmentar". "O tempo de uns deve-se ajustar ao tempo de outros de maneira que se possa extrair a máxima quantidade de forças de cada um e combiná-la num resultado ótimo" (p. 148). Tal ajuste depende de uma combinação cuidadosa entre as atividades disciplinares, repartidas por todos os indivíduos envolvidos. Mas o sucesso vai depender sempre do "olhar hierárquico".

> O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e retirar, tem como função maior "adestrar"; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; ele procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. "Adestra" as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina "fabrica" indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 1991, p. 153).

A disciplina na Cristolândia extrapola, no entanto, a rotina de horários e atividades. Invade e controla a vida privada das alunas, limitando o contato com o mundo externo de maneira quase que absoluta. Conforme observado por Taniele RUI (2014, p. 97) e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em outras comunidades terapêuticas, as alunas são proibidas de usarem internet ou celular. O contato com o público externo acontece mais frequentemente com as professoras voluntárias e com visitas de pastores pertencentes majoritariamente à igreja batista. Não é permitido o uso de celulares pelas alunas.

Mesmo a comunicação com familiares é restrita. As alunas podem conversar com a família por telefone somente aos sábados. Visitas presenciais acontecem no segundo sábado de cada mês, com duração máxima de cinco horas. O contato – presencial ou por

[240]Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020.

telefone – é sempre acompanhado de alguma missionária. As missionárias incentivam as alunas a escreverem cartas para a família. Mas a privacidade não existe: as cartas enviadas e recebidas são lidas pelas missionárias, explica Mariana[241].

A missionária argumenta que contato com outras pessoas além dos familiares "não contribui em nada para o tratamento" por conta do "tipo de amigas que tinham" antes de entrar na Cristolândia. E o controle do que é escrito é necessário para evitar que elas peçam dinheiro e até drogas para a família. "Também porque não queremos que elas cobrem a família de alguma coisa, porque queremos ensiná-las a ter equilíbrio em sua comunicação".

Para o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a explicação não se justifica e trata-se, simplesmente, de violação de correspondência, ferindo direitos que são constitucionais

> Outro aspecto das restrições ao contato com o mundo exterior passa pela violação de correspondências, pelo controle de contatos telefônicos e pela restrição de acesso aos meios de comunicação. (...) Os mais básicos preceitos constitucionais sobre direitos e deveres individuais e coletivos definem como inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações, bem como a intimidade e a vida privada (Constituição Federal de 1988, artigo 5º, incisos X e XII). Contrariando tais preceitos, na maior parte das comunidades terapêuticas vistoriadas foram encontrados relatos de abertura de correspondência, acompanhamento (e intervenção) em ligações telefônicas e restrições no contato com pessoas de fora do ambiente de internação (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p.63).

O CFP também questiona o "cerceamento do direito das pessoas internadas a ter livre acesso aos meios de comunicação". As inspeções realizadas pela entidade demonstraram que é prática comum restringir e selecionar o que é assistido pelas pessoas que estão acolhidas em comunidades terapêuticas, permitindo apenas uma programação atrelada "apenas a conteúdo religioso" (2018, p. 65). Na Cristolândia, as alunas podem ver filmes tipo "Sessão da Tarde" na TV, mas a programação é previamente aprovada e sempre supervisionada por uma missionária.

Outra crítica bastante presente nos questionamentos do CFP é o "tratamento religioso" como terapêutica para pessoas acolhidas nas comunidades terapêuticas. Taniele RUI presenciou o mesmo eu sua pesquisa.

> Formalmente, a metodologia de tratamento ignora as diferenças materiais e simbólicas entre as substâncias em favor da ideia de perda de controle. Ou seja, mais que o uso de uma ou outra substância, o que parece estar em questão é o fato de que uma vez *adicta*, a pessoa que entra em contato com qualquer droga

[241] Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020.

> desenvolve uma compulsão que a leva inexoravelmente ao vício (RUI, 2014, p. 97).

A autora verificou ainda que ainda que uma comunidade terapêutica (CT) seja uma instituição para tratamento da dependência química, "a temática das drogas em si é muito pouco trabalhada e raramente se fala dos efeitos fisiológicos delas sobre o corpo dos indivíduos", especialmente as ligadas a grupos religiosos.

> O que parece nortear tal fato é uma visão da instituição sobre as trajetórias com drogas que se daria a partir de uma escalada que envolve invariavelmente, ao iniciar o uso de uma substância, partir para a experimentação de outras e, logo, chegar ao "vício". Em suma, no interior da CT, droga é concebida mais como um problema da "mente" do que do "corpo". Por isso, recorrem, sobretudo, às mudanças nos comportamentos e nas atitudes como terapêuticas mais eficazes para abstinência das substâncias (RUI, 2014, p. 97).

A relação entre a religião, o tratamento e a consequente "cura", é bem explícita na Cristolândia. "Nosso diferencial é que elas [as alunas] chegam sabendo que somos um centro de formação cristã, e que só devem permanecer se estiverem dispostas a serem trabalhadas por Jesus. Nossa abordagem é feita com base na graça de Deus", diz Mariana[242].

Esse modelo de atendimento está bem estabelecido entre as CTs, como presenciou Taniele RUI. Segundo ela, as entidades atuam "focando nos aspectos dolorosos das experiências e em fazer o usuário reconhecer a perda de controle do uso, o tratamento está baseado na palavra de incentivo e auxílio, bem como no consolo espiritual em um *poder superior"* (2014, p. 119, grifo da autora).

Na Cristolândia, até a solução de conflitos é feita com a intercessão divina. Mariana conta que conversam com as alunas, mas a oração é a ferramenta mais usada. "Em tudo procuramos ver que Deus tem misericórdia de nós e por isso precisamos ter misericórdia delas. Deus nos dá estratégias"[243]. A missionária acrescenta, no entanto, que podem ser aplicadas disciplinas, como "privação de ligação, filmes, saídas", dependendo da situação. Casos extremos, como agressões físicas provocam o desligamento. "Quando a pessoa não está disposta a ajudar, não há razão para ela continuar no projeto".

O CFP questiona a funcionalidade da aplicação de "castigos religiosos" em casos de indisciplina. Cita, como exemplo, a prática de cópias de trechos bíblicos aplicada em uma CT localizada em Minas Gerais. "Internas relataram que entre que entre as sanções

[242] Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020.
[243] Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020.

recebidas em casos de ‘mau comportamento’ estava a de copiar, por inúmeras vezes, do Salmo 119 da Bíblia” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p. 14).

Contudo, a crítica mais contundente do CFP é em relação ao que a entidade compreende como encarceramento. O Conselho defende que

> “somente o profissional de medicina, inscrito no Conselho Regional da categoria, pode determinar a internação de uma pessoa, seja voluntária ou involuntária. Nesse sentido, é importante estar atento ao fato de que a prática de resgate ou remoção de pacientes sem a presença de um profissional médico no momento da ação não deve ser considerada internação. Tal ocorrência pode caracterizar ilegalidade e até mesmo prática de sequestro (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p. 27).

O encarceramento é rechaçado pela direção da Cristolândia. Somente são aceitos internas e internos que afirmem estar entrando no programa por vontade própria. Quando a aluna desiste de continuar no programa, Mariana diz: “sempre tentamos mostrar que aceitar a transformação que Jesus quer operar nelas é o melhor caminho, embora seja difícil. Conversamos, oramos, deixamos que falem com as famílias, mas há ocasiões que a abstinência ou a resistência contra as regras predomina e elas querem sair, elas não estão presas”[244]. Mas, uma vez que seja desejo da aluna, a família é contatada para buscar a acolhida. Quando isso não acontece, após assinar o termo de desligamento, uma missionária a acompanha até o transporte público. Não é fornecido dinheiro para a ex-acolhida pegar o transporte por conta própria.

Mariana aproveita para reforçar a tese de que quase nunca a sensação de segurança que as alunas sentem enquanto estão acolhidas é garantia de sucesso, a não ser que seja trabalhada a longo prazo. “Depois de perceberem que conseguem ficar sóbrias por algumas semanas, elas realmente acham que estão fortes o suficiente. Geralmente são essas que passam por inúmeras internações. Desde o início dizemos que a melhora física não indica que estão prontas para sair”[245].

O comentário da missionária é um exemplo do que GOFFMAN (2010) apontou como o trabalho das instituições totais na manipulação dos medos e inseguranças dos internados. Segundo ele, os dirigentes “criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle dos homens” (p. 24).

[244] Segundo informações passadas via WhatsApp em 07.05.2020.
[245] Segundo informações passadas via WhatsApp em 30.04.2020.

Os casos de desistência abalam o humor das missionárias. Não é raro que elas se culpem ou se questionem se fizeram tudo o que era necessário pela aluna. Mariana conta que no início da gestão na Cristolândia ficava muito abatida com a desistência de uma aluna. Hoje diz entender que é uma opção pessoal e que as acolhidas "são livres para irem por onde quiserem"[246]. "Nosso papel é mostrar o caminho certo, que é Jesus, e quem convence é o Espírito Santo. Obviamente nos entristecemos porque sabemos que ela irá se perder e ir ainda mais fundo em sua autodestruição. São vidas que se perdem, e isso nos abala, mas não a ponto de impedir que continuemos trabalhando".

O sofrimento de quem atende também foi percebido por outras pesquisadoras, como no caso do trabalho **Primeira Infância e Maternidade nas Ruas de São Paulo** (GOMES, *coord.*, 2017). Veja trecho relatando o humor de médicas e assistentes sociais que se veem na difícil posição de ter que encaminhar os recém-nascidos de mães de dependentes químicas para o acolhimento institucional. "O sofrimento, para as profissionais que atuam diretamente nestes casos, é manifesto. Angústia e tristeza diante das separações são algumas das emoções expressas ao narrar casos tão complexos" (p. 92).

O comportamento considerado "ideal" de recato e docilidade na mulher está sempre presente na fala de Mariana como forma de alcançar o objetivo de se livrar dos vícios. Fica claro o que Gina NICOLAU (2003) quer dizer quando afirma que, para as mulheres batistas, o corpo é um instrumento que invade a subjetividade de sexualidade.

> Assim, o corpo feminino é conceituado a partir dos valores, ideais e normas instituídos para ele. O corpo concebe e reproduz uma linguagem já antes projetada para ele. O corpo concebe e reproduz uma imagem já antes projetada para ele. O corpo comporta preceitos já estabelecidos pela cultura, pela religião e pela sociedade (p. 153).

Os "valores, ideais e normas" esperados do corpo feminino chamou a atenção das pesquisadoras Nayara Lemos VILLAR e Maria Paula Gomes dos SANTOS:

> não foi incomum ouvir de dirigentes de CTs que unidades femininas "são muito difíceis de se comandar", pois mulheres seriam mais propensas ao descontrole emocional, mais sujeitas a desequilíbrios hormonais e necessitariam de cuidados complexos, dada a especificidade de seus corpos. Algumas CTs, inclusive, já teriam trabalhado com o público feminino, mas desistiram de fazê-lo em virtude das (grandes) dificuldades encontradas (VILLAR e SANTOS, 2018, p. 105).

[246] Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020.

Comentários semelhantes ouvi durante toda a minha pesquisa: as mulheres são mais "difíceis, ariscas". A situação se repete no relato de VILLAR e SANTOS:

> Uma alegação que chamou a atenção durante a pesquisa de campo em uma CT foi a de que "mulheres aderem pouco aos tratamentos" porque "têm facilidade de se prostituir para financiar seu consumo de drogas". De acordo com o relatório etnográfico, "a unidade feminina [da CT] foi fechada devido à dificuldade em atuar com as mulheres – já que estas têm facilidade de sobreviver na ativa, porque podem vender o corpo" (2018, p. 105).

A expectativa de docilidade de mulheres em situação de rua e dependentes químicas chega a ser intrigante, mesmo para os diversos grupos religiosos que atuam na cracolândia. É fato que são esses grupos que conseguem entrar nas entranhas daquele espaço caótico, sabem os nomes dos dependentes químicos e conhecem suas histórias. Mas como bem pontuou RUI: "sendo um espaço majoritariamente masculino, as mulheres se destacam pela agressividade" (2014, p. 72).

Essa agressividade, resultado da dureza da situação e do espaço, das violências sofridas, não é compreendida pelos grupos que ali atuam. Nem pelas comunidades terapêuticas que as recebem. O ideal de doçura e recato femininos projetados nas mulheres dependentes químicas é basicamente impossível de ser alcançado. Judith BUTLER considera "nostálgico" esse ideal:

> Esse recurso a uma feminidade original ou genuína é um ideal nostálgico e provinciano que rejeita a demanda contemporânea de formular uma abordagem do gênero como uma construção cultural complexa. Esse ideal tende não só a servir a objetivos culturalmente conservadores, mas a construir uma prática excludente no seio do feminismo, precipitando precisamente o tipo de fragmentação que o ideal precisa superar (BUTLER, 2003, p. 65).

Nostálgico ou não, todo o comportamento contrário a esse "ideal feminino" é usado como justificativa para classificar as mulheres que são dependentes químicas. Ao questionar a missionária Mariana se trocava impressões com os gestores das unidades masculinas da Cristolândia sobre as possíveis diferenças em lidar com o público masculino e feminino, ela esclareceu que o manual de trabalho é idêntico para todas as unidades: "o discipulado que usamos é o mesmo em todas as unidades e a prioridade que se dá à Palavra de Deus é a mesma. A rotina e a abordagem são praticamente as mesmas"[247].

Mariana acrescentou que nas reuniões mensais entre todos os gestores percebe "que o trabalho com homens é mais fácil em relação a conflitos interpessoais". Segundo

[247] Segundo informações passadas via WhatsApp em 06.05.2020.

ela, na maior parte das vezes, os conflitos nas unidades masculinas acontecem por conta do estresse por conta da dificuldade da recolocação no mercado de trabalho. "O que muda é que a essência da mulher é diferente da do homem, por isso lidamos com situações diferentes", afirma.

Por "essência", Mariana explicou sua visão:

> Homens não tem TPM por exemplo. Mulheres são mais sensíveis, guardam mais rancor, amargura, geralmente tem mais vaidades. Mulheres brigam por roupa, por maquiagem, por absorvente sujo no banheiro, por cabelo no ralo, porque fulana olhou torto, ou às vezes porque respirou alto demais do seu lado. Essas coisinhas que têm menos importância para os homens no geral. No ambiente de trabalho é assim, mulheres discutem porque a fulana ficou tempo demais no banheiro, porque apresentou a ideia como se fosse sua, porque não falou bom dia, enfim. Se doem por tudo. No geral, mulheres se guiam pela emoção, e homens pela razão. Não é regra, mas é o que mais podemos observar [248].

Max WEBER (2009) define o pecado como "o rompimento da fidelidade ao deus, uma renúncia apóstata das promessas divinas" (p. 352). Para a Cristolândia, a dependência química é decorrente de um comportamento ligado ao pecado. Gina NICOLAU observa que "o corpo remete à mulher batista à realidade da perdição da alma, da danação eterna" (2003, p. 156). Se a expectativa de santidade passa pelo corpo, manter-se longe do pecado é uma missão hercúlea, principalmente porque a Cristolândia não enxerga as acolhidas como doentes. Mariana explica:

> Enxergamos como pecadoras que precisam de Jesus, assim como qualquer pessoa. Uma pessoa boa se não receber Jesus em sua vida, irá para o inferno, dentro de nossa visão. Assim como um dependente químico sem Jesus. O que queremos é trazer libertação. Nosso versículo tema é "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará" João 8.32. A verdade é Jesus, e só Nele há liberdade. Se a pessoa enxerga Jesus, sua vida começará a ser transformada. Ela pode tropeçar, mas se tiver Jesus como alvo, irá se reerguer. Se o pecado é a doença, a cura só vem por meio de Jesus, o médico dos médicos. Então, em resumo, creio que o sucesso do nosso tratamento é baseado na aceitação de Jesus, senão seríamos somente mais uma clínica de recuperação. Nossa fé nos move[249].

Sempre relacionando vício a pecado, a missionária acrescenta: "Pelo que percebemos, além do vício da droga, muitas tem o vício da prostituição. A parte sexual é algo que grita dentro delas também. Então várias tem a 'facilidade' de manter seu vício lá fora através do dinheiro ganho com isso"[250].

> Os pecados contra o corpo, os pecados da carne ou os pecados morais, como a fornicação, o adultério, a homossexualidade, o abrasamento e a prostituição sempre imperaram na doutrina cristã como os grandes vilões contra a boa

[248] Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020.
[249] Segundo informações passadas via WhatsApp em 26.05.2020.
[250] Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020.

> moral e a santidade, pois eram contra a decência e afastavam o crente das virtudes de um verdadeiro adorador de Deus, o corpo remetia ao pecado e à perdição (NICOLAU, 2003, p. 156).

A relação direta do papel de mãe destinado às mulheres está sempre presente no falar religioso e quase sempre carregado de um estigma: "Das que chegam a internar-se, um dos motivos bastante citados é a questão dos filhos. Enquanto estão na rua não se importam, mas de repente lembram que são mães e querem voltar para seus filhos", critica Mariana[251].

NICOLAU pesquisou artigos publicados na década de 1960 de O Jornal Batista. O periódico, fundado em 1909, era o meio de disseminar as informações sobre a doutrina e o pensamento batista para os fiéis no Brasil. Hoje a publicação não existe mais e a igreja conta com outras ferramentas de comunicação. No entanto, na época pesquisada, o Jornal Batista regrava o comportamento feminino. Alguns de seus ecos podem ser ouvidos ainda hoje no que Mariana defende:

> (...) ser mulher e ser feliz é fácil (...) é bom repetir que a mulher cristã precisa cuidar da sua aparência (...) não deve deixar que isso esteja acima da sua convicção religiosa (...) a verdadeira mulher cristã tem que cuidar dos filhos (...) combater a imoralidade (...) ser cooperadora do marido (...) ela foi dada ao homem para animá-lo mas pra isso ela tem que estar sempre feliz (...). (O Jornal Batista, 30/06/1968). (NICOLAU, 2003, p. 153)

Retomar à sua "função materna" é um dos objetivos do tratamento aplicado a Cristolândia. "Penso, também, que as mulheres que se tratam e retomam a consciência de seu papel como mãe voltam para suas famílias", diz Mariana. De acordo com NICOLAU, "a função de ser mãe, e o "ser mãe", incute em si muitas prerrogativas que não necessariamente se encerram sobre a "beleza e o prazer de ser mãe" (2003, p. 160). De alguma maneira, Mariana reconhece o fardo que é imposto às mulheres. Mas o objetivo final é sempre o mesmo.

> Muitas vezes são só elas, o pai não está presente ou nem é conhecido. Então quando elas estão sãs, e lembram de como seus filhos precisam delas, elas acabam retornando para suas famílias e assumindo o papel que lhes corresponde. O resultado que esperamos é que entendam suas responsabilidades, seja como mãe, filha, irmã ou simplesmente cidadã, e ajam de acordo[252].

[251] Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020.
[252] Segundo informações passadas via WhatsApp em 26.05.2020.

A cura passa obrigatoriamente por uma "transformação" operada por Jesus e é muito comemorada pelas missionárias. "Muita satisfação, muita alegria em ver que vale a pena todo nosso 'suor', que uma família será reconstruída". Mariana garante que as acolhidas na Cristolândia não são obrigadas "aceitar nossa fé". "No entanto, se a pessoa não está de acordo, ela nem consegue ficar muito tempo, porque o que mais fazemos aqui é falar de Jesus!"[253].

Na visão da missionária, essa transformação permitirá que as mulheres consigam um trabalho, conquistem a independência para voltar para a família ou morar sozinhas, libertando-as definitivamente das drogas. Mariana reconhece que as garantias são subjetivas. "Não temos como garantir que a pessoa realmente recebeu Jesus em sua vida, então, para nós, recuperada é aquela pessoa que dá algumas evidências de mudança de caráter e sai com o objetivo de seguir sua vida de maneira honesta e limpa"[254].

Para isso, o controle e a disciplina impostas dentro da Cristolândia precisam ser repetidas na volta para o mundo exterior.

> Nós cremos que só Jesus pode realmente transformar uma pessoa. Acreditamos que uma pessoa pode se livrar de um vício, mas seu caráter só será de fato transformado se ela conhecer a Jesus e andar de acordo com o que a Bíblia nos ensina. Essa é a nossa visão. Sei que há muitas pessoas de boa conduta que não exercem nenhum tipo de fé, mas nós cremos na eternidade da alma, e que para que a pessoa possa ter a vida eterna com Deus, ela precisa de Jesus. É essa certeza que dá paz para a pessoa viver nesse mundo tão turbulento sem se desesperar[255].

Está na disciplina do corpo o sucesso ou não na trajetória pós-tratamento. "Agora, nessa nova concepção, para muito além das questões estéticas e performáticas, o corpo se torna vital para a salvação, no sentido de que "cuidar" do corpo contra doenças, contra o mal, é ter um corpo saudável para então ter uma alma sã e salva" (NICOLAU, 2003, P. 156).

A imposição do medo sobre o corpo feminino a fim de reprimir ações ilícitas futuras – um "vislumbre à possibilidade de morte e impossibilidade da salvação da alma" – é, de acordo com NICOLAU, a garantia de vida eterna na ótica batista e pode ser relacionada também com a perspectiva da manutenção da cura conquistada na passagem pela Cristolândia.

[253] Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020.
[254] Segundo informações passadas via WhatsApp em 11.05.2020.
[255] Segundo informações passadas via WhatsApp em 26.05.2020.

> A concepção de corpo e o uso do corpo feminino por parte das mulheres batistas refletem as evidências de conflitos e ambiguidades, como também adequações e remodelagens de comportamento (...). Essa tensão aponta para a busca de uma aproximação entre as esferas do real cotidiano e o ideal de mulher batista que foi imposto pela igreja (NICOLAU, 2003, p. 155,166.)

Dessa forma, é por meio da disciplina que se terá o que FOUCAULT classificou como "corpos submissos e exercitados, corpos dóceis", sendo compreendidos como sinônimo de curados.

> Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma "anatomia política", que é também igualmente uma "mecânica de poder", está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (1991, p. 127).

5 – Considerações finais

A dependência química, a miséria, a violência e a exclusão são substantivos femininos. Ao longo desta pesquisa pude notar que o estigma também é. Olhando este trabalho em retrospectiva, é possível concluir que o cenário de desamparo na cracolândia de São Paulo, faz com que as mulheres dependentes químicas se sintam incapazes ou constrangidas de buscar ajuda. Os capítulos apresentados aqui dão uma visão, que longe de ser ampla o suficiente, podem ajudar a compreender o drama de quem vive a dependência do crack e como a situação pode ser ainda pior para as mulheres.

No capítulo 1, vimos a cracolândia como um território de disputas políticas e midiáticas. Muitas foram e são as propostas para "acabar com a cracolândia", mas pouca efetividade se viu até o momento. O poder público e políticos em ascensão fazem da região um palco para todo o tipo de violência física e institucional, que pouco atingem aqueles que estão ligados diretamente ao crime, mas que penalizam barbaramente voluntários e dependentes químicos. Violência essa que deixa a situação das mulheres mais difícil e por que não dizer mais degradante.

No capítulo 2, foi mostrado como a religião pode ser usada para interesses diversos. E na ausência de políticas públicas efetivas para populações vulneráveis é ela quem ocupa os espaços de atenção e acolhimento. E será a religião, mais explicitamente o Cristianismo, quem irá definir os modelos de atendimento não apenas de dependentes químicos, mas também outros serviços públicos como saúde e assistência social.

O capítulo 3 apresenta os muitos estigmas marcam a vida das mulheres dependentes químicas da cracolândia. O sexismo marca a vida dessas mulheres e a exclusão. Até mesmo nas poucas pesquisas quantitativas realizadas, contribuem para a invisilibização, e a subnotificação corrobora o número menor de vagas de atendimento. Elas só passam a ser notadas quando ficam grávidas ou quando são presas, sempre julgadas pelo comportamento e nunca tratadas como pessoas que precisam de atenção e cuidados especiais para lutar contra a dependência química e quebrar o ciclo de violência. Nem mesmo a imprensa, que poderia ser um espaço de discussão moderada sobre o problema, resiste a usar imagens e falas estigmatizantes para se referir a essas mulheres.

No capítulo 4, os dados colhidos durante a pesquisa de campo e bibliográfica e a metodologia qualitativa dão base à interpretação etnográfica de todos os elementos apresentados. O que se vê é que, a despeito do interesse genuíno de ajuda às mulheres por parte da instituição pesquisada, as noções evangélicas de família e comportamento

feminino adequado, de disciplina e controle dos corpos, acabam por enfatizar os estigmas sofridos pelas mulheres dependentes químicas. E com a dependência química sendo tratada como um pecado, as mulheres serão sempre julgadas por não se pautarem por costumes e comportamentos cristãos.

Diante desse panorama, vê-se que, com número subnotificado e sem políticas públicas pensadas nelas, elas experenciam diariamente violência, a humilhação e a vergonha típicas impostas pela situação de rua. Some-se a isso, a escassez de coisas básicas como itens de higiene, absorventes, e até mesmo dificuldade de acesso a banheiros na região que pioram a sensação de não reconhecimento como seres humanos.

A paisagem desoladora piorou ainda mais no início de 2020. A Prefeitura fechou os espaços de atendimentos municipais que ofereciam alojamento, banheiros, refeição e local de convivência aos usuários de droga próximos do fluxo e os transferiu para bairros distantes a pelo menos dois quilômetros da cracolândia. A falta de acesso impôs um sofrimento ainda mais grave para as mulheres, que leva à perda da autoestima e da preocupação com o autocuidado.

Outro agravante foi a pandemia do coronavírus que provocou a debandada de grupos que atuavam voluntariamente na cracolândia distribuindo roupas e alimentos. De acordo com reportagem da Folha de S. Paulo[256], além da queda das doações, com a retirada do atendimento municipal, a crise sanitária local piorou sobremaneira. Veja o depoimento do pastor Rica, figura bastante atuante junto aos dependentes químicos, ao jornal: “Sem o serviço municipal, faltou o saneamento básico. Vi pessoas bebendo água de córrego, tomando banho em poça de água".

A reportagem abordou ainda outra reclamação frequente dos grupos que atuam como voluntários na cracolândia: a Guarda Civil Metropolitana (GCM) tenta impedir as ações de distribuição de comida e ainda associar o trabalho voluntário ao tráfico. O Ministério Público interveio, mas de tempos em tempos a tensão aumenta novamente. Entrevistado para a reportagem acima citada, o promotor de Justiça de Direitos Humanos Eduardo Ferreira Valerio afirma: "Vimos que ela [a GCM] não age só quando é provocada, mas também provoca conflitos e usa estratégia militar de conquista de espaço urbano, como se fosse uma guerra. Um claro desvio de finalidade".

[256] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/com-pandemia-cracolandia-em-sp-ve-menos-doacoes-e-mais-tensao-com-policia.shtml. Último acesso em 27.08.2021.

Desde 2012, a Prefeitura de São Paulo vem apresentando projetos para a região da cracolândia: Nova Luz, Braços Abertos, Redenção, Redenção Fase II e Redenção Fase III. Há ainda o Programa Recomeço, do Governo do Estado. Cada um com uma característica distinta. Em comum, todos têm a falta de continuidade das ações e a ausência de uma política pública de fato.

A descontinuidade do atendimento, associada às operações cada vez mais agressivas da GCM, expõe os usuários a condições indignas. Vistas como "desprezíveis", "descartáveis", "abjetas", por serem e sentirem-se constantemente esquecidas por uma política pública baseada na violência e na exclusão, são classificadas como "pessoas-lixo" ou "não-pessoas", como observou Raewyn CONNEL (2016). Na mesma linha, Judith BUTLER (2002) também alertou que o resultado de uma "matriz excludente de pessoas" é a produção de um universo de "seres abjetos", de "não-sujeitos" (p. 19, 20).

Para as mulheres que se encontram em situação de rua e na dependência química, as situações de exclusão trazem impactos ainda maiores que a escassez vivenciada todos os dias. Em uma sociedade em que o masculino corresponde à normalidade e que apresenta propostas apenas ligadas ao ultraliberalismo e ao conservadorismo moral, o feminino carrega o sentimento de inferioridade, como analisou a cientista política Flávia BIROLI (2018). Como observaram Scarleth NARDES e Carmem Regina GIONGO (2021),

> o sofrimento social está presente na vivência das mulheres neste contexto, visto que estão numa posição de 'indivíduos por falta'. A escassa visibilidade social faz com que vivenciem e experienciem diretamente a humilhação, falta de reconhecimento e vergonha, que deixam marcas psíquicas (NARDES e GIONGO, 2021, p. 5).

A imprensa, que poderia ser um espaço adequado para uma abordagem mais ampla do problema, repete conceitos repletos de adjetivos estigmatizantes, como "noias", "craqueiros", "viciados" para se referir aos dependentes químicos. Os bairros do entorno também são confundidos com a cena de uso e tudo é classificado como cracolândia. Quando focam as mulheres, elas são tratadas de maneira pejorativa e/ou estereotipada, como vimos no conjunto de reportagens analisado no capítulo 3.

Quase nada aparece de forma isenta quando se fala do estigma que as mulheres experimentam por serem dependentes químicas e estarem nas ruas. Ou das exclusões perversas que as mulheres experimentam por não ter acesso a cuidados básicos de higiene

ou políticas que levem em conta as peculiaridades femininas, como albergues que permitam morar com suas filhas e filhos, por exemplo.

As reportagens se limitam à cobertura factual repetindo as mensagens apresentadas pelos governos ou pelos apontados como responsáveis das ações de segurança pública, em sua maioria. Não parece haver o interesse em fazer perguntas incômodas que esclareçam pontos obscuros, como por exemplo uma explicação clara de como o policiamento ostensivo visto diariamente na cracolândia, ou as constantes ações policiais, não inibem a comercialização do crack que continua a acontecer à vista de todos.

A cracolândia de São Paulo é um espaço negligenciado pelo poder público. A presença governamental se apresenta pelo uso ostensivo das forças policiais. Assim, o trabalho de saúde e assistência social acaba sendo provido pela religião, que ocupa a lacuna do Estado. Para as pessoas desamparadas e moradoras das periferias é o que resta, como apontou o antropólogo Juliano SPYER (2020).

Para essas mulheres dependentes químicas, expostas à exclusão e miséria, os tratamentos possíveis são aqueles oferecidos por grupos religiosos. Não só a elas – a todas as pessoas usuárias de droga na cracolândia. Ao contrário do ideal, o serviço disponível não faz parte de uma política pública abrangente, interdisciplinar e inclusiva, mas sim algo baseado em convênios feitos via editais públicos com organizações sociais ou comunidades terapêuticas religiosas.

Por vezes ouvi que o apoio religioso é "uma bênção" para esses negligenciados. Afinal, como disse o teólogo Rubem ALVES, a religião torna o fiel mais forte "para suportar os sofrimentos da existência" (2008, p.64). E é na hora da dor, do sofrimento e da desesperança que "recorre-se às orações, às romarias, aos santuários, aos carismáticos, aos padres, aos magos", acrescenta o filósofo e historiador das religiões, Aldo TERRIN (1994).

> Não existem barreiras e não se teme percalços. Quando a saúde é considerada o bem supremo, como em nossos dias, nada pode impedir de buscá-la nos limites do sobrenatural ou às margens do mundo paranormal, acabando muitas vezes dentro das fronteiras do próprio ridículo (TERRIN, 1994, p. 268).

Em pesquisa anterior presenciei o trabalho positivo desenvolvido pela Cristolândia e Missão Belém na recuperação de dependentes químicos na cracolândia (TRIGO, 2016). Quem experimenta a dor cotidiana e situações limites como a impotência

diante do vício pode ver na religião sua única saída, passando a associar a "cura" da dependência química à salvação espiritual. "Se Deus nos salva com a sua graça e a sua misericórdia, cura-nos com a força intrínseca da natureza e com os diversos remédios nela presente, para que tudo se apresente como um dado concomitante e correlativo ao evento da salvação (TERRIN, 1994, p. 186).

Mas a mistura entre o que é público, como as políticas governamentais, com o que é privado, o ambiente das igrejas, por exemplo, colabora com formas cotidianas de exclusão e opressão às mulheres. Por mais dedicados que esses grupos possam ser, o que pauta as ações dos grupos religiosos são noções de comportamento feminino como a docilidade e a submissão, algo muito difícil de acontecer num ambiente violento e de exclusão como é a cracolândia.

Como observou Aldo TERRIN: "as mulheres da rua são um perigo, perdem a cabeça e não têm vergonha". São "mulheres de má fama que precisam ser controladas" (1994, p. 89). As representações das "mulheres da rua" se opõem à imagem da mulher honesta, tida como emblema de uma suposta natureza feminina normal, segundo a psicóloga Flávia CARVALHAES (2015). Assim, legitimou-se a ideia de que existe uma forma adequada de "ser" mulher (p. 24).

O controle passa pela maternidade, sinônimo da natureza feminina: a mulher só será "querida e respeitada" quando aceitar o papel de mãe que lhe foi imposto além de aceitar a submissão de ser esposa, de ser mãe devotada, e ser provedora do lar. A influência cristã na formação da imagem da mãe como mulher ideal é apontada por Simone de BEAUVOIR (1970), Elisabeth BADINTER (1985) e Marcela LAGARDE (2005) como crucial. BADINTER alerta que a insistência da sociedade em falar sobre os deveres da mulher mãe aponta para uma regulação moral da conduta feminina. A mãe que foge do padrão tradicional de provedora e cuidadora, que não se dedica devotadamente à família, e principalmente aos filhos, é considerada "a pior de todas".

O senso comum entende que uma usuária de drogas é negligente, incapaz de ser mãe (KEARNEY *et. al*, 1994; GOMES, *coord.*, 2017; RIOS, 2017). Pouco importa se a criança lhe foi tirada pelo Estado. É sempre a mãe que abandona, nunca o pai ou a sociedade, observa Marcela LAGARDE. Mesmo deixando a criança aos cuidados de parentes ou mesmo do pai, não importa. Abandonar um filho é mutilar a maternidade, é quase a realização de um aborto imaginário. Para a mãe, abandonar seu filho é a morte

real e simbólica da maternidade: sinônimo que a sociedade escolheu para mulher (LAGARDE, 2005, p. 739,740).

A separação dos filhos acontece por conta da encruzilhada social em que a mulher dependente química é colocada: como é possível que quem é feita para cuidar dos outros para toda a vida não cuide de si com o mesmo esmero? Marcela LAGARDE aponta uma resposta ao questionamento ao afirmar que o alcoolismo e a drogadição são vividos pelas mulheres como uma tentativa de superar a sensação do abandono. Elas buscam paliativos que minimizem seus sentimentos de frustração, impotência, raiva, culpa e medo. Mas o uso das drogas logo fará com que a sensação de transgressão e força passe: uma mulher dependente química é desajuizada, louca – uma doente mental (2005, p. 726, 727).

A construção social da maternidade como passaporte para a perfeição feminina foi e ainda é muito usada pelas religiões. A fala da missionária Mariana, da Cristolândia, apontou várias vezes nessa direção. Ao mesmo tempo que pode servir de amparo, a religião pode ser um lugar para mais julgamentos e condenações para as mulheres que estão fora dos padrões considerados ideais.

Edificou-se em torno da mãe toda uma mística. Nos ombros da mulher-mãe coloca-se toda a responsabilidade pela felicidade do marido e dos filhos, pelo sucesso da família. Segundo Elisabeth BADINTER, por trás de crianças com problemas, de adultos neuróticos, psicopatas, esquizofrênicos, obsedados pelo suicídio, alcoólatras, de homens homossexuais ou impotentes, de mulheres frígidas ou atormentadas, sempre há uma mãe. Havia sempre, na origem, uma mulher infeliz, insatisfeita... uma esposa exigente que perseguia o marido, uma mãe dominadora, sufocadora ou indiferente (BADINTER, 1985, p.326).

Para Simone de BEAUVOIR (1970) é natural que as religiões, suas escrituras e suas mitologias tratem a mulher com tanta hostilidade, pois são "os homens que compõem os códigos". Responsáveis pela redação dos livros sagrados e das leis, os homens dão às mulheres um lugar de subordinação. Organizando a opressão da mulher, os legisladores têm medo dela. Das virtudes ambivalentes de que ela se revestia retém-se principalmente o aspecto nefasto: de sagrada, ela se torna impura.

Eva entregue a Adão para ser sua companheira perde o gênero humano; quando querem vingar-se dos homens, os deuses pagãos inventam a mulher e é a primeira dessas criaturas, Pandora, que desencadeia todos os males de que sofre a humanidade. O Outro é a passividade em face da atividade, a diversidade que quebra a unidade, a matéria oposta

à forma, a desordem que resiste à ordem. A mulher é, assim, voltada ao Mal (BEAUVOIR, 1970, p. 101).

Mesmo que as palavras do Cristo tenham sido de caridade para grupos minoritários e excluídos – como escravos, mulheres e leprosos, por exemplo – o Cristianismo contribuiu em muito para a opressão feminina. De acordo com Simone de BEAUVOIR, foi o apóstolo Paulo, afirmando-se na "tradição judaica ferozmente feminista" um dos principais disseminadores da subordinação da mulher ao homem ao escrever que "o homem não foi tirado da mulher e sim a mulher do homem; e o homem não foi criado para a mulher e sim esta para o homem"[257]. "Numa religião em que a carne é maldita, a mulher se apresenta como a mais temível tentação do demônio". Para ilustrar, a autora acrescenta as palavras de Santo Ambrósio: "em meio a todos os animais selvagens não se encontra nenhum mais nocivo do que a mulher" (1970, p.118).

No Brasil, a igreja sempre exerceu controle sobre as mulheres desde os tempos coloniais. Segundo Emanuel ARAÚJO (2004) o catolicismo foi amplamente usado na época do Brasil Colônia como uma forma de "adestramento da sexualidade feminina". As palavras do apóstolo Paulo na carta aos Efésios era a lei: a "mulher deve se sujeitar ao seu marido" já que ele é "a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja" (Efésios 5: 23). Ou seja, o representante de Cristo no lar é o homem, não importava se fosse ele o pai, o irmão ou o marido. Mais uma vez, a igreja justificava a repressão feminina usando as palavras do apóstolo como fundamento.

De acordo com ARAÚJO, Paulo, em outro escrito, determina sem meias-palavras: quanto às mulheres, que elas tenham roupas decentes, se enfeitem com pudor e modéstia; nem tranças, nem objetos de ouro, pérolas ou vestuário suntuoso; mas que se ornem, ao contrário, com boas obras, como convém a mulheres que se professam piedosas. Durante a instrução, a mulher conserve o silêncio, com toda submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou doutrine o homem. Que ela conserve, pois, o silêncio (ARAÚJO, 2004, p. 37)[258].

O Cristianismo como esperança contrasta com a injustiça e opressão vivida pelas mulheres, em particular. A essência do ensinamento do Cristo é o amor. No entanto, na busca por amparo, para a cura de suas dores, a mulher se depara com um universo de

[257] 1 Coríntios 11: 8-9
[258] O autor refere-se à primeira carta do apóstolo Paulo a Timóteo (1 Timóteo 2:9-12).

julgamento, mesmo sendo boas, obedientes, fiéis, altruístas, trabalhadoras sentem que Deus se torna cada vez mais inalcançável, segundo Marcela LAGARDE (2005).

A culpa pela perda da felicidade de viver no Paraíso será sempre da mulher. Foi ela quem violou a proibição de comer do fruto do conhecimento do bem e do mal. Foi por causa da sua transgressão que a humanidade foi punida com o sofrimento e morte.

> Foi dado valor negativo às qualidades que estavam associadas ao sexo feminino e a mulher foi demonizada. Ao fazer isso, a representação simbólica de toda e qualquer mulher foi alcançada: por sua desobediência erótica ou intelectual, elas se tornaram a personificação do mal e estão destinadas a serem culpadas e sofrerem para pagar sua culpa (LAGARDE, 2005, p. 324, tradução minha)[259].

Formas de controle baseadas em noções de família e maternidade, ancoradas na pauta de costumes ou nas crenças religiosas, não apresentarão respostas positivas. Sem levar em conta as variáveis como raça, classe e sexualidade nas alternativas apresentadas, as mulheres continuarão a ser julgadas por um tribunal subjetivo que entende a dependência química como pecado ou desvio moral.

O julgamento do comportamento feminino não é a única questão apontada neste trabalho. Vimos que os grupos religiosos aqui pesquisados não compreendem e/ou aceitam as diversas performances de gênero, ou seja, o modo pelo qual uma pessoa pode se apresentar socialmente, independente do seu sexo biológico, conforme define Judith BUTLER (2003).

Como quase a totalidade dos atendimentos disponíveis aos dependentes químicos da cracolândia, mesmo os oferecidos pelo poder público, é feito por grupos ou organizações sociais religiosas, somente será atendido de fato quem se encaixa nos modelos morais e quem é aberto ao discurso religioso da cura da dependência química pela salvação divina. Quem não se enquadra na crença binária de masculino ou feminino, fica, em geral, fora do atendimento.

Estes são alguns dos muitos problemas da cracolândia, que parecem ser infinitos e que aumentam em proporção geométrica com o passar dos anos. Assim como percebeu Taniele RUI (2014): é "impossível apreender todas as interações existentes no local" (p. 221) num único trabalho, como o que está sendo apresentado nesta tese. Seriam

[259] Se le dio un valor negativo a cualidades que fueron asociadas al género femenino, y se La satanizó. Al hacerlo, se logró la representación simbólica de todas y cada una de las mujeres: por su desobediencia erótica o intelectual son la encarnación del mal y están destinadas a ser culpables y a sufrir para pagar su culpa.

necessárias muitas outras pesquisas – acadêmicas ou não – para dar conta de tantas situações complexas, além entender os impactos dos diversos públicos que interagem por ali.

Dessa maneira, as análises dos dados de campo do universo pesquisado para esta tese permitem apontar a adequação das hipóteses propostas inicialmente:

a) as mulheres dependentes químicas são mais estigmatizadas que os homens, sendo inclusive pré-julgadas pelas diferentes equipes de atendimento disponíveis.
b) os modelos de atendimentos disponíveis são voltados para o público masculino e não prevê as diferenças fisiológicas entre os sexos, em detrimento das mulheres dependentes químicas.
c) os grupos religiosos que atuam na cracolândia, ao mesmo tempo que acolhem as mulheres dependentes de crack e outras substâncias potencializam os dois problemas citados acima.

Mesmo com as situações aqui apresentadas, me parece contraproducente focar uma análise crítica apenas nos grupos religiosos. As religiões têm suas crenças, suas formas de interpretar a Bíblia e aplicar suas percepções à vida cotidiana. E elas não mudarão seu *ethos* apenas porque passaram a fazer parte das políticas públicas de saúde e assistência social por força de editais públicos.

O que me parece mais importante é questionar por que o Estado, laico por definição, não apresenta propostas inclusivas, abrangentes, multidisciplinares para problemas tão complexos como os vividos na cracolândia, limitando-se a fazer convênios com organizações sociais e comunidades terapêuticas religiosas. Nem a prevenção é pensada. O Levantamento de Cenas de Uso em Capitais (MADRUGA, *coord.*, 2020), apontou que quase 80% dos usuários de droga relataram que nunca viveram nas ruas antes de ir para a cracolândia. Essas pessoas saíram de suas casas diretamente para o fluxo e ali permanecerem.

Os pesquisadores perceberam ainda que muitos dos usuários, antes de chegar à cracolândia, passaram por atendimentos médicos ou sociais, mas que nada fizeram por não haver uma política preventiva e de suporte familiar. Tanto que o relatório final traz a orientação:

> A implementação de políticas preventivas efetivas poderia diminuir a proporção de usuários, e por consequência, o número de indivíduos que desenvolvem a dependência química (prevenção primária); poderiam inibir ou retardar ao máximo o desenvolvimento da dependência (prevenção secundária), e conjuntamente com políticas que preveem o suporte familiar – amparar famílias para que possam recorrer a serviços especializados de apoio. E finalmente, políticas de prevenção terciária, ou de tratamento, onde, uma vez instalado o transtorno por uso de substâncias, tanto o indivíduo quanto sua família possam ter fácil acesso a serviços de saúde e assistência de qualidade. A implementação de tais políticas poderia reverter o influxo contínuo de usuários para a região (MADRUGA, *coord.*, 2020, p. 59, 60).

Uma política pública efetiva deveria pensar nas necessidades específicas das mulheres dependentes químicas e em situação de rua, oferecendo espaços de acolhimento para elas e seus filhos. Esses espaços não podem ser cerceadores ou punitivos, como prevê a nota técnica conjunta elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social. Elaborada para ser a diretriz do atendimento às usuárias de álcool de drogas em situação de rua e com filhos, a nota técnica, até o momento, parece não ter saído do papel.

> Em relação aos serviços de acolhimento voltados para esse público, destaca-se a necessidade de atuação conjunta da área de assistência social, da área de saúde mental e de saúde da mulher e da criança, tendo em vista a necessidade de se abordar tanto a questão da exclusão social e defesa de direitos, como as necessidades decorrentes do uso de álcool e/ou crack/outras drogas, bem como a garantia da saúde tanto da mãe quanto da criança. Dessa forma, ressaltamos a importância de que, para o bom êxito de um serviço que realize o acolhimento conjunto de mulheres usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos, faz-se necessário que, além de proteção social e construção da autonomia, a metodologia do serviço também englobe questões relativas às necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool e/ou crack/outras drogas e ao fortalecimento do vínculo e do cuidado, possibilitando à mãe incluir no seu projeto de vida o seu papel de cuidado, proteção e afeto em relação ao(s) filho(s) e garantindo a proteção e o desenvolvimento saudável da criança (MDS/MSaúde, 2016, p. 31).

No discurso, o Estado tem tratado a dependência química como um problema social de saúde pública. Na prática, o tema tem se resumido às esferas policial e religiosa. Tratar a dependência química apenas como crime é justificar as constantes ações policiais que parecem apresentar pouco resultado efetivo, já que a cracolândia continua a existir mesmo diante de tantas declarações de representantes do executivo municipal e estadual de que teria "chegado ao fim".

Ao franquear o cuidado dos dependentes químicos aos grupos religiosos, o poder público busca solucionar a falta de retaguarda própria de assistência. Assim, condiciona o atendimento à salvação do pecado por intercessão de Jesus Cristo e à conversão religiosa. Para as dependentes químicas que passam por esses serviços, ainda precisam

abandonar os pecados relacionados às falhas morais como o comportamento agressivo e sexual “fora dos padrões” adequados. Precisam compreender sua “natureza feminina” e aceitar seus papéis de mãe e esposa dentro dos preceitos bíblicos, que seriam as únicas formas apropriadas de “ser” mulher.

O fardo para as mulheres é imenso. Mesmo passando pelos serviços disponíveis, religiosos ou não, é sempre delas a reponsabilidade pelos problemas causados pela dependência. Assim como a tentativa de recuperação é um processo individual e solitário. Está na mulher a obrigação de manter a felicidade dos filhos e a integridade da família. A “beleza de ser mãe” deve ser assumida para conseguir o sucesso. Qualquer desvio é apontado com rigor e, diante do cenário apresentado nesta tese, a única solução para os problemas das mulheres dependentes químicas, excluídas e invisibilizadas, está em Deus.

6 – Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. *O que é religião?* Edições Loyola, 9ª edição, 2008.

AQUINO, M.T.C. *A Mulher e a Droga: motivação para o uso, efeitos diferenciados, tratamento e possibilidades de prevenção.* In: Toxicomanias: Abordagem Multidisciplinar. Rio de Janeiro, NEPAD/UERJ: Sette Letras, 1997.

ARAÚJO, Emanuel. *Sexualidade feminina na colônia*. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo. Contexto, 2004.

ASSY, Bethânia. *A dignidade dos invisíveis: invisibilidade social, reconhecimento e direitos humanos*. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro. Pallas, 2012, p. 147-163.

BADINTER, Elisabeth. *O Mito do Amor Materno*. Livro digital: http://groups-beta.google.com/group/digitalsource. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Alexandre de Freitas (org). *Brasil Real: Desigualdade para Além dos Indicadores.* São Paulo, Outras Expressões, 2012.

BASTOS, Francisco Inácio e BERTONI, Neilani (org). *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo. 1. Fatos e mitos*. 4.a edição. Librairie Gallimard. Direitos exclusivos para a língua portuguesa: Divisão europeia do Livro, 1970.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2008.

BERGERET, Jean *et. al*. *Toxicomanias: uma visão multidisciplinar*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1991.

BÍBLIA. Versão online: https://www.bibliaonline.com.br/acf

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo. Editora Boitempo. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Fronteiras da Fé,* Estudos Avançados 18 (52), 2004.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"* - P ed. - Buenos Aires – Paidós. 2002.

_____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

CARNEIRO, Henrique. *Transformações do significado da palavra "droga": das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo*. In. VENÂNCIO, Renato Pinto e CARNEIRO, Henrique (org). Álcool e drogas na história do Brasil. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

CARVALHAES, Flávia Fernandes de. *Mulheres no crime: deslizamento de fronteiras.* Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 2015,

CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais.* São Paulo, nVersos, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017* / Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal; – Brasília DF: CFP, 2018

CRUZ, Vania Dias et. al. *Vivência das mulheres que consomem crack*. In: Rev. Rene. 2014, jul-ago; 15(4):639-49.

DALLARI, Dalmo. *Direitos Humanos e Cidadania*, editora Moderna, 1999.

DE LEON, George. *A comunidade terapêutica: teoria, modelo e método*. São Paulo. Loyola, 2014.

DEL PRIORE, Mary (org.). *A história das mulheres no Brasil*. Editora Contexto, São Paulo, 2004.

DOREA, Adalgisa Viana. *Práticas terapêuticas religiosas no tratamento da drogadição: estudo de caso na comunidade "Desafio Jovem de Sergipe".* Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. 2011.

DOUDEMENT, Marcelo e CONCEIÇÃO, Vínnie Nasser Mesquita da. *Frente Parlamentar em defesa das Comunidades Terapêuticas.* In. Comunidades terapêuticas: temas para reflexão. Maria Paula Gomes dos Santos (org.). Rio de Janeiro. IPEA, 2018.

DRUMOND JÚNIOR, Marcos. *Vida e Morte em São Paulo*, editora Brasiliense, 1ª edição, 2002.

ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo. Contexto, 2004.

FANTAUZZI, Gustavo dos Santos e AARÃO, Bruna Fátima Chaves. *O advento do crack no contexto político brasileiro.* In SAPORI, Luis Flávio e MEDEIROS, Regina (org). Crack: um desafio social. Belo Horizonte. Ed. PUC Minas, 2010.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sex/Gender: biology in a social world*. Lillington, Carolina do Norte. Routledge, 2012.

FEBVRE, Lucien. *O domínio da religião sobre a vida*. In Febvre: história/organizador Carlos Guilherme Mota. Ática, 1978.

FIORE, Maurício. *A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos*. In. VENÂNCIO, Renato Pinto e CARNEIRO, Henrique (org). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*, Vozes, 1991.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. *Brasil urbano: narcotráfico e violência.* In IULIANELLI, Jorge Atilio Silva et. al Uma guerra sem sentido: Drogas e Violência no Brasil. Koinonia, nº 11, 2004. Disponível em http://www.koinonia.org.br/uploads/310_Dctni.pdf

GARCIA, Clara Cristina. *Breve história do feminismo.* São Paulo, Claridade, 2015.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Data da digitalização: 2004 (data da publicação original: 1963).

_____. *Manicômios, Prisões e Conventos*, Editora Perspectiva, 2010.

GOMES, Janaína Dantas Germano (*coord*). *Primeira infância e maternidade nas ruas de São Paulo: relatório de pesquisa. São Paulo*, Lampião Conteúdo e Conhecimento, 2017.

GOMES, Kátia Varela. *A dependência química em mulheres: figurações de um sintoma partilhado.* Tese. Universidade de São Paulo. 2010.

GREENBLATT, Stephen. *Ascensão e queda de Adão e Eva*, tradução Donald M. Garschagen, 1ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

GUIMARÃES, Laís de Barros Monteiro. *Luz/História dos Bairros de São Paulo*, PMSP, 1977.

HANRAHAN, Nancy Weiss. *Feminismo e políticas de reconhecimento: uma história cautelosa.* In: PAIVA, Angela Randolpho (org). Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio, 2012.

HORTA, Rogério Lessa *Mulheres e drogas: o que a família tem com isso? argumentos do discurso contemporâneo*. Tese. PUC-RS. 2007.

IAHNIG, Ângela *Mapeando um patrimônio científico (1981-2012): produção* acadêmica sobre a drogadição no Brasil (comunidades terapêuticas, redução de danos e políticas públicas) Centro Universitário La Salle – dissertação. 2013.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Perfil das comunidades terapêuticas brasileiras*. Brasília: Ipea, mar. 2017. (Nota Técnica, n. 21). Coordenação geral e do survey Maria Paula Gomes dos Santos – doutora em ciência política, técnica de planejamento e pesquisa do Ipea.

KEARNEY, Margaret et. al. Mothering *on crack cocaine: a grounded theory analysis*. Soc. Sci. Med. Vol. 38, nº 2, p. 351-361, 1994.

LAGARDE, Marcela. *Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Universidad Nacional Autonoma de Mexico, 2005.

LAQUEUR, Thomas. *Making Sex. Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge. Harvard University Press, 1994.

LARANJEIRA, Ronaldo *et. al. II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (*LENAD) – 2012. São Paulo: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (INPAD), Unifesp. 2014.

LIMA, José Carlos da Silva. *Violência e religião: uma abordagem sobre o trabalho de recuperação e reabilitação de viciados em clínicas evangélicas de São Paulo*. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Representações e Relações de Gênero nos Grupos Pentecostais*. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 13(2): 256, maio-agosto/2005.

MADRUGA, Clarice Sandi (coord). *Levantamento de cenas de uso em capitais. Perfil dos frequentadores da Cena de Uso da Região da Luz – Cracolândia*. Unidade de Pesquisa em Álcool e outras Drogas (UNIAD) da Universidade Federal de São Paulo. 2020.

MARTIN, Emily. *The Woman in the Body. A Cultural Analysis on Reproduction*. Boston. Beacon Press, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, 14ª edição, Hucitec, 2014.

MDS/MSAÚDE – Ministério do Desenvolvimento Social/Ministério da Saúde. *Nota Técnica conjunta sobre Diretrizes, Fluxo e Fluxograma para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos*. NOTA TÉCNICA N.º 01/2016:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/nota_tecnica/nt_conjunta_01_MDS_msaude.pdf

MONTERO, Paula. *Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades*. Debates do NER, Porto Alegre, ano 19, n. 33, p. 15-39, jan./jul. 2018.

_____. *Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso.* Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 32(1): 167-183, 2012.

_____. *Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil.* Etnográfica υ maio de 2009 υ 13 (1): 7-16.

_____. *Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil*. Novos Estudos Cebrap ed. 74, março 2006.

MOTA, Leonardo de Araújo e. *Pecado, crime ou doença? Representações sociais da dependência química*. Tese. Universidade Federal do Ceará. 2008.

NAPPO, Solange A; GALDUROZ, José Carlos e NOTO, Ana R. *Uso do "crack" em São Paulo: fenômeno emergente?* Rev ABPAPAL; 2(16): 75-83, abr./jun. 1994.

NARDES, Scarleth e GIONGO, Carmem Regina Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2021.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. *Isolamento, disciplina e destino social em comunidades terapêuticas*. In. Comunidades terapêuticas: temas para reflexão. Maria Paula Gomes dos Santos (org.). Rio de Janeiro. IPEA, 2018.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero.* Publicado originalmente como "Interpreting Gender em Linda Nicholson, The Play of Reason: From the Modern to the Postmodern (p. 53-76). Copyright 1999 Cornell University, Reproduzido ao português com permissão da editora, Cornell University Press. Tradução: Luiz Felipe Guimarães Soares. Revisão técnica: Claudia de Lima Costa. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917

NICOLAU, Gina Valbão Strozzi. *Corpo feminino e religião.* In: Revista Último Andar: caderno de pesquisa em ciências da religião / Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências da Religião, PUC-SP, ano 6, nº 8. São Paulo, Educ, 2003.

OLIVEIRA, Michele Mandagará *et. al. Consequências relacionadas ao consumo de crack entre mulheres e motivações para o abandono da droga*. In: SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drog. 10(3):119-25, set-dez 2014.

OMS. Organização Mundial de Saúde. *Mulheres e saúde: evidências de hoje, agenda de amanhã.* Brasília: OMS, 2009. Disponível em http://www.who.int/ageing/mulheres_saude.pdf .

PESCUMA, Derna e CASTILHO, Antonio Paulo Ferreira de. *Projeto de Pesquisa – o que é? como fazer?: um guia para sua elaboração.* São Paulo, Olho D'Água, 2013.

PRIORE, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil.* Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo. Contexto, 2004.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de Investigações em Ciências Sociais*, Gradiva, 1992.

RASCH, Sheila Silva e ANDRADE, Angela Nobre. *Movimentos do corpo-vida de mulheres usuárias de drogas.* In: Encontro Paranaense, Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais, XVII, XII, 2012. Anais. Curitiba: Centro Reichiano, 2012.

RAUPP, Luciane e ADORNO, Rubens de C. F. *Uso de crack na cidade de São Paulo/Brasil* – Revista Toxicodependências, Edição IDT, volume 15, número 2, 2010.

RENNÓ JR, Joel *et. al. Saúde mental da mulher no Brasil: desafios clínicos e perspectivas em pesquisa.* In: Rev. Brasileira de Psiquiatria. 2005, 27 (supl II): S73-6.

RIBEIRO, Dione Viegas Almeida. *Significações psicológicas sobre a adesão ao tratamento ambulatorial de mulheres dependentes de substancias psicoativas: estudo clínico*-qualitativo. Dissertação. UNICAMP. 2009.

RIOS, Ariane Goim. *O fio de Ariadne: sobre os labirintos de vida de mulheres grávidas usuárias de álcool e outras drogas*. Dissertação (mestrado) – UNICAMP. 2017

RODRIGUES, Thiago. *Narcotráfico: um esboço histórico*. In. VENÂNCIO, Renato Pinto e CARNEIRO, Henrique (org). *Álcool e drogas na história do Brasil.* São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

ROSADO-NUNES, Maria José. *Direitos, cidadania das mulheres e religião*. In:Tempo social, revista de sociologia da USP, v. 20, nº 2, 2008.

_____. *O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões*. Cadernos Pagu (16), p. 79-96. 2001.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção.* São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth e BONGIOVANI, Olga. *Gênero, patriarcado e violência.* Editora Perseu Abramo, São Paulo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth e VARGAS, Mônica Muñoz- (org.). *Mulher brasileira é assim*. Editora Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1994.

SANCHEZ, Zila van der Meer. *As práticas religiosas atuando na recuperação de Dependentes de drogas: a experiência de grupos Católicos, evangélicos e espíritas*, Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, 2006.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). *Comunidades terapêuticas: temas para reflexão.* Rio de Janeiro. IPEA, 2018.

SCHENKER, Miriam e MINAYO, Maria Cecília de Souza. *A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura*, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(3):649-659, mai-jun, 2004.

SCHOTT, Robin May. *Eros e os processos cognitivos: uma crítica da objetividade em filosofia*. Rio de Janeiro, Record, Rosa dos Tempos, 1996.

SILVA, Debora de Souza. *Gênero e assistência às usuárias de álcool e outras drogas: tratamento ou violência?* Dissertação PUC-RIO 2006.

SPOSATI, Aldaíza. Os direitos (dos desassistidos*) sociais*, Cortez Editora, 7ª. Edição, 2012.

SPYER, Juliano. *Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam.* São Paulo, Geração Editorial. 2020.

TERRIN, Aldo Natale. *O sagrado off limits. A experiência religiosa e suas expressões.* São Paulo. Edições Loyola. 1994.

TRIGO, Ana Luisa. *Mulheres na mídia: nada a comemorar - uma análise sobre a exposição feminina na imprensa e na publicidade brasileiras*. In: V Congresso da Anptecre: Religião, Direitos Humanos e Laicidade, 2015, Curitiba. V Congresso ANPTECRE, v.5, 2015. Curitiba: PUC-PR, 2015.

_____. *"Quando Deus entra, a droga sai" – Ação da Missão Belém e Cristolândia na recuperação da dependência química na cracolândia de São Paulo.* Dissertação – PUC-SP. 2016.

VARGAS, Divane *et. al. O primeiro contato com as drogas: análise do prontuário de mulheres atendidas em um serviço especializado*. In: Saúde e Debate. Rio de Janeiro, v. 39, nº 106, p 782-791, jul-set 2015.

VIEIRA, Letícia Becker et. al. *Abuso de álcool e violência contra as mulheres: denúncia* de vividos. In: Revista Brasileira de Enfermagem. 2014, mai-jun; 67(3):366-72.

VILLAR, Nayara Lemos e SANTOS, Maria Paula Gomes dos. *Sexualidade e relações de gênero nas comunidades terapêuticas: notas a partir de dados empíricos*. In. Comunidades terapêuticas: temas para reflexão. Maria Paula Gomes dos Santos (org.). Rio de Janeiro. IPEA, 2018.

VITT, Samanta Juliana dos Santos. *A espiritualidade e a religiosidade na recuperação de dependentes químicos.* Dissertação. Escola Superior de Teologia. São Leopoldo (RS). 2009.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, capítulo 5: Sociologia da Religião (p. 281-418). Ed. Universidade de Brasília, 2000, 2009 (reimpressão).

ZALUAR, Alba. *Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300003&lng=en&nrm=iso

ZILBERMAN, Monica Levit. *Características clínicas da dependência química em mulheres*. São Paulo, 1998, 169p. Tese (doutorado) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

7 – Anexos

PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião

ONG Ação Retorno

Eu, Ana Luisa Trigo, responsável principal pelo projeto de Doutorado Acadêmico O (NÃO) LUGAR DA MULHER – ESTIGMAS, VULNERABILIDADES E DIFICULDADES DE ACESSO AOS ATENDIMENTOS RELIGIOSOS E GOVERNAMENTAIS PARA A DEPENDÊNCIA QUÍMICA NA CIDADE DE SÃO PAULO (título provisório), desenvolvido no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), venho pelo presente solicitar autorização para realização de pesquisa entre os participantes do projeto de atendimento da ONG Ação Retorno. A coleta de dados tem como objetivo acompanhar as possíveis transformações sociais vivenciadas pelos participantes do trabalho desenvolvido pela ONG. Esta pesquisa está sendo orientada pela professora doutora Maria José Fontelas Rosado-Nunes.

Contando com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Ana Trigo

Doutoranda em Ciência da Religião – PUC-SP

Bolsista Capes

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião

À Missão Cena

Eu, Ana Luisa Trigo, responsável principal pelo projeto de Doutorado Acadêmico O (NÃO) LUGAR DA MULHER – ESTIGMAS, VULNERABILIDADES E DIFICULDADES DE ACESSO AOS ATENDIMENTOS RELIGIOSOS E GOVERNAMENTAIS PARA A DEPENDÊNCIA QUÍMICA NA CIDADE DE SÃO PAULO (título provisório), desenvolvido no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), venho pelo presente solicitar autorização para realização de pesquisa entre os participantes do projeto de atendimento da Missão Cena. A coleta de dados tem como objetivo acompanhar as possíveis transformações sociais vivenciadas pelos participantes do trabalho desenvolvido pela instituição. Esta pesquisa está sendo orientada pela professora doutora Maria José Fontelas Rosado-Nunes.

Contando com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Ana Trigo

Doutoranda em Ciência da Religião – PUC-SP

Bolsista Capes

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião

À Cristolândia

Eu, Ana Luisa Trigo, responsável principal pelo projeto de Doutorado Acadêmico O (NÃO) LUGAR DA MULHER – ESTIGMAS, VULNERABILIDADES E DIFICULDADES DE ACESSO AOS ATENDIMENTOS RELIGIOSOS E GOVERNAMENTAIS PARA A DEPENDÊNCIA QUÍMICA NA CIDADE DE SÃO PAULO (título provisório), desenvolvido no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), venho pelo presente solicitar autorização para realização de pesquisa entre os participantes do projeto de atendimento da Cristolândia. A coleta de dados tem como objetivo acompanhar as possíveis transformações sociais vivenciadas pelos participantes do trabalho desenvolvido pela entidade. Esta pesquisa está sendo orientada pela professora doutora Maria José Fontelas Rosado-Nunes.

Contando com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Ana Trigo

Doutoranda em Ciência da Religião – PUC-SP

Bolsista Capes

PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião

À AEB - SIAT

Eu, Ana Luisa Trigo, responsável principal pelo projeto de Doutorado Acadêmico O (NÃO) LUGAR DA MULHER – ESTIGMAS, VULNERABILIDADES E DIFICULDADES DE ACESSO AOS ATENDIMENTOS RELIGIOSOS E GOVERNAMENTAIS PARA A DEPENDÊNCIA QUÍMICA NA CIDADE DE SÃO PAULO (título provisório), desenvolvido no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), venho pelo presente solicitar autorização para acompanhamento dos trabalhos de escuta entre mulheres atendidas no Atende 3. A coleta de dados tem como objetivo acompanhar as possíveis transformações sociais vivenciadas pelos participantes do trabalho desenvolvido pela instituição. Esta pesquisa está sendo orientada pela professora doutora Maria José Fontelas Rosado-Nunes.

Contando com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Ana Trigo

Doutoranda em Ciência da Religião – PUC-SP

Bolsista Capes

PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião

Programa Recomeço

Prezado senhor,

Meu nome é Ana Luisa Trigo e sou responsável principal pelo projeto de Doutorado Acadêmico O (NÃO) LUGAR DA MULHER – ESTIGMAS E, VULNERABILIDADES DAS DEPENDENTES QUÍMICAS DA CRACOLÂNDIA DE SÃO PAULO (título provisório), desenvolvido no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e orientado pela professora doutora Maria José Fontelas Rosado-Nunes.

Minha pesquisa está centrada no trabalho realizado pela Cristolândia junto a essa população. Mas para dar um panorama do atendimento disponível, gostaria de saber quantas comunidades terapêuticas estão conveniadas no programa Recomeço, quantas delas são vinculadas a entidades religiosas e quantas pessoas são atendidas - homens e mulheres separadamente.

As informações serão usadas apenas para fins acadêmicos e serão meramente ilustrativas, apenas para mostrar o universo de pessoas atendidas.

Agradeço antecipadamente

Ana Luisa Trigo
Doutoranda em Ciência da Religião – PUC-SP
RA 11005283
Bolsista Capes

PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Programa de Estudos Pós-graduados em Ciência da Religião

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Ana Luisa Trigo, convido você para participar como voluntária da pesquisa de doutorado O (NÃO) LUGAR DA MULHER – ESTIGMAS, VULNERABILIDADES E DIFICULDADES DE ACESSO AOS ATENDIMENTOS RELIGIOSOS E GOVERNAMENTAIS PARA A DEPENDÊNCIA QUÍMICA NA CIDADE DE SÃO PAULO (título provisório). O objetivo é mostrar alternativas de recuperação às mulheres usuárias de crack, tendo como área de estudo a região conhecida como cracolândia, no bairro da Luz, São Paulo. Sua participação será responder um questionário que ajudará a entender como sua instituição atende as mulheres dependentes químicas. E importante que você saiba que não poderemos oferecer qualquer compensação financeira pela sua participação.

As informações dadas para a realização desta pesquisa serão anônimas, confidencias e sigilosas e suas informações pessoais não serão divulgadas. Você tem garantido o seu direito de desistir de participar e de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão.

Durante o período desta entrevista ou depois dela você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer esclarecimento, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora responsável ou com o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da PUC-SP. O CEP é o responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, garantindo os direitos e a dignidade das pessoas pesquisadas.

Para qualquer informação, fale com a pesquisadora pelo celular (11) 9-9656-2596 ou email analuisatrigo@gmail.com. Ou se preferir entre em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa da PUC-SP de segunda a sexta, das 9h às 18h, na Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C, cep 05.015-001, telefone (11) 3670-8466.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, após ler este documento e conversar com a pesquisadora responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informada, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser.

_____
Assinatura da entrevistada

_____
Assinatura da pesquisadora